UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

THIAGO WILLIAM NUNES GUSMÃO MONTEIRO

“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”
O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)

Versão corrigida

São Paulo
2015

THIAGO WILLIAM NUNES GUSMÃO MONTEIRO

“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”

O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Mestre em História
Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Aparecida
de Aquino.

Versão corrigida

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M772" MONTEIRO, Thiago Nunes
"Como pode um povo vivo viver nesta carestia": O
Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982).
/ Thiago Nunes MONTEIRO ; orientadora Maria
Aparecida de AQUINO. - São Paulo, 2015.
247 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Movimento do Custo de Vida. 2. Movimento
Contra a Carestia. 3. Ditadura Militar. 4. Movimento
Popular. 5. Transição. I. AQUINO, Maria Aparecida de,
orient. II. Título.

Nome: MONTEIRO, Thiago Nunes.

Título: “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982).

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovado em:

Banca examinadora

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

*“O pior analfabeto
é o analfabeto político,
Ele não ouve, não fala,
nem participa dos acontecimentos políticos.
Ele não sabe que o custo de vida,
o preço do feijão,
do peixe,
da farinha, do aluguel,
do sapato e do remédio
dependem das decisões políticas”.*

Bertold Brecht

*“Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito
É um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
[...]
Ê ê, quando amanhecer
É que eu quero ver quem recordará”*

Gonzaguinha

RESUMO

MONTEIRO. Thiago Nunes. **“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)**. 2015. 247 pgs. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O objeto central desta dissertação foi o Movimento do Custo de Vida (MCV), também conhecido como Movimento Contra a Carestia (MCC), que pode ser considerado um dos maiores movimentos populares que emergiram, em São Paulo, no contexto das lutas pela redemocratização brasileira. Buscamos compreendê-lo como um movimento que teve sua hegemonia disputada por grupos que estiveram presentes – com diferentes graus de influência – ao longo de toda sua trajetória; contestando, assim, análises anteriores que identificaram uma apropriação do movimento por grupos externos a ele após 1978. Esta hipótese nos levou a estender o recorte temporal até então pesquisado, optando pelo intervalo 1973-1982 que, ao nosso ver, reflete também uma certa configuração comum de respostas possíveis à crise econômica vivenciada após o período do milagre. Utilizamos como fontes desta pesquisa extensa documentação produzida pelo MCV e entidades de apoio (panfletos; material de divulgação; boletins; revistas; quadrinhos; pesquisas de preço e opinião; cartas às autoridades); pela imprensa e, ainda, o material elaborado (mensagens; relatos de agentes infiltrados em reuniões e assembleias; informes; avaliações; dossiês) por agentes do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), juntamente com declarações oficiais de representantes que compunham o governo autoritário. Além da origem, composição e trajetória do MCV, este trabalho investigou também o imaginário construído por ele em sua documentação, bem como aquele que o Estado construiu a respeito do movimento. Entendemos que estas imagens orientaram as ações de cada um dos lados em uma relação marcada pela postura tríplice do Estado: entre a negação, a negociação e a repressão.

Palavras-chave: Movimento do Custo de Vida, Movimento Contra a Carestia, Ditadura Militar, Movimento Popular, Transição.

ABSTRACT

MONTEIRO. Thiago Nunes. ***“How can people live in famine”: The Cost of Living Movement in Sao Paulo (1973-1982)***. 2015. 247 pages. Master’s Thesis – Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

The present study focused on the Cost of Living Movement (Movimento do Custo de Vida: MCV) – also known as Movement Against Famine (Movimento Contra a Carestia: MCC) – considered one of the most representative popular movements to have emerged in Sao Paulo when the struggle for the democratization of Brazil was taking place. We attempted to understand the movement’s hegemony as being disputed within its own groups, whereas previous analyses have identified an ownership of the movement by external groups to it after the year of 1978. This hypothesis led us to extend the timeline that had been considered in preceding studies, as we made the choice to analyze the period from 1973 to 1982, thus, interpreting the movement also as one of the many responses to the economical crisis experienced in the rear of the Brazilian Miracle. The research sources include the vast documentation produced by the MCV and its supporting entities such as pamphlets, dissemination material, newsletters, magazines, comic books, pricing researches and opinion polls, and letters addressed to the authorities. We also considered documentation produced by the press and by agents from the DEOPS-SP (State Department of Political and Social Order, an important division of the military regime), which include messages, general meeting records made by undercover agents, evaluations and dossiers, altogether with official reports from members of the military government. This research investigated not only MCV’s origins, membership and history but also the imaginary conceived by the movement about itself through its documenting, as well as the Government’s perception about it, as we understand those images served as guidelines for the relationship between them, characterized by the State’s denial, negotiation and repression.

Key-words: Cost of Living Movement, Movement Against Famine, Military Dictatorship, Popular Movement, Transition.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à minha avó Dina que, após vencer as muitas dificuldades que a vida lhe impôs, nos deixou no período final de elaboração desta dissertação. Que a memória de uma mulher guerreira e feliz possa permanecer eternamente viva junto com este simples registro.

AGRADECIMENTOS

Mais do que uma mera formalidade, acredito que, especialmente no meu caso, é quase um “dever moral” registrar estes agradecimentos. Sem as variadas contribuições das pessoas aqui mencionadas, dificilmente esta dissertação teria sido concluída. Portanto, gostaria de agradecer:

Primeiramente, à minha orientadora, professora Maria Aparecida de Aquino, pelo acompanhamento e incentivo ao longo deste percurso; por sua leitura atenciosa dos textos, comentários e sugestões que povoavam as laterais das páginas e, principalmente, por sua compreensão e confiança em minhas escolhas.

Aos professores Francisco Alambert e Heloísa Cruz, membros das bancas de qualificação e defesa, pelas ponderações, indicações – imprescindíveis para a conclusão desta pesquisa – e também pelas críticas e elogios à versão final da dissertação.

Aos professores Carlos Alberto Zeron, Armelle Enders e Maria Isabel de Almeida, pelo acompanhamento e incentivo durante o período em que a opção pela pesquisa ganhava os primeiros contornos.

Ao amigo de orientação, Bruno, que, juntamente com a Taís, compôs a minha “banca de incentivo” no exame de qualificação. A todos colegas do mestrado com quem tive a oportunidade de compartilhar simpósios, incertezas e angústias neste ciclo; especialmente Aninha, André e Danilo que também vivenciaram essas experiências juntamente com os desafios da docência na rede municipal de São Paulo.

Aos colegas do grupo de pesquisa “Memória e Ditadura” e seu coordenador, o professor Marcos Napolitano, a quem agradeço também pela oportunidade dos estágios no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino.

Aos arquivos e seus profissionais que tornaram possível o meu acesso às fontes da pesquisa: Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-UNICAMP); Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC-PUC); Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP); Centro Pastoral Vergueiro (CPV); ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Um agradecimento especial deve ser feito à Luiza Peixoto que, enquanto membro da direção do CPV, literalmente “abria as portas do arquivo” para que eu pudesse consultar o material necessário.

À Irma Rosseto Passoni, Ana Maria Aparecida de Abreu Guedes Pinto, e outras mulheres e homens que não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente – alguns pelas

entrevistas que me foram cedidas e, por isso, registro seus nomes (como constavam): Ana Maria do Carmo Silva, Anália Pereira Alves Andreza, Antônio Alberto, Aurélio Peres, Irmã Cecília Hansen, Conceição Santana de Oliveira, Elza, Francisca Maria de Souza, Pe. James Crowe, Pe. Luis Giulliani, Luzia Alves Basílio, Maria Andrade Saraiva de Alencar, Maria da Conceição Peres, Odete Marques, Ophélia do Nascimento Alves, Dom Paulo Evaristo Arns, Yara Spadini Vicini e Zélia Soares da Silva. Estes personagens que, pela coragem de seus atos aparentemente simples aos olhos de hoje, construíram, coletivamente, um dos mais importantes movimentos populares da década de 1970.

À Moara Passoni, pela disponibilização das entrevistas e pela oportunidade de participar da etapa de pesquisa de seu filme, com o qual desejo que tenha sucesso em levar a trajetória do movimento, bem como das mulheres e homens que o construíram, para além dos “muros da academia”.

À Deborah, também pela tradução.

Devo agradecer também aqueles que, mesmo sem ter contato com a pesquisa, sempre me incentivaram nesta dura caminhada, em conversas de bares, churrascos, empregos e reuniões familiares. Nesse sentido, ressalto a importância das amizades construídas através da “Sociedade Esportiva dos Homens Cordiais” e suas extensões; daquelas mantidas em São José dos Campos, daquelas preservadas mesmo depois de cinco anos de intercâmbio, para além das fronteiras.

Às companheiras de Cpdoc/FGV-SP, Memorial da Resistência e da EMEF Paulo Setúbal. No caso desta última, especialmente àquelas que estiveram ao meu lado nos esforços cotidianos para tornar a escola pública um espaço mais crítico e democrático.

Aos meus avôs e avós: Bernardina, Pedro, Sebastião e Terezinha, que vivenciaram a experiência de criar seus doze filhos durante a difícil situação social-econômica narrada nesta dissertação. Às minhas muitas tias, tios, primos e primas, em especial à minha madrinha Isabel.

Aos meus pais, Clebson e Ileni, por serem meus pais e também pelos muitos sacrifícios que realizaram para que eu tivesse acesso a oportunidades pouco comuns para as crianças do meu bairro. Ao meu irmão, Rafael, a quem desejo a conquista dos títulos que almeja.

À Amanda, porque, enquanto historiadora e companheira, me acompanhou em todos os momentos bons e “não tão bons” dos últimos anos. Sem ela, muito do que eu tenho escolhido ser, não seria possível.

LISTA DE SIGLAS

ACO: Ação Católica Operária.

AEL-UNICAMP: Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP.

AP: Ação Popular.

APML: Ação Popular Marxista-Leninista.

ALESP: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

APESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

ARENA: Aliança Renovadora Nacional.

CEAS: Centro de Estudos e Ação Social.

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base.

CEDEM-UNESP: Centro de Documentação e Memória da UNESP.

CEDIC-PUC: Centro de Documentação e Informação Científica da PUC.

CIE: Centro de Informações do Exército.

CIP: Conselho Interministerial de Preços.

CMTC: Companhia Municipal de Transportes Coletivos.

CMZS: Clube de Mães da Zona Sul.

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CPV: Centro Pastoral Vergueiro.

DEOPS-SP: Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo.

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna.

EMPLASA: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano.

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

FGV: Fundação Getúlio Vargas.

FMI: Fundo Monetário Internacional.

FNT: Frente Nacional do Trabalho.

FSP: Folha de São Paulo.

GSP: Grande São Paulo.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

JOC: Juventude Operária Católica.

LIBELU: Liberdade e Luta.
MDB: Movimento Democrático Brasileiro.
MCC: Movimento Contra a Carestia.
MCV: Movimento do Custo de Vida.
OESP: O Estado de São Paulo.
OSM-SP: Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.
PCB: Partido Comunista Brasileiro.
PC do B: Partido Comunista do Brasil.
PT: Partido dos Trabalhadores.
SABs: Sociedades Amigos de Bairro.
SEDIPO: Serviço de Documentação e Informação Popular.
SEMPLA: Secretaria Municipal de Planejamento.
SMDU: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.
SNI: Sistema Nacional de Informações.
SOF: Sempreviva Organização Feminista.
SUNAB: Superintendência Nacional de Abastecimento.
TSE: Tribunal Superior Eleitoral.
UNE: União Nacional dos Estudantes.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1– Tabela com variação anual do custo de vida, em São Paulo.....	23
FIGURA 2 – Mapa do desenvolvimento do MCV, em São Paulo.....	54
FIGURA 3 – Mapa da área urbanizada de São Paulo	55
FIGURA 4 – Fotografia da Assembleia do MCV no Colégio Santa Maria, 1976... 71	
FIGURA 5 – Fotografia do Ato do MCV no Colégio Arquidiocesano, 1978	85
FIGURA 6 – Fotografia do DEOPS-SP sobre o Ato do MCV no Colégio Arquidiocesano, 1978.	86
FIGURA 7 – Fotografia do DEOPS-SP sobre a “Jornada contra a carestia”, na Praça da Sé, 1978.....	89
FIGURA 8 – Fotografias do Ato do MCV na Praça da Sé, 1978	92
FIGURA 9 – Charges ironizando a repressão ao Ato do MCV na Praça da Sé.....	94
FIGURA 10 – Fotografia da comissão do MCV, encarregada da entrega do abaixo-assinado, em Brasília, 1978.....	98
FIGURA 11 – Charge, com referência à falsificação do governo em 1973, ironizando a acusação de que o MCV havia falsificado o abaixo-assinado, 1978.....	100
FIGURA 12 - Mapa da Ampliação Nacional do MCC, 1979	114
FIGURA 13 – Fotografia do Ato do MCC na Praça da Sé, 1979.....	119
FIGURA 14 – Fotografia da passeata do MCC em Brasília, 1980.....	121
FIGURA 15 – Fotografia do Ato do MCC na Praça da da Sé, 1980.	122
FIGURA 16 – Imagem da campanha “Diga não à inflação”, 1973.....	129
FIGURA 17 – Fotografia de duas cenas do filme veiculado na Campanha da Pechincha, 1977.....	130
FIGURA 18 – Gráfico da evolução do número de documentos produzidos pelo MCV.....	134
FIGURA 19 – Charge da cartunista Laerte, adaptada pelo MCV e utilizada em sua convocação para os 4 atos simultâneos realizados em São Paulo, 1978.	148
FIGURA 20 – Gráfico da evolução do número de relatórios produzidos e armazenados pelo DEOPS-SP sobre o MCV.....	160
FIGURA 21 – Gráfico da evolução do número de matérias publicadas na imprensa escrita sobre o MCV	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A disputa pela hegemonia do MCV ao longo de sua trajetória (1973-1982).....	43
1.1 A hegemonia da Igreja na origem do MCV.....	46
1.2 A presença de outros grupos na formação do MCV (1973-1976).....	52
1.3 A emergência das disputas no auge do MCV (1977-1978)	73
1.4 A perda da hegemonia da Igreja e a reorientação como MCC (1979-1982).	103
CAPÍTULO 2 – O MCV no imaginário social sobre a alta do custo de vida.....	126
2.1. O imaginário oficial construído pelo governo e as respostas possíveis do MCV.....	127
2.2 Uma luta coletiva, moralmente legítima e “política”	136
2.3 As múltiplas formas de construção do imaginário do MCV	146
CAPÍTULO 3 – O MCV frente ao Estado: entre a negação, a negociação e a repressão.....	158
3.1 A negação	163
3.2 A negociação (ou o teatro e contra-teatro).....	169
3.3 A repressão	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
REFERÊNCIAS	196
LISTA DE ANEXOS.....	204

INTRODUÇÃO

O Movimento do Custo de Vida (MCV), também conhecido como Movimento Contra a Carestia (MCC)¹, pode ser considerado um dos maiores movimentos populares que emergiram no contexto das lutas populares dos anos 1970 e 1980. Não obstante as dificuldades impostas pelo aparato repressivo do regime militar, o MCV foi capaz de mobilizar milhares de pessoas em torno de reivindicações que iam de encontro à política econômica defendida pelo governo e eram apresentadas fora dos canais tradicionais de representação, por interlocutores pouco vistos naqueles espaços: “as mães da periferia”². O MCV exerceu ainda a função de movimento-receptáculo de vários outros movimentos sociais que marcaram o período e teve papel fundamental no processo de “reocupação e repolitização do espaço público”³.

Estas e outras conquistas do MCV como, por exemplo, sua ampla penetração social e atuação em nível nacional a partir de 1978, lhe deram visibilidade – verificada nas 245 notícias, relacionadas ao MCV, que localizamos em parte significativa da imprensa brasileira entre 1973 e 1982 – e o credenciaram também como objeto de estudo da academia⁴ em seis trabalhos dos anos 1980 e 1990 que serão discutidos posteriormente.

¹ Em janeiro de 1979 o Movimento do Custo de Vida (MCV) decidiu, em assembleia, adotar o nome “Movimento Contra a Carestia” (MCC). Mais do que tornar o nome do movimento mais preciso como justificado à época, esta mudança refletiu também a *reorientação* ocorrida no Movimento a partir deste ano. Nesta dissertação – com exceção dos títulos, itens de destaque e citações –, utilizaremos a sigla MCV para referir-nos ao Movimento, pois é com este nome que ele é frequentemente lembrado por seus participantes, pela imprensa e também analisado pela historiografia. O uso da sigla MCC ocorrerá apenas com o intuito de se referir a esta fase do Movimento correspondente ao período 1979-1982.

² Com esta assinatura, foi enviada a primeira carta “ao presidente e demais autoridades”. A carta das mães da periferia incluía ainda uma pesquisa, anexa, realizada por elas mesmas, comparando preços de alimentos de primeira necessidade entre outubro de 1972 e outubro de 1973. Ela foi lida na Câmara Municipal de São Paulo e no Congresso Nacional por políticos do MDB. Doc.002_2, Fundo ECO_PRE, CPV.

³ Este processo foi analisado, principalmente, por NAPOLITANO, Marcos. 2002. *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984)*. Curitiba: Juruá, 2002. (Adaptação publicada da dissertação do autor que possui a seguinte referência: EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano de. “*Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua na Grande São Paulo (1977/1984)*”. *Dissertação de mestrado, FFLCH-USP. São Paulo, 1994*). O autor sinaliza que, embora este processo tenha sido iniciado pelo movimento estudantil em 1977, coube ao MCV, com seu ato na Praça da Sé em 1978, à primeira aparição dos movimentos populares na cena pública desde 1968.

⁴ O MCV também atraiu os olhares do cinema em dois filmes: “A luta do povo” (1980), 30’, direção de Renato Tapajós e “Braços cruzados, máquinas paradas” (1979), 79’, direção de Roberto Gervitz e Sergio Toledo. No primeiro, o MCV – apresentado como Movimento Contra a Carestia – constitui um dos quatro temas centrais do filme; enquanto no segundo temos apenas o registro do ato da Praça da Sé, em 27 de agosto de 1978, uma vez que o objeto central do filme é o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mais especificamente a luta da Oposição Sindical Metalúrgica (OSM-SP) durante a greve e as eleições sindicais disputadas naquele ano.

Passadas quase duas décadas do último estudo, esta pesquisa buscou compreender o MCV a partir de uma perspectiva pouco considerada pelos trabalhos anteriores, a saber, de um movimento popular que teve sua hegemonia⁵ disputada por três grupos, identificados por Eder Sader⁶ como os produtores das matrizes discursivas que orientavam aqueles “novos personagens”: comunidades de base ligadas à igreja católica; representantes de “novo sindicalismo”; e membros de uma “nova esquerda em crise”⁷.

Ao reconhecermos esta disputa e a presença destes grupos – incluindo no terceiro também setores da oposição institucional do MDB – no interior do MCV desde o seu surgimento (e não como uma apropriação de um desses grupos pós-1978 como acreditaram alguns autores), pretendemos avaliar como tal disputa se processou ao longo da trajetória do movimento. Para tanto, foi necessário examinar a origem do MCV, sua composição, atuação e os limites de cada um desses grupos; e ainda, a imagem que o MCV construiu sobre si, assim como aquela que o Estado, representado por seu aparato repressivo e outros agentes que compunham o governo, construiu a respeito do movimento. Foi a partir destas “imagens”⁸ – em permanente construção e reelaboração – que o MCV e o Estado, cada qual a seu modo, buscaram orientar e justificar as suas ações diante da situação da alta do custo de vida. Tais imagens foram analisadas neste trabalho nos termos que Baczkó propõe como um imaginário social, o que implica entendê-lo

⁵ A utilização do termo hegemonia busca indicar a preponderância de determinados grupos na condução das ações do MCV, mesmo sem ser majoritários numericamente. Concordamos com o conceito gramsciano de “hegemonia cultural”, mas não temos a pretensão de utilizá-lo neste caso, uma vez que se tratam de conflitos internos do movimento e não de sua disputa com o Estado e outras classes sociais. Sobre a necessária aproximação do conceito de “hegemonia cultural” com o de “imaginário social” – utilizado neste trabalho; ver: MORAES, Dênis de. “Notas sobre imaginário social e hegemonia cultural”. *Revista Contracampo*, Rio de Janeiro: UFF-RJ, n.1, 1997.

⁶ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁷ A classificação destes três grupos e sua análise realizada por SADER é de grande importância para este trabalho. Contudo, há dois aspectos que devem ser matizados: primeiro, a compreensão de que essas matrizes não são estáticas, elas estavam se construindo juntamente com os movimentos sociais daquele período; segundo, como toda classificação, ela é insuficiente para dar conta da riqueza de formação daqueles movimentos. Lincoln Secco, ao analisar a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), desdobra as três matrizes identificadas por Sader em seis, acrescentando também os “políticos já estabelecidos do MDB”; “intelectuais com origens diversas” e “militantes de organizações trotskistas”. Ao final, conclui que mesmo estas seis fontes não poderiam enquadrar, entre outros, casos como o de Mário Pedrosa que, apesar de ser um trotskista histórico, não aderiu o PT para desintegrá-lo, mas sim afirmando que todos deveriam deixar sua velha roupagem de lado. In: SECCO, Lincoln. *História do PT (1978-2010)*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011. p.34.

⁸ A utilização dos termos “imagem” e “imaginário” refletem a polissemia que Bronislaw Baczkó atribuiu ao conceito de “imaginário social”. Segundo ele, estes termos são de difícil definição uma vez que a atividade imaginativa individual está inscrita num fenômeno coletivo e cada época tem as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário. BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: Enciclopédia Einaudi: *Anthropos - Homem*, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p.308.

como “uma das respostas que esta [a coletividade] dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais [...] e elabora uma certa representação de si, estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns”⁹. É possível afirmar, *a posteriori*, que a maioria dos percursos imaginados pelo MCV não se cumpriu. Ainda assim, este trabalho se propõe à investigação de seus “becos sem saída e causas perdidas”¹⁰ como propunha Thompson; pois, a defasagem entre as aspirações e ações dos personagens e o resultado posterior de suas lutas, não tira “as funções reais desses percursos imaginários, ao contrário, apenas as põe em realce”¹¹.

O estudo da dinâmica interna do MCV e dos percursos imaginados por seus participantes só foi possível mediante a compreensão do cenário no qual eles vivenciaram suas experiências¹², identificaram interesses comuns e travaram suas lutas. Fora deste cenário, talvez pareça pouco razoável atribuir a um movimento que tinha como uma de suas principais reivindicações o congelamento dos preços dos alimentos de primeira necessidade – algo, aliás, que seria realizado pelo insuspeito presidente José Sarney em 1986 – o papel de “frente de oposição ao Governo”, como concluiu um importante órgão do aparato repressivo¹³ do regime militar em 1978.

Cumprе ressaltar, portanto, algumas das implicações, para as camadas populares¹⁴, da política econômica adotada pelo governo durante o regime ditatorial

⁹ *Idem*, p.309.

¹⁰ Afirmação do autor a respeito da ortodoxia dos historiadores que se lembravam apenas dos vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam à evolução posterior) enquanto “os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos”. In: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p.14.

¹¹ BACZKO, Bronislaw. 1985, *Op. cit.*, p.298.

¹² O conceito de *experiência*, desenvolvido por E. P. Thompson, constitui um dos principais referenciais teóricos deste trabalho. Este termo, “ausente” mesmo em Marx, busca compreender “homens e mulheres enquanto sujeitos - não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses antagonismos”. In: THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.182. Do mesmo autor, ver: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1989. p. 13-61.

¹³ Relatório procedente do Sistema Nacional de Informações (SNI) enviado ao DEOPS-SP, em 4 de janeiro de 1978. Doc. 5, p.3. Pasta 94 - Movimento Contra Carestia (1978-1981), OS1019. Delegacia de Ordem Social. Fundo DEOPS-SP.

¹⁴ O uso dos genéricos termos “camadas populares” e “setores populares” neste trabalho, em detrimento de “classes populares”, busca evitar a compreensão de que a classe já estaria formada *a priori*, quando entendemos que sua formação, assim como a de uma “consciência de classe”, são sempre o “último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”. THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012, p.274. Não buscamos, com isto negar a validade do conceito de classe e seu processo de autofazer-se, mas sim deslocar “o esforço de rigor do analista do campo da delimitação [...] para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento”, ampliando, assim, os espaços e formas onde as “lutas de classes” foram travadas. In: SADER, Eder; PAOLI, Maria C. “Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura

instaurado pelo golpe civil-militar¹⁵ de 1964. Trata-se de um conjunto de medidas que buscava alcançar o controle inflacionário através da redução deliberada dos salários reais – o “arrocho salarial” – e que foi aprovado por um Congresso Nacional comprometido pelas cassações do Ato Institucional nº1, ainda no governo Castelo Branco. Esta nova legislação, aliada às outras medidas tomadas em seu governo, como os AIs 2, 3 e 4, Lei da Imprensa, Constituição Federal, colocam em xeque as interpretações que veem o governo Castelo como uma tentativa de intervenção cirúrgica dos militares na política para uma rápida retirada; assim como àquelas que interpretam os sucessivos “governos” do regime militar a partir de uma divisão entre “duros” e “moderados/castelistas”¹⁶.

Entre o conjunto de medidas referido acima, a Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que alterava a fórmula de reajuste dos salários, é fundamental para a compreensão do conteúdo político intrínseco às lutas do MCV e de outros importantes movimentos sociais que emergiram durante o período da transição política¹⁷ do regime militar e que se reconheciam, inicialmente, como não-políticos. Até então, os reajustes salariais eram fixados – após acordo entre o sindicato patronal e o de empregados com mediação da Justiça do Trabalho – anualmente para compensar a inflação do período. Com a nova lei, eles passaram a ser estabelecidos normativamente pelo governo mediante um cálculo que

sobre acontecimentos recentes”. In: CARDOSO, Ruth (org.), *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p.59.

¹⁵ Ao nos referirmos ao golpe de 1964 como “golpe civil-militar” e ao regime que se seguiu a ele (até 1985) como “regime militar” ou “ditadura militar”, partilhamos da argumentação de Fico, para quem a preparação do golpe foi, de fato, civil-militar enquanto o regime implantado teve liderança preponderantemente militar. Todavia, assim como o autor, reconhecemos a ampla participação e o benefício de civis com o regime. In: FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*, 24/47, 2004. p.29-60. Com visão semelhante, Napolitano ressalta que os militares se mantiveram no centro do poder decisório, predominando nos cargos do primeiro escalão e que as crises do período foram resolvidas ao modo militar. O autor defende que, embora haja consenso quanto a participação civil, esta relação ainda precisa ser melhor mensurada. Nesse aspecto, podemos pensar no termo “ditadura empresarial-militar”, cunhado pelo jurista Fábio Konder Comparatto e que busca mensurar o peso de determinados setores civis na sustentação do regime. In: NAPOLITANO, Marcos. “O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica”. *Revista Contemporânea. História y problemas del siglo XX*, vol. 2, ano.2, 2011. p.215.

¹⁶ A expressão mais bem formulada desta interpretação se encontra no importantíssimo e pioneiro trabalho de Thomas Skidmore: *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Trad. Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Este entendimento foi acentuado na série de quatro livros sobre “As ilusões armadas” do jornalista Élio Gaspari, que caracterizam o governo castelista como “ditadura envergonhada”, tomando como principal referencial o período de vigência do AI-5, entre 1968 e 1979. Ver: GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁷ Assim como Codato, compreendemos que o período de transição política do regime militar não se encerrou com a eleição indireta de um presidente civil, tendo avançado, ao menos até 1988, portanto já durante o período democrático. CODATO, Adriano. “Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia”. *Rev. de Sociologia Política*. Curitiba, n.25, 2005, p.83-106.

considerava não apenas a inflação passada, mas também sua previsão para os doze meses seguintes e, ainda, coeficientes salariais que eram decretados mensalmente pelo Presidente da República. Ao exercer a função de regulador dos índices oficiais que reajustavam os salários e também os preços, o governo provocou uma perda salarial sistemática que ocorria por duas maneiras: pela subestimação da inflação futura e até mesmo pela manipulação direta da taxa de inflação oficial como ocorreu em 1973 e que, após ser descoberta pela imprensa – em julho de 1977, através de um relatório do Banco Mundial – seria admitida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e até mesmo pelo Ministro da Fazenda, Mário Simonsen – embora tenha se recusado a repor as perdas, calculadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), para os metalúrgicos, em 34,1%¹⁸.

Combinadas ao controle sobre os índices dos reajustes salariais, o governo implementou medidas¹⁹ para bloquear ações de resistência organizadas no espaço tradicional de representação dos trabalhadores – o sindicato. Além das cassações e prisões de dirigentes sindicais promovidas logo após o golpe, a criação da Lei nº4.330, de 1º de junho de 1964, que “regulava” o direito de greve assegurado pela Constituição de 1946, mas na prática o cerceava de tal forma que ele só se tornava virtualmente possível no caso de atraso excessivo do pagamento por parte da empresa. Sem este importante instrumento de pressão para obtenção de conquistas para os trabalhadores, os sindicatos foram reduzidos, grosso modo, a entidades que ofereciam serviços assistenciais aos seus filiados. Igualmente com o intuito de reduzir a esfera de ação dos sindicatos, foram criados o Decreto 57.637, de 13 de janeiro de 1966, que estabeleceu que as delegacias regionais do Ministério do Trabalho não homologassem “contratos coletivos de trabalho de que constem cláusulas ou condições de reajustes divergentes das normas estabelecidas”; o Decreto-lei nº25, de 29 de julho de 1966, que proibiu a concessão de qualquer aumento ou reajuste, inclusive sob forma de reclassificação, antes de decorrido um ano do último acordo ou dissídio coletivo; e, ainda, o Art. 623 da Consolidação das

¹⁸ A reposição dos 34,1% foi o mote da campanha organizada, em 1977, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que nos três anos seguintes, estaria à frente das lutas que marcaram o cenário político do país e ficaram conhecidas como as “greves do ABC”. EVERS, Tilman. “Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera de reprodução na América Latina”. MOISÉS et al. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, n.5, 1982. p.140-141.

¹⁹ Conforme discutidas em: CAMARGO, Cândido et al. *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976. p.129-130.

Leis do Trabalho, redigido de acordo com o Decreto-lei nº229, de 28 de fevereiro de 1967, que decretou nula qualquer convenção ou acordo que, direta ou indiretamente, contrariasse as normas da política econômica do governo, concernente à política salarial. Os sindicatos que tentassem adotar uma postura mais combativa, estavam sujeitos às intervenções ministeriais para destituir diretorias eleitas, um mecanismo assegurado pela própria Consolidação das Leis do Trabalho e que foi utilizado, amplamente²⁰, durante o regime militar.

Iniciativas organizadas fora da estrutura do sindicato como, por exemplo, via grupos de Oposições Sindicais, Comissões de Fábrica também eram coibidas através de medidas repressivas que incluíam desde demissões por justa causa, “listas negras (listas com nomes de trabalhadores demitidos por razões políticas e cuja admissão em outras empresas se queria evitar)”²¹, até as práticas repressivas “comuns” aos demais grupos sociais como prisões, torturas e assassinatos.

Não apenas a articulação das camadas populares em seus locais de trabalho era alvo do controle estatal, mas também aquelas que ocorriam a partir dos locais de moradia. As Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), criadas em São Paulo a partir da década de 1950, ofereciam – especialmente nos bairros mais pobres e distantes que surgiam como consequência do modelo de expansão excludente adotado na cidade – um espaço de organização aos moradores no qual, através de sua capacidade de mobilização, poderiam pressionar o Estado por melhorias urbanas locais e também por melhores condições de vida. Se é indiscutível que, ainda na década de 1950, muitas destas organizações

²⁰ De 1964 a 1970 foram efetuadas, em todo o país, 536 intervenções. Deste total, 80,6% (432) ocorreram entre 1964-65, sendo que em 81,9% dos casos o motivo aduzido foi subversão. In: FIGUEIREDO, Argelina. *Política governamental e funções sindicais*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1976. p.31. Ainda, segundo o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, sofreram intervenção cerca de 70% dos sindicatos com 5 mil filiados ou mais; portanto, os mais poderosos; houve intervenção em 7 das 10 confederações e, em que pese a divergência nos números, estima-se em 10.000 o número de dirigentes sindicais cassados. In: BRASIL. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Vol.2. Brasília: CNV, 2014. p.60-61.

²¹ Estes recursos, que são anteriores ao regime militar, tornaram-se mais eficazes ao serem integrados em um sistema maior de repressão que incluía a articulação entre as empresas privadas e os órgãos repressores estatais. As colaborações de setores civis com o regime militar vêm sendo analisadas por um movimento de revisão historiográfica – no qual se destacam, entre outros Reis Filho e Rollemberg – e são analisadas também no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, principalmente no volume 2, texto temático: “Violações de direitos humanos dos trabalhadores” (p.57-90). In: BRASIL, 2014, *Op. cit.* Quanto aos historiadores mencionados, ver: REIS FILHO, Daniel et al. (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.; ROLLEMBERG, Denise et al (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

funcionavam como comitês locais de partidos políticos; com o advento do regime militar e, conseqüentemente, a impossibilidade de manifestação e pressão popular, as SABs perdem completamente seu poder de barganha²² e a possibilidade de conservarem sua autonomia. Além das restrições às manifestações, as SABs eram obrigadas a encaminharem listas com os dados pessoais de sua diretoria ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) que investigava e fornecia o “atestado ideológico” dos membros eleitos²³.

Em suma, a política econômica do regime militar estava intrinsicamente ligada ao seu projeto de esvaziamento dos espaços de participação popular – ambos norteados pela Doutrina de Segurança Nacional²⁴ – e gerou efeitos devastadores para as camadas populares. Embora o curto período conhecido como “milagre econômico”²⁵ (1969-1973) – exitoso na construção de uma imagem positiva do regime em seus “anos de ouro”²⁶ –

²² Mesmo sob a lógica político-partidária, as SABs tiveram seu poder de barganha reduzido durante o regime militar. Com a criação da figura do prefeito-interventor – que dependia da indicação de um governador eleito indiretamente e não do voto popular – os políticos locais, especialmente aqueles ligados à oposição, não tinham mais a mesma capacidade de influir nas decisões que interessavam à coletividade em que se inseriam. Assim, nem mesmo o atrelamento das SABs ao partido governista garantia o atendimento às reivindicações locais pelos poderes públicos. Para uma análise sobre o fenômeno da “arenização das SABs” sob o regime militar, ver: CAMARGO, Cândido et al. 1976, *Op cit.*, p.117-120.

²³ Durante pesquisa sobre o MCV no Fundo DEOPS-SP, localizamos uma pasta com mais de 100 documentos relacionados às SABs: Notícias de jornais abordando a vitória da “oposição” em algumas delas no fim dos anos 1970; listas de diretorias de diversas – senão todas – as SABs da capital, pedidos de “atestado ideológico” de membros das SABs. Ver: Pasta “Sociedade Amigos de Bairro (1967-1981)”, OP1127. Delegacia de Ordem Política. Fundo DEOPS-SP.

²⁴ Conforme analisado em ALVES, Maria H. *Estado e oposição no Brasil (1964-84)*. Bauru: EDUSC, 2005.

²⁵ Alcinha garantida pelas elevadas taxas de crescimento apresentadas pela economia brasileira no período. Fenômeno semelhante ocorreu na maioria dos países latino-americanos que também se beneficiaram das excelentes condições do mercado internacional. Dois trabalhos foram importantes para compreender este fenômeno e seus efeitos para a sociedade brasileira: SINGER, Paul. *A crise do “milagre”: interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.; LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. “Transformações econômicas no período militar (1964-1985)”. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Neles, os autores ressaltam as consequências devastadoras da política econômica adotada, sob o comando do Ministro da Fazenda, Delfim Netto – o “pai do milagre” –, para a sociedade brasileira: aumento da concentração de renda, da desigualdade social e do endividamento externo. Esta última, agravada pelo 1º Choque do Petróleo (1973) e pela tentativa do Governo Geisel de manter a “legitimidade política” do governo com altos índices de crescimento econômico (quando a maioria dos países importadores de petróleo, atingidos pela crise, adotou programas recessivos) se converteria na principal causa da grave crise dos anos 1980.

²⁶ Cordeiro argumenta que a expressão “anos de ouro” não define apenas os que manifestavam publicamente seu entusiasmo pelo regime, mas “toda a gama de comportamentos que, ao fim, colaboraram para a sua manutenção. Diz respeito, por exemplo, à classe média, grande beneficiária do Milagre, das facilidades de crédito, da ascensão à sociedade de consumo, da expansão do ensino superior e dos cursos de pós-graduação no país; mas também, diz respeito aos muitos imigrantes que se dispuseram a desbravar as fronteiras [...] às expectativas de pleno emprego, às oportunidades, à mobilidade social, às melhorias de padrão dos trabalhadores mais qualificados, às significativas melhorias proporcionadas aos trabalhadores do campo e a outros segmentos populares.” A autora conclui, ainda, que a transformação da imagem do

tenha proporcionado o aumento da produtividade e até mesmo do número de assalariados²⁷, seu resultado mais longo foi o aumento da concentração de renda causado pela já citada política salarial do governo que restringia a transferência dos ganhos de produtividade para os trabalhadores. Desta forma, a desigualdade social brasileira, que já um problema de longa data, acentuou-se ainda mais, como podemos constatar pela piora do Índice de Gini (medidor da concentração de renda) de 0,50, na década de 1960, para 0,56 na década de 1970 – alcançando os 0,59 na década de 1980²⁸.

Este cenário, mesmo naquela que tinha se tornado a maior cidade do país, em 1970, não era mais reconfortante. Em São Paulo, a redução do salário mínimo anual médio real, de um índice 100, em 1964, caiu para 78, em 1974²⁹, fez aumentar para 163 horas e 32 minutos o tempo necessário para o trabalhador adquirir a “ração mínima” (termo legal) estabelecida em lei que era calculado, em 1965, em 88 horas e 16 minutos mensais³⁰. Isto reduziu também o poder aquisitivo do chefe de família, compelindo outros membros da casa a trabalhar para o seu sustento – o que, mesmo somado ao aumento da prática de horas-extras, não bastou para impedir a queda da renda real familiar³¹. Nas regiões periféricas da cidade, contrariando a situação atualmente vivida em São Paulo, o custo de vida – exceção feita à moradia³² – era ainda mais caro do que nas regiões centrais.

governo Médici como os “*anos de ouro*” em “*anos de chumbo*” não ocorreu logo após sua saída, mas somente à medida que se consolidava o processo de transição democrática. In: CORDEIRO, Janaína. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre o consentimento e o consenso* (1972). Tese de Doutorado, UFF-RJ, 2012. p.316.

²⁷ Parte significativa destes novos assalariados engrossou as estatísticas de desempregados com a crise econômica na década de 1980. As demissões em massa deste período foram favorecidas por outra medida tomada ainda no governo Castelo que, através da Lei n. 5.107, de setembro de 1966, criou o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), destruindo a estabilidade do trabalhador e reduzindo os custos iniciais da demissão de empregados com mais tempo de serviço ou tempo de estabilidade.

²⁸ GONZAGA, Gustavo; MACHADO, Danielle Carusi. “Rendimentos e preços”. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 480.

²⁹ Ipeadata *apud* LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. 2014, *Op. cit.* p.94.

³⁰ ALVES, Maria H. *Op. cit.*, p.185.

³¹ Para o período 1958-1969, levantamentos do DIEESE demonstram que a redução do poder aquisitivo do salário do chefe da família foi de 36,5%, e que, mesmo com a ocupação de mais pessoas de uma mesma família e o crescimento na proporção dos que trabalhavam mais de 50 horas semanais, a renda real da família caiu em 9,4%. Fonte: DIEESE. “Família assalariada; padrão e custo”. *Estudos sócio-econômicos*. n.2, jan/1974. p.25 *apud* CAMARGO, Cândido et al. 1976, *Op. cit.*, p.67-70.

³² A questão da habitação na periferia implica em uma discussão que ultrapassa os limites deste trabalho, sobre as estratégias utilizadas pelos moradores para sobreviver em meio à expansão da cidade sob a lógica da especulação imobiliária: ocupação e/ou compra de loteamentos clandestinos; mutirões; aglomeração de diferentes famílias em uma mesma casa; entre outras. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1972, estimavam que, na população da capital paulista de 6 milhões de pessoas, havia, aproximadamente, 130.000 favelados; 615.000 moradores de cortiços e 1,8 milhão de indivíduos morando nas casas precárias da periferia. In: CAMARGO, Cândido et al. 1976, *Op. cit.*, p.36-37.

Pois, entre outros fatores, os moradores da periferia tinham salários menores, gastavam mais com transporte e, principalmente, com alimentação já que o controle de preços realizado pelo Estado era pouco eficaz nos bairros periféricos que não contavam com grandes mercados (por vezes, sequer feiras-livres) aumentando o número de intermediários entre os produtores e consumidores. Esta distorção, que ampliava os efeitos do aumento crescente do Índice do Custo de Vida a partir de 1972, foi atestada, inclusive, pela primeira pesquisa realizada pelas “mães da periferia” do MCV onde compararam os preços de quinze gêneros alimentícios de primeira necessidade e também o aumento no salário mínimo no período 1972-1973³³.

O ano de 1973 foi reconhecido, *a posteriori*, pelo MCV como o ano de sua fundação, no qual seus membros tomaram coragem para levar, ao espaço público e através do meio que julgaram adequado (uma carta às autoridades com uma pesquisa anexa), as reivindicações e discussões que já travavam no âmbito privado dos seus Clubes de Mães. Este ano é considerado por Hobsbawm como aquele que marcou o fim dos “anos dourados”³⁴ – iniciados após a 2ª Guerra Mundial – e o princípio das “décadas de crise”, a primeira delas, gerada pelo choque do petróleo. O autor avalia que a história dos vinte anos após 1973 é “a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”, no qual a “geração que se acostumara ao pleno emprego ou à confiança em que o tipo de trabalho que alguém fazia certamente logo iria aparecer em algum lugar” passou a conviver com uma sensação de desorientação e insegurança³⁵.

Em linhas gerais, buscamos apresentar até aqui, as condições objetivas em que se desenvolveram as lutas do MCV. Elas são imprescindíveis para a compreensão das dificuldades enfrentadas por seus participantes, dos significados e consequências que suas

³³ Carta das mães da periferia, 1973. Doc.002_2, Fundo ECO_PRE, CPV. Disponível no Anexo 3 desta dissertação.

³⁴ Embora, no Brasil, o alcance da “Era de Ouro” não tenha sido o mesmo dos países capitalistas considerados desenvolvidos, o país também vivenciou o *boom* desenvolvimentista do final dos anos 1960 e início dos 1970 e a expectativa de, enfim, tornar-se o “Brasil Potência”, “o país do futuro”. A euforia deste período, contrastante com à institucionalização e o aperfeiçoamento do aparato repressivo do Estado, não se restringiu ao terreno da propaganda, ela encontrava guarida, entre outros, na transformação do Brasil em uma sociedade majoritariamente urbana (Censo de 1970), no crescimento vertiginoso das cidades e na expansão do processo de industrialização. Luna e Klein chegam a afirmar que “embora baseado em um modelo tecnocrático e autoritário, o período militar marcou a consolidação de um moderno sistema de bem-estar social”, ressaltando que o modelo de crescimento adotado ampliou as profundas desigualdades de classe social e de cor no país. In: “Mudanças sociais no período militar (1964-1985)”. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.67.

³⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.393 e p.405, respectivamente.

práticas tiveram, e também da correlação de forças estabelecida no momento em que iniciaram suas mobilizações. No entanto, a alta do custo de vida; a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores; a restrição da capacidade de ação dos espaços tradicionais de representação como sindicatos, SABs e partidos políticos; o fechamento de espaços públicos de participação popular; e diversos outros fatores que demonstram as dificuldades vivenciadas pelas camadas populares durante o regime militar – sobretudo a partir de 1973; tudo isso não prescreve que elas deveriam se rebelar nem determina, entre as várias respostas possíveis, as formas da revolta³⁶. O surgimento do MCV não pode ser explicado como uma reação óbvia ou mecânica à alta do custo de vida verificada no período; tampouco suas práticas reduzidas apenas às lutas pela obtenção de bens e serviços travadas, fora da esfera de produção, para satisfazer as necessidades de reprodução da força de trabalho – como acreditavam os economicistas. Aliás, a “atitude” contra a alta do custo de vida, desejada pelo governo, não passava pela ação coletiva e jamais deveria ser travada no espaço público. O papel das donas de casa, estimulado nas campanhas publicitárias e discursos oficiais, era o de uma “consumidora ativa”, o que significava, de acordo com o imaginário oficial, sempre pechinchar o preço – com o poder de seus “sorrisos” – e, quando ele desrespeitasse as tabelas estabelecidas pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), denunciar o abuso para a fiscalização da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), através de um telefonema anônimo para o número 198³⁷.

Um indício de que não é possível compreender o desenvolvimento do MCV como um reflexo automático da alta do custo de vida do período encontra-se na análise da tabela

³⁶ Sobre a crítica às interpretações que veem as lutas contra a carestia como respostas naturais das camadas populares ao aumento dos preços, recorremos a E.P. Thompson. O autor, ao ser criticado por Dale Willians, em artigo de 1976 intitulado *Were 'hunger' rioters really hungry?* [os amotinados da “fome” realmente tinham fome?] a respeito de sua análise sobre os motins da fome na Inglaterra do séc. XVIII, afirma que “não há dúvida de que os amotinados tinham fome, mas a fome não prescreve que eles devam se rebelar nem determina as formas da revolta”. In: THOMPSON, E. P. “A economia moral revisitada”. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p.205.

³⁷ A SUNAB foi criada pela Lei Delegada nº5, de 26 setembro de 1962, para efetuar o controle de preços, tabelando os preços finais de bens e serviços considerados essenciais, visando obter um ritmo normal do abastecimento a preços razoáveis. Em 1968, com o objetivo de aprimorar este controle, é criado o CIP, através do Decreto-lei 63.196 que passou a ter poderes de fixar a política de preços no mercado interno. Embora suas funções fossem, do ponto de vista legal, complementares, ocorriam, frequentemente superposições. Ver mais em: DA MATA, Milton. “Controles de preços na economia brasileira: aspectos institucionais e resultados”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 10, n. 3, 1980. p.911-954. A crítica à ineficácia destes órgãos era recorrente entre a população e apontada, inclusive, pela imprensa: “Controle de preços, tarefa que o CIP e a SUNAB ainda não conseguiram cumprir”. *OESP*, 14/05/1976. p.10.

com a variação anual do custo de vida na cidade de São Paulo, 1960-1984 (Figura 1). Como podemos constatar, a alta desenfreada do Índice do Custo de Vida ocorreu a partir de 1979, justamente quando o movimento – a essa altura rebatizado como MCC – passou a perder, gradualmente, sua capacidade de mobilização nas periferias de São Paulo que passaram a se articular por outras formas e, em certos casos, refluíram.

FIGURA 1– Tabela com variação anual do custo de vida na cidade de São Paulo, 1960-84³⁸

Portanto, enfatizamos que o objeto de estudo desta pesquisa não foi a alta do custo de vida durante o regime militar, e sim o movimento popular capaz de se articular em torno de interesses, inimigos e representações comuns durante um determinado momento histórico que, conforme tentamos demonstrar, restringia à livre organização política. Buscamos compreender como se deu esta articulação; a composição do movimento e as lutas por sua hegemonia; como estas disputas influenciaram na reiteração de das imagens elaboradas pelo MCV sobre suas lutas e naquelas construídas pelo Estado construiu sobre o movimento; e como estes imaginários orientaram suas ações que, do mesmo modo que

³⁸ Ipeadata *apud* LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. 2014, *Op cit.* p.30

aquelas de outras coletividades classificadas como “novos movimentos sociais”³⁹, não estiveram isentas de contradições.

Deste modo, além do estudo da literatura acadêmica⁴⁰ que se dedicou a analisar [parcial ou exclusivamente] o MCV, foi fundamental para este trabalho apreender o debate no qual estão inseridas as análises desta literatura em sua investigação sobre os “novos personagens que entraram em cena” nos anos 1970 e 1980. Um debate que se dava em torno da compreensão, entre outras questões, sobre as novidades trazidas por esses movimentos, sua capacidade de alterar a ordem vigente e, até mesmo, de fazer emergir uma nova cultura política no país.

Assim, ainda durante a segunda metade da década de 1970, trabalhos que buscaram discutir os novos movimentos sociais ocuparam papel de destaque no debate sociológico brasileiro por quase vinte anos e foram responsáveis, conforme avaliação de Perruso, pela renovação do “pensamento social brasileiro dedicado à compreensão da constituição e desenvolvimento dos atores sociais nacionais de cunho popular”⁴¹. Em comum, pretendiam romper com a tradição sociológica brasileira vigente nos anos 1950 e 1960, que interpretava a presença dos trabalhadores na sociedade como determinada por sua posição na esfera da produção econômica e que, partindo da lógica do atraso da industrialização nacional, pensava sua classe operária como despolitizada, alienada ou cooptada por um Estado onipotente⁴².

No entanto, estes estudos não devem ser pensados como um todo homogêneo – o mesmo é válido para a tradição de pensamento anterior – e, portanto, nem todos aspectos apontados a seguir poderão ser identificados em todos os trabalhos produzidos nos anos 1970 e 1980. Após extensa leitura da bibliografia – e, sem a pretensão de negar as diferenças presentes em qualquer corrente de pensamento – acreditamos que estes

³⁹ A novidade nos movimentos sociais da década de 1970 e 1980 será problematizada adiante. Por ora, destacamos que o termo “novos movimentos sociais” – originário do paradigma do movimento social europeu – será utilizado com o sentido que lhe era atribuído na época: Movimentos sociais populares urbanos. Segundo Gohn, “esta denominação buscava contrapor os novos movimentos sociais aos ditos já velhos, expressos no modelo clássico das Sociedades Amigos de Bairro ou associações de moradores”. GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997. p.281.

⁴⁰ O uso do termo “literatura” busca dar conta da diversidade da matriz acadêmica destes trabalhos: Sociologia, Ciência Política e História.

⁴¹ PERRUSO, Marco Antônio. “Em busca do “novo”: movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1970/1980”. *Perspectivas*. São Paulo, v.37, jan/jun-2010. p.249-268.

⁴² Sobre esta ruptura, ver: SADER, Eder, PAOLI, Maria C.; TELLES, Vera. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Rev. Bras. de Hist.*, São Paulo, n.6, 1984. p.129-149.

trabalhos constituem um “campo comum” de explicação dos movimentos populares sobre o qual é necessário refletir para melhor compreendermos nosso objeto de estudo. Mesmo no interior deste campo, assinalamos mudanças operadas nas interpretações sobre os movimentos populares que refletem, grosso modo, também transformações nos próprios movimentos ao longo do período considerado⁴³.

Os “novos movimentos sociais”: do entusiasmo à crise

Na final da década de 1970, foram publicados os trabalhos que expressam as primeiras tentativas de análise sobre os movimentos popular⁴⁴ e operário que irromperam na cena pública a partir de 1978⁴⁵. Estudos dedicados à compreensão das “novas formas de organização” nas periferias das grandes cidades já vinham sendo realizados desde meados dos anos 1970 – após o massacre das organizações de luta armada e, também, da vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições legislativas de 1974 – e podem ser inseridos em um processo mais amplo que Ridenti nomeou de “ida ao povo”, quando artistas e intelectuais de esquerda, pretendendo-se populares, se engajaram nos projetos alternativos à ordem estabelecida na sociedade brasileira⁴⁶.

Este engajamento, no caso dos pesquisadores dos movimentos populares⁴⁷, pode ser verificado em dois campos. Na academia, impulsionou a formação de núcleos

⁴³ Para um levantamento, balanço e avaliação dos pressupostos teórico-metodológicos utilizados nas análises sobre os movimentos sociais [que não serão encontrados neste trabalho] ver, respectivamente, KOWARICK, Lúcio. “Movimentos urbanos no Brasil Contemporâneo: uma análise da literatura”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Fev/1987, vol. 1, n.3. p.38-50; CARDOSO, Ruth C. “Movimentos sociais urbanos: balanço crítico”. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.313-350 e GOHN, Maria. 1997, *Op. cit.*

⁴⁴ Não obstante a imprecisão do termo, utilizaremos “movimento popular”, em oposição a “movimento operário”, para nos referirmos a uma parcela do movimento social, composta por membros das camadas populares com demandas sociais, modo de vida e consumo restrito; e que não está, necessariamente, vinculada à condição operária e/ou ao movimento sindical. Não pretendemos com isto sugerir a existência de fronteiras rígidas entre as duas parcelas ou afirmar que o movimento operário não seria também “popular”, buscamos apenas evitar a operação contrária. Tal diferenciação é importante para compreender, entre outros, a dificuldade de preservação da memória – mais latente no primeiro que no segundo.

⁴⁵ A respeito do movimento operário, ocorreram 118 greves, em 1978, e 246 greves, em 1979, nas regiões urbanas do país de acordo com os dados do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEEP/Unicamp) sistematizados por CODATO, Adriano. 2005, *Op. cit.*, p.96.

⁴⁶ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000. Ver sobretudo o capítulo 6: “Todo artista tem de ir aonde o povo está”.

⁴⁷ No cinema, o diretor Renato Tapajós pode ser considerado um exemplo deste engajamento. Seu filme “A luta do povo” (1980), que busca traçar um resumo das lutas populares da década de 1970, é uma das referências sobre o MCV utilizadas nesta dissertação.

universitários de pesquisas sobre o tema como, por exemplo, o GT sobre Movimentos Sociais Urbanos na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e a publicação de dissertações e teses sobre os movimentos populares que foram importantes não apenas para conferir “legitimidade teórica e acadêmica ao tema”⁴⁸ como também contribuíram para a mudança do “habitus acadêmico” predominante que passava a incluir então uma faceta de engajamento⁴⁹. E fora da academia, estes mesmos pesquisadores prestavam assessoria e outros tipos de apoio aos movimentos populares, sobretudo, por meio de organizações intelectuais engajadas como, por exemplo, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e o Centro Pastoral Vergueiro (CPV) – assessoria distinta da linha “institucional” do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). A respeito desta aproximação, Perruso alerta para o risco, percebido à época por alguns dos autores considerados mais “otimistas”⁵⁰, da idealização dos movimentos populares visto que “as tarefas acadêmicas passavam a estar intimamente relacionadas com a atuação engajada, co-dependentes às vezes”⁵¹.

Conscientes ou não do risco de idealização de seu objeto de estudo, as análises do período viam nos novos movimentos sociais a capacidade, não apenas de provocar a derrocada do regime, como também de fazer emergir uma “nova cultura política” no país que partiria das “bases” da sociedade. Aliás, o destaque à novidade presente nos novos movimentos sociais e no “novo sindicalismo”⁵² precisa ser compreendido à luz do contexto da época, quando o debate sobre as derrotas de 1964 e 1968 apontava para a crítica aos limites do populismo, à tutela dos sindicatos pelo Estado e ao pacto classista pré-1964. Assim, mais do que resultado da comparação efetiva das características observadas no estudo dos movimentos sociais entre as décadas de 1960 e 1970, a

⁴⁸ TELLES, Vera da Silva. *A Experiência do autoritarismo e práticas instituintes: Os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP. São Paulo, 1984. Sobre este aspecto, a autora remarca ainda a importância dos pioneiros trabalhos de Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, sobre as classes populares no populismo, realizados ainda no início da década de 1970.

⁴⁹ PERRUSO, Marco Antônio. *Op. cit.* p.263-264.

⁵⁰ “Abandonando o lugar da razão exterior, que qualificaria as práticas observadas, os novos pesquisadores têm vacilado entre as várias possibilidades, desde a pesquisa participante até a descrição etnológica. É claro que não são poucos os riscos dessa alteração, tendo no limite a pretensão impossível de auto-anulação do próprio pesquisador enquanto sujeito portador de questões e reflexões que o motivam e definem seu próprio impulso de conhecimento”. In: SADER, Eder; PAOLI, Maria C. 1986, *Op. cit.*, p.60.

⁵¹ PERRUSO, Marco Antônio. *Op. cit.*, p.258.

⁵² Termo utilizado, no Brasil, para se referir ao movimento sindical que teria nascido com as greves de 1978 no ABC paulista e que se oporia ao “velho sindicalismo” considerado pelego e corporativista.

qualificação de “velhos” e “novos” movimentos pode ser entendida, de acordo com Telles, como um sinal de ruptura⁵³ em relação ao passado. E a autora acrescenta:

Foi na qualificação dessa diferença que se deu o questionamento da imagem tradicional de atraso, imaturidade política e incapacidade de expressão própria através da qual, pelo menos até esses anos, se interpretava e analisava a presença dos trabalhadores na sociedade.⁵⁴

Por isso, sobretudo os primeiros trabalhos produzidos na década de 1970 enfatizavam a autonomia dos movimentos populares em relação aos partidos, sindicatos e, principalmente, ao Estado. Conforme avalia Sader, a autonomia de que falavam os primeiros trabalhos era ainda decorrente de determinações estruturais, construída quando os movimentos “buscavam as condições necessárias para a reprodução da força de trabalho e deparavam-se diante do Estado inflexível a tais interesses”⁵⁵.

No entanto, diante das transformações nos próprios movimentos, especialmente, depois das eleições de 1982, a avaliação desta autonomia em relação aos espaços institucionais de representação mencionados anteriormente passou a ser matizada; e reconheceu também a participação da Igreja neste processo sem, contudo, reduzir a dinâmica dos “novos movimentos sociais” a tais instituições. Desta forma, as análises centradas no binômio autonomia-institucionalização⁵⁶ perdem força e os novos estudos direcionam-se para questões como a “identidade” dos movimentos e à formação de “sujeitos” novos que emergem deles. Essa tendência, expressa já em outros trabalhos do início da década 1980⁵⁷, encontra sua formulação mais apurada na tese de doutorado de Sader⁵⁸ onde o autor sintetiza a “novidade” dos movimentos sociais em três aspectos: *novos* sujeitos coletivos que, alargando o conceito de política, atuavam em *novos* espaços

⁵³ Conforme já afirmamos anteriormente, esta “ruptura” não ocorre apenas nas ciências sociais e política, embora tenhamos priorizado o debate sobre seus autores porque são os responsáveis pelos primeiros estudos dos movimentos populares nos anos 1970 e 1980. Entre os historiadores, são realizados trabalhos dedicados ao estudo da Primeira República que questionaram a utilização do “discurso dos vencedores” na construção da história das classes populares. Autores como Edgar De Decca, Michael Hall, Kazumi Munakata, Paulo Sérgio Pinheiro, entre outros – concentrados principalmente na UNICAMP – produziram trabalhos nessa linha de interpretação ainda na década de 1970.

⁵⁴ TELLES, Vera. 1984, *Op. cit.*, p.3.

⁵⁵ SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.42.

⁵⁶ GOHN assinala que diante dos acontecimentos, num primeiro momento, “autonomia redefiniu-se em termos de autodeterminação”. GOHN, Maria. 1997, *Op. cit.*, p.287.

⁵⁷ Nesse sentido, destacamos a dissertação de Vera Telles, já citada aqui, publicada ainda em 1984.

⁵⁸ Tese defendida em 1987 no Depto. de Sociologia da USP e publicada, no ano seguinte, no formato do livro intitulado *Quando novos personagens entraram em cena*, já citado anteriormente.

do seu cotidiano através de *novas* práticas e formas de organização. E conclui que esta novidade indica a emergência mesmo de uma “nova configuração de classe”:

Ou seja, não apenas em comparação com os padrões do início da década, mas também – e sobretudo – com os de períodos históricos anteriores, o fim dos anos 70 assistia à emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem; seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, diferente do “libertário” (das primeiras décadas do século) ou o “populista” (após 1945)⁵⁹.

Vale ressaltar que a tese do autor é defendida em 1987 e, portanto, durante o momento onde grande parte dos intelectuais já expunha sua decepção com os rumos dos movimentos populares, a derrota das Diretas Já! e a, conseqüente, transição negociada para a democracia⁶⁰. Mesmo neste contexto, o autor mantém a avaliação de que os novos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 eram portadores, efetivamente, da “promessa de uma radical renovação da vida política” e, reconhecendo a importância dos movimentos e de seu legado, atribui a não-concretização de sua promessa a uma derrota deste projeto político:

Eles foram projetados para enfrentamentos decisivos quando ainda mal se haviam constituído como sujeitos políticos. O ritmo de suas histórias não era o mesmo que o da política instituída, e foi esta que fixou as datas. Levadas “precocemente” aos embates políticos, expressaram sua imaturidade enquanto alternativas de poder no plano da representação política⁶¹.

Entretanto, este não foi o tom da avaliação sobre os “novos movimentos sociais” que marcou o final dos anos 1980. O entusiasmo que motivara a “ida ao povo” nos anos anteriores deu lugar à “crítica-demolidora”⁶² na segunda metade da década e,

⁵⁹ SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.36

⁶⁰ Uma reflexão sobre esta “decepção” pode ser encontrada no filme “Nada será como antes, nada?” (1984), de Renato Tapajós, no qual o diretor reflete sobre os rumos dos movimentos populares que ele havia analisado em seu filme anterior, “A luta do povo” (1980).

⁶¹ SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.314-315.

⁶² Uma ilustração deste movimento de crítica-demolidora pode ser encontrada na irônica avaliação de Oliveira quando afirma que “várias florestas transformadas em papel já foram gastas para descrever e até mesmo teorizar sobre os movimentos populares”. OLIVEIRA, Francisco de. “Os protagonistas do drama:

consequentemente, à drástica redução dos estudos sobre os movimentos populares desde a década de 1990. Conforme aponta Doimo:

Na falta de outros critérios de medida, sobreveio um desapontamento geral sobre o qual repousou a tese de que esses formatos de participação seriam inexoravelmente fragmentários, destinados a exaurirem-se em sua própria luta imediata e cotidiana, cuja eficácia tenderia a esgotar-se na conquista ou ampliação deste ou daquele direito de cidadania. E adeus movimentos sociais: agora há assuntos mais relevantes⁶³.

Embora a (re)avaliação dos avanços e limites dos movimentos populares nos anos 1970 e 1980 seja fundamental para melhor compreendê-los, analisar seu papel na transição política e seus legados para a democracia, é preciso atentar, como indica Telles, “para não tomar os dados do presente [a “crise” dos movimentos populares e suas transformações em meados dos anos 1980] como a prova ou a medida da verdade daquilo que já estaria contido no passado” – o que justificaria atribuir um “otimismo ingênuo” aos primeiros analistas que não perceberam os “defeitos” de seus objetos de estudo. E a autora acrescenta:

Todos os defeitos “atuais” dos movimentos populares (traços de clientelismo político, de uma noção tutelar do Estado, de uma concepção de direitos como mera defesa de interesses privados, de uma visão instrumental da política que só alimenta a tendência à sua corporativização), tudo isso indica o quanto é forte e viva uma tradição de autoritarismo corporificada no Estado. E se tudo isso aparece “hoje” como um problema e não como um destino inelutável determinado pelo peso da história, é porque a experiência recente criou outras referências e abriu outros campos de possibilidade para pensar dilemas que o presente coloca⁶⁴.

Nesse sentido, é de extrema relevância o trabalho já citado de Gohn que busca avaliar os pressupostos teórico-metodológicos utilizados nas análises sobre os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980. Refutando o olhar anacrônico e demolidor de parte da crítica, a autora sintetiza as formulações – expressas em outros importantes

Estado e sociedade no Brasil. In: LARANJEIRA, Sônia (org.). *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990. p.60

⁶³ DOIMO, Ana Maira. *A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995. p.31

⁶⁴ TELLES, Vera. “Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos”. KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.219

trabalhos dos anos 1990 – sobre os fatores que contribuíram para as mudanças ocorridas nos movimentos do período e, por conseguinte, nos estudos dedicados ao tema que, de questão central no debate sociológico, passou a ser visto como “problemática superada e equacionada por meio da institucionalização das práticas sociais”⁶⁵.

Entre os elementos que compõem o cenário das mudanças ocorridas nos movimentos populares, a autora destaca as alterações nas políticas públicas, bem como na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação; o desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da via social e, ainda, a criação de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares e das grandes centrais sindicais. Sobre este último ponto, a autora avalia que o surgimento e o crescimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs) fez com que elas se tornassem uma forma quase substituta dos movimentos sociais urbanos nos anos 1990⁶⁶. Gohn ainda acrescenta a este cenário:

A decepção da sociedade civil com a política, tanto com a praticada pelas elites dirigentes como com aquela praticada pelos partidos políticos, que progressivamente foram perdendo a capacidade de articular as demandas das camadas populares e médias⁶⁷.

A respeito da análise da produção acadêmica sobre os novos movimentos sociais brasileiros efetuada pela autora, duas críticas devem ser ressaltadas para que sirvam de alerta [inclusive] para esta pesquisa na medida em que os trabalhos produzidos neste período são referências importantes para o estudo de nosso objeto. A primeira se refere à ênfase no papel dos atores sociais. Ainda que a “sociologia da ação”, com a qual grande parte dos autores do período se identificavam⁶⁸, reconheça a importância da compreensão das “estruturas sociais” onde se dão as relações entre os atores, os analistas dos novos movimentos sociais nos anos 1980, ao priorizarem a busca pela “identidade” desses movimentos, acabaram negligenciando a reconstrução dos contextos explicativos em que aquelas ações ocorriam. A segunda crítica, decorrente da primeira, é a transposição

⁶⁵ GOHN, Maria. 1997, *Op. cit.*, p.11.

⁶⁶ A autora aponta ainda que muitos pesquisadores dos movimentos sociais engajaram-se neste novo tipo de atividade nas ONGs, trabalhando em projetos atendendo demandas específicas.

⁶⁷ *Idem*, p.285-286.

⁶⁸ Os trabalhos de Alain Touraine são referenciais neste período, sobretudo, *Sociologie de l'action* (1965) e *Le retour de l'acteur* (1984) constantemente citados por autores dos novos movimentos sociais brasileiros.

conceitual do “novo movimento social europeu” para pensar o “novo movimento social brasileiro” desconsiderando as diferenças nas reivindicações e na composição social entre duas realidades completamente distintas⁶⁹.

A literatura sobre o MCV

A percepção do debate sobre os novos movimentos sociais permitiu a reflexão sobre as conquistas e limites da atuação do MCV e de outros movimentos⁷⁰ do período no processo de transição política. Embora este processo tenha sido iniciado, a partir de 1974, por iniciativa do governo com seu projeto de uma abertura “lenta, gradual e segura”, discordamos das interpretações – vistas “de cima” – que avaliam que ele foi controlado exclusivamente pelos militares; pois, uma vez colocado em movimento, “o processo de reforma do regime ditatorial-militar tende a superar (para o bem ou para o mal) o projeto original”⁷¹ e nada assegurava que este resultado final fosse necessariamente um regime democrático. Codato avalia que às pressões da sociedade civil foram capazes de influenciar o ritmo dos acontecimentos⁷², cabendo às negociações no universo das elites a definição do conteúdo e da natureza da transição.

No que se refere ao MCV, ele exerceu um papel importante nesta dinâmica ao ser capaz de promover a mobilização de camadas populares e médias contra uma das bases sobre a qual o regime buscava construir sua “legitimidade”: o êxito de sua política econômica materializado na imagem positiva do milagre. Mesmo sem obter suas reivindicações imediatas – o que contribuiu para a perda progressiva de sua capacidade de mobilização – o MCV teve atuação de destaque no processo de reocupação e repolitização das ruas, especialmente, com sua grande assembleia realizada na Praça da Sé, em 27 de agosto de 1978. Entendemos que esta conquista está inscrita em um reduzido

⁶⁹ “Na Europa, a “nova” classe média, formada por grupos sociais conscientes dos problemas sociais gerados pelo capitalismo, elaboraria respostas racionais aos problemas que enfrenta e não teria comportamentos antimodernizantes ou respostas irracionais [como a “velha” classe média]. Se observarmos a realidade dos movimentos sociais brasileiros, a maioria dos que agitaram o cenário dos anos 70-80 não tinha aquele perfil, mas advinha das camadas populares. [...] No movimento popular, apenas as assessorias se aproximam daquele perfil [europeu]”. GOHN, Maria. 1997, *Op. cit.*, p.291.

⁷⁰ Para análise a respeito da influência das ações dos Movimentos pela Anistia na agenda de abertura elaborada pelo governo, ver: OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. *As dinâmicas da luta pela anistia na transição política*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 2014.

⁷¹ CODATO, Adriano. 2005, *Op. cit.*, p.90.

⁷² *Idem*, p.96.

conjunto de concessões que o Estado não estaria disposto a abrir mão, independentemente do momento. Nesse sentido, estas concessões – e as “negociações” com os movimentos sociais implicadas neste processo – são compreendidas por esta pesquisa como o teatro e o contrateatro, nos termos de Thompson, entre dominantes e dominados e que acabava por moderar as ações de ambos⁷³.

O entendimento do debate sobre os novos movimentos sociais também contribuiu para estabelecermos um diálogo mais qualificado com os seis estudos que tomaram o MCV como parte de seus objetos de pesquisa. Ressaltamos este aspecto “parcial” porque, embora a historiografia do período aponte, frequentemente, que o MCV foi um dos maiores movimentos populares que emergiu no contexto das lutas pela redemocratização brasileira, ele foi propriamente objeto de estudo de apenas uma pesquisa monográfica até o momento⁷⁴. Os demais trabalhos abordam o MCV em artigos⁷⁵; capítulos⁷⁶ e subcapítulos de dissertação⁷⁷, bem como de teses⁷⁸ acadêmicas; e, como se verá adiante, todos contribuíram sobremaneira para as discussões propostas nesta pesquisa.

O primeiro trabalho sobre o MCV foi elaborado, ainda no curso dos acontecimentos, em março de 1980, pelo pesquisador alemão Tilman Evers⁷⁹ com o

⁷³ Não buscamos comparar os motins da Inglaterra do séc. XVIII ao caso brasileiro, mas sim reafirmar a existência de estratégias dos dominados em seus embates com os dominantes. Ver: THOMPSON, E. P. 2002. *Op. cit.*

⁷⁴ UYTENDENBROEK, Xavier. *Movimento do Custo de Vida: um movimento que rompeu o cerco da repressão*. Dissertação de mestrado, PUC-SP. São Paulo, 1987. Infelizmente, esta importante análise sobre o MCV – a mais completa já produzida – não foi utilizada por [quase] nenhum dos trabalhos elaborados, a partir de 1988, sobre os movimentos sociais. Exceção feita à dissertação sobre um grupo de mulheres da região do Cupecê que participou do MCV, realizada por Maria Cecília Domezi e que nos possibilitou tomar conhecimento da obra de Uytendenbroek.

⁷⁵ EVERS, Tilman. “Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida”. In: MOISÉS, J. et al. *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes/Cedec, 1982. p.74-98.

⁷⁶ DOMEZI, Maria Cecília. *Elas ergueram as panelas – donas de casa: da luta contra o custo de vida à construção da cidadania*. Dissertação de mestrado, PUC-SP. São Paulo, 1997.

⁷⁷ Em razão da dificuldade de acesso a dissertação do autor, utilizamos neste relatório o livro: NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984)*. Curitiba: Juruá, 2002 que é, nas palavras do autor, a adaptação quase literal, dos capítulos de sua dissertação: EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano de. “*Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua na Grande São Paulo (1977/1984)*”. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP. São Paulo, 1994.

⁷⁸ SADER, Eder. 1988, *Op. cit.* e DOIMO, Ana Maira. 1995, *Op. cit.* Em ambos os casos, tratam-se de livros que correspondem a versão publicada da tese dos autores defendidas, respectivamente, em 1987 e 1994, na FFLCH-USP.

⁷⁹ Professor e pesquisador do Instituto de Estudos Latino-Americanos, Universidade Livre de Berlim e com diversos estudos publicados pelo CEDEC. Irma Passoni, em depoimento ao autor, declarou que Evers participou de reuniões e assembleias do MCV durante o ano de 1978.

intuito de realizar uma síntese interpretativa⁸⁰ do movimento. Em um seu artigo de 24 páginas, o autor expõe – de maneira resumida⁸¹ – alguns dos eventos que marcaram a trajetória do MCV e toca as principais questões em torno do movimento: sua composição social; relação com a igreja; movimento operário; partidos e Estado; entre outras que nos propomos a rediscutir. Formula ainda uma avaliação sobre os dilemas enfrentados pelo movimento, que passava por um momento de *reorientação* na época em que o artigo era escrito, apontando caminhos para evitar sua possível dissolução.

Este artigo de Evers tornou-se referência para os demais estudos sobre o MCV e também para aqueles que buscavam compreender a organização e os métodos dos movimentos populares. Discordamos de algumas interpretações do autor como a avaliação de que as donas de casa se movimentaram apenas ao redor de problemas da reprodução familiar por sua tendência a se restringir a este tipo de problema considerando a divisão tradicional de trabalho; ou ainda quando ele afirma que a reivindicação e a composição do MCV eram policlassistas. No primeiro caso, nos parece evidente que elas extrapolaram este limite [real] ao qual estavam submetidas, promovendo a politização do cotidiano e sendo capazes de mobilizar outras pessoas de fora deste espectro para seu movimento. No segundo, embora tenha razão ao apontar a existência de participantes com “experiência política anterior”, o autor ignora a preocupação do MCV na afirmação de uma certa identidade de classe desde o início do movimento com sua carta às autoridades na qual, além de se apresentarem como as “mães da **periferia** – aquelas que mais sentem a realidade da vida”⁸² (**grifo nosso**), realizam uma pesquisa demonstrando não apenas a alta do custo de vida, mas também como ele é ainda mais alto nos “bairros mais afastados da cidade” em comparação com os menos afastados. Consideramos que, inclusive pelos limites impostos a um trabalho de síntese, suas abordagens foram pouco desenvolvidas e

⁸⁰ Utilizaremos, neste trabalho, a já citada versão brasileira (“Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida”) do artigo publicado em espanhol, um ano antes, no México: “Síntesis interpretativa del Movimiento do custo de vida, un movimiento urbano brasileño”. *Revista Mexicana de Sociologia*. XLIII, nº4, (out/dec – 1981). p.1371-93.

⁸¹ O autor busca antes apresentar uma subdivisão do desenvolvimento histórico do MCV, pois, segundo ele, “**esta é uma história que só os seus próprios protagonistas podem escrever**” (**grifo nosso**). EVERS, Tilman. 1982, *Op. cit.*, p.76.

⁸² Carta das mães da periferia, 1973. *Op. cit.* Disponível no Anexo 3 desta dissertação.

alguns pontos foram deixados de lado como a trajetória inicial do movimento (1973-1976) a partir dos Clubes de Mães da periferia sul de São Paulo⁸³.

Eder Sader⁸⁴ foi um dos principais responsáveis pela reelaboração do paradigma dos “novos movimentos sociais” brasileiros nos anos 1980. Após identificar as três “matrizes discursivas” às quais os movimentos sociais do período recorriam [ao mesmo tempo que as modificavam] para orientar suas ações, o autor se dedicou à compreensão dos quatro mais importantes movimentos dos anos 1970/80 que se articularam em torno de organizações diversas: Clube de Mães da periferia sul; Oposição Metalúrgica de São Paulo; Movimento de Saúde da periferia leste; Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. No que se refere ao MCV, Sader buscou compreendê-lo como um “desdobramento natural dos Clubes de Mães que lhe deram a vertebração básica [...] uma forma concreta de unificação e politização das atividades de base daquela organização”⁸⁵. Tomando como referência básica algumas entrevistas com participantes do MCV e o artigo citado de Evers, o sociólogo examina, principalmente, o processo de politização do movimento que tem seu auge em 1978; e conclui que após o grande ato da Praça da Sé em agosto daquele ano, teria restado do movimento apenas “estruturas organizativas” e que a “intensa mobilização popular após 78 não mais passou por suas vias”. Buscamos demonstrar nesta pesquisa que, embora seja correta afirmar a redução da capacidade mobilizadora do MCV após o ato da Praça da Sé, isto não representa o seu fim como propõe Sader e sim um momento de *reorientação* que marcará sua nova fase, simbolizada com a mudança de nome para MCC, quando membros ligados aos setores progressistas da Igreja Católica perdem a hegemonia sobre o movimento. Ainda assim, ele foi capaz de organizar importantes mobilizações – inclusive em outros estados a partir das lutas contra a alta das tarifas de ônibus – além de Congressos Estaduais e Nacionais que significaram uma tentativa de atuação nacional do MCC.

⁸³ O período 1973-1976 registra certa lacuna também nos documentos escritos. Por isso, as entrevistas com participantes do MCV foram importantes para compreender melhor a gestação do movimento no interior dos Clubes de Mães da Zona Sul e sua expansão para outras regiões da cidade.

⁸⁴ A tese do autor foi defendida no final de 1987 e foi publicada, no ano seguinte, no livro que utilizamos neste trabalho: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Acrescentamos que o falecimento do autor, em maio de 1988, impossibilitou eventuais revisões e desdobramentos de sua tese.

⁸⁵ *Idem*, p.212.

Xavier Uytendenbroek⁸⁶ acompanhou ativamente o desenvolvimento do MCV, na Zona Leste, enquanto padre da paróquia de Burgo Paulista onde permaneceu até 1978 quando deixou a Igreja Católica⁸⁷. Ele é o autor da única pesquisa monográfica que fez do MCV seu principal objeto de estudo e, talvez, por isso, tenha sido também o único a compreender as disputas internas pela hegemonia do movimento. Em sua dissertação, buscou analisar a posturas dos dois principais grupos de agentes que lidaram com o MCV: militantes cristãos das pastorais e das esquerdas marxistas. Para tanto, valeu-se de sua experiência para conseguir realizar 40 entrevistas com líderes, componentes e simpatizantes do MCV e para ter acesso a uma parcela importante da documentação produzida pelo movimento.

Uytendenbroek avalia que o vanguardismo das esquerdas e o “povismo” das pastorais católicas foram determinantes para o fim de um movimento que, nas palavras do autor, “despertou muita gente e deixou o saldo transformador de abrir um rombo na ditadura”. Enquanto a Igreja – instituição que restringe a liberdade dos seus leigos – teria recuado ao desenvolvimento do MCV por defender a ação “espontânea” do povo, as esquerdas estariam mais preocupadas com a formação de quadros para seus partidos que, embora atuassem na clandestinidade, já não sofriam a repressão de anos anteriores. Sua principal contribuição para esta pesquisa foi a análise densa que o autor fez do acirramento das disputas pela hegemonia do MCV entre 1977 e 1978. Todavia, em decorrência até mesmo do recorte estabelecido, Uytendenbroek não foi capaz de compreender a existência dessas disputas já na primeira fase do movimento e em sua terceira fase, depois de 1978⁸⁸.

⁸⁶ UYTENDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.* O autor defendeu sua dissertação poucos meses antes de Sader apresentar sua tese. Embora tenhamos utilizado a ordem cronológica na apresentação dos trabalhos sobre o MCV, optamos por inserir primeiro o trabalho de Sader porque ele iniciou sua pesquisa antes. Considerando que as pesquisas foram realizadas quase simultaneamente, é compreensível que Sader não tenha tido acesso ao trabalho de Uytendenbroek a respeito do MCV.

⁸⁷ Uytendenbroek continuou sua militância junto às pastorais católicas, chegando a ser preso junto com outros companheiros da Pastoral Operária no dia em que o operário – e militante do MCV – Santo Dias da Silva, foi assassinado pela polícia durante um piquete em frente à porta da fábrica Sylvania, em Santo Amaro.

⁸⁸ Há também um problema que o próprio autor atribui a sua “falta de precisão científica”: o uso das entrevistas. A forma como utiliza as entrevistas leva Uytendenbroek a fazer afirmações sem sabermos exatamente se é uma conclusão sua ou do entrevistado. Além disso, mais do que confrontar as avaliações entre os diferentes entrevistados e também com outras fontes, faltou ao autor a reflexão sobre o lugar de onde partem as falas e seus significados. A título de exemplo, citamos a avaliação – sem qualquer referência – de que a candidatura de Irma Passoni, para deputada estadual, sem consulta às bases do MCV foi uma contradição. Há diversas entrevistas e até mesmo uma matéria da FSP que afirmam que a candidatura de Irma Passoni foi proposta por 62 entidades da periferia. Não se trata de estabelecer “a verdade” diante dos

Ana Maria Doimo⁸⁹ analisa as ambivalências presentes nos movimentos reivindicatórios de ação direta que se caracterizam pelas diversas combinações possíveis de uma dupla face contida nesses movimentos: a expressivo-disruptiva, pela qual manifestam valores morais ou apelos ético-políticos que tendem a deslegitimar a autoridade pública; e a integrativo-corporativa, pela qual buscam conquistar maiores níveis de integração social pelo acesso a bens e serviços. Ela argumenta que, em uma conjuntura política fechada como a do regime militar, estes campos ético-políticos tendem a manifestar sua face expressivo-mobilizadora [capaz de romper ou alterar o momento], enquanto em conjunturas mais democráticas eles tendem a apresentar sua face integrativo-corporativa. Sua principal contribuição para esta pesquisa consiste na sua preocupação com a análise documental do MCV⁹⁰ e também no estudo do “substrato comum de linguagem” que existiria no meio da diversidade presente nas reivindicações dos cinco movimentos que analisa: MCV; Movimento de Luta contra o Desemprego (MCD); Movimento de Moradia; Movimento de Saúde e o Movimento de Transporte Coletivo. Este substrato comum é um dos indícios que provariam a existência de um “campo ético-político” que, propagado e potencializado por uma pedagogia popular, manifestou-se nacionalmente, entre meados das décadas de 1970 e 1980, dando origem a um grande ciclo reivindicativo.

Marcos Napolitano, o primeiro a efetuar uma abordagem histórica sobre o MCV, analisou o papel fundamental dos protestos de rua ocorridos na Grande São Paulo, durante o processo de reocupação e repolitização do espaço público durante o período 1977-1984. Tomando a imprensa enquanto principal fonte da pesquisa, o autor busca compreender seu papel ambíguo no registro, interpretação e formação de opinião pública sobre os diferentes eventos estudados (protestos estudantis; manifestações contra a carestia; saques e motins entre 1979 e 1983; greves do ABC e campanha das Diretas Já!). Ainda, cotejando as notícias veiculadas pela imprensa com a documentação produzida pelos movimentos, o historiador incorpora algumas das formulações da corrente sociológica

fatos, mas da importância de identificar os conflitos subjacentes nas falas. Nesse caso, trata-se da divergência entre grupos mais próximos da Igreja e grupos ligados às esquerdas; este conflito ficará evidente, em 1981, quando Irma se filiar ao PT e Aurélio permanecer no MDB.

⁸⁹ DOIMO, Ana Maria. 1995, *Op. cit.*

⁹⁰ A autora coletou um total de 1.976 documentos sobre os movimentos, entre os quais 155 referem-se ao MCV. Deste conjunto, a autora extraiu uma amostra de 37 documentos para realizar o procedimento de análise de discurso a partir de alguns trechos.

dos anos 1980 ao defender a existência de uma “nova cultura política” a partir da década de 1970, “constituída no bojo de um movimento amplo pela redemocratização do país”⁹¹.

A respeito do MCV, sua principal contribuição para este trabalho encontra-se na análise dos discursos construídos pela grande imprensa sobre os protestos de rua no período 1977-84; entre os quais estão os do MCV, especialmente aquele de agosto de 1978 que, como observa, tornou-se ainda mais politizado após a proibição da ocupação da Praça da Sé pelas autoridades – ampliando, assim, seu caráter econômico inicial. Sobre este último aspecto, Napolitano demonstrou como a explicitação da crítica popular à política econômica do regime militar, realizada pelo MCV, enriqueceu o processo de luta pela redemocratização pelo viés da “questão social”. No entanto, o autor, assim como Sader, encerra sua discussão sobre o movimento sem perceber suas contradições e sua reorientação, afirmando que depois do ato da Praça da Sé, “a reconquista das ruas pelo protesto popular, não teria mais retrocesso, até as Diretas Já!”⁹². Apesar disso, Napolitano demonstrou como, ainda durante a década de 1980, a importância dos protestos de rua na transição democrática foi minimizada pela “produção do consenso” que culminou numa transição pelo alto e na memorização da derrota.

Por fim, Maria Cecília Domezi⁹³ foi outra autora que teve contato com o MCV – já em sua fase final – na zona leste de São Paulo. Na condição de irmã de uma Congregação Católica, atuou junto às Comunidades de Base (CEBs) no fim da década de 1970 e, no início dos anos 1980, abandonou a Congregação e continuou a atuar na região como agente de pastoral. Assim como Uytendbroek, valeu-se de sua experiência para conseguir realizar 11 entrevistas com “donas de casa” da região Sul, mais especificamente do Setor Cupecê (faixa entre o Jabaquara e o limite com o município de Diadema). No entanto, o objetivo principal da autora não foi propriamente analisar o MCV – para isso utilizou-se da pesquisa de Uytendbroek – e sim “ver como essas donas de casa, líderes em movimentos sociais populares e ao mesmo tempo moradoras, tratam a cidade e são

⁹¹ O autor destaca ainda que a “questão democrática”, entendida como necessidade de redemocratização do país e compartilhada por este amplo movimento, foi enunciada a partir de diversos polos, sendo “potencializada e ganhando novos sentidos, na medida em que era o lastro dos eventos de protesto popular contra o regime militar”. *Idem*, p.31.

⁹² *Idem*, p.73.

⁹³ DOMEZI, Maria Cecília. 1997, *Op. cit.* Embora tenha defendido esta dissertação para obtenção do título de mestre em História na PUC-SP, a formação anterior e posterior da autora está relacionada à teologia e às ciências da religião.

tratadas pelo poder público da mesma cidade”⁹⁴. Domezi também buscou compreender o apoio concreto e os limites da estrutura da Igreja a essas mulheres, inclusive durante a militância da maior parte delas no MCV⁹⁵.

Sua principal contribuição para esta pesquisa está na abordagem que a autora fez do MCV a partir da perspectiva de gênero. Ao privilegiar a voz dessas mulheres que são mães, donas de casa e moradoras da periferia, a autora enfatizou um aspecto relegado ao segundo plano pelas pesquisas anteriores: “os principais atores nos movimentos populares dos anos 1970 e 1980 eram, de fato, atrizes”⁹⁶. Suas entrevistas, realizadas com base nos preceitos metodológicos de Meihy⁹⁷ a respeito da história oral, possibilitaram novas leituras sobre interpretações consolidadas pelas pesquisas anteriores como, por exemplo, na análise de que a campanha das assinaturas, em 1978, teria representado um “tarefismo” do MCV enquanto militantes das esquerdas se preocupavam com a teorização do movimento – algo negado pelas mulheres entrevistadas que viam justamente o contrário: “o ato de colher assinaturas aglutinava as pessoas, possibilitava a união entre os membros do movimento e dava materialidade às reflexões”⁹⁸; e que o seu fim marcou um distanciamento da população e o esfacelamento do movimento. Nossa ressalva à abordagem da autora restringe-se à infeliz perspectiva utilizada em seus apontamentos finais⁹⁹ quando, ao tentar enaltecer a “força das mulheres”, destacou sete características que seriam próprias das mulheres como o gosto pela dança e pelo canto que favoreciam a luta através da linguagem da arte; a paciência da gestação que facilitaria a gestação do movimento contra os imediatismos, entre outras que acabam por reforçar uma série de estereótipos machistas e destoam da análise histórica empreendida em sua dissertação.

Portanto, estes são os principais trabalhos com os quais dialogamos nesta dissertação. É preciso frisar que não procuramos suplantar o “otimismo ingênuo” dos

⁹⁴ *Idem*, p.18.

⁹⁵ A autora desenvolve esta reflexão mais densamente em outro livro que será importante para esta pesquisa: DOMEZI, Maria Cecília. *Do corpo cintilante ao corpo torturado: uma igreja em operação periferia*. São Paulo: Paulus, 1995.

⁹⁶ SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991, p.247 *apud* GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008. p.135. Gohn destaca ainda que, por um lado, os estudos marxistas estavam mais preocupados em registrar a existência da periferia e suas carências como um todo; por outro, grande parte dos estudos feministas da época também não tratava das condições de vida das mulheres na periferia.

⁹⁷ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

⁹⁸ DOMEZI, Maria Cecília. 1997, *Op. cit.*, p.116.

⁹⁹ Outra característica seria “suas lutas não se sustentaram só na racionalidade”. *Idem*, p.252-254.

estudos anteriores, como alertava Vera Telles sobre o tom das críticas aos trabalhos dos anos 1980, feitas por parte dos pesquisadores dos anos 1990. Propomos uma nova abordagem sobre o MCV que considere as disputas pela sua hegemonia durante toda a sua trajetória e não apenas no seu auge em 1978; buscamos compreender qual foi o imaginário que o MCV construiu sobre si e qual o Estado construiu sobre o MCV e que visou orientar as ações de ambos em uma relação pouco estudada até o momento. Por isso, como se verá a seguir, foi necessária a ampliação do recorte temporal utilizado pelos estudos anteriores e a inclusão de um novo conjunto documental.

As fontes

As análises da presente dissertação foram baseadas em ampla documentação coletada nos seguintes acervos: Centro Pastoral Vergueiro (CPV); Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-UNICAMP); Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC-PUC); Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP); e no Fundo DEOPS-SP, sob guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)¹⁰⁰. O percurso de consulta aos arquivos que se iniciou pelo CPV e se direcionou aos arquivos universitários ilustra o processo político de refluxo e reorientação dos movimentos populares nos anos 1990. Neste período, de acordo com Salles, os centros de documentação universitários e aqueles atrelados aos sindicatos e às centrais sindicais tornaram-se a instância principal de preservação da história e memória das lutas das camadas populares; enquanto os antigos centros de documentação e comunicação popular desapareceram ou se transformaram em ONGs¹⁰¹.

Nos quatro primeiros arquivos, reunimos extenso material produzido pelo MCV e entidades de apoio: panfletos; material de divulgação; boletins; revistas; quadrinhos; pesquisas de preço e opinião; cartas às autoridades, entre outros. No último, que traz a

¹⁰⁰ Disponibilizado para consulta pública em 1994, o Fundo DEOPS-SP só recebeu sua primeira sistematização entre 1998 e 2002 graças ao projeto “*Mapeamento e sistematização do acervo DEOPS-SP: Série Dossiês (1940-1983)*”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino, com financiamento da FAPESP. Tal projeto resultou, entre outros avanços para o APESP, na publicação da *Série Dossiês DEOPS-SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro*. Estes 5 volumes são imprescindíveis para a compreensão do funcionamento do DEOPS-SP e também da organização de seu acervo.

¹⁰¹ SALLES, Paula. 2013. *Op. cit.*, p.139.

documentação de um dos mais “eficientes” aparatos repressivos do regime militar¹⁰², selecionamos o material produzido¹⁰³ por seus funcionários a respeito do MCV – mensagens; relatos de agentes infiltrados em reuniões e assembleias; informes; avaliações; dossiês – que estão contidos em três séries documentais: “Dossiês”, “Ordem Política” e “Ordem Social”¹⁰⁴. Este material, juntamente com as declarações oficiais de agentes que compunham o governo – localizadas na imprensa escrita e nos discursos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e da Câmara dos Deputados – foram essenciais para compreender as relações entre o Estado e o MCV.

Ainda, utilizamos como fontes auxiliares da pesquisa: o conjunto de entrevistas realizadas, em 2004, por Moara Rossetto Passoni¹⁰⁵ com 18 participantes do MCV (ver Anexo 1); e as 245 matérias de jornais sobre o MCV publicadas, principalmente¹⁰⁶, pelos dois jornais da “grande imprensa”¹⁰⁷ paulista: OESP e FSP. O adjetivo “auxiliar” aqui aplicado não visa sugerir que se tratem de tipos documentais de menor valor; ao contrário, é justamente por reconhecermos sua importância e especificidade que decidimos não incorporá-los de forma sistemática. Pois, em razão dos prazos e limites de uma pesquisa

¹⁰² Estamos cientes da especificidade desta documentação que não deve ser tomada como a verdade sobre o MCV, mas como portadora de indícios do imaginário policial construído sobre ele – imaginário este que influenciava diretamente nas formas do Estado se relacionar com o MCV. A respeito das críticas de que o Fundo DEOPS-SP conteria “fontes viciadas” e que isto impossibilitaria a sua utilização, Fontes e Negro argumentam que “o acervo DEOPS-SP não guarda uma mina de verdades puras e cristalinas, mas que, ao lado de outros acervos, constitui uma ótima oportunidade para o estudo e investigação”. FONTES, Paulo; NEGRO, Antônio. “Trabalhadores em São Paulo: Ainda um caso de Polícia”. *No coração das trevas: o DEOPS-SP visto por dentro*. São Paulo: APESP/Imprensa Oficial, 2001. p.179.

¹⁰³ Também tivemos acesso a uma parcela da documentação produzida pelo MCV que foi “preservada” pelo DEOPS-SP através da apreensão e salvaguarda de materiais considerados “subversivos”.

¹⁰⁴ O Fundo DEOPS-SP é constituído por um conjunto de livros de registro de inquéritos instaurados pelo órgão e por quatro séries documentais, que correspondem a arquivos de setores distintos dentro do órgão. São elas: Prontuários (1924-1983); Dossiês (1940-1983); Delegacia Especializada de Ordem Social (1945-1983); Delegacia Especializada de Ordem Política (1948-1983). Ver mais em: ARAÚJO, L. et al. “O acervo DEOPS-SP”. AQUINO, Maria Aparecida de et al. (orgs.). 2001, *Op. cit.*, p.23-36.

¹⁰⁵ Filha de Irma Rossetto Passoni, uma das lideranças do MCV e que foi eleita deputada estadual ainda em 1978. Tais entrevistas foram transcritas e serão utilizadas pela cineasta em seu projeto de webdocumentário sobre o MCV que foi contemplado no Concurso de Copatrocínio de desenvolvimento de projetos audiovisuais da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Em breve, o documentário será lançado juntamente com o site onde estarão disponíveis as entrevistas gravadas e suas transcrições.

¹⁰⁶ Pouco menos de um quarto das matérias foram produzidas por jornais pertencentes à imprensa alternativa: “Jornal O São Paulo”, “Movimento” e “Opinião”.

¹⁰⁷ Utilizamos o termo conforme definição adotada por Aquino: “Órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência”. AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura Imprensa e Estado autoritário (1968-78): o exercício cotidiano da dominação e resistência – O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999. p.39.

de mestrado, seria impossível abordar a totalidade do material diante da quantidade e variedade de documentos já reunidos nos arquivos mencionados anteriormente.

No caso das entrevistas, é preciso pontuar que, embora tenham sido realizadas por outras pessoas e com objetivos distintos desta pesquisa, elas nos forneceram indícios importantes para compreender a composição, origem, entre outros aspectos da trajetória do MCV – especialmente nos momentos em que a documentação escrita se verificou escassa. Ressaltamos ainda que os trabalhos já citados de Sader, Uytendbroek e Domezi utilizaram entrevistas como fontes principais de suas pesquisas e obtiveram êxito na análise de um ponto que, em consequência de nosso recorte documental, se encontra em segundo plano neste trabalho: as transformações que a construção política do MCV geraram na politização do cotidiano de seus participantes, principalmente das mulheres que resignificaram os papéis sociais que lhes eram tradicionalmente atribuídos. Em relação às notícias publicadas pela imprensa escrita, elas também contribuíram para nossa compreensão da trajetória do MCV e, principalmente, para ter acesso às declarações de representantes do Estado sobre o movimento. O importante e ambíguo papel que os referidos jornais exerceram no registro das ações do MCV, bem como na construção do imaginário social a respeito deste e de outros movimentos populares do período, já foi analisado por Napolitano, em sua pesquisa sobre os protestos de rua ocorridos, em São Paulo, entre 1977 e 1984.

Quanto ao recorte espacial deste trabalho, a limitação à cidade de São Paulo – incluindo, ocasionalmente, a região da Grande São Paulo (GSP) – decorreu tanto da dificuldade de acesso às fontes quanto dos limites da atuação nacional do MCV que aconteceu a partir de 1977. Ao longo da pesquisa, localizamos alguns documentos pertencentes a núcleos consolidados do MCV em Campinas (SP), Salvador (BA); Goiás (GO), Vitória (ES); Recife (PE), Belo Horizonte (MG), entre outras cidades. Porém, seria imprudente desconsiderar as especificidades¹⁰⁸ na formação dos MCVs locais, com origens completamente distintas, e tomá-los como partes de um todo homogêneo, coeso, que formariam o “MCV nacional” – imagem que funcionou bem à época enquanto

¹⁰⁸ Um exemplo desta especificidade pode ser encontrado no MCV de Goiás. Em um “comunicado ao povo”, datado de 16 de setembro de 1978, a “Comissão provisória do MCV do Estado de Goiás” critica a tentativa de políticos do MDB goiano de liderar o MCV local e até mesmo de criarem um novo MCV, desconsiderando a atuação preexistente do Movimento no estado que já teria reunido mais de 30 mil assinaturas para o abaixo assinado contra o custo de vida. Doc.22, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

estratégia política, mas que não significava que o movimento era capaz de articular suas ações em âmbito nacional.

No que concerne ao recorte temporal, a escolha pelo intervalo 1973-1982 originou-se de duas observações. A primeira foi a necessidade, já apontada anteriormente, de se ampliar o recorte das pesquisas anteriores que se concentraram apenas no momento de auge do MCV. Com este intuito, após a análise documental, definimos o início em 1973 porque este ano foi eleito pelo próprio MCV como marco de sua fundação com o envio da carta das mães da periferia às autoridades; o marco final [apesar do movimento jamais ter anunciado seu fim] foi determinado pelo último registro encontrado de um ato realizado pelo movimento na Praça da Sé, em 1982, após ter realizado uma série de Congressos Estaduais e Nacionais já como MCC entre 1979-81. A segunda é que, ao menos na GSP – especialmente na região sul onde surgiu o MCV – este intervalo aparenta uma certa configuração comum de respostas ao mal-estar gerado na primeira década de crise depois dos “anos dourados”, como identificado por Hobsbawm. A partir de 1983, com a acentuação da crise econômica e um certo refluxo dos protestos dos movimentos populares (que ganhariam uma sobrevida com as Diretas Já! no ano seguinte), esta configuração de respostas possíveis ganhou outros contornos com o emprego da ação direta nos saques e quebra-quebras de abril¹⁰⁹ que estremeceram a cidade de São Paulo¹¹⁰.

¹⁰⁹ Sobre este episódio, ver: MUNHOZ, Sidnei. *A ordem do “caos” versus o ocaso da ordem: saques e quebra-quebras em São Paulo, 1983*. Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP, 1989.; e FERREIRA, Cassiana. *Representações da intolerância na imprensa escrita: saques e quebra-quebras em São Paulo (abril de 1983)*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2009.

¹¹⁰ Não pretendemos, com isto, afirmar a inexistência de saques e quebra-quebras no intervalo 1973-1982 e sim que os episódios de 1983 alcançaram uma dimensão nova. Como afirma Nunes, “a vaga de quebra-quebras em trens e ônibus, do Rio de Janeiro e de São Paulo, que tem seu início em 1974, alcança um apogeu em 1976, experimenta dois anos de pouca intensidade para retomar seu fôlego, de maneira bastante intensa, em 1979, continuando nesse ritmo até agora [1980]. In: NUNES, Edison. “Inventário dos quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro (1977-1981)”. In: MOISÉS, José Álvaro (org). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.93.

CAPÍTULO 1 – A disputa pela hegemonia do MCV ao longo de sua trajetória (1973-1982)

Os protestos contra a alta do custo de vida não constituem, em si, uma novidade; ao contrário, eles estão presentes ao longo da história brasileira. Para nos restringirmos ao período republicano¹¹¹ e à capital paulista, podemos destacar os “Comícios Contra a Carestia” de 1913 e 1914 que se iniciaram no Rio de Janeiro¹¹² e, apesar da intensa repressão policial, se estenderam para São Paulo e outras importantes cidades brasileiras. Tais comícios foram organizados pelas recentes associações de classe que se formavam com a expansão da urbanização e o início do processo de industrialização em São Paulo. Ainda na primeira metade do século XX, ocorreram outras manifestações como, por exemplo, as “Marchas da Fome”, organizadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), na década de 1930.

Na década de 1950, as “Passeatas da Panela Vazia”, no Rio e em São Paulo, levaram, entre o final de 1952 e meados de 1953 – quando ocorreu a “Greve dos 300 mil”¹¹³ – cerca de 500.000 pessoas às ruas para reclamar dos aumentos no custo de vida. Elas foram convocadas pela Comissão de Combate à Carestia da Vida que, de acordo com Moisés¹¹⁴, era integrada por membros de quase todas as Comissões de Salário dos sindicatos paulistas e controlada pelo PCB. Em 1954, através do Pacto de Unidade Intersindical (PUI) formado na paralização do ano anterior, deflagrou-se uma greve geral contra a carestia em todo o estado de São Paulo que alcançou a participação de mais de

¹¹¹ Em breve cronologia das principais revoltas que marcaram a história brasileira, GOHN destaca, no século XIX, o “Protesto Contra a Alta de Gêneros Alimentícios”, de 1858, ocorrido em Salvador (BA) que ficou conhecido por seu slogan “Queremos carne sem osso e farinha sem caroço”. O motim, que incluiu o apedrejamento do Palácio do Governo, durou várias horas até ser reprimido pelas forças militares. In: GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 2003. p.44

¹¹² A título de ilustração, segue o trecho publicado pelo jornal carioca *A República*, em 21 de fevereiro de 1913: “Teve lugar ontem às 8 1/2 horas da noite, na sede do Centro Cosmopolita, à Rua do Senado n. 215, o primeiro comício popular organizado pelo “Comité de Agitação Contra a Carestia da Vida” para protestar contra o encarecimento da vida nesta capital. A esse “meeting” compareceu extraordinário número de operários, comissões de associações trabalhadoras, além de regular elemento popular”. Disponível em: <http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj17.htm> Acesso em 15 de março de 2015.

¹¹³ A “Greve dos 300 mil, em 1953, paralisou nada menos de 276 empresas industriais – entre as quais as do setor da metalurgia – do principal parque industrial da América Latina”. Este movimento grevista quase geral constituiu-se em “um dos capítulos mais notáveis das lutas econômicas e políticas do movimento operário brasileiro”. In: MOISÉS, José A. *Greve de massa e crise política (estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo: 1953-54)*. São Paulo: Polis, 1978. p.127.

¹¹⁴ *Idem*, p.141-142.

1.000.000 de trabalhadores. Ainda naquele ano, o PCB, cassado em 1947, liderou a formação de um Movimento da Panela Vazia com o objetivo de lançar candidatos do movimento ou apoiados por ele. Vários destes candidatos sofreram tentativas de vetos – alguns o foram efetivamente – que partiam não apenas do sistema policial (DEOPS) e judiciário (Tribunal Regional Eleitoral - TRE), como também do próprio sistema partidário, sob a alegação de que eram “comunistas”¹¹⁵.

Neste momento histórico de unidade da classe operária, foi fundado, em 1955, o DIEESE para ser a “sigla da nova arma operária nas lutas econômicas”¹¹⁶. Sua criação veio ao encontro dos principais argumentos apresentados durante as manifestações da Panela Vazia e nas greves de 1953-1954 para justificar a necessidade do reajuste salarial: a acusação de que o Índice Oficial do Custo de Vida – calculado com base nos preços da Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), órgão estatal encarregado de manter os preços dos bens de consumo – não era verdadeiro; pois, para os sindicatos, os postos mais importantes do aparelhamento estatístico oficial eram ocupados por elementos diretamente ligados ao patronato.

Outros protestos contra a carestia ocorreram na capital paulista, em 1959 e 1963. Todavia, as manifestações da Panela Vazia, da primeira metade da década de 1950, por seu impacto e capacidade de mobilização, constituem o grande marco referencial de uma tradição – na qual o MCV também está inscrito – de revoltas populares contra as altas de preços de gêneros alimentícios. O próprio MCV buscou¹¹⁷ conhecer e entender melhor estas manifestações, mas, a partir de 1979, esta referência passou a ocorrer em outros

¹¹⁵ Pereira Neto afirma que, em 1954, elementos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tentaram impugnar os candidatos do Movimento da Panela Vazia com esta acusação, o que gerou uma “guerra de recursos” no TRE e impediu a posse de muitos deles. Estes vetos se repetiram nos pleitos de 1958 e 1962 com outros candidatos operários e populares. In: PEREIRA NETO, Murilo Leal. “A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964)”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n.1, jan/jun-2009. p.253-255.

¹¹⁶ Fundado por vinte e duas entidades sindicais, reunidas no Sindicato dos Bancários no dia 22 de dezembro de 1955, o órgão nasceu da necessidade de confrontar as metodologias adotadas e os resultados apontados pelos órgãos oficiais. *Idem*, p. 251.

¹¹⁷ Em 1978, durante o ciclo de palestras promovido pelo movimento, na zona sul, para debater os caminhos do MCV depois do ato da Praça da Sé; convidou-se o prof. José Álvaro Moisés, especialista no período da greve dos 300 mil. Moisés coordenou o debate sobre as semelhanças e distinções entre os dois movimentos, destacando a importância da origem do movimento para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, avaliou que, enquanto as passeatas da Panela Vazia se deram a partir das cúpulas de partidos e sindicatos, o MCV possuía uma origem mais próxima das bases. O resumo da palestra/debate está disponível em: UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.319-323 (Anexo 11).

termos quando grupos ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B)¹¹⁸ conquistaram a hegemonia do MCV e buscaram estabelecer, nas mobilizações da década de 1970, uma extensão direta das manifestações da Panela Vazia dos anos 1950 e, com isso, recuperar o protagonismo do partido – e do movimento operário – na organização das lutas populares. Este objetivo está representado não apenas na alteração do nome do movimento para MCC, mas também em sua documentação como podemos observar nas “Histórias [em quadrinhos] brasileiras do Movimento Contra a Carestia”¹¹⁹ nas quais o operário Justino e, sua mulher, a dona-de-casa Vitória, explicam como “os trabalhadores, sindicatos, donas de casa e todas as forças populares lutaram juntos contra a carestia” ao longo da história brasileira; enfatizando, nos 12 episódios citados, o importante papel exercido pelos sindicatos (“caminhando com os sindicatos, chegando na roça”).

Contudo, ao contrário da visão anacrônica adotada pelo grupo hegemônico do movimento a partir de 1979, o MCV não era uma simples continuação das manifestações da Panela Vazia. A começar pelo fato de que sua formação, na década de 1970, marcou a consagração de um movimento popular organizado com o objetivo de lutar por melhores condições de vida. As mobilizações do MCV não resultaram de convocações oriundas de outras instâncias organizadas como os sindicatos, confederações e partidos; e suas ações não se restringiram às passeatas. A especificidade do MCV não está, portanto, no surgimento de um novo “ator social” que estaria ausente nas mobilizações populares anteriores, mas sim no papel que estes atores adquiriram na formação e no percurso imaginado pelos movimentos sociais. Isto não equivale a afirmar, absolutamente, a existência de uma ação “espontânea”, completamente independente de qualquer instituição ou grupo político. Como veremos a seguir, a trajetória do MCV foi marcada, desde sua origem, pela presença de grupos com experiências políticas distintas que – de acordo com sua capacidade e limite – disputaram a hegemonia do movimento e influenciaram na construção da imagem que orientou as aspirações e ações do MCV.

¹¹⁸ Embora tenha se formado durante o “racha de 1962” do PCB, o PC do B reivindica ser o legítimo PC brasileiro. Ainda que não partilhemos desta interpretação, é importante identificá-la para compreendermos porque o partido buscava estabelecer uma continuidade mecânica entre as mobilizações do MCV, na década de 1970, e as manifestações da Panela Vazia, na década de 1950 que, de acordo com sua visão, ele teria conduzido.

¹¹⁹ “Histórias Brasileiras do Movimento contra a Carestia”, maio de 1979. Doc.085_20, Fundo ECO_PRE, CPV.

1.1 A hegemonia da Igreja na origem do MCV

A origem do MCV está intrinsicamente ligada àquela da formação dos novos Clubes de Mães na zona sul de São Paulo. Estas associações já existiam nas periferias da cidade, em menor número, desde a década de 1950 e eram criadas pela iniciativa de grupos benevolentes vinculados à Igreja Católica – Cáritas, Vincentinos, entre outros – e à outras instituições filantrópicas como, por exemplo, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), Rotary Club e o Lions Club. Os clubes eram articulados a partir da noção de caridade na qual “algumas mulheres, previamente capacitadas, ensinavam outras, pobres e necessitadas, a bordar, costurar e fazer outros trabalhos manuais, além de transmitir noções de higiene e saúde”¹²⁰. Os produtos destes trabalhos manuais eram revendidos em bazares organizados pelas “mulheres de fora” e o dinheiro da venda, eventualmente, utilizado na compra de novos materiais para o Clube.

No final da década de 1960, a Igreja Católica brasileira, com seu processo de transformação iniciado após o Concílio Vaticano II¹²¹ e acentuado pelas opções tomadas pelos bispos da América Latina na Conferência de Medellín¹²² – entre as quais estava “a opção preferencial pelos pobres” –, passou a incentivar a maior participação dos leigos em suas atividades, ampliando sua prática pastoral através das CEBs¹²³ e outros organismos que deveriam promover a “justiça social”. Este processo, que resultou na tentativa de construção de uma Igreja “progressista”¹²⁴ e importante força de oposição ao

¹²⁰ SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.200.

¹²¹ O Concílio Ecumênico Vaticano II, realizado entre outubro de 1962 e dezembro de 1965, foi convocado pelo Papa João XXIII para promover uma atualização (*aggiornamento*) do papel da Igreja no mundo contemporâneo. Ver mais em: CONCÍLIO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II – Constituições, Decretos, Declarações*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1968.

¹²² Convocada pelo Papa Paulo VI para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às especificidades da Igreja latino-americana, a 2ª Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano foi realizada em Medellín (Colômbia), entre agosto e setembro de 1968. Ver mais em: CELAM. *A Igreja na Atual Transformação da América Latina à luz do Concílio: Conclusões de Medellín*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

¹²³ “As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. [...] São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares”. In: BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base?* São Paulo: Brasiliense, 1985. p.16-17.

¹²⁴ Mainwaring afirma que, no período 1974-1982, “a Igreja brasileira adquiriu a maior importância no catolicismo internacional, tornando-se a Igreja mais progressista do mundo”. Segundo ele, “a Igreja

regime-militar nos anos 1970, não deve ser compreendido como homogêneo, isento de contradições e divisões internas – a própria divisão entre Igreja “progressista” e “conservadora” deve ser matizada por se tratar de uma instituição hierárquica e que, inclusive, havia apoiado o golpe de 1964¹²⁵. Em que pese estas observações, nos interessa apontar que esta renovação gerou mudanças importantes e propiciou as condições necessárias para o surgimento de novos Clubes de Mães (também chamados de “Clubes de Mães Populares”), em São Paulo, que não se restringiam à realização de trabalhos manuais, promovendo também reflexões sobre as condições de vida de suas participantes a partir de uma leitura “libertadora”¹²⁶ do evangelho.

Entre as mudanças que buscavam reforçar a feição pastoral da Igreja, destacamos a divisão da Arquidiocese de São Paulo em cinco regiões episcopais (centro; oeste; norte; leste; sul), com a nomeação de bispos auxiliares que se reuniam semanalmente com o cardeal; e também a criação de grupos de estudo¹²⁷ – formados por sacerdotes, religiosos e leigos – dos documentos conciliares e, posteriormente, das resoluções de Medellín. As duas ações foram tomadas, ainda em 1966, pelo “conservador” Dom Agnelo Rossi e possibilitaram a nomeação do Monsenhor Ângelo Gianola como responsável pela zona sul que, até por conta da extensão e carência de religiosos na região¹²⁸, adotou um estilo de coordenação com maior liberdade para organização das equipes onde os leigos tiveram

continuou a evoluir num sentido progressista até 1982, quando a conjunção da abertura política e pressões da parte de Roma reverteram essa tendência”. MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloísa Braz. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.170

¹²⁵ Serbin demonstra que, mesmo durante o início da década de 1970, a “Igreja Progressista” manteve o diálogo com o governo militar. O autor revela a existência de uma “Comissão Bipartite” formada por membros da alta hierarquia católica (como Dom Eugênio Sales e Dom Paulo Evaristo Arns) e militar (como o General Antônio Carlos Muricy), com a aprovação do “presidente” Médici. Esta comissão se reuniu 24 vezes, entre 1970 e 1974, para discutir e preservar, minimamente, a conflituosa relação entre as duas instituições. Ver mais em: SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹²⁶ O início dos anos 1970 marca a consolidação, na América Latina, da “Teologia da Libertação” com a publicação homônima, em 1971, do livro do padre peruano Gustavo Gutiérrez. Trata-se de um movimento sócio-eclesial, que orientou as ações [não apenas] de religiosos que buscavam construir uma “Igreja Popular”, defensora da “opção preferencial pelos pobres” e que, através de uma leitura social da bíblia, promoviam a solidariedade à luta dos oprimidos contra a injustiça social. No Brasil, o livro “Jesus Cristo Libertador” (1972), do frei Leonardo Boff, foi considerado o 1º expoente da “Teologia da Libertação”.

¹²⁷ No final de 1966, um ano após o Concílio, o cardeal Rossi criou 16 grupos de estudo, um para cada documento conciliar, com coordenadores nomeados. Os grupos subdividiram-se em comissões, sendo formados ao todo por 99 sacerdotes, 37 religiosas e 157 leigos. In: ROSSI, Dom Agnelo. *Carta Pastoral sobre a aplicação do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de São Paulo*. São Paulo: Ave Maria, 1966. p.5-6 *apud* DOMEZI, Maria. 1995, *Op. cit.*, p.202.

¹²⁸ Neste período, eram poucos os padres na região e havia missa com eles apenas uma vez por mês. Nos outros fins de semana, cabiam às lideranças leigas, como Santo Dias, presidir a celebração. In: DIAS, Luciana et al. *Santo Dias: quando o passado se transforma em história*. São Paulo: Cortez, 2004. p.103.

um papel extremamente ativo. Gianola promovia, ao menos desde 1970, reuniões semanais em sua casa – localizada próxima à favela do Buraco Quente (nas imediações da atualmente denominada avenida Roberto Marinho) para discutir a renovação do papel da Igreja e também avaliar o andamento do trabalho pastoral da região. Deste núcleo, emergiram as principais lideranças que atuariam no MCV anos mais tarde: Pe. Luiz Giuliani, Irma Passoni, Santo Dias, Ana Dias, Aurélio Peres (ex-seminarista); Conceição Perez, Irmã Cecília Hansen, Pe. Jaime Crowe; entre outros¹²⁹.

Com a nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns – então bispo da região episcopal norte – ao cargo de arcebispo metropolitano de São Paulo, em novembro de 1970, ampliou-se a descentralização do poder da Arquidiocese através da criação das sub-regiões e, principalmente, dos setores. Sob seu comando, e com o respaldo da hierarquia eclesiástica representada pelo progressista Dom Aloísio Lorscheider (eleito presidente da CNBB em fevereiro de 1971), a Igreja paulista voltou-se para a periferia de tal forma que, em 1972, o conjunto de ações empreendidas neste período receberia o nome de “Operação Periferia” – uma campanha que buscava concretizar a opção *preferencial* pelos pobres através da construção de pequenas comunidades nos bairros periféricos, combinada à formação de leigos e religiosos para atuarem nestes espaços. Apesar dos limites¹³⁰ desta campanha, ela foi responsável, na década de 1970, pela formação e acompanhamento de centenas de mulheres e homens que atuaram no cinturão periférico da cidade e participaram da construção de “506 centros comunitários [maior que o número de paróquias: 385], nos focos de atuação das CEBs, dos quais 60 situavam-se na região de Santo Amaro, zona sul”¹³¹.

¹²⁹ A importância dessas reuniões para o início e desenvolvimento dos trabalhos de base na periferia Sul é destacada nas entrevistas dadas à Moara Passoni, em 2004, por Irma Passoni; Cecília Hansen; Ana Dias; Yara Spadini. No caso de Yara, ela ressalta ainda a importância dessas reuniões no compartilhamento de distintas experiências de luta – inclusive a dela que, em janeiro de 1971, foi presa e torturada por agentes do DEOPS-SP, juntamente com o então Pe. Júlio Vicini, após serem acusados de distribuir panfletos subversivos que eram, na verdade, manifestos de protesto pelo assassinato do operário Raimundo Eduardo da Silva pelo aparato repressivo.

¹³⁰ Domezi sublinha que a “Operação Periferia” enfrentou resistência dentro da Igreja e foi limitada pela falta de intercâmbio entre o centro e a periferia. Para a autora, a eficácia da operação “não estava tanto na prática enquanto campanha, mas no fato de que a periferia passou a organizar-se a partir do contato favorecido pela campanha”. DOMEZI, Maria. 1995, *Op. cit.*, p.198.

¹³¹ Ainda, entre o início de 1971 e meados de 1975, os imóveis adquiridos pela Igreja, dentro da Operação Periferia, foram num total de 129, somando 80.421,35 metros quadrados. Destinaram-se a Igrejas, centros comunitários e outros locais para as CEBs, escolas, creches e serviços de saúde. In: *Relatório Quinquenal da Arquidiocese de São Paulo, 1975-1979*. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. p.189-190 *apud* DOMEZI, Maria. 1995, *Op. cit.*, p.199. A autora cita ainda que, durante esses anos, grande parte do dinheiro

É importante salientar que o intuito da preocupação da Igreja com a periferia não se restringia apenas à tentativa de transformação da realidade social, orientada pelas resoluções conciliares e de Medellín. Conforme analisou Cava, a Igreja também buscava enfrentar o “esvaziamento” crescente, principalmente, entre os trabalhadores comuns da cidade e do campo que, no início dos anos 1970, “se converteram em larga escala ao pentecostalismo e a várias modalidades de cultos afro-brasileiros”¹³². Ainda assim, foi no âmbito destas ações na periferia que se formaram os primeiros Clubes de Mães populares na região de Vila Remo – onde o MCV se desenvolveu originalmente; mais especificamente, foi em 15 de novembro de 1971, no Jardim Santa Margarida, durante o curso “O valor da pessoa humana”, ministrado por duas freiras, sob orientação do Monsenhor Gianola: Irmã Verônica e Irmã Angélica (Irma Passoni)¹³³. Ao término do curso, as palestrantes propuseram, às cinco moradoras presentes, a criação de um Clube de Mães para dar continuidade ao trabalho iniciado ali. A partir da mobilização destas mulheres, a primeira reunião do Clube, realizada em 6 de janeiro de 1972, contou com a participação de 46 mães que passaram a se reunir todas as quintas-feiras à tarde.

Dos primeiros clubes, surgiram as lideranças que percorreram os bairros vizinhos para incentivar outras mulheres a criarem novos clubes, geridos por “elas mesmas”¹³⁴. Desta forma, em meados de 1972, foi criada uma coordenação dos Clubes de Mães da Zona Sul que, neste primeiro momento, totalizavam cerca de 30 clubes localizados nos bairros ao longo da Estrada do M'Boi Mirim. A coordenação era formada por uma representante eleita de cada clube e se reunia mensalmente para discutir os problemas

arrecadado pela Arquidiocese foi para a periferia, inclusive aquele proveniente de financiamentos externos e da venda do Palácio Episcopal em 1973.

¹³² O autor sublinha ainda que os analistas costumam minimizar os interesses institucionais permanentes da Igreja, e suas divisões internas, como um fator importante em sua recente atividade “política”. CAVA, Ralph Della. “A Igreja e a abertura: 1974-1985”. KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (orgs). *A Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986. p.15.

¹³³ Enquanto a Irmã Verônica desistiu do trabalho na periferia, a Irmã Angélica (Irma Passoni) passou a morar no bairro e, após reunir-se com a comunidade, decidiu não retornar ao Convento e desistiu de ser freira. Os acontecimentos relatados aqui estão expostos na matéria: “Dona Movimento Contra Carestia”. *O São Paulo*, 10 a 17 de maio de 1979, p.10.

¹³⁴ Sader já havia problematizado, nas entrevistas de participantes dos Clubes de Mães, a ideia de uma “organização por elas mesmas”, destacando o papel ativo do padre de Vila Remo na determinação de um “novo começo” quando, sem consultar as participantes, tomou a iniciativa de dispensar as senhoras benévolas e propôs às moradoras que elas mesmas se organizassem a partir dali. In: SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.203. Discutiremos, posteriormente, o papel ativo dos padres tanto na mobilização quanto no esvaziamento do MCV.

“trazidos” por cada clube a partir de sua realidade local, e propor as sugestões que seriam “levadas”¹³⁵ de volta para discussão em seus encontros semanais. Com a formação da coordenação, criou-se uma importante rede de comunicação e sociabilidade entre os Clubes de Mães que permitiu a tomada de ações conjuntas. A partir deste momento, como destaca Sader, os diversos clubes da região “passaram a ter uma história comum, partilhando as diversas experiências e encarando-as como parte de um imenso movimento”¹³⁶.

Em uma reunião semanal ainda em 1972, o Clube de Mães do Jardim Nakamura – situado próximo à Vila Remo – sugeriu que se discutisse a “questão do custo de vida” nas reflexões do grupo, alegando ser um problema sentido por todas as participantes. Esta proposta, encaminhada aos demais clubes através da coordenação, foi eleita como tema principal dos Clubes de Mães da Zona Sul que passaram, então, a realizar sua primeira atividade conjunta: a elaboração de uma carta às autoridades solicitando medidas contra a alta do custo de vida. Para tanto, decidiram¹³⁷, antes, efetuar uma pesquisa de comparação de preços de 15 gêneros alimentícios de primeira necessidade. Nesta primeira pesquisa, mais simples do que aquela que ocorreria em 1975, dois aspectos devem ser sublinhados: a preocupação com a comparação dos preços dos “bairros mais afastados da cidade” com os “menos afastados”, incluindo também a variação do salário mínimo; e a participação, já neste momento inicial, de pessoas com “experiência política anterior”¹³⁸. Enquanto o primeiro ponto denota a afirmação de certa identidade de classe ou, ao menos, o reconhecimento de que a alta do custo de vida não afetava da mesma forma a periferia na qual viviam (120% de aumento) e o centro (69% de aumento); o segundo, pouco considerado pelos autores que se dedicaram ao estudo do MCV, nos auxilia a compreender as disputas pela hegemonia do movimento.

¹³⁵ Este sistema “trazer-levar” é destacado nas entrevistas dadas à Moara Passoni, em 2004, por Irma Passoni e Cecília Hansen. Esta forma de coordenação se diferenciava das estruturas organizativas tradicionais – inclusive a Igreja – que definia, em reuniões de cúpula, quais questões seriam discutidas e encaminhadas às bases.

¹³⁶ SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.211.

¹³⁷ Domezi aponta que a iniciativa da realização desta pesquisa teria surgido da participação de Dom Paulo Arns em uma assembleia dos Clubes de Mães no bairro Figueira Grande, na Zona Sul. O arcebispo teria pedido àquelas mulheres que “pesquisassem alguns dados concretos sobre o custo de vida e os salários. Esses dados ele levaria à Câmara Municipal, para conversar com os vereadores”. DOMEZI, Maria Cecília. 1997, *Op. cit.*, p.62.

¹³⁸ Expressão utilizada por Evers para afirmar que, ao menos no nível das lideranças, havia mais experiência política anterior do que se queria admitir. EVERS, Tilman. 1982, *Op. cit.*, p.85. Discutiremos esse ponto na próxima seção desta dissertação.

É preciso alertar que há uma divergência, presente na documentação que faz referência a este período do MCV e também nas entrevistas com as participantes, sobre a época da realização da pesquisa que acompanha a carta de outubro de 1973 entregue às autoridades. A carta¹³⁹ menciona que a pesquisa “foi realizada por nós mães – durante a primeira quinzena do mês de outubro de 1973 – em São Paulo”, mas considerando que o intervalo do levantamento é outubro/1972-outubro/1973, supõe-se que ela teria sido iniciada ainda em 1972. Outros documentos¹⁴⁰ sugerem que a pesquisa foi realizada em outubro de 1973 cabendo aos respondentes preencher os dois anos (1972 de acordo com a lembrança) e que era permitido levar o questionário para casa, sendo o mesmo retirado depois pelas responsáveis dos Clubes de Mães. Nas entrevistas, há uma certa confusão entre esta pesquisa e aquela realizada em 1975, mas o depoimento da então professora Ana Guedes¹⁴¹, torna a narrativa descrita no parágrafo anterior mais plausível. No entanto, mais relevante do que a discussão desta pequena imprecisão na trajetória do movimento, a consulta à documentação impressa e às entrevistas nos permitiu concluir que há um consenso de que o envio da carta (com a pesquisa anexa), em 1973, representou o início do MCV, ainda que sem o uso deste nome.

Buscamos, até aqui, enfatizar o papel fundamental que a Igreja Católica teve na origem do MCV. Mais do que uma matriz discursiva, ela foi a própria condição de materialidade dos Clubes de Mães e, posteriormente, do MCV. As reuniões que, no início, ocorriam na casa de alguns participantes¹⁴², passaram a ser realizadas nos centros comunitários e paróquias construídas pela Igreja no âmbito da Operação Periferia. O material utilizado para reflexão nas reuniões – além de ser elaborado majoritariamente a partir de textos bíblicos, de matérias do Jornal O São Paulo¹⁴³ e entidades vinculadas à Igreja como o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), o Serviço de Documentação e

¹³⁹ Carta das mães da periferia, 1973. *Op. cit.* Disponível no Anexo 3 desta dissertação.

¹⁴⁰ “Dona Movimento Contra Carestia”, *O São Paulo*, 10 a 17 de maio de 1979, p.10.

¹⁴¹ Em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004, Ana Guedes afirma que participou ativamente do processo de construção e tabulação das pesquisas. E que fez isto enquanto ainda atuava no bairro – até 1973 – quando passou a desenvolver atividades na região do Jabaquara.

¹⁴² Esta mudança do local das reuniões é, frequentemente, destacada nas entrevistas pelas participantes porque lhes propiciou, por um lado, maior “liberdade” para se expressarem sem medo de contrariar a dona da casa; por outro, um contato com a organização em um espaço, senão público, menos opressor do que aquele que enfrentavam em suas casas.

¹⁴³ Semanário da Arquidiocese de São Paulo que, inclusive, foi alvo da censura do regime militar. Em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004, Ana Guedes destacou a importância das matérias do Jornal O São Paulo nas discussões dos Clubes de Mães e do MCV. No caso deste último, o Jornal Movimento também foi utilizado com frequência.

Informação Popular (SEDIPO) e a Ação Católica Operária (ACO) – era reproduzido através dos mimeógrafos¹⁴⁴ pertencentes à Igreja. Até mesmo a criação dos clubes e de suas coordenações seguia a estrutura organizacional da Igreja com suas regiões, sub-regiões e setores. Por fim, como já consolidado pela historiografia do regime militar, a Igreja Católica oferecia maior proteção à articulação político-social – se comparada aos espaços tradicionais de organização – frente ao aparato repressivo. Ainda que, ao menos no caso do DEOPS-SP durante a primeira metade da década de 1970, não tenhamos encontrados registros que demonstrassem a preocupação do órgão com estas organizações na periferia sob a hegemonia da Igreja.

O reconhecimento da importância da Igreja não significa, porém, que suas ações vieram preencher um vazio “deixado pela derrota das esquerdas em 1964 e 1968 e pela desfiguração dos espaços tradicionais da ação política”¹⁴⁵. Tampouco, que a evidente hegemonia exercida por ela neste momento equivaleria à não-atuação de outros grupos ainda na formação do MCV. Neste último ponto reside o equívoco de análises anteriores ao avaliarem que o MCV foi apropriado por agentes externos ao movimento após 1978 – sem identificar e problematizar, portanto, a presença destes agentes já na constituição do movimento.

1.2 A presença de outros grupos na formação do MCV (1973-1976)

Desde o início, o MCV teve como principal característica a organização a partir do local de moradia – opção que foi alvo de críticas de sindicatos e partidos políticos, sob o argumento de que a “heterogeneidade do contexto de vizinhança”¹⁴⁶ favorecia a aliança de diferentes interesses sociais, comprometendo, em última instância, a própria luta de classes. Porém, é preciso levar em consideração que as “vizinhanças” nas quais o MCV formou suas bases constituem uma parcela significativa do cinturão periférico da cidade

¹⁴⁴ O papel da Igreja na elaboração e reprodução de materiais de formação é apontado por Dom Pedro Casaldáliga, ainda em 1978: “a famosa Igreja do mimeógrafo tem muita força aqui no Brasil. E seus boletins e apostilas já têm sido perseguidos gloriosamente, instrumentalizados, falseados”. CASALDÁLIGA, Pedro. “Visão da Igreja a partir da periferia”. In: REB 38/152 (1978): 596-597 *apud* DOMEZI, Maria Cecília. 1995, *Op. cit.*, p.188.

¹⁴⁵ Telles questiona a suposição bastante comum de que as CEBs teriam surgido em um “nada” histórico: “como se a estratégia autoritária vigente naqueles anos tivesse se realizado completamente no real, a ponto de eliminar todo e qualquer vestígio de prática social e histórica”. TELLES, Vera da S. 1984, *Op. cit.*, p.11.

¹⁴⁶ EVERS, Tilman. 1982, *Op. cit.*, p.80.

de São Paulo (incluindo também parte da região metropolitana); e que, diferente do que ocorria em regiões centrais da cidade, a periferia apresentava, neste momento, certa homogeneidade no que se refere às possibilidades de acesso aos serviços públicos essenciais como saneamento, transporte, habitação, saúde, educação, entre outros que interferiam na configuração de determinadas “experiências de classe”¹⁴⁷, que não se restringiam ao local de trabalho e eram vivenciadas cotidianamente.

Como podemos observar no mapa do desenvolvimento do MCV em São Paulo, 1973-1982 (Figura 2)¹⁴⁸, em contraste aquele da área urbanizada em São Paulo, 1963-1974 (Figura 3), o MCV surgiu, originalmente, em uma região de ocupação recente da região sul e expandiu suas bases, ao longo da década de 1970, para uma parcela considerável da periferia da cidade. O desenvolvimento do MCV acompanhou a expansão desta periferia em São Paulo – reflexo de um momento de transformação do país no qual, pela primeira vez, a população urbana ultrapassou a rural¹⁴⁹ – e que representou um enorme contingente de pessoas que chegavam à cidade (cerca de 2/3 dos habitantes da capital, em 1970, eram imigrantes)¹⁵⁰ e passavam a habitar às favelas, loteamentos irregulares e outras formas de moradias precárias distantes do centro. Viver na periferia de São Paulo, na década de 1970, significava, portanto, compartilhar de experiências de opressão comuns. Como podemos constatar pelos dados do diagnóstico realizado, em 1975, pela Secretaria dos Negócios Metropolitanos de São Paulo: entre as habitações da

¹⁴⁷ Thompson argumenta que a experiência de classe “é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”. THOMPSON, E. P. 2011, *Op. cit.*, p.10. Nos anos 1970 e 1980, uma parcela considerável dos trabalhos sobre os “novos movimentos sociais” se dedicou ao estudo das experiências vivenciadas pelos grupos sociais que habitavam as regiões periféricas da cidade de São Paulo. Sem negar a importância das relações de produção e dos níveis de remuneração, Lúcio Kowarick utilizou a noção de *espoliação urbana* para demonstrar que o conflito social (de classe) também se espelhava no tecido urbano, gestando contínuos e variados processos de produção e apropriação dos espaços construídos. Esta espoliação teria sua expressão mais visível na “segregação socioeconômica e espacial imperante nas áreas desigualmente providas de bens e serviços”. KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2009. p.99

¹⁴⁸ Mapa elaborado a partir da divisão distrital atual do município: 96 (diferente da divisão em 48 subdistritos e 8 distritos utilizada entre as décadas de 1970 e 1980). Construímos este mapa com o intuito de facilitar a visualização do desenvolvimento do MCV pela cidade e, portanto, os distritos preenchidos indicam apenas que o MCV possuía bases em diversos bairros daquele distrito e não no distrito como um todo. O desenho de um mapa por bairros não seria possível porque tal divisão não é reconhecida pelos órgãos de planejamento da capital. A seleção dos distritos teve como critério a análise dos documentos do MCV, combinada às notícias divulgadas na imprensa e relatórios de agentes do DEOPS-SP.

¹⁴⁹ Conforme revelado pelos censos do IBGE, em 1970, a população urbana alcançou a marca de 52 milhões de pessoas (contra 41mi da população rural) e, em 1980, este número chegou ao total 80 milhões de pessoas (contra 39mi da população rural). IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

¹⁵⁰ CAMARGO, Cândido et al. 1976, *Op cit.*, p.18

FIGURA 2 – Mapa do desenvolvimento do MCV em São Paulo (1973-1982)

FIGURA 3 – Mapa da área urbanizada de São Paulo (1963-1974)

periferia, 46% tinham acesso à água encanada e somente 20% delas à rede de esgoto, lançando-o em fossas negras ou a céu aberto¹⁵¹. Nestas casas da periferia – construídas, em sua maioria, pelos próprios moradores com a ajuda de amigos e vizinhos aos finais de semana – a média de moradores por cômodo habitável era de 1,85 para os grupos cuja renda familiar atingia até 3 salários mínimos (78% das pessoas) quando o padrão aceitável era de 1,5¹⁵² (pesquisa do MCV, em 1975, com 2.000 famílias apontava que a média de moradores por casa era de 5,3 pessoas, sendo 2,8 crianças e 2,5 adultos¹⁵³). Os usuários do transporte público que moravam na periferia gastavam de 3 a 4 horas diárias no trajeto de ida e volta para o trabalho, em veículos que, nos momentos de maior afluência, carregavam cerca de 130 pessoas, o dobro da lotação máxima prevista¹⁵⁴.

Se, por um lado, os dados acima nos permitem indicar a existência de uma configuração comum que era vivenciada pelos moradores da periferia – refutando, assim, o argumento de um “contexto de vizinhança heterogêneo”; por outro, eles são insuficientes para analisar a forma como essas experiências foram elaboradas e reelaboradas no processo de luta destes grupos que poderia, em última instância, forjar sua “consciência de classe”¹⁵⁵. Este processo, como argumenta Ianni, passava pelas possibilidades destes moradores organizarem o seu comportamento político em sindicatos, partidos e demais associações que incentivassem a organização coletiva para além do mero associativismo, ou seja, onde fosse possível desenvolver a capacidade de “perceber as suas condições de existência e perceber criticamente os antagonismos inerentes a essas condições de existência”¹⁵⁶.

¹⁵¹ *Idem*, p.26 *apud* SÃO PAULO. *Secretaria dos Negócios Metropolitanos - Região Metropolitana de São Paulo: Diagnóstico 75. Condições urbanas: Promoção Social*. São Paulo, 1975.

¹⁵² *Idem*, p.43 *apud* “Aspirações com relação ao programa de Educação de Base”. Caderno SEBES, 1973.

¹⁵³ Doc.012_9, Fundo ECO_PRE, CPV.

¹⁵⁴ *Idem*, p.33 *apud* SÃO PAULO. *Secretaria dos Negócios Metropolitanos - Região Metropolitana de São Paulo: Diagnóstico 75. Condições urbanas: transporte*. São Paulo, 1975.

¹⁵⁵ Thompson define este processo como “a forma como essas experiências [de classe] são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”. THOMPSON, E. P. 2011, *Op. cit.*, p.10. O autor também ressalta, em outro artigo, que “classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”, sendo por isso, absurda a atribuição de uma “falsa consciência”. THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012. p.279.

¹⁵⁶ IANNI, O. “Crítica a Chauí” IN: QUEIROZ, José & VALLE, Edenio (orgs.). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. p.139. Neste texto, o autor critica Marilena Chauí por sua defesa da ideia de uma oposição entre a “cultura do povo e o autoritarismo das elites”. Rejeitando a própria categoria de “povo” – que estaria em extinção em decorrência do desenvolvimento das relações de produção de tipo capitalista – Ianni propõe a discussão em termos mais concretos como “classes subalternas”.

Sob esta perspectiva, o projeto de esvaziamento dos espaços de participação popular do regime militar obtinha certo êxito, na cidade de São Paulo, onde verificava-se, por exemplo, um baixo índice de participação em associações. E este índice era ainda mais baixo nas camadas mais pobres da população: considerando-se as seis formas associativas existentes na capital (Sindicato, Profissional, de Bairro, Religiosa, Clube no local de trabalho e Esportiva), o índice de absenteísmo atingia 41% no grupo com maior nível de renda; 57% na camada média e 79% nos setores com rendimentos mais baixos¹⁵⁷.

Em contrapartida, no que se refere ao comportamento eleitoral da periferia de São Paulo durante a década de 1970, Lamounier, em análise do pleito de 1974, demonstrou que o MDB obteve “amplíssima vantagem nos estratos muito baixos de renda, especialmente entre os habitantes dos novos bairros periféricos”¹⁵⁸. O cientista político revelou ainda que, mesmo sem desconsiderar o número significativo de eleitores que se recusaram a identificar-se com qualquer das opções oferecidas (32% dos eleitores deixaram de votar, votaram em branco ou anularam seu voto), é possível estabelecer uma considerável estruturação na identificação partidária que representa, em termos de consciência popular, o MDB como um partido popular-reformista de oposição. Além disso, o autor concluiu que há uma identidade entre essa opção partidária e um protesto dos mais pobres e dos mais jovens¹⁵⁹.

Para um exame mais detalhado da porção da região sul na qual o MCV se desenvolveu, consultamos os dados eleitorais disponíveis¹⁶⁰ dos pleitos de 1974, 1978 e 1982 – intervalo que, praticamente, coincide com o período de existência do MCV. Como a extensa região sul era dividida na época em apenas nove zonas eleitorais¹⁶¹, utilizamos uma circunscrição territorial menor – a dos distritos eleitorais – e, ao final, selecionamos

¹⁵⁷ CAMARGO, Cândido et al. 1976, *Op cit.*, p.139 *apud* BERLINCK, M. T. *A vida como ela é*. Campinas, 1973. p.191.

¹⁵⁸ O autor conclui que houve uma grande maioria do MDB nos diversos estratos de renda – mais acentuada nos estratos mais baixos, mas que não configura uma situação de polarização aguda na comparação com os estratos mais altos. LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando (orgs.) *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.27

¹⁵⁹ *Idem*, p.28.

¹⁶⁰ Dados do TRE-SP, disponibilizados pela Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) em <http://produtos.seade.gov.br/produtos/moveleitoral/index.php?tip=4>. Acesso em 12 de março de 2015.

¹⁶¹ Capela do Socorro, Campo Limpo, Indianópolis, Ipiranga, Jabaquara, Jardim Paulista, Santo Amaro, Saúde e Vila Mariana.

15 distritos eleitorais¹⁶² (dos 35 existentes)¹⁶³ que formam, aproximadamente, a região na qual o MCV se desenvolveu inicialmente. Para que fosse possível estabelecer uma comparação entre os resultados, selecionamos os cargos que estiveram em disputa nas três eleições, a saber, deputado estadual, deputado federal e senador.

A sistematização dos dados revelou que, em 1974, entre os dez deputados estaduais mais votados em cada um dos 13 distritos eleitorais selecionados, constavam 8 ou 9 candidatos da oposição em 12 distritos (exceção: Jabaquara com 7 candidatos); em 1978, este domínio cresceu para 9 candidatos da oposição em 12 distritos (exceção: Capão Redondo com 8 candidatos); já em 1982, esta situação foi mantida nos 15 distritos selecionados, com predominância dos votos para o PMDB, em relação ao PT (exceto no Jardim Ipê onde houve o predomínio do PT)¹⁶⁴. Em nenhum dos distritos selecionados ao longo dos três pleitos, a soma dos votos da situação superou a da oposição e, em apenas cinco ocorrências (de 41 possíveis), um candidato da situação foi o mais votado de um distrito eleitoral. Para o cargo de deputado federal, o padrão verificado anteriormente foi, praticamente, o mesmo. Houve uma ligeira variação para cima na quantidade de candidatos da oposição que constavam na lista dos dez deputados federais mais votados nos três pleitos (principalmente em 1974), e uma ligeira variação para baixo no caso do candidato da situação mais votado em um distrito eleitoral (apenas 1 ocorrência, de 41 possíveis). Para o senado, o padrão de domínio da oposição foi ainda maior, a soma total dos votos dos candidatos da situação, nos três pleitos, atingiu uma margem de 5% a 15% enquanto aquela dos candidatos da oposição variou entre 65% a 80%. Ainda, nos três pleitos e em todos os distritos selecionados, o candidato da situação conquistou menos votos do que o cômputo total dos eleitores que deixaram de votar, votaram em branco ou anularam seu voto.

¹⁶² Campo Limpo, Capão Redondo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, Cidade Dutra, Jabaquara, Jardim das Rosas, Jardim Ipê, Jardim Mirian, Jardim Pedreira, Jardim São Luís, Piraporinha, Vila das Belezas, Vila Joaniza e Vila Remo. No caso dos distritos “Jardim das Rosas” e “Jardim Ipê”, existem dados apenas do pleito de 1982 porque, até então, pertenciam ao distrito Capão Redondo.

¹⁶³ Completam a lista de distritos eleitorais da Zona Sul: Campo Grande, Chácara Santo Antônio, Congonhas, Grajaú, Ibirapuera, Indianópolis, Ipiranga, Jardim da Saúde, Jardim Paulista, Jardim Sabará, Parelheiros, Rio Bonito, Sacomã, Santo Amaro, Saúde, Várzea de Baixo, Vila Carioca, Vila Morais, Vila Olímpia e Vila Sônia.

¹⁶⁴ Reiteramos que nas eleições de 1982, o número de distritos selecionados aumentou para 15 – em relação aos 13 de 1974 e 1978 – porque os distritos “Jardim das Rosas” e “Jardim Ipê” foram desmembrados do distrito Capão Redondo neste pleito. Ademais, cumpre ressaltar que estas eleições foram realizadas sob o pluripartidarismo e com a adoção do “voto vinculado”, que obrigava o eleitor a votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos, sob pena de ter o voto anulado em caso contrário.

Sem adentrarmos ao debate, que escapa ao recorte desta pesquisa, sobre os limites e as diferenças internas no amplo espectro que configura a oposição emedebista, podemos concluir, com base nos dados eleitorais disponíveis, que há um amplo domínio da oposição nos distritos em que o MCV formou suas bases originalmente. Não sugerimos, com isso, uma relação automática entre a privação de serviços públicos essenciais e o ato político de votar na oposição; mesmo porque, apesar do predomínio da oposição nos distritos selecionados, ele não ocorreu de forma absoluta ou isenta de contradições como podemos observar, por exemplo, nas expressivas votações, em 1982, de candidatos da situação como Adhemar de Barros Filho (senado) e Paulo Maluf (deputado federal). E para além das áreas em que o MCV se desenvolveu, a análise dos distritos eleitorais localizados nas extremidades da periferia sul demonstrou que, em distritos como Rio Bonito, Grajaú e Parelheiros – áreas de ocupação ainda mais recente do que aquelas onde o MCV se originou (como podemos observar na Figura 3) e mais desprovida de serviços públicos básicos – os candidatos situacionistas obtinham quantidade relevante de votos, chegando, em alguns casos, a superar os candidatos da oposição, como ocorreu no pleito de 1974, no distrito de Parelheiros.

A força da oposição institucional na região em que o MCV formou suas bases, ainda no início dos anos 1970, se materializava não apenas na quantidade expressiva de votos, mas também na presença de candidatos que participavam ativamente de reuniões nos bairros, inclusive, naquelas organizadas pelos Clubes de Mães – como revelado por Irma Passoni – para debater e apoiar, em 1974, a candidatura de Alberto Goldman a deputado federal e a de outros políticos pertencentes ao MDB autêntico¹⁶⁵. Esta aproximação foi fundamental para que a “Carta das mães da periferia” chegasse até o Congresso Nacional onde foi lida¹⁶⁶, pelo deputado federal Freitas Nobre (MDB-SP), e encaminhada à presidência. Além da proximidade com a ala mais combativa do MDB, é

¹⁶⁵ Declaração de Irma Passoni em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004. Estas reuniões também são mencionadas por Luciana Dias et al. *Op. cit.*, p.185. A autora afirma que, em 1974 e 1976, grupos de Vila Remo fizeram cartilhas para discutir as eleições e também alguns debates, no Jardim Santa Margarida, onde foram convidados candidatos considerados “autênticos” como Alberto Goldman.

¹⁶⁶ Discurso pronunciado em 7/11/1973 no Congresso Nacional, publicado no Diário da Câmara dos Deputados, em 8/11/1973, p.8414. A carta foi lida, primeiramente, pelo vereador Horácio Ortiz (MDB) na Câmara Municipal de São Paulo; e teve também certa repercussão na imprensa, sendo publicada nos jornais *FSP* e *OESP* e comentada nas rádios Tupi e Bandeirantes; na TV pelo Canal 2, além de canais vinculados à Igreja Católica como a Rádio 9 de Julho e o jornal *O São Paulo*.

possível identificar a atuação, no interior do MCV, de outras pessoas com trajetórias “políticas” anteriores ao movimento, ligadas:

- a) ao “movimento” de renovação da Igreja Progressista que, na década seguinte, constituiria, em grande parte, a Teologia da Libertação;
- b) aos partidos e organizações clandestinas de esquerda (principalmente aquelas que gravitavam em torno do PC do B);
- c) à luta sindical (sobretudo às Oposições Sindicais);

Houve, ainda, a inserção de alguns estudantes universitários¹⁶⁷ que se mudaram para os bairros e, como abordaremos no segundo capítulo, parecem ter contribuído, principalmente na proposição e criação das atividades culturais do movimento. A presença de pessoas ligadas, efetivamente, ao movimento estudantil ocorreu apenas após a formação da coordenação central em 1977.

Conforme já analisado, o período inicial do MCV, vivenciado sob a égide dos Clubes de Mães, foi marcado pelo predomínio de pessoas que estavam engajadas – desde o final dos anos 1960 – na transformação de uma Igreja Progressista, incluindo padres e freiras que foram morar nos bairros como, por exemplo, Pe. Luiz Giuliani, Pe. Jaime Crowe, Irmã Cecília Hansen e “Irmã Angélica” (Irma Passoni que, inclusive, decidiu, em conjunto com a comunidade em que atuava, “desistir” de ser freira). Mas o MCV já contava, em seus primeiros núcleos, também com a participação de pessoas “ligadas”¹⁶⁸ aos demais grupos citados acima: Aurélio Peres e sua esposa Conceição Perez, à OSM-SP e ao PC do B; Santo Dias e sua esposa Ana Dias, à OSM-SP; Odilon Guedes e sua esposa Ana Guedes¹⁶⁹, ao PC do B; Márcio Saraiva e sua esposa Maria Saraiva, ao PC do B; Neide Abate – sua irmã Ana Maria Martins – e seu esposo Abel Abate, ao PC do B,

¹⁶⁷ Em entrevistas concedidas à Moara Passoni, em 2004, Irma Passoni e Ana Dias relatam que estes estudantes pertenciam, principalmente, à Faculdade Politécnica da USP e não eram considerados “porraloucas” como outros que, às vezes, surgiam no bairro. Entre os estudantes citados por elas (Fernando, Roberto, Alberto, Silvio Caccia Bava, Conrado e Marcus “Ceará”), não localizamos referências de suas participações nos documentos pesquisados.

¹⁶⁸ Nos exemplos dos casais citados, a militância partidária e sindical era exercida mais diretamente pelos homens, os operários Santo, Aurélio, Márcio e o ex-líder estudantil Odilon. Contudo, seria um equívoco supor que esta militância não estava “ligada” ao casal. Para além das influências no debate de ideias, havia também o trânsito entre os espaços de militância como podemos observar no exemplo de Conceição Perez que panfletava nas portas das fábricas da zona sul, enquanto Aurélio Perez, por sua vez, participava de reuniões do MCV. Declaração de Conceição Perez em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004.

¹⁶⁹ Em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004, Ana Guedes aborda a sua “opção” por morar na periferia: “Foi uma opção, porque nós estávamos numa discussão político-partidária. E fomos orientados até, havia uma orientação para os quadros do PC do B fazerem política na periferia de São Paulo”.

entre outros personagens que não fizeram parte (ou não tiveram suas identidades reveladas) do conjunto de entrevistas realizadas por Sader, Uytendbroek, Domezi e Moara Passoni. Ressaltamos que estas classificações, de caráter ilustrativo, são insuficientes para dar conta da riqueza da formação do MCV e de outros movimentos sociais do período: primeiramente, porque os grupos aos quais estavam ligados estes militantes não eram “estáticos”, eles também estavam se formando neste momento e, desta forma, seria anacrônico pensar que a habilidade política demonstrada por estes personagens no auge do MCV já estaria plenamente desenvolvida no início da década de 1970. Em segundo lugar, porque não haviam fronteiras rígidas que impossibilitassem a militância em mais de uma das “categorias” descritas acima, tornando possível, por exemplo, que operários como Santo Dias e Aurélio Peres, engajados na luta sindical, atuassem junto à Igreja Católica, através da Pastoral Operária e, até mesmo, participando das reuniões que discutiam as transformações internas da Igreja como aquelas já referidas, organizadas pelo Monsenhor Ângelo Gianola.

Esta possibilidade de transitar entre os diferentes espaços de atuação política decorria, no início dos anos 1970, primeiramente, da proteção oferecida – direta ou indiretamente – nos espaços pertencentes à Igreja Católica contra o aparato repressivo do regime. Além desta questão “de sobrevivência”, é preciso sublinhar que este período também marcou a aproximação entre a “justiça social”, buscada pelos setores progressistas da Igreja Católica, com o “maoísmo cristão”, presente em setores do PC do B – oriundos da incorporação de parte significativa dos quadros da AP¹⁷⁰ (denominada APMIL a partir de 1971) em 1973. Jacob Gorender relata que, desta “simbiose maoísta-cristã”, nasceram iniciativas como a “integração à produção de militantes de origem pequeno-burguesa”, (também conhecida como “proletarização”), entre 1967 e 1971, motivadas pelo igualitarismo da Revolução Cultural Chinesa e reforçadas pelas memórias da experiência cristã dos padres operários, no pós-guerra francês e em outros países¹⁷¹.

¹⁷⁰ Contrariando a versão apresentada por Jacob Gorender, Sales afirma que a integração da AP ao PC do B não foi propriamente uma junção entre as duas organizações, tendo ocorrido de forma individual, com a entrada de militantes no partido, referendada, inclusive pela última circular da AP em 1973. No entanto, isto não teria significado o fim da AP. O autor indica ainda que a AP “teria mantido sua estrutura até 1981, quando passou a atuar como tendência do PT, vindo a dissolver-se em seguida”. In: SALES, Jean R. “Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985)”. *História*, v. 26, n.2, 2007, p.344-345.

¹⁷¹ O autor conclui que, apesar da falta de estudos mais apurados, os depoimentos negativos dos militantes e dirigentes sobre as experiências de “integração à produção” pesaram para que elas não fossem repetidas.

Assim, compreendemos a presença de pessoas ligadas aos grupos citados anteriormente como parte integrante do processo ocorrido no início da década de 1970 (distinto daquele que marcou os anos 1960 com o ápice do “romantismo revolucionário” e a perspectiva explícita de tutela dos setores populares) que Marcelo Ridenti nomeou de “ida ao povo”, acrescentando, no caso do MCV, não apenas artistas e intelectuais que buscavam “ir aonde o povo está”, mas também religiosos, estudantes, militantes partidários, de agrupamentos de esquerda e sindicais – no caso dos operários citados, eles já eram originários das camadas populares e, desta forma, não se enquadravam nas iniciativas de “proletarização” analisadas por Gorender. A inserção destes grupos, no MCV, passava por três “pontos comuns”: primeiro, a necessidade da atuação constante nos bairros periféricos que incluía, em muitos casos, morar neles – o que conferia uma pretensa homogeneidade nas experiências de opressão vivenciadas cotidianamente no acesso aos serviços básicos essenciais; homogeneidade que era contrastada pelos diferentes níveis de experiência política e se refletia também na composição social do movimento, inclusive na distinção entre participantes analfabetas ou com baixa escolaridade e aquelas com maior nível de escolaridade¹⁷² – o que impunha dificuldades ao MCV sentidas em suas ações como, por exemplo, na realização de operações como a coleta e tabulação dos dados das pesquisas de 1973 e 1975. No caso das diferenças de escolaridade, o MCV criou estratégias como a formação de duplas para realização das pesquisas, buscando não apenas superar aquela dificuldade específica, mas também promover um processo de ensino e aprendizagem através do auxílio mútuo entre alfabetizados e aqueles com menor instrução¹⁷³. Outra ação do movimento, nesse sentido – representativa da importância que a defesa de uma “educação popular” teve para os novos movimentos sociais – foi a formação de classes de alfabetização de jovens e adultos, orientadas pelo método Paulo Freire: como relata Dias, somente na região de

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo: Ática, 1998. p.114-115.

¹⁷² É preciso considerar, em 1972, a alta proporção de mulheres analfabetas (13%) e com baixa escolaridade (57%), na Grande São Paulo, sobretudo, nos grupos etários com mais de 30 anos. PNAD, Regiões Metropolitanas. 4º trimestre: 1971-1972, Rio de Janeiro: IBGE. p.264 *apud* CAMARGO, Cândido et al. 1976, *Op. cit.*, p.89.

¹⁷³ Ana Guedes, em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004, afirmou: “E sempre em dupla, por que esta dupla de pesquisadores? Nós tínhamos mulheres que eram analfabetas, pessoas que eram alfabetizadas, pessoas que eram semianalfabetas, aquilo que a gente chama hoje de analfabetos funcionais, ou alfabetizados funcionais [...] E esta dupla, quer dizer, ela acabava trabalhando com estes conhecimentos que uma e outra tinham. E não eram quaisquer duplas, tudo isso era pensado no seio dos clubes de mães”.

Vila Remo, “chegaram a formar dezessete classes em várias comunidades, atingindo 500 pessoas todos os dias” – experiência que serviu de referência para outros bairros da região sul, como o Cidade Dutra, onde a pedagoga Maria Eunice Campanha afirma que, em 1976, chegou a ter dez classes sob a responsabilidade de jovens universitários, em regime autogestionado¹⁷⁴.

Além da necessidade de morar ou desenvolver sua atuação política a partir dos bairros periféricos, outro ponto imprescindível neste processo era a participação efetiva das bases na proposição dos problemas e avaliação das decisões tomadas nas reuniões da coordenação regional através do já referido sistema de “trazer” e “levar” os encaminhamentos, destacado nas entrevistas das participantes do MCV e que os diferenciava das “decisões de cúpula” e da figura tradicional dos dirigentes partidários e sindicais. Por fim, o terceiro ponto dizia respeito ao predomínio do uso de um discurso “popular” nas reuniões e nos materiais produzidos pelo MCV, mesmo com a presença e a participação de pessoas com maior escolaridade e trajetória política nas reuniões e na elaboração do material. Este discurso, caracterizado por uma linguagem simples, com uso de expressões orais no texto, permitia que a reunião fosse compreendida por todos e também que os participantes se identificassem com o material produzido por “eles mesmos”, como podemos constatar na carta das mães da periferia de 1973:

Porque o Brasil é uma terra tão rica e as mães choram na hora de pôr a panela no fogo prá fazer a comida pros filhos? [...] além dessa carístia de vida agora veio outra conta que não tem tamanho. A prefeitura daqui está destribuindo umas folhas de alvará de conservação¹⁷⁵ (grifo nosso).

Portanto, apesar da dificuldade (imposta pelas fontes)¹⁷⁶ para ampliar a análise sobre a composição social do MCV, é possível identificar a presença de pessoas ligadas

¹⁷⁴ DIAS, Luciana et al. *Op. cit.*, p.149 e p.152. A autora afirma que, em Vila Remo, os monitores das classes eram “estudantes ou universitários, moradores dos bairros ou não, frequentadores dos movimentos comunitários, conhecidos dos padres e freiras ou indicados por outras pessoas, que trabalhavam geralmente como voluntários”. Ressaltamos que algumas das lideranças do MCV eram professoras da rede pública de ensino estadual como, por exemplo, Ana Guedes e Irma Passoni. No caso do bairro Cidade Dutra, Maria Eunice Campanha acrescenta ainda que o grupo de jovens também divulgava e debatia, nas classes, “as informações produzidas pela Pastoral Operária e pelos grupos de mulheres que existiam nas comunidades”.

¹⁷⁵ Carta das mães da periferia, 1973. *Op. cit.* Disponível no Anexo 3 desta dissertação.

¹⁷⁶ As origens sociais e trajetórias políticas aqui apontadas foram colhidas a partir de indícios presentes nas entrevistas realizadas por Moara Passoni; no breve perfil traçado por Domezi sobre suas 11 entrevistadas: “8 delas enfrentaram e enfrentam as agruras da pobreza; apenas 3 delas, as que tinham alguma condição

aos grupos citados anteriormente ainda na formação do movimento, refutando tanto a afirmação das pesquisas que relataram esta presença somente após 1978 – e, nisto, demarcaram o fim do MCV – quanto as avaliações de que se tratava de um movimento espontaneísta, derivado das condições de vida de seus participantes. No entanto, é preciso problematizar esta presença e, mais especificamente, os termos em que se davam as relações entre aqueles com trajetória política anterior e as mulheres e homens comuns que iniciavam sua atuação nos movimentos populares, para não repetirmos o discurso dominante expressado por parte da grande imprensa – especialmente o Jornal O Estado de São Paulo que explicitava sua visão sobre o MCV em seus editoriais¹⁷⁷ – e pelos representantes do Estado que, como abordaremos no terceiro capítulo, negavam a existência do MCV e suas reivindicações sob o argumento de que se tratava de um movimento de “inocentes úteis”, manipulados por “infiltrados”¹⁷⁸. Muito distante disso, estas relações se pautavam, na fase inicial do MCV, não pela lógica partidária de formação de quadros, mas sim pelo tripé exposto anteriormente: morar ou desenvolver sua atuação no bairro; participação efetiva das bases nas decisões; predomínio da linguagem popular nas reuniões e no material produzido pelo movimento – priorizando a “politização do cotidiano” em detrimento da “política tradicionalmente instituída”, como analisado por Sader¹⁷⁹. Desta relação entre homens e mulheres, com distintas trajetórias políticas, também emergiram novas lideranças nos bairros que se tornaram, com o desenvolvimento do MCV, coordenadoras de grupos, setores e regiões como, por exemplo (entre aquelas entrevistadas por Moara Passoni) Anália Pereira, Conceição Santana, Elza, Francisca de Souza, Luzia Alves, Maria Saraiva, Maria da Conceição Peres, Odete Marques, Ophélia do Nascimento e Zélia Soares. Ademais, no caso das

econômica melhor, também tinham escolaridade de 2º grau completo ou quase completo, na fase do MCV. In: DOMEZI, Maria Cecília. 1997, *Op. cit.*, p.24. As entrevistas realizadas por Sader e Uytendroek não forneceram informações nesse sentido por terem sido realizadas sob a condição do anonimato.

¹⁷⁷ “Independentemente da nossa ojeriza por tal tipo de manifestação dita ‘popular’ e da nossa convicção de que o controle da inflação, para ser eficaz, não passa pelos comícios [...]”. In: “Um ato demagógico, mas não infundado (Editorial)”. *OESP*, 15/03/1978. p.2.

¹⁷⁸ À título de ilustração, podemos citar o trecho do discurso do líder da ARENA no Congresso Nacional, deputado Cantídio Sampaio: “Os líderes da campanha devem conhecer essas leis econômicas, mas estamos em uma democracia em que há liberdade até de levantar as massas, explorando-lhes a boa fé”. Discurso pronunciado em 14/03/1978 no Congresso Nacional, publicado no Diário da Câmara dos Deputados, em 15/03/1978, p.615.

¹⁷⁹ Sader defende que os movimentos sociais da década de 1970 efetuaram uma “espécie de alargamento do espaço da política”. No caso dos Clubes de Mães e do MCV, o autor argumenta que “embora fossem como extensões dos seus espaços domésticos – uma “grande família” –, eles implicam uma contestação dos padrões familiares vigentes”. In: SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.223.

mulheres – ampla maioria no MCV – Amelinha Teles ressalta que as tensões geradas pelo empoderamento, conquistado por suas posições no movimento, fizeram com que elas enfrentassem “situações de conflito no relacionamento com seus maridos e companheiros, o que resultou, para muitas mulheres, em processos de separação conjugal”¹⁸⁰.

Obviamente, este processo de “ida ao povo” não passou despercebido do aparato repressivo do regime militar e, após a movimentação gerada, na periferia sul, pela expansão dos clubes de mães, com a pesquisa e a “carta das mães da periferia”, o ano de 1974 foi marcado pela retração na mobilização da região. Além do fato do movimento não estar plenamente formado para manter o ritmo das ações recentes, contribuiu para esta retração as diversas prisões ocorridas naquele ano, como a de Aurélio Peres e de outros operários que também moravam em bairros periféricos¹⁸¹. Ainda que, como abordaremos no terceiro capítulo, o elemento motivador das prisões não tenha sido a atuação no MCV e Clubes de Mães – e sim aquela desenvolvida nos espaços tradicionais de organização como sindicatos e partidos clandestinos – a experiência da prisão e tortura destes personagens foi acompanhada, no bairro, pelas participantes do movimento, como podemos observar no relato de Ana Dias:

E quando eles pegaram o Aurélio, a Conceição foi lá fora e começou a gritar pra denunciar, porque quanto mais fosse e denunciasse, assim, no momento...você tinha mais segurança de vida porque se você fosse pego sigilosamente, era mais fácil deles sumir com você porque quem ia prova que você tinha sido pego. Então a Conceição começou a gritar, eu sei que chegou uma tal de Maria, chegou um monte...a Rosa, chegou um monte de vizinhas lá pra começar tentar não deixar leva. Aí ele pegou e falou assim: Olha escuta aqui, você não vai levar ele, ele é nosso vizinho, é gente boa. [...] O dia em que ele saiu do DOPS, ele

¹⁸⁰ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à Imprensa Feminista: A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013. p.190. Alguns destes relatos perpassam as entrevistas realizadas por Moara Passoni, ver especialmente a de Zélia Soares.

¹⁸¹ Além destes, ainda em 1971, já haviam sido presos Yara Spadini e Pe. Júlio Vicini como relatamos anteriormente. Domezi relata também, sem mencionar o ano, a prisão de Dirceu Bazaglia e de sua companheira, a operária Glória de Nazaré Bazaglia, irmã de Francisca Maria de Souza (do Setor Cupecê do MCV), que foi submetida à tortura psicológica. In: DOMEZI, Maria Cecília. 1997, *Op. cit.*, p.81. Batistoni afirma que, em 1974, a repressão se abateu sobre quase todos os membros da coordenação da OSM-SP; foram presos: Vito Giannotti, Waldemar Rossi, José Raimundo Silva, Elias Stein, Antônio Flores, Alcides S. Filho e Carlúcio Castanha, além do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos antes de 1964, Afonso Delelis. As prisões atingiram também militantes da Pastoral Operária, a Comissão Justiça e Paz e a entidades de apoio como FASE e RENOV. In: BATISTONI, Maria R. *Confronto operário: A Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978 -1980)*. São Paulo: IIEP, 2010. p.24.

voltou pra casa...nós fomos fazer uma recepção pra ele, ele tava irreconhecível, todo deformado, de tortura, barbudo, sem pode fala direito, ele tava assim.... a Luciana achando que a gente ia chega lá e ia te uma festa, quando viu foi só lagrima, choro e aquela figura do Aurélio, ela falou que ficou. Ela era pequena e ficou marcado na vida dela. Então tem coisa assim muito forte que a gente passou e sofreu nessa bendita dessa vida dentro de todos esses movimentos¹⁸².

A solidariedade demonstrada na fala de Ana Dias, também esteve presente neste período de menor mobilização do movimento, em iniciativas como a criação de grupos de compra comunitária que arrecadavam o dinheiro de alguns moradores para compra de alimentos no atacado. Além de baratear o preço com a eliminação de intermediários, a proposta era promover a solidariedade entre os vizinhos e também a reflexão sobre a “situação do custo de vida”, com a realização de uma reunião mensal¹⁸³. Iniciativas como esta ocorreram em outros bairros da periferia de São Paulo, como podemos observar na matéria que destaca o caso de São Mateus, onde o pároco da região, Pe. Franco, revela que “aos poucos, as pessoas passam a discutir também sobre outros problemas do bairro, como a deficiência do serviço de ônibus, ou de suas vidas. Se não houver essa reflexão, a experiência vai se enfraquecendo, vai adquirindo um conteúdo só comercial”¹⁸⁴.

Em julho de 1975, por iniciativa de grupos da região de Cidade Ademar, foi realizada, naquele bairro, a “Assembleia Geral dos Clubes de Mães”, com a participação de 70 clubes da região sul. Embora o trabalho dos clubes não tivesse sido completamente interrompido até este evento, ele foi considerado como o marco da retomada do MCV (ainda sem esse nome) e também formalizou a expansão dos Setores da Região Sul: Interlagos, Cupecê e Cidade Ademar, como pode ser observado na Figura 2. Nesta assembleia, foi aprovada a proposta de realização de uma nova pesquisa de preços, mais ampla, que, além da comparação dos preços dos alimentos de primeira necessidade, investigou também a situação familiar dos respondentes com questões sobre o número de

¹⁸² Relato de Ana Dias, em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004. Aurélio Peres foi preso em 17 de setembro de 1974 e, após permanecer 15 dias no DOI-CODI, foi encaminhado ao DEOPS onde aguardou por um julgamento na Auditoria Militar, no qual acabou absolvido. No DOI-CODI, foi torturado por 3 dias, até que a intervenção de membros da Arquidiocese fez com que não fosse mais torturado fisicamente.

¹⁸³ No Jardim Santa Margarida, o casal Ana e Santo Dias era responsável por arrecadar o dinheiro entre alguns moradores e utilizavam a casa de seus companheiros, Dita e Cenerino, como depósito de alimentos e também para realizarem as “reuniões de reflexão”. In: DIAS, Luciana et al. *Op. cit.*, p.168-169.

¹⁸⁴ “Na periferia, a alimentação cada vez mais cara”, *OESP*, 21/08/1976, p.19. Matéria chama atenção para o contraste: bairros centrais e com maior renda (preços mais baixos) x bairros periféricos e com menor renda (preços mais altos). Além disso, conta a história das principais cooperativas comunitárias da cidade.

moradores; dependentes; profissão; renda e os gastos com aluguel, material escolar, condução e higiene¹⁸⁵. Entre agosto e novembro daquele ano, foram realizadas 2.000 pesquisas nos bairros da periferia sul e isto só foi possível graças à intensa participação de mulheres e homens que percorreram as ruas da região e, de casa em casa, explicavam aos moradores os motivos daquela pesquisa e conversavam sobre a “situação do custo de vida”, buscando superar as dificuldades de escrita dos respondentes que, em muitos casos, não conseguiam responder todos os campos do questionário¹⁸⁶. As participantes também tiveram papel ativo na tabulação dos dados coletados nas pesquisas. Contudo, tanto no processo de elaboração do questionário quanto nos de tabulação e avaliação dos dados obtidos, contaram com o auxílio de técnicos do DIEESE e de militantes da OSM-SP que levavam questionários para as fábricas, promovendo a discussão entre operários, além de utilizar os dados dessa pesquisa como base para o índice de reajuste defendido, pela OSM-SP, na campanha salarial de 1975¹⁸⁷.

Em 16 de novembro de 1975, foi realizada uma nova assembleia com representantes dos bairros para avaliar os resultados da pesquisa que comparava os preços de agosto de 1974 (preenchidos, provavelmente, com dados do DIEESE) a agosto de 1975. Os resultados apontados destacam-se por serem um dos poucos registros, naquele momento, do perfil socioeconômico da periferia sul de São Paulo que, somados ao estudo¹⁸⁸ encomendado ao CEBRAP, pela Arquidiocese, compõem uma importante fotografia das experiências das camadas populares da capital. Entre os dados, podemos citar a média do aumento de preços de 53,13%; a média de 5,3 moradores por casa (2,8 crianças e 2,5 adultos), sendo que 2 pessoas trabalhavam por casa, ganhando, em média, um total de Cr\$1.688,53 (3,17 salários-mínimos), dos quais Cr\$992,29 eram gastos com alimentos, gás e sabão, sobrando Cr\$696,24 para serem gastos com as demais despesas (luz, água, moradia, vestuário, transporte – que não era custeado pelo emprego –, entre outros); isto fazia com que a casa própria fosse uma necessidade (55,52% das pessoas, sem maiores informações se o terreno havia sido ocupado irregularmente e a construção realizada em sistema de mutirão) e apenas 115, de 2.000 famílias, pagassem uma creche

¹⁸⁵ Questionário da pesquisa sobre o custo de vida, 1975. Doc.014_2, Fundo ECO_PRE, CPV.

¹⁸⁶ Conforme relatado por Ana Guedes, em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004.

¹⁸⁷ Relato anônimo presente em: UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.38-39.

¹⁸⁸ CAMARGO, Cândido et al. 1976, *Op. cit.*

(ou uma pessoa a parte) para cuidar das crianças enquanto saíam para trabalhar¹⁸⁹. Este último aspecto, além de tornar a luta por creches uma das principais reivindicações dos anos 1980, causava um grande número de crianças feridas e mortas em acidentes, principalmente, com botijões de gás porque ficavam trancadas nas casas enquanto os pais saíam para trabalhar, conforme destacado na fala de uma das participantes do MCV do Setor Cupecê:

Tinha parte da pesquisa que eram depoimentos. Porque eles percebiam lá que, bom, batiam na porta da casa e quem atendia às vezes era uma criança de 5 anos tomando conta de uma criança com 3, 2 anos, até um bebê. Isso foi uma das coisas que chamaram muita atenção¹⁹⁰.

Os resultados da pesquisa foram apresentados nos bairros em um folheto¹⁹¹ de duas páginas, pautado pela linguagem simples, que explicava os dados obtidos através da história de personagens fictícios: o sr. João e a dona Célia, com seus 4 filhos (Joãozinho, com 13 anos, já trabalhava) e seu vizinho Antônio – mencionando, inclusive, o pagamento do “carnê do Sílvio Santos” para buscar a identificação do leitor. Entre os vários documentos produzidos para divulgar os dados obtidos pela pesquisa de 1975, chama atenção também as mudanças realizadas na assinatura do texto. Primeiramente, o texto se encerrava com: “Por tudo isso, **nós, junto com os nossos maridos e todas as pessoas que participam conosco** desta preocupação, reivindicamos”¹⁹² (**grifo nosso**). Posteriormente, ao servir de base para o texto da 2ª carta às autoridades (Anexo 4), foi alterado para: “Por isso tudo, **nós mulheres e mães de família** achamos que as autoridades têm que tomar providências imediatas para resolver essa situação”¹⁹³ (**grifo nosso**). Estas mudanças, além de confirmar a presença (mais do que se desejava mostrar) de outros grupos no MCV ainda nesta fase, indicam a preocupação do movimento com a afirmação de uma identidade feminina e de uma autoridade moral concedida pela figura

¹⁸⁹ Dados retirados da avaliação da pesquisa contida em: “A história do que fizemos até agora sobre o custo de vida”, 1975. Doc.004_2, Fundo ECO_PRE, CPV.

¹⁹⁰ Terezinha de Jesus Garcia, em entrevista concedida a: DOMEZI, Maria Cecília. 1997, *Op. cit.*, p.92.

¹⁹¹ “Custo de Vida: os resultados da nossa pesquisa”, 1975. Doc. 007_2, Fundo ECO_PRE, CPV.

¹⁹² “A história do que fizemos até agora sobre o custo de vida”, 1975, *Op. cit.*

¹⁹³ “Resultado da pesquisa do Custo de Vida”, 1976. p.5. Doc.012_9, Fundo ECO_PRE, CPV. Na versão que foi encaminhada às autoridades, já em 1976, em razão das 19.500 assinaturas que acompanharam a carta, o trecho em questão foi substituído por: “*Por isso tudo, nós abaixo-assinados, reivindicamos*”. A carta encontra-se disponível no Anexo 4 desta dissertação.

das “mães de família em desespero”, conforme abordaremos no segundo capítulo. Sobre a questão da identidade feminina, ela também esteve presente na avaliação dos resultados da pesquisa, tanto que na 2ª carta às autoridades – elaborada como uma das deliberações daquela reunião – há a referência: “Sendo o ano Internacional da Mulher, nós mulheres de São Paulo nos unimos e fizemos uma pesquisa sobre o custo de Vida”¹⁹⁴. Esta questão não resultava automaticamente do fato que a ampla maioria dos grupos do MCV era formada por mulheres, mas sim das discussões voltadas para a “questão da mulher” que já ocorriam desde as reuniões dos Clubes de Mães e que, no caso do MCV, contavam com a participação, ao menos desde 1975, de mulheres que atuavam no movimento feminista paulista, desenvolvido por setores das camadas médias nos jornais *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978), como: Amelinha Teles, Iara Prado, Rachel Moreno e Vera Soares – todas tinham em comum também a militância no PC do B ou nas organizações que gravitavam em torno dele (AP e APML). Amelinha, que era uma das maiores distribuidoras do jornal *Brasil Mulher* entre os movimentos sociais, relata sua experiência junto ao MCV com a discussão de assuntos relativos ao feminismo, à imprensa, entre outros: “Era um momento muito especial em que muita gente ansiava por um material legal, no sentido de não ser clandestino, para usá-lo com mais liberdade nos debates políticos”¹⁹⁵.

Além da elaboração da carta, a reunião de novembro de 1975 deliberou que, antes de ser enviada às autoridades, o documento deveria conter assinaturas dos moradores da região – uma estratégia que já vinha sendo utilizada nas mobilizações por reivindicações locais (água encanada, luz elétrica, pavimentação, transporte público, pela regularização dos loteamentos clandestinos, entre outras) que contavam, inclusive, com a participação de muitos membros do MCV. No início de 1976, foi realizada uma reunião¹⁹⁶ do movimento com o deputado federal Airton Soares (MDB-SP) onde foi avaliado que as assinaturas ainda eram poucas para remeter a carta à Câmara (caminho dado àquela de

¹⁹⁴ 2ª carta às autoridades. Doc.11, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

¹⁹⁵ As informações sobre a presença dos grupos feministas no MCV, bem como a declaração citada, estão presentes em: TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Op. cit.*, p.145. Amelinha calcula que vendia/distribuía uma média de 750 exemplares por edição do *Brasil Mulher*, sendo entre 150 a 200 exemplares para 18 clubes de mães da zona sul de São Paulo; 100 exemplares junto ao MCV; além de 50 exemplares junto ao MCV de Campinas (SP). Seu papel, atribuído pelo PC do B, era, justamente, levar para o jornal *Brasil Mulher*, os temas das mulheres da periferia organizadas nos Clubes de Mães. A 1ª edição do *Brasil Mulher* com matérias dedicadas ao MCV foi publicada em 1976, no 4º número do Jornal.

¹⁹⁶ Conforme relato anônimo presente em: UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.40.

1973) e propôs-se que, desta vez, realizariam uma grande assembleia onde as autoridades é que deveriam comparecer para tomarem ciência da situação revelada pela pesquisa e ouvirem as soluções reivindicadas pelo movimento. O contato com o MDB, existente desde o envio da primeira carta em 1973, ocorreu também na reunião que definiu a pauta da Assembleia conforme podemos observar pela ata¹⁹⁷: “Além do convite geral para o MDB e ARENA, **foram enviados convites individuais para deputados e vereadores que a gente conhece e que a gente confia**” (grifo nosso). Ao final, compareceram um vereador da ARENA (não identificado) e cinco deputados do MDB: Alberto Goldman, Fábio Porchat, Agenor Lino de Matos, Airton Soares e Horácio Ortiz¹⁹⁸.

Em razão do estágio de formação em que se encontrava o MCV e do respeito ao tempo necessário para consultar as bases no sistema de “trazer e levar” as decisões dos grupos à coordenação regional, a “Assembleia do Povo, Custo de Vida e Salário Mínimo” foi realizada somente no dia 20 de junho de 1976 – quase um ano depois da reunião de avaliação da pesquisa – no Colégio Santa Maria, localizado na zona sul e pertencente à Igreja Católica. Com a participação de cerca de 5.000 pessoas (surpreendendo o próprio MCV que esperava 2.000 pessoas) a organização do ato – que incluiu o aluguel de mais de 40 ônibus¹⁹⁹ para transportar os participantes até o Colégio – foi elogiada pelos veículos da imprensa²⁰⁰ presentes. A questão levantada, em uma das matérias publicadas, sintetiza a surpresa causada com aquela assembleia que marcou o primeiro momento de maior visibilidade do movimento: “O que leva quatro mil pessoas – em sua maioria

¹⁹⁷ “Sem título”, 1976. Doc.37, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

¹⁹⁸ Conforme relatado no discurso de Horácio Ortiz, pronunciado em 23/06/1976, na ALESP, publicado no Diário Oficial de São Paulo, em 29/06/1976, p.90.

¹⁹⁹ “Assembleia do Povo”, *Jornal do Campo Limpo*, 01/07/1976”. Sem pg. Consultada em: doc.33, pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM. A matéria não traz informações se os próprios participantes pagaram pelo transporte ou se foram pagos pelo movimento, ou por doações de outras entidades.

²⁰⁰ “Muito bem organizados, com várias equipes de supervisores e mensageiros para funcionar como intermediários entre os presentes e a mesa, os trabalhos se iniciaram com a leitura dos telegramas que solidarizavam com o movimento contestatório do custo de vida e a insuficiência salarial dos moradores da periferia”. In: “Uma reunião na Zona Sul contra o salário mínimo”, *FSP*, 21/06/1976. Sem pg. Consultada em: doc.32, pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM. Ao final da matéria, o jornal revela a expectativa do MCV sobre o comparecimento de 2.000 pessoas, conforme a “nota à imprensa” recebida dias antes do evento. Além da FSP, estiveram presentes no ato também a Revista Veja, Revista Capricho e o semanário católico O São Paulo, que também publicou os resultados da pesquisa: “Custo de Vida e Salário Mínimo”, *O São Paulo*, 12/jun a 18/jun – 1976, p.7.

mulheres –, de todos os cantos de uma cidade grande como São Paulo, a se juntarem num domingo à tarde para discutir o problema do custo de vida?”²⁰¹

FIGURA 4 – Fotografia da Assembleia do Custo de Vida realizada no Colégio Santa Maria, em São Paulo, 20/06/1976. Crédito: Sérgio Sade/Revista Veja.

A resposta para pode ser encontrada menos nos números oficiais que, em 1975, registravam 35% de variação no Índice do Custo de Vida, na cidade de São Paulo (ver Figura 1); e mais nas experiências vivenciadas nas diversas reuniões, elaboração de cartas, pesquisas, entre outras ações de menor visibilidade realizadas pelo movimento entre 1973 e 1976, ou, para citar o termo utilizado por Ana Dias, pelo “*trabalho miúdo*” de mulheres e homens do MCV desenvolvido neste período. Como buscamos demonstrar nesta seção, pessoas ligadas a outros grupos participaram do processo que levou à formação do movimento. No caso da “Assembleia do Custo de Vida”, ou “Assembleia do Santa Maria” – nomes pelos quais o ato de 1976 ficou conhecido – há diferenças evidentes entre as falas dos participantes que se refletem também nos documentos de avaliação, na análise da situação econômica e nas propostas apresentadas pelo abaixo-assinado que reuniu 19.500 assinaturas (Anexo 5). A linguagem simples que marcava a 1ª Carta às Autoridades, já não era mais absoluta no documento de nove páginas que reunia a análise da situação econômica (Custo de Vida e os Salários); os resultados das pesquisas de 1975 (incluindo uma atualização dos dados para o ano de 1976); a 2ª carta

²⁰¹ “Custo de Vida: ‘desse jeito não dá mesmo’”. *Revista Capricho*, jul/76, p.34-36. Consultada em: doc.113, pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

enviada às autoridades e, por fim, as quatro propostas que acompanhavam o abaixo-assinado, desta vez, subscrito em nome dos “moradores da periferia de São Paulo”.

E essa nossa situação, vem se agravando há 11 anos desde a implantação da Política Salarial do Governo, que eliminou a livre negociação de salários, diretamente entre patrão e operários. [...] Nós sabemos que existe aqui no Brasil um decreto-lei nº 399 de 30 de abril de 1938, que diz a quantidade de 13 alimentos que o trabalhador tem que comer por mês para poder sobreviver e trabalhar. Apesar de existir essa lei, na realidade com os preços dos produtos em 1975, o que o trabalhador ganhava não era suficiente para ele e seus filhos comerem. [...] Portanto, assim **de uma forma concreta, a pesquisa mostra que não pode continuar a situação desse jeito. Mostra que o salário é como um caminhão carregado na subida. Sobe devagarzinho. E o custo de vida parece um carro de corridas: sobe sem parar. [...] Mas de nada adiantaria provarmos com os números a fome que vai se espalhando, se a gente não pensasse nas medidas que se fazem necessárias para pôr remédio a essa situação de calamidade.** Por isso, fizemos um levantamento das opiniões dos milhares de pessoas que participaram da pesquisa, sobre quais seriam as saídas para a alta do custo de vida. Entre as muitas sugestões dadas, destacamos aquelas que obtiveram o apoio da maioria. São elas: 1. Congelamento de preços; 2. Aumento de salário e abono de emergência; 3. Organização de Cooperativas; 4. Construção de creches²⁰² **(grifo nosso)**.

O decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938, citado no documento que foi encaminhado junto com os abaixo-assinados, estabelecia a tabela com as provisões mínimas de alimentação (diferentes nas regiões 1, 2, 3 e 4) que deveriam ser asseguradas ao trabalhador que ganhava o salário-mínimo. Com base nesta tabela, o DIEESE calculava o valor da cesta básica e a quantidade de horas de trabalho necessárias para obtê-la. Estes dados²⁰³ – assim como aqueles sobre o aumento de 362% no salário-mínimo que seria preciso (ao invés dos 44% concedidos) para recuperar as perdas provocadas pela alta do custo de vida – permearam as falas do plenário, em meio aos 24 relatos do público que, com 1 minuto cada, descreviam as diferenças entre seus salários e suas necessidades²⁰⁴.

²⁰² “Custo de Vida e Salários”, 1976. Doc.012_9, Fundo ECO_PRE, CPV.

²⁰³ “Ainda o DIEESE diz que o trabalhador de salário mínimo, em 1965, para cobrir só as despesas com a alimentação de sua família de 4 pessoas, trabalhava 262 horas por mês, isto é, 8 horas e 42 minutos por dia. Em 1976, para obter a mesma alimentação ele tem que trabalhar 546 horas e 33 minutos por mês, isto é, aproximadamente 18 horas e 13 minutos por dia”. In: “Custo de Vida e Salários”, 1976. *Op. cit.*

²⁰⁴ Conforme relatado em: “Custo de vida: ‘Assim não dá’”, *Revista Veja*, 30/06/1976. p.95.

Ainda assim, apesar da presença de outros grupos, a Igreja Católica manteve sua hegemonia no movimento. A expansão do MCV para outros Clubes de Mães da zona sul continuou sob a estrutura organizativa da Igreja; coube à instituição assegurar um local para a “Assembleia do Santa Maria” que, embora não questionasse a legitimidade do regime como os demais movimentos oposicionistas da época, reuniu 4.000 pessoas (uma das maiores concentrações desde 1968) para criticar as “autoridades”, apontando-as como responsáveis pela situação que vivam e cobrando a aplicação das quatro sugestões que propunham após realizarem algo que as próprias autoridades não eram capazes: ouvir a opinião de milhares de pessoas. Ademais, os principais documentos produzidos naquela Assembleia (a carta contendo a pesquisa e os abaixo-assinados), além de serem copiados e protocolados na Câmara pelos deputados presentes, foram entregues – por decisão do movimento – ao bispo e assessor de Dom Paulo Arns (a essa altura já nomeado Cardeal), Dom Mauro Morelli, a quem coube também a palavra final que marcou aquele ato:

Aos que ainda têm esperança no coração e se reúnem para discutir problemas do custo de vida, em nome do cardeal quero me alegrar com esse fato bastante significativo. **O povo nunca pode ficar passivo, vendo a locomotiva passar; temos que ser sujeitos da nossa história.** Levarei essas assinaturas das mãos calejadas de muitas mães a Dom Evaristo. Essas assinaturas não serão jogadas fora, serão guardadas junto à consciência e ao coração da Igreja de Deus em São Paulo²⁰⁵ (grifo nosso).

1.3 A emergência das disputas no auge do MCV (1977-1978)

Era uma coisa que explodiu, nós fizemos, no Movimento do Custo de Vida, uma metodologia que era de casa em casa, de grupo em grupo, assembleias um pouco maiores [...] fazer uma assembleia de cinco mil pessoas em plena ditadura [...] foi assim um susto! E aí claro que a polícia, que o governo quis saber o quê estava por trás disso²⁰⁶.

Após a Assembleia do Santa Maria, houve um breve período de retração na mobilização diante da ausência de respostas do governo, assim como ocorrera após o envio da 1ª carta às autoridades em 1973. De toda forma, a visibilidade gerada por esta

²⁰⁵ Custo de Vida: ‘desse jeito não dá mesmo’’. *Op. cit.*

²⁰⁶ Avaliação de Irma Passoni, em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004.

concentração atraiu a cobertura da imprensa – também de setores da oposição que desconheciam ou subestimavam a capacidade do movimento e de agentes do aparato repressivo do regime – o que permitiu, após 1977, que a trajetória do MCV pudesse ser acompanhada através das matérias publicadas na imprensa escrita. Isto contribuiu para explicar porque os trabalhos anteriores concentraram suas pesquisas neste período que marcou o auge do movimento. Com o intuito de não repetirmos exaustivamente as análises já existentes sobre os acontecimentos deste período, centraremos a discussão desta seção somente naqueles necessários para a compreensão da mudança de hegemonia, no interior do MCV, que passou a ser operada após a formalização de uma coordenação central, em agosto de 1977. Antes, é preciso destacar o processo de expansão ocorrido no MCV após 1976 (como ilustrado de maneira aproximada na Figura 2) que marcou o desenvolvimento do movimento para além da região sul de São Paulo.

Em nossa análise documental, localizamos núcleos com quantidade de referências significativas (na imprensa escrita, no material produzido pelo MCV e naquele produzido e/ou apreendido por agentes do DEOPS-SP) nas regiões leste e noroeste da capital. Diferentemente do que aconteceu na expansão do movimento pela zona sul em sua fase inicial, este processo não se restringiu à estrutura organizativa da Igreja: na região noroeste, as reuniões se articulavam, principalmente, em diretórios do MDB, com forte presença de pessoas ligadas ao PC do B; na zona leste, embora houvesse grande participação da Igreja com diversas reuniões ocorrendo nas paróquias da região, houve também uma certa transposição do MCV para grupos que já se organizavam em Associações de Moradores e no “Movimento de Saúde”, também com forte presença do PC do B. Cabe ressaltar que, por vezes, esta expansão era marcada pela “lógica” dos laços de amizade e até mesmo familiares como no caso de Ana Maria Martins: moradora da zona leste, irmã de Neide Abate (coordenadora de núcleos do MCV na zona sul) e companheira de faculdade de Yara Spadini (integrante do movimento de renovação da Igreja) na PUC-SP; sua atuação e elos de ligação na zona sul foram de grande importância na expansão do MCV para a zona leste, fazendo com que ela se tornasse uma das principais coordenadoras do movimento em seus últimos anos de existência.

Outro aspecto importante no processo de expansão do MCV é a sua simbiose com os Clubes de Mães. Como já analisado, o MCV se originou no interior de alguns clubes conhecidos como “Novos Clubes de Mães”, ou ainda, “Clubes de Mães Populares” da zona sul. Não havia, porém, uma clara separação entre os dois movimentos e, ao menos

na porção da região sul onde o MCV se originou, eram “praticamente as mesmas pessoas que tocavam ambas as atividades”²⁰⁷. Assim, a expansão do MCV pela capital ocorreu simultaneamente a dos Clubes de Mães, como apontado pelo “Retrato dos Clubes de Mães e Grupos de Mulheres da Zona Leste”²⁰⁸ que constatou que a maioria dos Clubes daquela região havia surgido após as reuniões realizadas nos bairros, em 1975, por ocasião do ano internacional da Mulher. Este levantamento, uma das poucas fontes que nos permite compreender o perfil dos Clubes de Mães, também evidenciou outra questão essencial: nem todos os Clubes realizavam reflexões sobre os problemas locais e a opressão cotidiana vivenciada por suas participantes. Em que pese o fato do levantamento ter sido realizado em 1985 e estar restrito a uma porção da região Leste, ele foi capaz de identificar a existência de 94 Clubes de Mães que contavam com a participação de quase 2.000 mulheres reunidas, em sua maioria (70 grupos), semanalmente. Deste universo (94), a maior parte havia sido organizada pela Igreja Católica (63), sendo que pouco mais da metade (53) era coordenado pelas próprias mulheres; e menos da metade (41) discutiam problemas do bairro como parte de suas atividades, enquanto os outros se restringiam à realização de trabalhos manuais²⁰⁹. Da mesma forma, nem todos os Clubes de Mães aderiram à mobilização do MCV, inclusive na zona sul, como fica claro na avaliação de Domezi de que, na região sudeste, apenas sete Clubes de Mães assumiram o MCV e outros dois tiveram um certo nível de integração nessa rede²¹⁰.

Ainda assim, apesar de não ter atingido toda a periferia da cidade e sequer ter contado com a adesão da maior parte dos Clubes de Mães da capital, não é possível menosprezar a expansão do movimento que lhe garantiu uma capilaridade dificilmente encontrada nos espaços tradicionais de organização daquele período. Com esta ampliação, afirmou-se também a identidade de um “Movimento do Custo de Vida” que passou a assinar “Custo de Vida”, no início de 1977, em seu material produzido como

²⁰⁷ Conforme relatado por Irma Passoni, em entrevista à Moara Passoni, em 2004.

²⁰⁸ “Retrato dos Clubes de Mães e grupos de mulheres da Zona Leste de São Paulo”, 1985. Coleção MOV_MUL, CEDIC. Levantamento realizado por mulheres, com apoio da Rede Mulher (organização feminista), em 94 Clubes de Mães localizados nos seguintes distritos da zona leste: São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Itaquera, Ponte Rasa, Vila Esperança, Artur Alvim, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Cangaíba. Apesar da organização da pesquisa ter atingido este número, reconheciam a existência de outros clubes na região.

²⁰⁹ *Idem*, p.7-41.

²¹⁰ Os sete Clubes eram os de Vila Mira, Vila Campestre, Cidade Ademar, Jardim Miriam, Americanópolis, Jardim São Pedro, e o clube da dona Helena. Os outros 2 eram os de Vila Rica e o de Vila Joaniza. In: DOMEZI, Maria Cecília. 1997, *Op. cit.*, p.98.

resultado do ciclo de palestras que organizou sobre o tema entre abril e maio daquele ano. Estas palestras, realizadas ainda na zona sul, marcaram a retomada do MCV e contaram com o apoio da Pastoral do Trabalho e a participação de intelectuais engajados:

E até que foi o Suplicy que se destacava, escrevia artigos, ele fez o primeiro encontro, um curso de economia lá no ABC, aí nós o chamamos quando o movimento já estava mais estruturado e nós tínhamos o jornalzinho do movimento, nós chamávamos o Suplicy e mais alguns economistas que eu não me lembro agora [...] Para ele explicar qual a lógica da economia? Por que o custo de vida aumentava e o salário não? E aí nós traduzíamos em linguagem mais popular e colocávamos no jornalzinho do movimento²¹¹.

O depoimento de Irma Passoni, bem como os documentos publicados após estas palestras refletem ainda a preocupação do movimento com a manutenção da “linguagem mais popular” na explicação das causas do aumento do Custo de Vida. Ela está presente tanto nos panfletos²¹² que denunciavam a fraude nos dados da inflação de 1973 – incorporando, assim, a campanha de reposição de perdas salariais que vinha sendo realizada pelos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC e pela OSM-SP – quanto no documento de 40 páginas, intitulado “Cadernos do Custo de Vida”, elaborado como resultado das palestras e utilizado nas reuniões do MCV como material de formação. A explicação era estruturada através do diálogo entre dois personagens:

- Ô companheiro, conta prá mim, como foi a palestra?
- Foi muito boa, deu prá começar a entender um monte de coisas que estão acontecendo aí.
- E não foi difícil de entender, não?
- Olha, vou dizer prá você que fácil não foi. O problema é meio complicado, mas é como falou o conferencista, que nós, os trabalhadores, temos que começar a fazer um esforço prá entender as causas dos problemas que vivemos²¹³.

²¹¹ Conforme relatado por Irma Passoni, em entrevista à Moara Passoni, em 2004.

²¹² Doc.006_2, Fundo ECO_PRE, CPV. A analogia utilizada na explicação da fraude era a mesma utilizada pelo Ministro Delfim Neto na explicação da baixa divisão das riquezas do país – a imagem da divisão do bolo: “você imagine o seguinte: você tem um bolo dividido em 100 partes. Em 1973, a gente deveria receber 31 partes iguais a cada uma das partes do bolo dividido em 100 e então você teria 131 partes, certo? Acontece que ao invés de darem 31 partes, nos deram 18 partes. Então o reajuste deveria ser de 31% e só deram 18% [...]”.

²¹³ Cadernos do Custo de Vida, Mai/1977, p.3. In: Doc. 10, Pasta 30, Caixa 7. Fundo CMZS, CEDEM.

A expansão do MCV, somada ao aumento da participação de outros grupos, ensejou outra questão: por não se tratar mais de uma mobilização organizada unicamente a partir da zona sul, como manter o sistema de “levar” e “trazer” os problemas e sugestões à coordenação regional também em outras regiões? A resposta encontrada pelo MCV foi a formação de uma coordenação central, onde se decidiu ampliar a atuação de grupos que já vinham participando do movimento, oficializando os termos dessa participação, com o objetivo de fazer o MCV penetrar “nos setores intelectuais, como jornalistas, advogados, médicos, professores, engenheiros, etc”²¹⁴. A dinamização proporcionada pela coordenação contribuiu para que o MCV se tornasse um dos principais protagonistas das mobilizações ocorridas em 1978; mas ela também fez emergir tensões que, embora já existissem desde o início do movimento no plano ideológico e nas visões sobre os rumos do MCV, ainda não haviam se materializado em conflitos e disputas claras por sua hegemonia.

A assembleia que elegeu a coordenação central do MCV – e também oficializou o nome “Movimento do Custo de Vida” – foi realizada no dia 5 de agosto de 1977, no Colégio Católico Arquidiocesano e contou com a participação de cerca de 700 pessoas. Foram eleitas aproximadamente 40 pessoas, compondo “2 elementos de cada setor da periferia (um dos trabalhos do Custo de Vida e um dos Clubes de Mães) e um elemento das entidades estudantis, intelectuais, e de alguns diretórios de bairro do MDB”²¹⁵. A inserção destes novos grupos, contudo, não ocorreu de forma plena. Conforme destacamos sobre a fase inicial do MCV, a necessidade da atuação constante nos bairros periféricos – que incluía, em muitos casos, morar neles – era vista como um ponto fundamental; e ela foi formalizada na votação pela maioria dos presentes através do “critério da representatividade” que garantia a todos o direito a voz, mas restringia o direito ao voto somente àqueles que realizassem “trabalho de base” no movimento.

Xavier Uytendbroek é peça-chave para compreender estas disputas travadas entre 1977 e 1978 – não apenas porque foi o primeiro [e único] autor a dissertar sobre elas ainda em 1987 – mas também porque as vivenciou na condição de militante²¹⁶ do MCV,

²¹⁴ “Movimento do Custo de Vida – Circular nº1”, jan/1978. Coleção MOV_COM, CEDIC.

²¹⁵ *Idem*. Evers ainda detalha algumas entidades que formalizaram sua participação no Movimento: Igreja; da Frente Nacional do Trabalho (FNT); do Movimento Feminino pela Anistia; dos DCEs da PUC e da USP, além dos já citados diretórios do MDB. In: EVERS, Tilman. 1982, *Op. cit.*, p.77.

²¹⁶ Por outro lado, esta condição dupla (pesquisador e militante de seu objeto de pesquisa) gerou alguns problemas que o próprio autor atribuiu a sua “falta de precisão científica” no uso das entrevistas. É difícil

enquanto padre de Burgo Paulista, bairro localizado na zona leste da capital. Uytendenbroek afirma que havia grande preocupação do movimento em impedir que grupos “externos” se dirigissem diretamente à coordenação para aprovar propostas, sem que elas fossem “trazidas” pelas bases. O autor atribuiu a Aurélio Peres um papel decisivo²¹⁷ na defesa da proposta da representatividade, rechaçando as tendências do movimento estudantil presentes, com um discurso obreirista – “estudante não tem nada que ver com tudo aquilo” – muito semelhante àquele que o então dirigente sindical metalúrgico, Lula, remeteria ao então dirigente estudantil da tendência Liberdade e Luta (Libelu), Demétrio Magnoli, em um programa televisivo²¹⁸. Apesar das tensões, a inserção dos estudantes no MCV – que ocorria, em menor grau, desde a fase inicial do movimento – prosseguiu nos anos seguintes. Sobre este aspecto, Sevillano afirma que, diante da nova realidade dos movimentos sociais – com reivindicações que partiam das bases e não mais de uma cúpula – o movimento estudantil, com suas entidades e lideranças, se viu forçado a inserir-se na luta daqueles movimentos²¹⁹.

Além de garantir o critério da representatividade, a reunião que elegeu a coordenação central do MCV marcou o fortalecimento do PC do B na disputa pela hegemonia do movimento. Um dos indícios deste fortalecimento está presente no documento aprovado pela reunião que previa a execução de um novo abaixo-assinado para alcançar um milhão de assinaturas. Sobre este documento, Uytendenbroek afirma que se tratava de uma versão quase literal de um texto de circulação interna do PC do B – intitulado “documento de uma assessoria de rearticulação do MCV”²²⁰ – de julho de 1977,

distinguir as opiniões pessoais do autor, de suas conclusões baseadas nas entrevistas (anônimas) que realizou ou nos documentos impressos que pesquisou.

²¹⁷ Em um exemplo sobre a confusão entre o pesquisador e o militante, Uytendenbroek faz duras críticas a Aurélio Peres, escolhido pelas donas de casa para defender a questão, acusando-o de “praticamente tomar as rédeas daquela assembleia”. In: UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.65-66.

²¹⁸ “Eu sou malvisto por alguns estudantes porque eu não acredito na aliança estudante-trabalhador. O estudante tem pouco a perder e o trabalhador tem muito a perder. As reivindicações são totalmente diferentes [...] eu acho que os estudantes têm problemas específicos dentro das universidades, que deveriam brigar por eles e deixar que nós trabalhadores brigássemos pelos nossos problemas”. In: LULA, Luís Inácio da Silva. *Entrevistas e Discursos*. São Paulo: ABCD/Sociedade Cultural, 1980, p.73-74. *Apud* SEVILLANO, Daniel Cantinelli. *Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, juventude e o fim do regime militar (1977-1985)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, São Paulo, 2010. p.140-41.

²¹⁹ O autor busca compreender a inserção das diferentes tendências do Movimento Estudantil nos movimentos alternativos de oposição das décadas de 1970 e 1980; entre elas: “Liberdade e Luta”; “Caminhando”; “Refazendo”; “Convergência Socialista”; “Alicerce e Luta”, bem como grupos de estudantes secundaristas.

²²⁰ UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.62.

onde o grupo “Estrutura Dois”, liderado por João Amazonas, via, no movimento, uma possibilidade de reviver as tradicionais “Jornadas da Panela Vazia” da década de 1950 e delineava possíveis estratégias a serem seguidas por ele, entre as quais se destacavam três pontos: A amplitude do movimento que não poderia impor um cunho político propriamente de esquerda nem reduzir sua participação às pessoas mais politizadas, formando, assim, uma “ampla frente única oposicionista”, aberta e feita a luz do dia; o respeito à autonomia de deliberação e organização das várias campanhas setoriais que se desenvolviam concomitantemente ao MCV, sendo que a coordenação central não deveria impor orientações ou normas, buscando sempre resoluções com base no consenso e não em votação dividida; por fim, o terceiro ponto que deveria servir de alerta, mas acabou se tornando, praticamente, uma previsão do que ocorreria nos últimos anos do MCV:

É de se esperar que o movimento comece sem um caráter político explícito de contestação ao governo. Na realidade esse conteúdo só poderá ser melhor definido pelos próprios participantes, mas como o defensivo é, quer se queira quer não, uma coisa ainda presente em amplos setores populares, ele deverá se manifestar inevitavelmente como uma tendência de massas inteiras, e terá que ser levado na devida conta, pois em caso contrário, a Campanha se estreitaria, e acabaria se transferindo num movimento quase que só de classe média intelectual, que é o setor social já mais engajado na luta política propriamente dita²²¹ (grifo do autor).

Ainda que possa se tratar, de fato, de um documento com forte influência do PC do B, é compreensível sua aprovação na reunião da coordenação do MCV se considerarmos que as principais propostas apresentadas – respeito à autonomia, critério de representatividade, movimento amplo – estavam de acordo com as práticas desenvolvidas pelo movimento até aquele momento. Certamente, a Igreja estava atenta àquela movimentação, tanto que a reunião que elegeu a coordenação central do MCV foi realizada em seu “campo”, no Colégio Católico Arquidiocesano; contou com a eleição também de seus representantes e, ainda, transmitiu seu “recado” através de mensagem da Pastoral de Santo Amaro, liderada pelo bispo da zona sul, Dom Mauro Morelli, enviada aos novos coordenadores do MCV:

²²¹ “Vamos nos propor a mobilizar milhões contra a carestia?” Doc. 42, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM. Localizamos ainda um documento muito semelhante a este, também de 1977, intitulado “Algumas ideias sobre o MCV - Seus objetivos gerais e um plano de ação”. In: Doc. 33, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

A Igreja da região sempre respeitou e valorizou essas características [organização e liderança assumida pelo próprio povo] em seu apoio e compromisso com esse grupo [...] Por isso, lembra que sua liderança [da coordenação] deve continuar com o próprio povo, para que o movimento conserve sua origem e seus valores. Nestes termos, manifestando sua alegria pelo sucesso desta ação do povo, liderada pelos Clubes de Mães, **vê com agrado e adesão a participação de todas as forças vivas, desde que assumam os mesmos ideais e objetivos como serviço ao bem do povo**²²² (grifo nosso).

A partir daqui, contrastam-se duas visões sobre o que teria ocorrido no período que marcou o auge do MCV e que, a nosso ver, parecem ter ocorrido de maneira concomitante, ainda que em “espaços” distintos. Por um lado, Uytendenbroek avalia que, com a formação de uma coordenação central, teria instaurado um “tarefismo” entre os militantes do MCV que se preocupavam apenas com a arrecadação de assinaturas, “enquanto militantes do PC do B cuidavam da doutrinação e da liderança do Movimento”²²³; por outro, conforme entrevistas concedidas à Domezi, participantes do MCV consideram este período de intensa participação (com a arrecadação das assinaturas e demais atividades envolvidas com este objetivo) como o auge do movimento porque ele “aglutinava as pessoas, possibilitava a união entre os membros do movimento e dava materialidade às reflexões” – e que teria sido, justamente, o posterior “afastamento da população” que teria levado ao fim do movimento²²⁴.

Embora não endosseemos o “tarefismo” apontado pelo ex-padre e militante do MCV, concordamos que, com os rumos tomados pela coordenação central, passou a haver um maior afastamento entre as “lideranças” e as bases, ou ainda, o surgimento de “novas lideranças” – distintas daquelas pessoas que, mesmo com maior experiência política, integravam o movimento desde sua fase inicial. De forma gradual, o tripé que pautava a relação entre pessoas com trajetória política anterior e aqueles que iniciaram sua militância no MCV – morar ou desenvolver sua atuação no bairro; participação efetiva das bases nas decisões; predomínio da linguagem popular nas reuniões e no material produzido pelo movimento – começou a se deteriorar nos espaços da coordenação. Primeiramente, porque, com a ampliação do MCV para outras regiões da capital, as

²²² Doc. 2, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

²²³ *Idem*, p.83.

²²⁴ DOMEZI, Maria Cecília. 1997, *Op. cit.*, p.166.

reuniões da coordenação passaram a ser realizadas no centro da cidade – e não mais na zona sul –, ainda que em um espaço controlado pela Igreja Católica: o Colégio São Bento. A distância e o horário das reuniões (à noite) dificultavam a participação do núcleo original do movimento composto, principalmente, por donas de casa. Não obstante a mudança do *locus* de organização (da periferia para o centro), o predomínio de diversas pessoas que não atuavam nos bairros – apesar do critério da representatividade que as impedia de votar – e de uma linguagem que destoava daquela “popular” que marcava as reuniões nos bairros, levou ao enfraquecimento da participação das bases nas decisões da coordenação na medida em que as representantes eleitas pelos núcleos dos bairros tinham dificuldade em *participar efetivamente* da coordenação, como podemos observar nesta entrevista concedida a Uytdenbroek:

Elas vinham da periferia até o centro da cidade e depois precisavam voltar às altas horas da noite para a casa delas. O tipo de pessoas que aparecia nessas reuniões do São Bento era de nível muito elevado, universitários ou pessoas que usavam um jargão sociológico muito complicado, muito difícil²²⁵.

O último grande momento de participação das bases inserido no sistema de “levar” e “trazer” sugestões à coordenação ocorreu, justamente, com o texto do abaixo-assinado, elaborado pelos coordenadores, com o intuito de mobilizar um milhão de assinaturas. Em novembro de 1977, quando os abaixo-assinados já estavam sendo distribuídos nos bairros (e teriam, inclusive, 9.000 assinaturas), núcleos do MCV levaram a proposta à coordenação de refazer o texto. Ainda que existam duas versões²²⁶ sobre o motivo desta reelaboração – uma afirmava que o texto possuía linguagem extremamente popular e, por isso, não contaria com a adesão sincera dos setores médios da população; outra relata que os núcleos dos bairros consideraram o texto excessivamente vago²²⁷ – nos interessa

²²⁵ UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.74.

²²⁶ Um documento intitulado “Sugestões para a Comissão do Custo de Vida”, elaborado pela Comissão do MCV de Artur Alvim (Zona Leste), pode ter levado a alteração do texto inicial do abaixo-assinado. Em uma página, a Comissão sugere modificações tanto na estrutura/estética do documento (folhas deveriam ser impressas em gráfica, numeradas para facilitar o controle, entre outros); e também critica a ideia de “povo sofredor”, passível de pena, estaria sugerida no texto. In: Doc. 071_1, Fundo ECO_PRE, CPV.

²²⁷ Localizamos uma versão do abaixo-assinado, datada de outubro de 1977 e, ainda que não possamos afirmar que se trate da versão referida pela reportagem, a comparação dos trechos legíveis [o documento impresso é quase ilegível], indica uma nítida diferença da linguagem empregada no texto (popular, com expressões simples) em comparação com a versão final do texto do abaixo-assinado (ver Anexo 8), embora as três reivindicações sejam as mesmas. In: Doc. 024_1, Fundo ECO_PRE, CPV.

apontar que esta dinâmica de funcionamento (“discutir e rediscutir, com todos os moradores, tudo que chega ou sai da coordenadoria, para que as propostas sejam sempre de decisão popular”²²⁸) era, ao mesmo tempo, elogiada e criticada na coordenação, que valorizava o poder da decisão popular, mas queixava-se dos problemas práticos ocasionados como o prazo longo demais e os desgastes internos gerados a cada novo passo do movimento.

Contudo, apesar do progressivo afastamento da coordenação, um dos principais fatores que contribui para explicar porque ele contrastou com o auge da mobilização do MCV é que, até mesmo pelo fato do abaixo-assinado não demandar decisões complexas, uma vez colocado em marcha, as bases não dependiam da coordenação para a organização de suas atividades, reduzindo o espaço da coordenação aos debates e reflexões marcados pelo “jargão sociológico”, como criticado pela militante. E não foram poucas as atividades organizadas com certa autonomia e de forma interdependente entre as regiões: diversos lançamentos do abaixo-assinado ocorreram nos bairros antes do lançamento oficial, no dia 12 de março de 1978, e também houve uma expansão inicial do movimento para além de São Paulo²²⁹. Considerando apenas os três pré-lançamentos acompanhados pela imprensa (nas zonas sul²³⁰, leste²³¹ e noroeste²³²), foram quase 2.000 pessoas (no total) reunidas em ações que ultrapassavam o recolhimento de assinaturas, incluindo “cultos ecumênicos” e, principalmente, atividades culturais como a elaboração e adaptação de músicas; além da apresentação de grupos de teatro popular. Tais atividades, em um movimento que – além de possuir um grande número de pessoas com baixa escolaridade – incorporava diversas propostas de comunicação e educação popular, tiveram um papel fundamental na difusão, reiteração e reelaboração de sua representação da situação da alta do custo de vida, como abordaremos no segundo capítulo.

²²⁸ “O povo contra o custo de vida”. *Movimento*, 05/02/1978, p.6. Consultado em: Doc. 37, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM. Matéria traz um histórico detalhado do MCV desde 1973, elaborado por Raimundo Pereira, editor do jornal *Movimento* – que tinha entre os seus quadros jornalistas próximos ao PC do B, como Duarte Pereira.

²²⁹ Conforme declaração de um dos coordenadores do MCV que afirmou que, até aquele momento [jan/1978], os abaixo-assinados já haviam sido lançados em Cupecê, Interlagos, Região Sudeste, Zona Leste 1 e 2, e outras áreas. Declarou ainda que o MCV se espalhou para Campinas-SP, Belo Horizonte-MG, Salvador-BA e Nova Iguaçu-RJ). In: “Culto ecumênico pelo congelamento de preços”. *FSP*, 23/01/1978, sem pg. Consultada em: Doc. 111, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

²³⁰ “Culto ecumênico pelo congelamento de preços”. *Op. cit.*

²³¹ “Movimento contra custo de vida”. *FSP*, 06/03/1978, p.9.

²³² “Movimento Custo de Vida está crescendo todo dia”. *O São Paulo*, 23 de fevereiro a 3 de março de 1978, sem pg. Consultado em Doc. 38, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

Tal como já havia ocorrido no período que precedeu a Assembleia do Santa Maria, em 1976, houve intensa preparação nos bairros (de menor visibilidade), desde o fim de 1977, para que o lançamento oficial do abaixo-assinado, em 1978, contasse com participação de mais de 5.000 pessoas (MCV fala em aproximadamente 8.000), adquirindo a dimensão de um ato de protesto contra o governo. Em alguns bairros, de acordo com a orientação do grupo que promovia o lançamento do abaixo-assinado, novas reivindicações eram incorporadas ao texto-base como, por exemplo, no caso do Jardim Miriam (bairro da Zona Sul, próximo ao município de Diadema), que solicitava também a “liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores; e todo apoio aos companheiros grevistas do ABCD e Osasco”²³³. Todavia, este período de mobilização não ocorreu de forma linear: um documento de avaliação interna (um dos últimos a manter o predomínio de uma “linguagem popular”) indica que, mesmo após a formação da coordenação central, o MCV ainda apresentava muitas dificuldades em se organizar:

Vou fazer aqui algumas críticas, mas, óia gente, não é prá magoar, nem pra condenar ninguém, não. [...] A principal falha, a meu ver, é a falta de estruturação do Movimento. [...] Um Movimento que atinge São Paulo inteiro, mas de uma forma desordenada. Quer dizer, em alguns lugares o trabalho vem se desenvolvendo com certa rapidez e, em outros, estão bem atrasados. E isto ocorre até mesmo numa mesma região²³⁴.

A principal proposta contida neste documento e que parece ter encontrado respaldo, dada a grande quantidade de material produzido pelo MCV em 1978 (ver Figura 18), foi a formação de grupos de trabalho estruturados em comissões: Comissão de Redação; Comissão de Propaganda; Comissão de Finanças; Comissão de Contatos e uma Comissão acompanhasse o trabalho de todas as comissões. Com efeito, esta estratégia já vinha sendo utilizada na zona sul onde pequenas comissões²³⁵ coordenavam o trabalho na região e acabavam por suprir a já referida distância da coordenação central.

²³³ Doc.021_1, Fundo ECO_PRE, CPV.

²³⁴ “Movimento do Custo de Vida: que caminho seguir?”, 1977. Doc.31, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

²³⁵ Como expresso no folheto “O Custo de Vida”, do Setor Interlagos: “1- Equipe de divulgação do movimento, responsável pelo boletim, pesquisa de preços e relatório. 2- Equipe de ampliação do movimento, cujas tarefas são teatro, palestras e visitas aos bairros. 3- Equipe de organização do movimento que estará preocupada com passeata, assembleia, missa, cooperativa e creche”. In: Doc. 2, Pasta 25, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

Apesar do crescimento não-linear do MCV, com diferentes estágios nas regiões – e até em uma mesma região – o lançamento-oficial do abaixo-assinado, em 12 de março de 1978, no Colégio Católico Arquidiocesano, colocou o movimento em outro patamar: diferente da Assembleia do Santa Maria que ficou marcada pela “surpresa” da cena pública diante daquele ato; desta vez, a capacidade do MCV já era uma realidade que ocupava as capas dos grandes jornais da imprensa e as telas de TVs nacionais e internacionais²³⁶ – que destacavam, além do enorme público presente, o fato dele ser composto, “em sua maioria, por gente pobre como se podia notar pela roupa que vestiam”²³⁷. Superando o nível de organização da primeira grande assembleia, o ato contou com a contratação (através de doações) de 60 ônibus para transportar participantes de diversas regiões de São Paulo; foram disponibilizados, no colégio, creches para cuidar dos filhos dos manifestantes e médicos para eventuais necessidades; além dos integrantes da Comissão de Segurança que, identificados por fitas de cor preta, percorriam o local para evitar a ação de provocadores.

²³⁶ De acordo com um documento divulgado pelo MCV, cobriram o lançamento oficial do abaixo-assinado, os seguintes meios de comunicação: “Jornais (O São Paulo, Folha de São Paulo, Notícias Populares, Diário Popular, Popular da Tarde, Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo, Correio Popular de Campinas, Correio Brasiliense (DF), Shopping News, Movimento, Em Tempo, Jornal do Brasil (RJ); revistas (IstoÉ e Veja); TVs (Bandeirantes, Tupi, TV Sueca, BBC de Londres), rádios (Bandeirantes, Difusora, Nacional, Excelsior, Jovem Pan, entre outras). In: Doc. 38, Pasta 32, Caixa 9. Fundo CMZS, CEDEM.

²³⁷ “5 mil lançam documento contra o custo de vida”. *FSP*, 13/03/1978, sem pg. Consultado em: Doc. 19, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

FIGURA 5 – Fotografia do ato de lançamento oficial do abaixo-assinado do MCV no Colégio Arquidiocesano, 12/03/1978. Crédito: Nair Benedicto/N-imagens

É possível conjecturar que o ato poderia ter atraído um número ainda maior de pessoas não fosse a “coincidência” da realização, no mesmo dia e horário, do 35º aniversário do Conselho Coordenador das SABs no Ginásio do Ibirapuera. Este evento, que reuniu mais de 20.000 pessoas, contou com a presença do prefeito Olavo Setúbal que ainda forneceu, gratuitamente, 600 ônibus da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) para a ida e a volta, além de contribuir para a contratação de artistas famosos como Vanuza; Moacir Franco; Vanderlei Cardoso; Agnaldo Timóteo e Clara Nunes²³⁸. Ainda assim, o lançamento-oficial do abaixo assinado não pôde ser completamente ignorado pelo Estado, uma vez que parlamentares governistas e ministros se viram obrigados, pela imprensa, a comentar às reivindicações do MCV. Enquanto estas declarações foram marcadas pela ironia e pelo desdém – embora algumas tenham sinalizado pequenas concessões à legitimidade do movimento –, outros representantes do Estado completavam a postura tríplice de negar, negociar e reprimir (a ser analisada terceiro capítulo) com a ampla espionagem do ato. Agentes do aparato repressivo do

²³⁸ “Na festa das SABs, os políticos”. *FSP*, 13/03/1978, p.10.

regime buscaram registrar, principalmente, a presença de “infiltrados”, a saber, pessoas ligadas ao movimento estudantil, aos sindicatos, partidos políticos (MDB e clandestinos) e aos grupos de esquerda.

FIGURA 6 – Fotografia do DEOPS-SP²³⁹ sobre o ato do MCV no Colégio Arquidiocesano, 12/03/1978.

A organização²⁴⁰ do ato simbolizou a nova configuração vivenciada pelo MCV: ao invés de restringir as falas, aos testemunhos das donas de casa e de um representante da Igreja – como havia ocorrido na Assembleia do Santa Maria; desta vez, foram cinco depoimentos: uma dona-de-casa, um operário, um estudante, o presidente da FNT e o representante da Igreja, Dom Mauro Morelli, que foi acompanhado por Dom Angélico Bernardino (bispo da zona leste) na Assembleia. Coube a Dom Angélico tentar esclarecer qual era a composição do MCV:

²³⁹ Descrita pelo agente policial como “flagrante da assinatura do abaixo assinado; adesão pública do Deputado Federal Ayrton Soares ao Movimento”. Há “flagrantes” semelhantes do Deputado Estadual Alberto Goldman e de Terezinha Zerbini (presidente do Movimento Feminino Pela Anistia). Fotografia retirada da Pasta OP0980, Série Delegacia de Ordem Política, Fundo DEOPS-SP.

²⁴⁰ “Programa oficial do lançamento geral do abaixo-assinado”, 12/03/1978. Doc. 039_4. Fundo ECO_PRE, CPV.

“Não é uma manifestação da Igreja no sentido de que ela o esteja organizando, mas que nasceu mesmo da base, do povo em contato com a dura realidade do alto custo de vida e de seu baixo poder aquisitivo. A Igreja, assim como a maioria do pessoal da periferia, os estudantes e pessoas com opções políticas (membros do MDB, por exemplo), simplesmente apoia a iniciativa”²⁴¹.

Pouco antes do encerramento, houve ainda a tentativa – empreendida por estudantes da tendência Libelu²⁴² – de levantar uma faixa pedindo “Liberdades Democráticas” e iniciar uma passeata, logo frustrada pela mesa, sob alegação de que estas propostas haviam sido derrotadas na reunião preparatória do ato²⁴³. Sobre ela, Uytendenbroek afirma que uma versão do documento que seria lido no ato, responsabilizando mais duramente o governo pela alta do custo de vida, foi alterada (por 12 votos contra 8) por ser considerada “radical demais”²⁴⁴.

Entre março e agosto de 1978 – mês previsto para a entrega dos abaixo-assinados às autoridades – o movimento continuou organizando assembleias e atividades culturais nos bairros, e passou a promover também o lançamento do abaixo-assinado em outras cidades e estados do país, através da visita de suas coordenadoras e coordenadores²⁴⁵. O apoio ao MCV, porém, não era unânime nem mesmo na região em que ele surgiu originalmente, como ilustra o incidente com uma lista do abaixo-assinado, repleta de assinaturas, que foi danificada pela diretora de uma escola municipal do bairro Jardim Santa Margarida (próximo à Vila Remo). O caso, ocorrido no início de maio, ganhou visibilidade pela imprensa²⁴⁶ que divulgou até mesmo a carta enviada, pelo MCV, à funcionária²⁴⁷. Além disso, muitas pessoas se recusavam – por medo de represálias ou

²⁴¹ “Não é a Igreja quem organiza, só apoia”. *FSP*, 13/03/1978, sem pg. Consultada em: Doc. 16, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

²⁴² Para análise sobre a inserção, nos “novos movimentos sociais”, das principais tendências do Movimento Estudantil, ver: SEVILLANO, Daniel Cantinelli. 2010, *Op. cit.* p.87-147.

²⁴³ O incidente foi descrito em: “Abaixo-assinado contra a carestia”. *Diário Popular*, 13/03/1978, p.3. Consultada em: Doc. 48, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

²⁴⁴ UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.79.

²⁴⁵ Em entrevista concedida à Uytendenbroek, Ana Guedes relatou sua ida, junto com outra companheira da coordenação, ao Rio Grande do Sul para lançar o movimento naquele estado, ainda em 1978. In: UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.107.

²⁴⁶ “Danificada carta do Custo de Vida”. *FSP*, 27/05/1978, sem pg. Consultada em: Doc. 33, Pasta 32, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

²⁴⁷ “Carta à diretora da Escola Municipal Carolina Renó Ribeiro”, 6/05/1978. Doc. 51, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

porque, de fato, não culpavam o regime pela situação – a subscrever o abaixo-assinado que seria “contra o governo”; algo prontamente negado, naquele período, pelo MCV²⁴⁸.

Os altos e baixos enfrentados, neste período, estão registrados nas atas das reuniões da coordenação central que avaliava, inclusive, o papel secundário que exercia naquele momento diante da realização de “reuniões paralelas que discutiam questões fundamentais sem passar pela coordenação”, gerando críticas ao fato dela “não conseguir coordenar direito, nem conseguir fazer ir e voltar [as sugestões e decisões]”. Em meio aos 23 problemas levantados pela coordenação para serem discutidos nos setores, destacavam-se ainda:

O Movimento Custo de Vida ainda não conseguiu penetrar bastante no meio do povo; a oposição (MDB, Anistia) não assumiu o Movimento; o Movimento tende a se desenvolver melhor onde já existem algum trabalho; o trabalho ligado à Igreja limita muito; até o dia 12 [de março de 1978], intelectuais e setores de oposição estavam a fim de entrar no Movimento, agora estão desinteressados²⁴⁹.

A inconstância do movimento também se refletiu na busca pela meta de um milhão de assinaturas. Em reunião realizada, em 17 de junho, com cerca de 300 pessoas que lotaram o plenário auxiliar da Câmara Municipal de São Paulo – local indicativo do momento vivenciado pelo MCV com o apoio de vereadores emedebistas – foi divulgado um balanço parcial, constatando a obtenção de “apenas” 204.000 assinaturas até aquela data²⁵⁰. Diante desta situação, os representantes ali reunidos decidiram intensificar as atividades nos bairros e, principalmente, realizar “grandes mutirões para o recolhimento de assinaturas”²⁵¹ nos principais pontos centrais da cidade como, por exemplo, a Praça da Sé, Largo de Pinheiros, Santo Amaro, Largo da Concórdia, entre outros. Estes mutirões, que receberam o nome de “Jornadas Contra a Carestia”, continuaram em julho e, juntamente com as assinaturas obtidas em outras cidades, foram fundamentais para atingir a meta proposta de um milhão de adesões até agosto. Por outro lado, diferente do

²⁴⁸ “‘Custo de Vida’ em São Judas”. FSP, 29/07/1978, p.9. Reportagem ilustra os dois casos: a mulher que se recusava a assinar por “medo de ver seu nome divulgado e ter problemas com a polícia” e que acaba sendo convencida a participar pelos militantes do MCV; e o homem que, mesmo após a insistência dos militantes, se recusou a aderir porque “em sua casa, não faltava nada”.

²⁴⁹ “Problemas e dificuldades levantadas na reunião da coordenação do dia 13/05/1978 para serem discutidos por todos os setores”. Doc. 4, Pasta 28, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

²⁵⁰ UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.108.

²⁵¹ “Movimento do Custo de Vida chega ao centro”. FSP, 23/06/1978, p.12.

que ocorria desde as primeiras pesquisas realizadas pelo movimento, que possibilitavam a construção de um canal de diálogo – ausente em meio ao projeto do regime de esvaziamento dos espaços de participação popular – entre os moradores da periferia sobre a alta do custo de vida e outros problemas que enfrentavam cotidianamente; os mutirões realizados nos dois meses que precederam o ato da entrega das assinaturas foram a síntese da crítica de Sader, para quem, “o MCV encaminhou-se para obtenção de assinaturas a qualquer custo”²⁵². Pois, seria improvável supor a construção de um canal efetivo de diálogo, considerando a média de 14.000 assinaturas obtidas, por cerca de 150 militantes, em três horas de coleta no centro da cidade²⁵³.

FIGURA 7 – Fotografia do DEOPS-SP²⁵⁴ sobre a “Jornada contra a carestia”, na Praça da Sé, para recolher assinaturas, 14/07/1978.

²⁵² SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.220. O autor direciona sua crítica para a estratégia da utilização dos abaixo-assinados – algo que defendemos ser válido apenas para este período específico dos mutirões.

²⁵³ Conforme relatado em: “Movimento do Custo de Vida chega ao centro”. *Op. cit.*

²⁵⁴ Fotografia retirada da PASTA 77, 50-Z-000-14.664, Série Dossiês, Fundo DEOPS-SP.

O fortalecimento do movimento operário em São Paulo, e nas cidades do ABC, contribuiu para que muitos abaixo-assinados fossem subscritos tanto nos espaços organizados pela direção dos sindicatos quanto nas Comissões de Fábrica – que passavam, clandestinamente as vezes, as listas de assinaturas em suas seções, refeitórios, vestiários e nas horas de descanso²⁵⁵ – com predomínio de grupos das oposições sindicais. A relação entre o movimento operário e o MCV, existente de forma indireta desde a primeira carta às autoridades em 1973, se estreitou em 1978 para além da coleta de assinaturas: também organizaram juntos atos em celebração²⁵⁶ do 1º de maio, nos bairros periféricos; e as mulheres desempenharam um papel fundamental na arrecadação de doações para os fundos de greve durante as mobilizações operárias entre 1978 e 1980, em São Paulo e na região do ABC²⁵⁷ – não seria exagero afirmar que o MCV protagonizou a luta contra o arrocho salarial antes mesmo das mobilizações sindicais que marcariam o fim dos anos 1970. Esta relação, contudo, teria seus termos sensivelmente modificados a partir de 1979 – embora tenhamos localizado o texto de uma comunicação apresentada, aparentemente, por integrantes do MCV, na PUC ainda, em julho de 1978, onde se analisa que “ele [MCV] se apresenta como **opção enquanto o movimento operário não estava encontrando a saída** prática e possível”²⁵⁸ (**grifo nosso**). Tal avaliação, que considerava o MCV uma espécie de “opção temporária” ia, justamente, na contramão das práticas desenvolvidas por participantes do MCV com militância no movimento operário como, por exemplo, Aurélio Peres e Santo Dias.

A Igreja Católica, por sua vez, teve papel determinante para que o MCV tivesse condições de alcançar a meta proposta, ao solicitar, no início de julho, que o abaixo-assinado fosse divulgado em todas suas dioceses, permitindo, inclusive, a arrecadação de assinaturas nas missas²⁵⁹ – algo que acontecia apenas nas paróquias em que os padres apoiavam o MCV, o que nem sempre ocorria como ilustra o caso de um bispo que teria

²⁵⁵ “MCV e uma experiência de fábrica”. Doc. 8, Pasta 25, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

²⁵⁶ “1º de maio: um dia de organização e luta”, 1978. Doc. 41, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

²⁵⁷ Em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004, Ana Guedes relatou esta experiência: “Nós íamos entregar os alimentos recolhidos e eu fazia duas ou três viagens semanais, nós íamos em duas ou três pessoas na frente; e os bancos de trás e o bagageiro [...] com grande quantidade de alimentos”.

²⁵⁸ “Texto utilizado no Simpósio Comunidade e Participação (PUC-SP/IEE)”, julho de 1978. Doc. 15, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

²⁵⁹ UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.111.

dito a Aurélio Peres e Irma Passoni, durante a celebração da Cerimônia do Corpus Christi, que se fizessem uma coleta de assinaturas, ele denunciaria, em pessoa, “o movimento como manipulador do ato religioso”²⁶⁰. Este entrevero estava relacionado a um acontecimento, ocorrido em maio daquele ano, que desencadeou o progressivo afastamento da Igreja do MCV: o lançamento das candidaturas de Irma e Aurélio, respectivamente, a deputada estadual e deputado federal, pelo MDB. Uytdenbroek é taxativo em afirmar que os candidatos teriam contrariado suas próprias práticas e se aproveitado do MCV ao não consultarem às bases sobre suas candidaturas²⁶¹; enquanto Passoni argumenta²⁶² que sua candidatura resultou de uma ação organizada – por 62 entidades da periferia com o apoio da Igreja através do Pe. Luis Giulliani²⁶³ – à tentativa de grupos ligados ao PC do B de lançarem Aurélio Peres como “candidato popular” da região. Independentemente das diferentes versões, é possível identificar certo consenso de que a consulta às bases não ocorreu de forma adequada e, principalmente, que o MCV teve grandes dificuldades em lidar com a situação singular – que abordaremos, mais detalhadamente no segundo capítulo – que passou a experimentar: declarar-se “não-político” e ver duas de suas principais lideranças adentrarem à política partidária.

Em meio a todas essas divergências que marcavam as disputas internas por sua hegemonia, o MCV foi capaz de ultrapassar sua própria meta de um milhão de assinaturas – chegando a 1.245.478, sendo que mais de 95% seriam provenientes dos bairros periféricos da capital paulista²⁶⁴ – e realizar a Assembleia para entregá-las às autoridades, como previsto, em 27 de agosto, na Praça da Sé. Como já esperado pelo movimento, nenhuma das autoridades convidadas compareceu; ao contrário, proibiram a utilização da

²⁶⁰ *Idem*, p.208. Relato anônimo de um bispo à Uytdenbroek.

²⁶¹ *Idem*, p.94.

²⁶² Declaração de Irma Passoni em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004. Esta informação está presente também em: “62 entidades se uniram para a eleição de Irma”. *FSP*, 27/08/1979, sem pg. Consulta em Doc. 94, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

²⁶³ Em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004, o Pe. Luis Giulliani afirmou – de forma um tanto confusa em razão de sua idade à época – ter divulgado um documento aos núcleos do MCV esclarecendo que: “[Aurélio e Irma] são nossos amigos, trabalharam sempre conosco e agora acharam que tem que candidatar-se para o bem da luta, do trabalho [...] Esta discussão não foi feita nas nossas comunidades e, portanto, ninguém se sinta obrigado a apoiar, mas quem quiser, pode organizar grupos”. O padre não cita, nesta entrevista, o apoio à candidatura de Irma Passoni – embora indique, várias vezes, que seus maiores conflitos tenham ocorrido com Aurélio Peres e outros membros ligados ao PC do B.

²⁶⁴ Balanço divulgado em: “Mais de um milhão contra a carestia”. *Assuntos (Suplemento de artigos do Jornal Movimento)*, set/1978. O número de 1.300.000 assinaturas, divulgado em outras seções deste trabalho referem-se à somatória das listas computadas até a véspera do ato com aquelas que foram entregues no dia do ato ou nos dias seguintes.

praça pública e se fizeram “representar” pelo policiamento ostensivo que, ao final, expressou a postura repressiva do Estado, a qual ele recorria quando não era possível negar o MCV e as escassas tentativas de negociação se exauriam.

FIGURA 8 – Fotografias com tomadas interna e externa do ato do MCV, na Praça da Sé, antes de ser reprimido pela polícia, 27/08/1978. Créditos: W.Santos/CPDoc JB/Memorial da Democracia (interna); Nair Benedicto/N-imagens (externa)

A “Assembleia da Praça da Sé”, como ficou conhecido o ato de entrega dos abaixo-assinados, representou uma das mais expressivas manifestações dos movimentos populares desde 1968; e foi responsável por levar mais de 20.000 pessoas da periferia ao centro – número que poderia ser ainda maior, não fossem as medidas adotadas pelo aparato repressivo do regime para coibir a adesão ao Ato como, por exemplo, o impedimento, efetuado por policiais rodoviários ainda na estrada, do prosseguimento da viagem dos ônibus que levavam participantes do MCV do interior para a capital²⁶⁵. Este Ato teve papel fundamental no processo – iniciado, em 1977, pelo movimento estudantil e que prosseguiu, ao menos, até 1984 com a participação de diversos grupos sociais – de reocupar e repolitizar o espaço público. A realização da Assembleia, contrariando parcialmente a proibição do uso da Praça da Sé (onde está inscrita a Catedral), significou um duro golpe no projeto do regime que buscava, justamente, o controle e o esvaziamento dos espaços de participação popular. Nesse sentido, o apoio da Igreja, materializado pela ação do bispo Dom Mauro Morelli (representante da Arquidiocese enquanto Dom Paulo Evaristo Arns encontrava-se no Vaticano participando do conclave que elegeria o papa João Paulo I), foi decisiva para assegurar a realização da Assembleia – estabelecendo uma correlação de forças que compeliu o Estado a ceder sua posição inicial de proibição total ao Ato. Isto foi reconhecido, pela coordenação do MCV, em carta (datada de 09/09/1978) enviada a Dom Mauro para agradecê-lo por seu apoio e posicionamento a favor do movimento:

No momento em que nos foi negada a praça, o senhor colocou imediatamente a Catedral à disposição do povo [...] Queremos também louvar sua atitude firme quando da invasão da Catedral por policiais, exigindo sua imediata retirada de dentro daquele recinto. Temos consciência que suas atitudes contribuíram e muito para o nosso sucesso. Sabemos também que nem todos, mesmo de dentro da Igreja concordaram com isso e que, nesse momento, estão fazendo severas críticas. Fique tranquilo que o povo está do seu lado, e quem está do lado do povo nem sempre é bem compreendido²⁶⁶.

²⁶⁵ Conforme relatado em: “Mais de um milhão contra a carestia”. *Assuntos (Suplemento de artigos do Jornal Movimento)*, set/1978, p.3.

²⁶⁶ Doc. 52, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

A importância deste acontecimento, porém, não significou o arrefecimento das disputas pela hegemonia do movimento; ainda mais neste momento que marcou o ápice de seu aparecimento na cena pública, com ampla repercussão nacional e, até mesmo, internacional – como informado pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns²⁶⁷ e pela Irmã Cecília Hansen²⁶⁸, que se encontravam, respectivamente, no Vaticano e na Bélgica, quando foram transmitidas as cenas²⁶⁹ da repressão policial, contra os manifestantes que ocuparam as escadarias da Catedral, ao final da assembleia.

FIGURA 9 – Charges ironizando a repressão ao ato do MCV na Praça da Sé, publicadas em 01/09/1978, por Glauco (à esq.) e Angeli (à dir.), na FSP.

As disputas se iniciaram ainda na organização do ato com a divisão das falas. Refletindo a ampliação da composição social do movimento, os pronunciamentos representativos tiveram que ser aumentados para oito – superando os dois da Assembleia do Santa Maria, e os cinco da Assembleia do Arquidiocesano. Falaram desta vez: uma

²⁶⁷ Dom Paulo Arns que, após quatro semanas no Vaticano, retornou ao Brasil (no dia 7/9/1978) e afirmou que a TV Italiana exibiu imagens da repressão ao ato da Praça da Sé e que toda a hierarquia eclesial, reunida para coroação do Papa João Paulo I, ficou chocada. Declaração publicada em “A chegada de Dom Paulo, falando do Custo de Vida”. *OESP*, 8/09/1978, p.3.

²⁶⁸ Em entrevista à Moara Passoni, em 2004, Cecília Hansen afirmou: “Eu participei basicamente de todas assembleias, encontros e passeatas que houveram do movimento. A única que eu não participei foi a de 27 de agosto de 1978 porque eu estava na Europa. E, como eu sabia que haveria esta assembleia, acompanhei pela televisão e pude ver a repressão. Eu fiquei preocupada, pois aquilo foi transmitido na Europa”

²⁶⁹ Parte dessas cenas estão presentes nos filmes já citados anteriormente: “A luta do povo” (1980) e “Braços cruzados, máquinas paradas” (1979).

dona-de-casa (Ana Dias, que foi responsável por ler o manifesto do MCV)²⁷⁰; um estudante; um lavrador; um operário; um membro do sindicato; um médico; um artista; um funcionário público; um jornalista; um professor; um membro da Igreja e um representante do MDB [falaria também um representante da ARENA caso tivesse comparecido]²⁷¹. A reunião da coordenação que definiu esta dinâmica, realizada dias antes do ato, foi alvo de críticas dos representantes da FNT que criticaram a “posição fechada” da mesa em relação ao número de oradores e ao tempo da fala²⁷². Outra decisão que gerou controvérsias, foi a escolha de Aurélio Peres como um dos representantes para falar sobre o MCV, uma vez que também era candidato a deputado federal e isto poderia “queimar” o movimento (que se declarava não-político) diante da proximidade das eleições. Sobre esta decisão, Uytdenbroek chegou a afirmar que ela teria resultado da “ação manipuladora” de uma pessoa que presidia a mesa e, assim como Aurélio, era ligada ao PC do B²⁷³.

A realização do ato, no interior da Catedral da Sé, ocorreu de forma tranquila, contrastando com a tensão gerada pela ostensiva presença policial que cercava a praça e as ruas do entorno. As divergências internas do movimento, que aparentavam não existir durante o desenvolvimento da Assembleia, voltaram a carga após à tentativa – iniciada por setores do movimento estudantil – de permanecer nas escadarias da Catedral e ocupar a praça aos gritos de “Abaixo a ditadura”; e que foi brutalmente reprimida pela polícia, com o uso indiscriminado de bombas de efeito moral em meio à multidão formada, também, por crianças e idosos. Sobre a adesão à tentativa de ocupação da praça, as cenas registradas pelos documentaristas Renato Tapajós, Roberto Gervitz e Sérgio Toledo²⁷⁴ parecem contrariar a nota oficial do MCV que afirmava que a participação no incidente ficou restrita a um “pequeno grupo de estudantes”:

²⁷⁰ “As nossas reivindicações são justas e possíveis - Manifesto lido no dia do Ato da Praça da Sé (27/08/1978)”. Doc. 23, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM. Documento contém as justificativas detalhadas sobre as reivindicações do Movimento.

²⁷¹ “Boletim do Movimento do Custo de Vida – Assembleia Popular de 27/08/1978”. Pasta J-0987, Coleção CPDS, AEL.

²⁷² Após o ato, o presidente da FNT (Salvador Pires) reclamou ainda que ele havia ficado responsável pela leitura do manifesto que, ao final, coube a Ana Dias. Apesar de avaliar este gesto como “oportunista”, a FNT decidiu permanecer integrada ao MCV. In: UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.116-117.

²⁷³ *Idem*, p.221.

²⁷⁴ Diretores dos filmes já citados anteriormente: “A luta do povo” (1980) e “Braços cruzados, máquinas paradas” (1979).

Foi então que, um pequeno grupo de estudantes que nem sequer representam as ideias da grande maioria dos universitários, acabou caindo na provocação da polícia, envolvendo, inclusive outras pessoas. Esses estudantes, com faixas alheias às atuais reivindicações do Movimento do Custo de Vida, apossaram-se das escadarias da Catedral e faziam exatamente aquilo que os policiais queriam que alguém fizesse: responder às suas provocações, criando pretexto para a ação violenta da polícia, com bombas de gás e várias prisões²⁷⁵ **(grifo nosso)**.

Este discurso – direcionado, especialmente, à tendência Libelu – encontrava respaldo até mesmo no seio do Movimento Estudantil, como se pode observar na declaração, de um dos diretores do Centro de Estudos de História da USP, à imprensa: “Foram grupinhos que fizeram aquilo. Foram os vanguardinhas da Libelu. Fizeram o jogo que a repressão queria e agora estamos mais uma vez divididos, o mais prejudicado foi o MCV [...] depois, quando o Lula diz que não quer estudante com ele, nós reclamamos”²⁷⁶.

O êxito na realização da Assembleia, entretanto, não colocou fim ao cronograma de atividades ligadas ao objetivo de mobilizar um milhão de pessoas contra a alta do custo de vida. Ciente da provável ausência das “autoridades da república” convidadas para o ato, o MCV buscou evitar a repetição do principal erro apontado sobre as assembleias anteriores: não ter criado estratégias para cobrar, efetivamente, respostas do governo. Desta vez, foi incluído no material de divulgação do ato de agosto, não apenas um “prazo de resposta para as autoridades” (30 dias), como também o anúncio das duas próximas atividades do Movimento em caso de silêncio do governo sobre suas reivindicações: a ida de uma comissão à Brasília para entregar, em mãos, os pacotes dos abaixo-assinados; e a realização de uma nova manifestação prevista, inicialmente, para o dia 14 de outubro²⁷⁷.

No início de setembro, foram realizadas reuniões nos bairros e na coordenação que elegeram a Comissão do MCV, formada por 13 mulheres e 8 homens, para irem a Brasília entregar os abaixo-assinados que o governo não veio “receber” em São Paulo²⁷⁸. Sobre o processo de escolha da comissão, Uytendbroek afirmou que este não teria sido

²⁷⁵ “Assembleia de 27 de agosto de 1978: mais um passo na luta contra a carestia”, nota oficial do MCV de 02/09/1978. Coleção MOV_COM, CEDIC.

²⁷⁶ Declaração publicada em “Estudantes lamentam erros”. *OESP*, 29/08/1978, p.16. Na PUC, o tom da crítica foi o mesmo; e membros da Libelu buscaram se defender através de cartazes espalhados pela Universidade.

²⁷⁷ “Boletim do Movimento do Custo de Vida – Assembleia Popular de 27/08/1978”, *Op. cit.*

²⁷⁸ “Uma exigência que vai a Brasília”. *O São Paulo*, 2/set a 8/set – 1978, p.9. A reportagem cita que os membros da comissão provinham dos seguintes bairros: Cangaíba, Cupecê, Interlagos, São Miguel Paulista, Ponte Rasa, Freguesia do Ó, entre outros.

democrático, cabendo a um “setor preponderante da coordenação do MCV escolher os representantes que considerava ‘politicamente capacitados’”²⁷⁹. Chegaram à Praça dos Três Poderes, no dia 12 de setembro, após uma longa viagem de ônibus – vigiada por agentes do DEOPS-SP que registraram até mesmo os comprovantes de suas passagens²⁸⁰. Em Brasília, a Comissão buscou o diálogo com assessores, deputados e senadores – do MDB e da ARENA – na tentativa de serem recebidos pelo “presidente” Ernesto Geisel. Sem sucesso, receberam a promessa do senador Petrônio Portella (ARENA-PI) de uma conversa com um assessor direto do “presidente” no dia seguinte. Ao chegarem na praça, com os pacotes de abaixo-assinados, a comissão “foi ‘recepcionada’ por uma das maiores operações de segurança já vistas na entrada do Palácio do Planalto”²⁸¹, sendo permitida a entrada de somente 5 pessoas e não dos 21 componentes da Comissão. Diante deste imbróglio, os representantes se recusaram a entrar, pois “todos haviam sido escolhidos para aquela tarefa e trabalhavam juntos”²⁸². Ao final, após sugestão de Ana Maria Martins, escolheram cinco pessoas, mas apenas para entregar os pacotes com as assinaturas, fazendo várias “viagens”, já que eram 21 pacotes no total – cada um pesando cerca de 7kg – e o grupo não permitiu que os soldados pusessem as mãos nos pacotes²⁸³. Após entregarem as assinaturas no Serviço de Protocolo do Palácio²⁸⁴, dispensaram a conversa com o assessor da presidência e, antes de irem embora, ainda tiveram tempo para a ousadia de levantar a faixa do Movimento na entrada do Palácio – registrada na histórica foto abaixo, tirada poucos segundos antes da faixa ser recolhida pela polícia.

²⁷⁹ UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.132.

²⁸⁰ Cópia das passagens de ônibus dos integrantes do MCV que foram a Brasília. In: PASTA 8, 50-Z-103-1673, Série Dossiês, Fundo DEOPS-SP.

²⁸¹ “O Custo de Vida não entra”. *FSP*, 14/09/1978, p.1.

²⁸² Conforme relato de Ophélia Alves, em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004.

²⁸³ Conforme relato de Francisca Maria de Souza, em entrevista concedida à Domezi. In: DOMEZI, Maria Cecília. 1997, *Op. cit.*, p.172.

²⁸⁴ Protocolo nº6859, de 13 de setembro de 1978. Este comprovante original, entregue pela Seção de Protocolo do Palácio, foi guardado por Ophélia e, encontra-se, atualmente, sob a guarda de Ana Guedes.

FIGURA 10 – Fotografia da comissão do MCV, encarregada da entrega do abaixo-assinado, em Brasília, 13/09/1978. Crédito: Movimento (suplemento Assuntos, set/1978).

No retorno a São Paulo, foram realizadas reuniões, nos bairros e na coordenação, com o intuito de avaliar o Ato da Praça da Sé e a ida a Brasília; e também iniciar a preparação do protesto, previsto inicialmente para 14 de outubro, caso se confirmasse a ausência de respostas das autoridades. No entanto, no dia 25 de setembro – dois dias antes de vencer o prazo estabelecido, pelo MCV, para uma resposta do governo às suas reivindicações, a assessoria da presidência divulgou uma nota onde afirmava que o MCV era “desonesto” e havia falsificado assinaturas, conforme um laudo do Instituto de Criminalística da Polícia Federal, realizado a partir de exame grafotécnico em uma amostragem do abaixo-assinado. A nota, lida pelo porta-voz oficial do Planalto, Cel. Rubem Ludwig, em coletiva à imprensa, concluía ainda:

O governo apenas pode declarar que, muito profundamente, lamenta o fato - hoje tão comum da parte das correntes de contestação - de certos grupos, por motivos óbvios contrários ao movimento revolucionário de 64, estarem a aproveitar-se de parcelas ingênuas e mais pobres da população para tentar alcançar seus fins inconfessáveis²⁸⁵.

²⁸⁵ Nota oficial publicada em: “Governo afirma que o Movimento do Custo de Vida ‘é desonesto’”. *FSP*, 26/09/1978, p.15. Reportagem afirma que o coronel se recusou a divulgar o laudo do exame grafotécnico aos repórteres presentes.

Esta nota constitui-se na única resposta oficial da “presidência” (há declarações informais de ministros à imprensa e também reuniões com prefeitos e governadores) ao MCV durante toda a sua existência. E, lamentavelmente, ela não responde – nem mesmo para negar – às reivindicações do movimento; só o acusa e busca deslegitimá-lo. A postura do Estado neste episódio é representativa de sua postura de negação, em sua relação com o movimento que será analisada, detalhadamente, no terceiro capítulo desta dissertação.

A acusação de que o MCV era desonesto por ter falsificado assinaturas provocou revolta nos participantes do movimento, motivando, inclusive, os representantes da Igreja a subirem o tom das críticas ao governo. No dia seguinte ao pronunciamento da assessoria da presidência, a coordenação do movimento convocou uma coletiva de imprensa, na Cúria Metropolitana de São Paulo, e o próprio Cardeal Dom Paulo Arns compareceu para explicar o motivo de uma mesma pessoa ter assinado diferentes nomes. Tal fato seria resultado da forma encontrada, pelo MCV, para garantir o direito de participação aos analfabetos e semi-analfabetos que queiram opinar, mas não sabiam escrever; afinal, embora fossem proibidos de votar pela lei, eles passavam fome e, por isso, tinham o direito de protestar contra a carestia – a mesma justificativa foi utilizada para explicar porque muitos pais assinaram em nome de seus filhos pequenos. Sobre a postura do governo, o cardeal se declarou “chocado”, principalmente com o fato do governo “se agarrar a uma questão externa para responder, de forma ofensiva, a reivindicações legítimas” e ainda “basear, nisto, um julgamento e concluir sobre a credibilidade do Movimento”. Ao final, Dom Paulo concluiu:

O Governo humilhou o povo e humilhou publicamente. Não se faz isso com o povo, ele merece respeito. **É preciso estar andando muito longe do povo para duvidar da autenticidade deste Movimento [...]** se a intenção do Governo era desacreditar o Movimento, o tiro, certamente, saiu pela culatra considerando as declarações de participantes que disseram não dormir de raiva pela acusação que sofreram [...] **Para verificar se o Movimento é verdadeiro, o Governo deveria andar em meio ao povo, e não mandar grafólogos verificarem os documentos**²⁸⁶ (grifo nosso).

²⁸⁶ “Dom Paulo: o governo humilhou o povo”. *OESP*, 27/09/1978, p.30.

Até mesmo na imprensa – tanto em jornais mais favoráveis ao MCV (como a FSP) quanto naqueles que o criticavam, elogiando até a atitude do prefeito Olavo Setúbal por se recusar a subscrever o abaixo-assinado e, desta forma, “não compactuar com a demagogia onomástica que lhe propunham”²⁸⁷ (como o OESP) – a repercussão das acusações foi extremamente negativa. Em seu editorial, a FSP argumentou que “seria em tudo interessante que, com a mesma proeza com que acusou o ‘Movimento Custo de Vida’ de falsificar assinaturas com propósitos inconfessáveis, o Governo respondesse, por fim, às numerosas acusações que pesam contra si mesmo”²⁸⁸.

FIGURA 11 – Charge, com referência à falsificação do governo em 1973, ironizando a acusação de que o MCV havia falsificado o abaixo-assinado. Publicada em 28/9/1978, por Gê na FSP.

Por sua vez, o OESP utilizou seu editorial para, mais do que apoiar o MCV, criticar a falta de capacidade da Assessoria de Relações Públicas da Presidência (ARP) e do próprio governo:

²⁸⁷ “Uma atitude que deveria ser imitada” (Editorial). *OESP*, 18/8/1978, p.3.

²⁸⁸ “Na generalidade” (Editorial). *FSP*, 28/9/1978, p.3.

Muito competente o governo e muito competente a ARP em apurar fraudes com lentes de grafólogos, para ditar as regras da conveniência [...] Coam-se em laboratórios os mosquitos de assinaturas da petição do Movimento do Custo de Vida; e vão engolindo-se todos os camelos da corrupção na administração pública²⁸⁹.

As acusações do governo foram amplamente divulgadas, pelo MCV, em suas reuniões nos bairros para preparar o protesto que, inicialmente previsto para o dia 14, foi adiado para o dia 29 de outubro. Como previsto por Dom Paulo Arns, a tentativa do governo de desacreditar o movimento acabou, de fato, “saindo pela culatra”: a revolta gerada entre os participantes ao se verem acusados de “desonestos” teve efeito mobilizador para o protesto do dia 29, justamente, em um momento em que já se apontava um clima de desânimo decorrente de mais uma ausência de respostas do governo. A participação no protesto adquiriu uma dimensão de defesa da honra do MCV e, isto, tinha um papel importantíssimo na medida em que o movimento se articulava – mais do que pelas orientações políticas de seus participantes – fundamentalmente em torno de uma noção de “legitimidade moral”, como abordaremos no segundo capítulo. Buscando inovar a estratégia de mobilização e também evitar a ameaça de repressão (em caso de passeatas) do governador Paulo Egydio Martins, o MCV promoveu quatro atos simultâneos em diferentes locais da cidade: Igreja da Cidade Dutra (zona sul); Igreja Matriz de São Miguel Paulista (zona leste); Igreja Santo Antônio, de Brasilândia (zona noroeste); Instituto Coração de Jesus, de Santo André (ABC paulista) – houve ainda um quinto ato, no Colégio Católico Vedruna (Campinas-SP), organizado pelo núcleo do MCV daquela cidade para reunir os manifestantes do interior do estado²⁹⁰.

Apesar da forte chuva e da presença policial ostensiva nas quatro concentrações (que gerou, além das provocações e ameaças aos participantes, “apenas” uma detenção sem relação direta com o ato²⁹¹); elas foram capazes de reunir, juntas, mais de 5.000 pessoas, sendo que a maior parte delas se concentrou nas regiões sul e leste, onde o

²⁸⁹ “Coar mosquitos e engolir camelos” (Editorial). *OESP*, 28/9/1978, p.3.

²⁹⁰ “Custo de vida realiza concentrações pacíficas”. *FSP*, 30/10/1978, p.12.

²⁹¹ Em São Miguel Paulista (zona leste), após o ato, um operário conhecido pelo nome de Dorival foi preso em um ponto de ônibus distante da Igreja, tendo sido acompanhado, como medida de segurança, pelo padre Francisco Moser e, após prestar esclarecimentos ao DEOPS-SP, foi liberado. Relato presente em: “Custo de vida realiza concentrações pacíficas”. *Op. cit.*

movimento desenvolvia maior atuação. Assim como nas assembleias anteriores, as Assembleias da Panela Vazia – como ficaram conhecidas as concentrações de 29 de outubro – contaram com atividades culturais e pronunciamentos representativos que, por sua grande quantidade, refletiam as mobilizações ocorridas naquele ano, apoiadas pelo MCV²⁹², com destaque para as seguintes greves: médicos e funcionários do Hospital das Clínicas e do Hospital do Servido Público, professores da rede estadual e metalúrgicos de São Paulo e do ABC. Entre os pronunciamentos, o mais ovacionado foi o do presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, José Carlos Dias (na zona leste), que salientou a “importância do MCV como canal legítimo do povo, cujos principais objetivos são lutar pela democracia do Brasil e pelo Estado de Direito”²⁹³.

Pontualmente às 16 horas, foi lida, nos quatro atos, uma carta aberta intitulada “A luta contra a carestia continua”²⁹⁴ que foi assinada por coordenadores do movimento, representantes das entidades presentes e por populares, desde que seguidas “do número da carteira de identidade ou da carteira profissional” (para evitar uma nova acusação de falsificação do governo); ao final, ela foi enviada, pelo correio, ao “presidente” Geisel²⁹⁵. Este documento, que juntamente com a escolha do nome escolhido para as Assembleias (uma referência às “Jornadas da Panela Vazia” da década de 1950), indicava alguns dos caminhos a serem seguidos pelo MCV: não obstante o ato falho, cometido por duas vezes, ao se referir ao movimento como “Movimento Contra a Carestia” – denominação utilizada a partir de 1979 e que concretizou a conquista da hegemonia por grupos ligados ao PC do B – o texto buscava estimular a “participação dos trabalhadores e donas-de-casa nas campanhas salariais e sindicatos” como forma de continuidade do movimento.

Nestes novos caminhos, a Igreja Católica (enquanto instituição) e parte dos militantes do MCV ligados a ela, não estariam mais presentes. As Assembleias da Panela Vazia – que aliás foram realizadas (pela última vez) em espaços pertencentes à Igreja – representaram também a derradeira atividade realizada pelo MCV sob a hegemonia de grupos ligados aos setores progressistas daquela instituição. Os protestos do dia 29 de

²⁹² “Movimento do Custo de Vida - apoio à luta dos funcionários do HC e HSP” (Doc. 14) e “Movimento do Custo de Vida - apoio à luta dos operários” (Doc. 15), ambos encontrados em: Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

²⁹³ Declaração publicada em: “Custo de vida realiza concentrações pacíficas”, *Op. Cit.*

²⁹⁴ Doc. 19, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

²⁹⁵ “Carta contra a carestia seguirá hoje a Brasília”. *Diário Popular*, 30/10/1978, sem pg. Consultada em Doc. 80, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

outubro marcaram, ainda, o fim do cronograma de atividades vinculadas diretamente à proposta de mobilizar milhões de pessoas contra a alta do custo de vida (lançamento dos abaixo-assinados; assembleia geral para entrega-las; protesto para cobrar respostas sobre as reivindicações). A partir de então, a coordenação central – que havia ficado restrita a um espaço de discussões e reflexões – voltou a ter importância como local de decisão dos “próximos passos” do movimento. E, com isto, as divergências – presentes durante todo o período que marcou o auge do MCV, como buscamos demonstrar nesta seção – foram potencializadas. Para resolvê-las, em meio aos novos problemas enfrentados pelo movimento diante de sua tentativa de ampliação nacional, foram efetuadas mudanças que levaram, não ao fim do MCV (como propôs Sader), mas à sua profunda reorientação.

1.4 A perda da hegemonia da Igreja e a reorientação como MCC (1979-1982)

Embora esta seção esteja estruturada a partir do ano de 1979, quando a mudança de hegemonia no MCV foi consolidada, os eventos determinantes para esta transformação – que vinha sendo processada desde a formação da coordenação central em 1977 – se desenrolaram ainda nos últimos meses de 1978. Inicialmente, em novembro, a eleição de Aurélio Peres como deputado federal (47.073 votos, 23º lugar entre os 37 eleitos pelo MDB) e de Irma Passoni como deputada estadual (30.438 votos, 36º lugar entre os 53 eleitos pelo MDB)²⁹⁶ tornou real a situação de um movimento até então declarado como “não-político” ter duas de suas principais lideranças ocupando cargos na política partidária tradicional. A oposição da Igreja a este acontecimento – existente desde o lançamento das candidaturas em maio – foi sintetizada por Dom Mauro Morelli (representante da instituição que esteve mais próximo do MCV desde o seu início), ao afirmar que gostaria que o “Movimento do Custo de Vida não fosse atrelado a candidaturas e conservasse a natureza de movimento político sem ser partidário”²⁹⁷. A partir de então, a Igreja Católica – enquanto instituição e também parte dos militantes do MCV ligados a ela – se retirou, gradualmente, do movimento. Embora não tenha

²⁹⁶ Conforme publicado em: “Movimento Custo de Vida faz deputados”. *Jornal do Brasil*, 28/01/1979, p.18. Consultada em Doc. 28, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM. A quantidade de votos está de acordo com os dados do TRE-SP, disponibilizados pela Fundação SEADE em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/moveleitoral/index.php?tip=4>. Acesso em 12 de março de 2015.

²⁹⁷ Declaração publicada em: “Movimento Custo de Vida faz deputados”. *Op. cit.*

divulgado nenhum documento para “registrar” a retirada de seu apoio ou para criticar o MCV; seu afastamento, que jamais foi absoluto, se materializou de duas formas: primeiro, com o fim da cessão de seus espaços e infraestrutura. O Colégio São Bento e a “sede oficial”²⁹⁸ que o MCV vinha utilizando desde março de 1978 – pertencente à Juventude Operária Católica (JOC) – para reuniões da coordenação central foram retomados pela Igreja e, desta forma, as reuniões do MCC, em 1979, passaram a ocorrer no Sindicato dos Jornalistas. Segundo, na medida em que eram contrários às mudanças operadas no movimento, os padres, com seu poder de interferência nas bases – que ocorria “independente da consciência e da vontade dos atores em pauta”²⁹⁹ e desde a origem dos Clubes de Mães – foram decisivos para a saída, do MCV, de muitas pessoas ligadas à Igreja. Sobre a influência dos padres entre os leigos – principalmente entre as mães nas comunidades – o ex-padre Xavier Uytendenbroek relatou:

Ele [o padre] aparece em muitas reuniões como a única presença masculina, além de ser uma pessoa liberada a tempo integral, de ser líder religioso e intelectual formado. [...] Dá orientações e conselhos, administra os sacramentos, e apresenta um modelo cristão para senhoras que, muitas vezes em casa, vivem na submissão de um marido que não vê outra coisa nela senão a mulher do “tanque, do fogão e da cama”. Enquanto isso, o padre é visto por elas como o santo do lugar. Ele, preocupado com a eficiência dos trabalhos pastorais, manda e desmanda com toda a autoridade do Evangelho. **Pode-se imaginar o que uma autoridade tão grande pode provocar, na hora em que, dentro da Igreja, há divergências profundas na linha ideológica e política. Diante dos perigos externos, o padre se desdobra, visita as casas dos paroquianos, multiplica os avisos; o pastor defende o rebanho contra os lobos que invadem o espaço.** O padre interfere, seja pelo alerta sobre “os perigos das esquerdas” ou “deixa-os livres à imaginação de cada um, sem rebater os ataques da direita contra os fantasmas do comunismo”³⁰⁰.

Além do afastamento progressivo da Igreja, o segundo acontecimento que marcou a transformação do movimento foi a mudança operada na coordenação central – já em funcionamento na reunião³⁰¹ ampliada com os setores, realizada no plenário anexo da

²⁹⁸ Rua Condessa de São Joaquim, 215. Bairro: Liberdade, São Paulo. Este endereço constava como remetente das cartas-convites, distribuídas pelo MCV em 1º de agosto de 1978, para o Ato da Praça da Sé. In: Doc. 25, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

²⁹⁹ UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.205.

³⁰⁰ *Idem.*, p.205-206.

³⁰¹ Na ata da reunião do dia 16 de dezembro de 1978, consta que a mesa já estava composta de acordo com a nova configuração. In: Doc. 5, Pasta 28, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

Câmara Municipal, em dezembro. Sob a justificativa de dinamizar a organização do movimento diante de sua tentativa de ampliação nacional, a coordenação central buscou conquistar o papel de “espaço de decisões” – que, na prática, não possuía – através da seguinte alteração em sua composição: ao invés dos 40 coordenadores que traziam as sugestões e decisões de suas bases (com direito a voto somente aqueles que atuassem nos bairros), foi formada uma “mesa diretora” composta, inicialmente, por 13 pessoas (3 da zona sul, 3 da zona leste, 2 da região do ABC, 1 de Osasco e Pirituba, 1 da Freguesia do Ó, 1 do Sindicato dos Jornalistas, 2 de Campinas e 1 do FNT – que, posteriormente, anunciou sua saída do MCV). Coube à nova mesa “representar o MCV” e, por mais que estivesse registrado que ela deveria “se manifestar a partir das decisões tomadas nas bases”, isto se tornou cada vez mais problemático à medida em que os núcleos nos bairros se reduziam – parte significativa deles, por discordarem dos rumos do movimento.

Uma nova mudança na coordenação, operada já em setembro de 1979 – após o último grande conflito interno (por ocasião da preparação para o “Dia Nacional de Luta Contra a Carestia”, comemorado em referência ao Ato da Praça da Sé) – concretizou a reorientação do movimento que, àquela altura, já se denominava MCC; a saber, o fim do critério de representatividade. Nesta nova estrutura, além da “mesa diretora”, votariam todos os presentes na reunião da coordenação, independentemente de sua representatividade nos bairros³⁰². Desta forma, tornou-se real a possibilidade – dificultada, ainda em 1977, com a aprovação do critério de representatividade defendido pelos representantes dos bairros onde o MCV se originou – de que “grupos externos” se dirigissem diretamente à coordenação para aprovar propostas, sem que elas fossem “trazidas” pelas bases. Este acontecimento levou os grupos da zona sul, que haviam construído o MCV no interior de seus Clubes de Mães e reuniões de bairro, a “continuarem ligados à coordenação geral, mas ter caminhos e organização próprios [...] e assumir outros trabalhos”³⁰³; selando a saída destes grupos da coordenação do MCV em novembro, logo após a realização do 1º Congresso Estadual do MCC – cerca de um ano depois de ser realizado o Ato que marcou o ápice do movimento.

³⁰² Esta decisão foi alvo de crítica dos setores da zona sul: “Como anda o Movimento Contra a Carestia? Reunião no Sindicato dos Jornalistas no dia 21 de julho de 1979. In: Doc. 24, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

³⁰³ “Ata da Reunião do dia 29/09/79 na Igreja do Socorro”, de 29/09/1979. Doc. 6, Pasta 21, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

As três mudanças acima relatadas levaram à drástica alteração dos termos que pautavam as relações entre aqueles com trajetória política anterior e as mulheres e homens comuns que iniciavam sua atuação no MCV. O tripé sobre o qual se edificava essas relações (morar ou desenvolver sua atuação no bairro; participação efetiva das bases nas decisões; predomínio da linguagem popular nas reuniões e no material produzido pelo movimento) vinha sendo desequilibrado, desde 1977, com a entrada, no movimento, de pessoas que não desenvolviam trabalhos de base nos bairros, e também com a redução da coordenação a um espaço de debates e reflexões onde passou a predominar uma linguagem de difícil acesso (o “jargão sociológico”) para as representantes da periferia. Com a supressão, em setembro de 1979, da participação efetiva das bases nas decisões do movimento – somada a inversão de suas prioridades (a “política tradicionalmente instituída” passou a ter mais espaço do que a “politização do cotidiano”) – o tripé sustentado [apesar dos conflitos] no intervalo 1973-1979, rompeu-se definitivamente e o MCC foi reduzido a mais uma frente [entre outras] do PC do B, organizado sob o modelo tradicional de uma mesa diretora, responsável por aprovar a defesa de diversas bandeiras políticas”, sem ter bases capazes ou dispostas a mobilizarem-se por elas.

Obviamente, o processo que levou a reorientação do MCV foi ainda mais complexo do que tentamos problematizar até aqui, e não foi percebido desta exata maneira pelos atores envolvidos. Sem pretender extrapolar os limites desta pesquisa discutindo as memórias construídas sobre o MCV, é possível assimilar melhor os conflitos que resultaram na nova fase do movimento a partir dos depoimentos de cinco importantes lideranças que são “representativas”, de certa forma, dos principais grupos que atuaram no MCV:

Ana Dias (ligada ao Clube de mães e esposa do operário Santo Dias):

O pessoal da região leste era mais ligado ao PC do B. Então, eles queriam que o movimento tivesse o nome de Movimento Contra a Carestia. E a gente [da zona sul] queria Movimento do Custo de Vida porque o nosso movimento nasceu como Movimento do Custo de Vida. E aí...começou a “falar grego”, ninguém entendia mais nada e a gente que estava até aquele momento acreditando no trabalho de base, começou a perceber que o trabalho já não era tão trabalho de base, era trabalho político, partidário que ainda não era momento de falarmos de trabalho partidário, mas já existia. Ninguém conseguia discutir como antes por que em cada discussão, ele tinha uma visão, ele tinha outra e outra. Você trazia, principalmente o pessoal de esquerda, trazia uma

cartilha do seu partido lá e você tinha que aplicar junto do povão. Nós tínhamos a nossa linha de trabalho que era mais na linha de comunidade³⁰⁴.

Irma Passoni (ligada ao Clube de mães e ao “movimento” de renovação da Igreja):

A gente não permitia essa discussão [sobre a quem pertencia o MCV], mas aos poucos, ficou muito difícil essa convivência, foi como se fosse uma guerra interna. De quem é esse movimento, é do partido? É do PC do B, por exemplo, é da AP? É da igreja? [...] Dizíamos que isto não importava, o que importava para a população era resolver os problemas: temos que ter água, vamos reconquistar a água; temos problema de escola: vamos reconquistar a escola. E por isso nós éramos chamados de populistas e igrejeiros por parte dos partidos de esquerda vigentes na época. E nós éramos chamados de comunistas por parte de alguns setores da igreja. Então esse movimento social popular, ele ficou, como um sanduíche³⁰⁵.

Pe. Luis Giulliani (pároco de Vila Remo e ligado ao “movimento” pela renovação da Igreja):

Como Igreja, ficamos nos últimos tempos de fora, espectadores, talvez tivemos medo de perder a freguesia, talvez foi um sentido de inferioridade face a outros grupos ou para fugir de um desgaste. Eu me lembro de uma reunião onde se enfrentou este problema e nós fomos acusados, eu em particular que era de Vila Remo e padre, que nós (como Igreja) dominávamos o custo de vida. Então nós dissemos assim: se o Movimento acha que nós temos que nos retirar, então nós não temos problema nenhum. Nós nos retiramos, eu não fui mais na reunião. O que aconteceu? O povo ficou de fora. Ficaram as ideias lá e o povo aqui. O povo não ia mais, nosso pessoal não ia mais porque discutia até meia noite quando não tinha nem como voltar para casa e os outros tinham carro³⁰⁶.

Aurélio Peres (ligado ao movimento sindical e ao PC do B):

A igreja desempenhou um papel importante, principalmente no período mais negro da repressão, quando era o único canal de expressão. Hoje, eu acho que a Igreja começa a apresentar visivelmente suas limitações, freando o avanço político da luta popular com argumentações abertamente anticomunistas. Os representantes da Igreja tentaram segurar a massa, sempre dizendo cuidado, devagar, não vamos

³⁰⁴ Ana Dias, em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004.

³⁰⁵ Irma Passoni, em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004.

³⁰⁶ Pe. Luis Giulliani, em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004.

radicalizar. Vacilaram. A proposta deles era o recuo porque confundem radicalização do processo político com confrontação física. Há um recuo político da Igreja, que se nota pela condenação aberta que seus representantes fazem a certos grupos, dizendo que não podem trabalhar com eles porque são comunistas³⁰⁷.

Antônio Carlos (ligado ao PC do B, atuou na região da Freguesia do Ó):

Eu acho que nós agimos certo na época, porque o movimento, esse tipo de movimento popular, se você vê na história, tem vida muito curta. São grandes manifestações do povo, elas têm tempo determinado, isso não é uma entidade, não é um sindicato, não é um partido político, não é uma coisa que vai se prolongar, é uma coisa histórica, [...] A gente tinha esse entendimento de que esse movimento tem vida útil. Você está agregando a isso um conjunto de manifestações democráticas nesse país. Então o movimento tem que ser portador disso tudo, ele tem pela força que ele tinha, ele tem que agregar essas bandeiras e bola para frente. Então ele tem que ter esse caráter mesmo de ser oposição do regime militar e isso nós não vacilamos na época né? Agora uma parte do partido vacilou, uma parte perdão, uma parte do movimento vacilou, uma parte do movimento achou que não era bem o caso e tal. E não foi o debate também, eu acho que foi mais o debate teórico. Tanto que o movimento foi até o final unido. Ele conseguiu ir unido até o seu próprio esgotamento do ponto de vista histórico. Ele foi até o finalzinho sem ter tido rachas, essa coisa assim. Claro o debate teve permanente, isso é bom também, o debate educa³⁰⁸.

As tensões presentes nos depoimentos relatados acima indicam que as disputas pela hegemonia do MCV não podem ser explicadas, exclusivamente, pelas mudanças na dinâmica e na organização do movimento. Elas estão inseridas em um contexto mais amplo que marcou, a partir de 1978, a alteração significativa da conjuntura que havia favorecido a aproximação entre a “justiça social”, buscada pelos setores progressistas da Igreja Católica, com o “maoísmo cristão”, presente em setores do PC do B. Primeiramente, a proteção oferecida pela Igreja contra o aparato repressivo do regime, ainda que importante, já não era mais uma questão de sobrevivência como no início dos anos 1970 – em virtude, inclusive, da atuação dos movimentos sociais (entre os quais estava o próprio MCV) no processo de reocupação e repolitização do espaço público. Além disto, a combinação, em 1978, de reorientações tanto no PC do B quanto na Igreja

³⁰⁷ Declaração de Aurélio Peres, publicada em: “Na Assembleia do povo, o início da organização”. *FSP*, 13/09/1981, p.9.

³⁰⁸ Antônio Carlos, em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004.

foi decisiva para marcar o afastamento entre os dois polos: por um lado, a Igreja Católica apresentava os primeiros sinais de uma retração em seu movimento de renovação progressista com a eleição, em outubro, do Papa João Paulo II que, em seu discurso na abertura da Conferência de Puebla, em janeiro de 1979, deu fortes indícios do período “conservador” que se iniciaria com seu papado:

Noutros casos pretende-se apresentar Jesus como um comprometido politicamente, como um lutador contra a dominação romana e contra os poderes e, inclusive, implicado na luta de classes. Esta concepção de Cristo como político, revolucionário, ou como o subversivo de Nazaré, não se compagina com a catequese da Igreja³⁰⁹.

Por seu turno, a partir de 1978, o PC do B aderiu à linha do socialismo albanês, passando a criticar, duramente, o maoísmo e a figura de Mao Tsé Tung³¹⁰. Juntamente com esta mudança – resultante das resoluções aprovadas na VII Conferência Nacional do partido³¹¹ – o PC do B alterou significativamente sua estratégia e sua posição no quadro das forças de oposição ao regime. Estas modificações impactaram, não apenas em suas relações com os setores progressistas da Igreja Católica (que não ocorriam somente no MCV)³¹², como também naquelas com os grupos de oposição sindical, com as lutas dos metalúrgicos do ABC e com o movimento de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Possivelmente, o caso mais emblemático, consequente deste realinhamento, ocorreu na relação com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Enquanto, até 1978, os militantes sindicais ligados ao PC do B faziam oposição ferrenha à diretoria do histórico pelego Joaquinção, juntamente com a OSM-SP

³⁰⁹ Discurso do Papa João Paulo II na abertura da 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla de los Angeles (México), no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1979/january/documents/hf_jp-ii_spe_19790128_messico-puebla-episc-latam.html Acesso em: 20 de julho de 2015. Cumpre ressaltar que, durante o seu papado, muitos clérigos ligados à Teologia da Libertação foram expulsos da Igreja.

³¹⁰ GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, 1988, p.213.

³¹¹ Realizada, entre o final de 1978 e início de 1979, na Albânia por razões de segurança, motivadas pelo episódio conhecido como o “Massacre da Lapa”, quando importantes dirigentes do partido foram assassinados e presos pelo aparato repressivo do regime. Sobre as resoluções da VII Conferência que propunham, entre outros, a “organização de uma ampla frente democrática em escala nacional, que agrupe todas as forças de oposição”, Sales demonstra que as novas estratégias do partido foram criticadas por importantes setores e levaram o PC do B a maior crise interna de sua história, resultando em cisões consideráveis. In: SALES, Jean R. 2007, *Op. cit.*, p.347.

³¹² Conflitos semelhantes ocorreram, em setembro de 1981, durante o movimento de ocupação da Fazenda Itaipú, localizada na mesma região onde o MCV se desenvolveu. In: “Na Assembleia do povo, o início da organização”. *FSP*, 13/09/1981, p.9.

e a FNT – como retratado nas cenas do filme³¹³ sobre a fraude eleitoral daquele ano – a partir de 1979, passaram a formar a “Unidade Sindical”: aliança composta, em São Paulo, pela diretoria do Sindicato “eleita”, juntamente com o PCB e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Neste processo de realinhamento das forças atuantes no movimento sindical, passaram a se opor dois blocos de forças: de um lado, os metalúrgicos do ABC e a Oposições Sindicais em São Paulo (representantes do autointitulado *novo sindicalismo*); do outro, a Unidade Sindical³¹⁴ (considerada, por seus opositores, como representante do *velho sindicalismo*).

Tais mudanças, originadas a partir de conflitos “externos” ao movimento não podem ser pensadas apenas como um pano de fundo dos acontecimentos; ao contrário, elas insidiam diretamente no MCV, eram vivenciadas e reelaboradas por seus militantes e, em última instância, acabavam interferindo também nos espaços em que foram originadas como indicam os desligamentos³¹⁵ de agentes pastorais e militantes partidários, respectivamente, da Igreja e do PC do B, após a consolidação das mudanças ocorridas nestas instituições na década de 1980. Diante delas, o MCV teve que lidar, não apenas com os afastamentos já citados (da Igreja e de grupos da zona sul que haviam construído o MCV), mas também com aqueles de importantes grupos ligados às Oposições Sindicais (como a FNT e a OSM-SP) – contrárias à aproximação³¹⁶ do movimento com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos em 1979, ou seja, menos de um ano após a greve daquela categoria quando o próprio MCV criticou³¹⁷ a atuação de Joaquinção na condução da assembleia que pôs fim ao movimento paredista.

³¹³ “Braços cruzados, máquinas paradas” (1979).

³¹⁴ Sobre este processo, Sales ressalta que a Unidade Sindical era considerada como “negocista, conciliadora e reformista”, pelos representantes do “novo sindicalismo”. Por sua vez, a Unidade Sindical avaliava a estratégia do outro setor como sendo esquerdista e desestabilizadora”. SALES, Jean R. 2007, *Op. cit.*, p.356.

³¹⁵ Manifestado na Igreja pelo abandono e expulsões de religiosos ligados à Teologia da Libertação; e no PC do B, pela saída de integrantes – entre os quais, muitos atuantes no MCV – que se filiariam ao PT.

³¹⁶ No “Manifesto do Povo Contra a Carestia”, lido no dia 26/08/1979, destacava o “fortalecimento da UNIDADE SINDICAL” (grifo do autor). In: Doc. 8, Pasta 26, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM. É preciso ressaltar, contudo, que nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1981, o PC do B lançou um candidato próprio (o próprio Aurélio Peres); opção que foi criticada pela OSM-SP porque teria sido responsável por dividir a oposição e resultar na vitória de Joaquinção, com uma margem inferior a 2.000 votos. In: BATISTONI, Maria R. 2010, *Op. cit.*, p.356-359.

³¹⁷ No panfleto “Aos trabalhadores e ao povo em geral”, de novembro de 1978, o MCV elogiava a greve dos metalúrgicos de São Paulo, mas criticava a direção do Sindicato, acusando-a de ter mudado a data e os critérios da votação que pôs fim à greve (exigiu o comprovante de filiação ao sindicato ao invés da carteira profissional), além de sugerir possíveis fraudes. In: Doc. 1, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

Ainda, outro resultado do processo de reorientação do PC do B que interferiu diretamente nos rumos do MCV foi a entrada de lideranças do partido que, com suas decisões através da mesa diretora, contrariavam até mesmo as práticas de pessoas que também eram ligadas ao PC do B e atuavam no MCV desde a sua formação. O caso mais simbólico desta alteração na linha partidária de militantes que atuavam no MCV ocorreu com a entrada do dirigente José Duarte, que havia exercido importante papel na Campanha da Panela Vazia da década de 1950, e parecia querer transplantar aquele momento para o MCV – como indicado pelo material³¹⁸ produzido pelo MCC (a partir de 1979) e pela entrevista do jornalista Duarte Pereira (que convivera com José Duarte na Bahia e no PC do B, embora não tivesse ingressado formalmente no partido):

A visão dele é muito defasada. Ele queria transplantar o MCC dos anos 1950 para 1979. O erro é grande: em 1950, o MCC foi lançado pelo movimento sindical à diferença de hoje. A religião, igualmente, é uma força ideológica muito melhor posicionada do que em 1950. Ele dirige a mesa do Congresso Estadual Contra a Carestia, em novembro de 1979, e não hesita em repreender publicamente a atitude do deputado Aurélio Peres³¹⁹.

Assim, embora a entrada de pessoas que não desenvolviam trabalhos de base ocorresse desde 1977, ela não significou uma apropriação do MCV por grupos externos a ele, como afirmou Sader. Mais relevante do que a entrada destas pessoas, foi a reorientação do PC do B, pois, como era inerente a estrutura partidária, ela resultou em mudanças de posicionamento de pessoas ligadas ao partido que atuavam no MCV desde o início (respeitando suas características); e permaneceram no MCV, mas colaborando com a sua transformação em frente auxiliar geradora de “quadros” para o partido que, com a saída da Igreja, passou a ser a “instituição” responsável por assegurar a infraestrutura do movimento, com seus materiais impressos e reuniões realizadas nos sindicatos liderados pelo partido.

³¹⁸ Não obstante as referências implícitas na alteração do nome do movimento de MCV para MCC e nas “Assembleias da Panela Vazia”; o documento mais ilustrativo desta tentativa de transplantar, de forma simplista e anacrônica, está contido na série (em quadrinhos) das “Histórias Brasileiras da Carestia”. In: Doc.085_20, Fundo ECO_PRE, CPV.

³¹⁹ Entrevista de Duarte Pereira (Pacheco), concedida à Xavier Uytendbroek e publicada em: UYTENDBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.106. O autor aponta ainda que José Duarte, na posição de dirigente histórico do PC do B, passou a intervir diretamente na condução do MCV, decidindo quem iria assumir a mesa e apoiando “militantes ativistas de linha dura” que atuavam, em sua maioria, na zona leste.

Ao apontarmos a mudança de hegemonia no interior do MCV, não pretendemos sugerir que, sob a hegemonia da Igreja, o MCV teve sua autonomia respeitada, enquanto que sob aquela do PC do B isto não ocorreu – o que teria levado ao fim do movimento. Com efeito, como buscamos problematizar nesta seção, foi o processo de reorientação experimentado pelas duas “instituições”, a partir de 1978, que alterou significativamente a postura de ambas no MCV neste período, dificultando a “aproximação” ocorrida no início da década de 1970. Portanto, na batalha resultante deste processo, entre as imagens de uma “Igreja controladora” e uma “esquerda aproveitadora”³²⁰, não houveram vencedores já que, independentemente da conquista da hegemonia do movimento, por grupos ligados ao PC do B a partir de 1980, o afastamento das bases comprometia a sua própria existência. E a consequência disto foi a drástica perda da capacidade de mobilização popular do MCV em São Paulo.

É preciso ressaltar também que a perda da hegemonia da Igreja não significou seu completo afastamento do MCV e, menos ainda, de outros movimentos sociais que emergiram no início dos anos 1980. No caso do MCV, a instituição continuou oferecendo suas paróquias aos grupos da zona sul que criticavam os rumos do movimento que ajudaram a construir. Também, o semanário *O São Paulo*, pertencente a Arquidiocese, continuou divulgando as ações promovidas pelo MCC, sem expor publicamente as divergências entre a instituição e os rumos do movimento. Em relação aos demais movimentos sociais, Doimo demonstrou que a Igreja continuou exercendo um papel importante durante o período da liberalização do sistema político, “somente declinando gradualmente, junto com a curva do ciclo reivindicatório, a partir da segunda metade da década de 1980”, contestando, assim, o argumento de que a relevância da Igreja se daria

³²⁰ Ao analisar esta batalha, Uytdenbroek cita a avaliação anônima (“de um melalúrgico da Cidade Dutra”) que, aborda a semelhança entre os métodos da Igreja e do PC do B: “A Igreja tem métodos muito parecidos com o PC do B. A forma de enraizar nas camadas amplas (a favela, o operário, a mulher). A postura de criar modelos (ideais, mitos), uma hierarquia que pensa e controla (padre, bispo, militantes). O leigo cristão precisa, ou sair da Igreja ou se retrair, porque a Igreja tem seus momentos de decreto. A Igreja tem os seus mitos: bispo, Bíblia, Instituição inquestionável. A Instituição, de modo arbitrário, apoia e depois se retrai como no caso do MCV em 1979. A Igreja, com sua infraestrutura vai ao socorro das demandas do povo, como salvador das classes oprimidas. Acontece que o partido, mais estruturado com o programa cientificamente montado, vai também ao socorro das demandas políticas do povo, às vezes, com mais eficiência quer tornar-se salvador da classe operária. É claro que aí se dá o confronto entre posições de poder. A igreja controla suas lideranças e ‘dá linha’ ao movimento que está sob seu domínio”. In: UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.207.

apenas durante a década de 1970, na condição de “guarda-chuva das oposições” contra o aparato repressivo do regime³²¹.

Por fim, é crucial esclarecer que a troca de hegemonia no MCV não representou o seu fim; tampouco que ele tenha perdido, imediatamente, sua importância no cenário nacional como podemos observar pela quantidade regular de notícias publicadas pela grande imprensa (ver Figura 21). Aliás, não somente os jornais continuaram a acompanhar os rumos do MCV; também o fizeram os agentes do aparato repressivo que, com algum atraso, perceberam a reorientação do movimento como podemos constatar pelo relato de novembro de 1980:

Segundo o que se pode deduzir dos debates, a direção do Movimento Contra a Carestia não está mais nas mãos da Igreja Católica. Sua coordenação se reúne no Sindicato dos Motoristas, às terças-feiras a noite. Em consequência, várias atitudes e táticas estão sendo alteradas. Uma delas diz respeito a UNIFICAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS. Este era um ponto de honra da alta direção da Igreja Católica, a fim de não caracterizar o Movimento Contra a Carestia como político. A Igreja, pois, não queria permitir nenhum tipo de vinculação com outros movimentos (contrariando evidentemente setores do movimento vinculados a interesses políticos, principalmente os esquerdistas e subversivos infiltrados). Agora sob novo comando, sem dependência da direção da alta hierarquia católica, a Coordenação do Movimento tudo fará para uma ampla unidade com outros movimentos, cujo objetivo velado, seja de substituição do atual grupo político dominante, que administra a nação. Consequência: subversão mais concentrada!³²² (grifos do autor)

Embora, em janeiro de 1978, o cardeal Dom Paulo Arns fosse apontado, pelo mesmo órgão, como “impulsionador de setores esquerdistas e contestadores”³²³, o DEOPS-SP reconhecia como um “ponto de honra” o fato do MCV se desenvolver sob a hegemonia da Igreja Católica. Contrariando, assim, a evidente diminuição do poder de mobilização do movimento, sob a hegemonia do PC do B. Entre as ações desenvolvidas pelo MCC – que contribuem para explicar tamanha preocupação por parte do órgão – destacava-se a consolidação de sua ampliação nacional, em 1979. Ainda que ela tenha

³²¹ DOIMO, Ana Maria. 1995, *Op. cit.*, p.139. A autora se baseia, entre outros, no volume editorial de livros e documentos das CEBs e da Teologia da Libertação, que teve seu pico em 1984.

³²² Informação sem nº, 11/08/1980. Pasta Movimento Contra Carestia (1978-1981), OP0977. Série Delegacia de Ordem Política. Fundo DEOPS-SP. Disponível também no Anexo 15 desta dissertação.

³²³ Doc. 5, p.3. Pasta 94 - Movimento Contra Carestia (1978-1981), OS1019. Delegacia de Ordem Social. Fundo DEOPS-SP.

ocorrido, principalmente em virtude da repercussão das mobilizações de 1978 e que os MCCs locais estivessem muito distantes de compor um todo homogêneo – com origens

FIGURA 12 - Mapa da Ampliação Nacional do MCC, divulgado em julho de 1979³²⁴

³²⁴ “Boletim do Movimento Contra a Carestia”, julho de 1979. Pasta J-0951, Coleção CPDS, AEL.

variadas (Partidos, Sindicatos, Igrejas, SABs, entre outras) – a imagem de um MCC capaz de articular suas ações em âmbito nacional funcionou bem à época, enquanto estratégia política. De acordo com levantamento, elaborado pelo próprio movimento e representado através de um mapa publicado em seu boletim de julho de 1979, o MCC teria alcançado os seguintes estados: Pará, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Ceará, Piauí e Maranhão – além de 5 cidades do interior de São Paulo³²⁵.

De menor impacto, mas importantes para o desenvolvimento de mobilizações em outros estados que, a esta altura, perdiam fôlego em São Paulo diante das disputas internas problematizadas anteriormente; o MCC buscou realizar uma série de Encontros e Congressos (estaduais e nacionais). Nos dias 27 e 28 de janeiro de 1979, realizou-se, no Sindicato dos Jornalistas, o 1º Encontro Nacional do MCC que contou com a participação de, aproximadamente, 200 pessoas³²⁶. Além de rebatizar o MCV como MCC, foi durante este encontro que se incorporou, às reivindicações do movimento, a luta pela reforma agrária através do lema: “terra para quem nela trabalha ou queira trabalhar, com condições técnicas para tanto”³²⁷. Ainda que a questão agrária estivesse presente nas discussões do MCV, desde 1976³²⁸, juntamente com outras causas estruturais da situação da alta do custo de vida no país; a inclusão da reforma agrária como reivindicação oficial do movimento foi criticada por representantes da zona sul que consideravam que o MCC deixava de lado a discussão com as bases – que demandava tempo, linguagem e reivindicações possíveis de serem acompanhadas – para se tornar um mero “adicionador de temas e posturas, com uma grande carga conflitiva latente”³²⁹. Em 7 e 8 de julho do mesmo ano, o 2º Encontro Nacional do MCC foi realizado, em Belo Horizonte-MG. Contando com uma participação menor em relação ao primeiro encontro (como se pode

³²⁵ Parte dos textos que descrevem a situação do MCC em cada estado foi retirada dos depoimentos dados, por representantes destas regiões, durante o 1º Encontro Nacional do MCC como se pode observar em: Doc.7, Pasta 24, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM. Disponível também no Anexo 16 desta dissertação.

³²⁶ “MCV quer uma nova política agrária”. *FSP*, 28/01/1979, sem pg. Consultada em Doc. 90, Pasta 31, Caixa 8.

³²⁷ “Resoluções Finais do 1º Encontro Nacional Contra a Carestia”, 1979. Doc. 6, Pasta 24, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

³²⁸ Conforme registrado em panfleto divulgado durante a Assembleia no Colégio Santa Maria, em 1976. Doc.10_2, Fundo ECO_PRE, CPV.

³²⁹ Depoimento (anônimo) de uma coordenadora do MCV da zona sul, em entrevista à Uytendenbroek, publicada em: UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.162. O autor afirma que ainda que, diante destes conflitos, esta coordenadora decidiu abandonar o encontro ainda no primeiro dia – decisão que teria sido acompanhada por outros grupos da zona sul e pela comissão de redação.

depreender pela representação de 5 estados em detrimento dos 15 presentes em janeiro), este evento teve como resultado prático a expansão do movimento na capital mineira e a reafirmação das resoluções do primeiro encontro³³⁰.

Em novembro, teve lugar na Faculdade de Direito da USP, o 1º Congresso Estadual do MCC. Diferentemente dos demais encontros e congressos, este contou com alto nível de organização e também com um número maior de participantes³³¹: foram 882 presentes (somando os 3 dias do evento) que se dividiam em 100 categorias profissionais, agrupadas em 15, sendo que os dois maiores “grupos” eram formados por operários e donas-de-casa. Do total de participantes, 287 pessoas representavam núcleos do MCC de, aproximadamente, 50 bairros; enquanto 163 entidades se faziam presentes através de 595 participantes, ou seja, o número de congressistas que pertenciam a entidades era quase o dobro daquele que representava núcleos de bairros do MCC – o que era um indicativo do momento vivenciado pelo movimento. Neste Congresso, foi aprovada, por aclamação, a eleição simbólica do metalúrgico e militante do MCV, Santo Dias da Silva – assassinado em 30 de outubro daquele ano, pela polícia militar, durante um piquete em uma fábrica da zona sul de São Paulo – como presidente de honra³³²; tarefa que coube, na prática, ao dirigente do PC do B, José Duarte como já problematizamos anteriormente. Foi nesta ocasião que se efetivou o afastamento de grupos da zona sul, diante da aprovação, após longas discussões, de mais de 50 resoluções do Congresso que adicionavam às reivindicações do movimento, entre outros, a anistia ampla, geral e irrestrita; a convocação de uma Assembleia Constituinte; uma reforma agrária radical; criação de uma Central Única de Trabalhadores e uma nova ida a Brasília no ano seguinte³³³.

No ano seguinte, em março de 1980, ocorreu o 3º Encontro Nacional do MCC, em Salvador (BA) – que se tornaria, em 1981, o local da principal mobilização do movimento depois do Ato da Praça da Sé, em 1978. A principal resolução deste encontro foi a definição de um protesto a ser realizado em Brasília-DF, em agosto daquele ano. Além

³³⁰ “Resoluções do 2º Encontro Nacional dos Representantes da Luta Contra a Carestia”, 15, 17 e 18 de novembro de 1979. Doc. 3, Pasta 24, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

³³¹ Dados contidos em: “Avaliações do 1º Congresso Estadual de Luta Contra a Carestia”, 1979. Doc. 097_23, Fundo ECO_PRE, CPV.

³³² “Iniciado Congresso contra a carestia”. *FSP*, 16/11/1979, p.10.

³³³ “Regulamento, programação e resoluções do 1º Congresso Estadual de Luta Contra a Carestia”, 15, 17 e 18 de novembro de 1979. Coleção EDU_POP, CEDIC. Os principais resultados do Congresso também foram publicados em: “Carestia quer produtos baratos e a Constituinte”. *FSP*, 19/11/1979, p.9.

do encontro não ter tido o mesmo nível de organização do Congresso Estadual de 1979, é possível indicar que ele contou com um número menor de participantes, de acordo com um documento de avaliação “extra-oficial” do movimento – uma vez que foi elaborado por participantes da região sul de São Paulo que já haviam deixado a coordenação central, mas decidiram ir ao encontro para expor a “real” situação do movimento na capital paulista³³⁴. Em dezembro de 1980, na Faculdade de Direito da UFMG, foi realizada a última tentativa de organização nacional do movimento, através do 1º Congresso Nacional do MCC. Contrariando as expectativas dos organizadores, que aguardavam “mais de mil pessoas, procedentes de 18 estados”³³⁵, o documento contendo as resoluções do Congresso se esquivava de apresentar o total de praticantes, apontando apenas 9 estados presentes; e estabelecendo, como uma das tarefas da coordenação nacional aprovada naquela ocasião, “fazer contato com os estados ausentes no 1º Congresso”³³⁶.

Não obstante a contribuição para a divulgação do MCC em outros estados, os Encontros e Congressos – realizados sob a vigilância de agentes do aparato repressivo – não foram capazes de resolver as divergências existentes em São Paulo e, tampouco, de promover uma coordenação nacional efetiva que ocorria, na prática, a partir da estrutura partidária do PC do B. Além destas ações, caracterizaram o período de hegemonia do PC do B, a convocação de uma série de manifestações públicas a partir de campanhas variadas. Entre 1979 e 1982, foram realizados, entre outras concentrações de menor repercussão, quatro grandes atos em referência ao “Dia Nacional de Luta Contra a Carestia” – definido como o dia 27 de agosto após a realização do célebre Ato da Praça da Sé nesta data, em 1978. Estes quatro atos são representativos da diminuição, progressiva, do poder de mobilização do MCC em São Paulo.

Em agosto de 1979, as disputas internas no MCC encontravam-se em estágio tão elevado que até mesmo a decisão pela data do ato tornou-se parte da disputa entre setores do movimento. De um lado, grupos da zona sul e de outras regiões próximas aos setores

³³⁴ “Resoluções do 3º Encontro Nacional do MCC”, 21 e 23 de março de 1980. Doc. 4, Pasta 24, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

³³⁵ “Congresso contra a carestia em Belo Horizonte”. *FSP*, 27/11/1980, p.12.

³³⁶ “1º Congresso nacional de luta contra a carestia - manifesto ao povo brasileiro”, 6 e 7 de dezembro de 1980. Doc. 113_6, Fundo ECO_PRE, CPV. Foi aprovada ainda a proposta de realização do 4º Encontro Nacional do MCC, em maio de 1981, no Ceará. No entanto, não localizamos nenhuma referência à realização deste encontro e, considerando a perda de capacidade de mobilização do movimento, acreditamos ser pouco possível que ele tenha se realizado de fato.

progressistas da Igreja defendiam a realização do “Dia Nacional de Luta Contra a Carestia”, no dia 27 de agosto (segunda-feira), pela referência ao Ato da Praça da Sé e, também, pela possibilidade de agregar pessoas que estivessem saindo de seus trabalhos ao fim da tarde³³⁷. De outro, setores ligados ao PC do B argumentavam que, como não era possível convocar uma greve-geral para aquela data, o ato deveria ocorrer no dia 26 de agosto (domingo) para permitir a participação, não apenas das donas de casa, mas também de operários, estudantes, professores, funcionários públicos e várias outras categorias³³⁸. Ao final, como resultado da nova estrutura da coordenação – com uma mesa diretora e já sinalizando a proposta de que qualquer pessoa presente na reunião preparatória, independente da representatividade nos bairros, votaria – o Ato foi realizado no dia 26 de agosto, na Praça da Sé. Desta vez, com o fim do AI-5 e o avanço dos movimentos sociais no processo de reocupação e repolitização do espaço público, a polícia não compareceu, assim como bispos e párocos da Igreja (esteve presente José Carlos Dias, da Comissão de Justiça e Paz, da Arquidiocese); tampouco as mais de 20.000 pessoas que participaram, um ano antes, naquele mesmo local, do Ato do MCV. Os números³³⁹ do ato dão conta de um total de 3.000 a 5.000 pessoas que, embora não fosse exatamente um número pequeno para a conjuntura do período, evidenciava a diminuição do poder de mobilização do movimento que pode ser explicada, entre outros motivos, pelo afastamento das bases – responsáveis, em 1978, pela realização de diversas assembleias nos bairros que precederam e prepararam a grande assembleia da Sé.

O Ato foi marcado pela chuva e também pela “paciência chinesa” dos manifestantes que, diante da infinidade de pronunciamentos de “representantes do movimento, parlamentares, estudantes, dirigentes sindicais e até integrantes do grupo de Teatro Oficina”, alternavam-se entre cantar o Hino do Custo de Vida e o refrão: “o povo molhado/jamais será calado”³⁴⁰. Em meio aos pronunciamentos, foi lida, em coro, a

³³⁷ “Como anda o Movimento Contra a Carestia?”, 1979. Doc. 24, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

³³⁸ “Avançar e apoiar a luta contra a carestia”, 1979. Doc. 11, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

³³⁹ 3.000 pessoas segundo a *FSP* e 5.000 segundo o semanário *O São Paulo*. In: “Três mil vão à manifestação”. *FSP*, 27/08/1979, p.12; “O grande dia de protesto do Movimento Contra a Carestia”. *O São Paulo*, 31 de agosto a 6 de setembro de 1979, p.1.

³⁴⁰ “Cinco mil protestam contra a carestia”. *Jornal da República*, 27/08/1979, p.14. Consultado em: Doc. 27, Pasta 33, Caixa 9. Fundo CMZS, CEDEM.

carta³⁴¹ enviada pelo MCC ao “presidente” Figueiredo e demais autoridades que, incorporava – como definido no 1º Encontro Nacional de janeiro daquele ano – à reforma agrária às reivindicações do movimento. Além da carta, foi divulgado o “Manifesto do Povo Contra a Carestia”³⁴² que exigia até mesmo o “fim do regime militar” – um ano depois do movimento se opor as faixas que pediam “Liberdades Democráticas”.

No encerramento do ato, assim como já havia ocorrido na Assembleia do Colégio Arquidiocesano e na Praça da Sé, houve divergências entre a coordenação e tendências do movimento estudantil que defendiam a realização de uma passeata. Pelo microfone, a deputada Irma Passoni informou que a “passeata das panelas, marmitas e mamadeiras vazias” não ocorreria em decorrência das chuvas – mas revelou, posteriormente, ao jornal

FIGURA 13 – Fotografia do ato do MCC na Praça da Praça da Sé, 26/08/1979. Crédito: Nair Benedicto/N-imagens, Maurício Simonetti.

³⁴¹ “3ª carta às autoridades”, 1979. Doc. 8, Pasta 26, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM. Disponível no Anexo 10 desta dissertação.

³⁴² “Manifesto do Povo Contra a Carestia”, 26/08/1979. Doc. 8, Pasta 26, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

O São Paulo que havia recebido um telefonema, do diretor do DEOPS-SP, alertando-a que: “se houver passeatas, vamos reprimir”³⁴³. Ao final, dado o acirramento das disputas no movimento, a mesa foi vaiada e um grupo de, aproximadamente 500 pessoas (a maioria seria formada por estudantes de acordo com a imprensa), saiu “em passeata até a praça do Correio, onde fizeram um rápido ato, observados pelos policiais do DOPS e da Rota. Sem incidentes, nem apoio popular”³⁴⁴.

Embora tenha havido mudanças consideráveis nas práticas desenvolvidas pelo MCC, em relação ao período em que adotava o nome de MCV, ele sempre buscou conservar a ideia de continuidade no movimento. Por isso, em 1980, antes de mais um ato realizado na praça da Sé por ocasião do Dia Nacional de Luta Contra a Carestia, decidiu promover o lançamento de uma nova campanha – “Contra os abusos da Light”³⁴⁵ – precisamente, no dia 12 de março de 1980, em referência ao lançamento oficial dos abaixo-assinados no Colégio Arquidiocesano. Contando com a presença de, aproximadamente, 700 pessoas, a Campanha reeditava a estratégia de tentar entregar, em mãos, uma carta às autoridades³⁴⁶ (sem a necessidade abaixo-assinado). Porém, desta vez, como definido no 3º Encontro Nacional, não aguardaram a ida de representantes a São Paulo, elegendo a capital federal como o principal alvo das concentrações. No dia 27 de agosto, um grupo de, aproximadamente, 300 pessoas (formado, em sua maioria, por representantes do MCC de oito estados) foi responsável por realizar uma das primeiras³⁴⁷ – senão a primeira – passeata, em Brasília, mais especificamente, diante do Congresso Nacional. É provável também que tenha sido uma das mais breves, visto que, tão logo iniciada em frente à Esplanada dos Ministérios, foi interrompida pela polícia. Após negociações entre o capitão do Batalhão de Choque e o deputado federal (uma das

³⁴³ “O grande dia de protesto do Movimento Contra a Carestia”. *Op. cit.* Uma terceira versão, apresentada pelo *Diário da Noite* diz que, na verdade, a passeata não estava prevista entre as atividades do MCC. In: “4 mil pessoas foram a Sé protestar contra o custo de vida”. *Diário da Noite*, 27/08/1979, sem pg. Consultada em: Doc. 98, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

³⁴⁴ “Três mil vão à manifestação”. *Op. cit.*

³⁴⁵ Light – Serviços de Eletricidade S/A, conhecida popularmente como “Light”, era a empresa responsável pela prestação de serviço de eletricidade em grande parte do país. O protesto do MCC buscava, entre outros, o congelamento das tarifas de luz e denunciar a obscura compra da companhia canadense, pelo governo brasileiro, às vésperas do fim de seu contrato de concessão – quando parte da empresa, no Brasil, seria incorporada sem custos. In: “Movimento protesta contra tarifas cobradas pela luz”. *FSP*, 13/03/1980, p.17.

³⁴⁶ “4ª carta às autoridades”, 1980. Doc. 65, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM. Disponível no Anexo 11 desta dissertação.

³⁴⁷ Quase quatro anos antes do protesto realizado, na capital, por ocasião da “Campanha das Diretas Já!”, em 1984.

principais lideranças do MCC) Aurélio Peres, foi acordado que os manifestantes poderiam prosseguir em direção ao Palácio do Planalto – onde tentariam entregar a carta ao “presidente” Figueiredo – desde que abajassem as faixas, justamente, para evitar que a “caminhada” fosse caracterizada como “passeata”³⁴⁸.

Após novas negociações – sem sucesso desta vez – para que uma comissão fosse recebida pelo “presidente” no Palácio do Planalto, tentou-se iniciar uma assembleia que logo foi violentamente reprimida pela polícia. O desfecho deste Dia Nacional Contra a Carestia – semelhante aquele de dois anos antes, na Praça da Sé – ficou marcado pelo uso indiscriminado de gás lacrimogêneo contra os manifestantes, atingindo também “crianças, mulheres grávidas, velhos e doentes”³⁴⁹. Ao final, enquanto, aproximadamente, 20 feridos eram atendidos pelo serviço médico da Câmara dos Deputados, os demais integrantes do MCC foram transportados, por policiais, em três ônibus diretamente para a rodoviária do distrito federal.

FIGURA 14 – Fotografia da passeata do MCC, em Brasília-DF, pouco antes de ser reprimida pela polícia, 27/08/1980. Crédito: Jornal de Brasília.

³⁴⁸ De acordo com o Secretário de Segurança, uma portaria da referida secretaria, datada de 14 de abril de 1980, proibia a realização de passeatas na Esplanada dos Ministérios. In: “Reprimido o movimento da carestia”. *Jornal de Brasília*, 28/08/1980, sem pg. Consultada em Docs. 103 e 104, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

³⁴⁹ “Incidentes na porta do Palácio”. *FSP*, 28/08/1980, p.12.

Em São Paulo, pouco mais de 1.000 pessoas se reuniram, na Praça da Sé, para protestar contra as tarifas de luz e por suas quatro reivindicações básicas que, a esta altura, já incluíam “uma reforma agrária radical”³⁵⁰. Repetindo a estratégia utilizada, em março,

FIGURA 15 – Fotografia do ato do MCC, na Praça da Sé, 27/08/1980. Crédito: Nair Benedicto/N-imagens, Ricardo Malta.

³⁵⁰ “5ª carta às autoridades”. Doc.10, Pasta 26, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM. A primeira página da carta que o MCC tentou entregar ao “presidente” Figueiredo encontra-se disponível no Anexo 15 desta dissertação.

no lançamento da campanha contra os abusos da Light³⁵¹, o MCC utilizou bonecos para representar e criticar o governador do estado, Paulo Maluf, e o Ministro do Planejamento, Delfim Neto³⁵².

O ano de 1981 evidenciou a perda de capacidade de mobilização do MCC, em São Paulo, e o deslocamento da atenção da imprensa e do governo para a movimentação contra a alta das tarifas do transporte público de Salvador, coordenada pelo MCC daquela cidade que, um ano antes, havia recebido o 3º Encontro Nacional do movimento. As ações desenvolvidas na capital baiana, marcadas por dias consecutivos de saques, quebra-quebras e intensa repressão policial, apresentavam indícios de mudança na configuração de respostas possíveis nas lutas contra a alta do custo de vida³⁵³: a ação direta aparecia como possibilidade em meio a sucessivos abaixo-assinados, passeatas e tentativas de entrega de cartas às autoridades, organizadas pelo MCC. Esta “possibilidade”, em São Paulo, só se apresentaria [com a mesma intensidade] somente em 1983 e já sem a presença do MCC. Em 1981, contudo, a conjuntura da capital paulista era outra: mesmo “favorecido” pelo impacto nacional da mobilização de Salvador, o MCC reuniu apenas cerca de 300 pessoas, na Praça da Sé, para protestar no Dia Nacional de Luta Contra a Carestia. Naquela ocasião, não houve sequer a elaboração de um documento oficial como nos anos anteriores, tendo sido noticiado a intenção de reunir 100.000 assinaturas que seriam, novamente, enviadas à Brasília, para protestar “contra a elevação da taxa de 8% de contribuição para o INPS e contra a mudança do critério para a aposentadoria”³⁵⁴. A ação mais relevante [senão a única] – reveladora do momento vivenciado pelo MCC de São Paulo – do ato foi divulgar as mobilizações de Salvador através de um manifesto e de palavras de ordem como “o povo da Bahia, mostrou a valentia”³⁵⁵.

Após os acontecimentos de Salvador, a luta contra a alta das tarifas do transporte público que era apenas uma, entre as várias reivindicações do MCC, tornou-se o eixo da

³⁵¹ Naquela ocasião, com “bonecos representando o governo, a Light, as multinacionais e a inflação”, os manifestantes realizaram uma passeata da Praça da Sé até o Viaduto do Chá – onde se localizava o prédio da Ligh. Ao final do ato, os bonecos foram queimados pelos participantes. In: “Movimento protesta contra tarifas cobradas pela luz”. *Op. cit.*

³⁵² “Carestia faz ato público de protesto na Praça da Sé”, 28/08/1980, p.12.

³⁵³ “Violência e depredações continuaram em Salvador”. *FSP*, 22/08/1981, p.11; “Conflitos se repetem nas ruas de Salvador”. *FSP*, 27/08/1981, p.13. Em menor escala, estes confrontos se reproduziram também em Belo Horizonte: “Em BH, Dops liberta 16 manifestantes”. *FSP*, 02/09/1981, p.13.

³⁵⁴ “Movimento Contra a Carestia reúne 300 na Praça da Sé”. *FSP*, 28/08/1981, p.21.

³⁵⁵ “Manifesto contra a repressão do movimento em Salvador”, 1981. Doc. 155_1, Fundo ECO_PRE, CPV.

última mobilização efetiva do movimento em São Paulo. O aumento da tarifa havia sido adiado, em julho³⁵⁶, pelo prefeito Reynaldo de Barros. A partir de setembro, o MCC passou a pressioná-lo com sucessivas idas e protestos em seu gabinete³⁵⁷, com o intuito de barrar o aumento. Em novembro, contrariando os empresários do setor que aguardavam um aumento de Cr\$22,00 para Cr\$33,00, o prefeito estabeleceu a nova tarifa em Cr\$25,00. Embora tal decisão tenha sido apontada pela imprensa como uma “vitória política” do mandatário, uma vez que teria evitado a “reedição [em São Paulo] das depredações de ônibus registradas em Salvador resultantes do brusco aumento de 61% nas passagens”³⁵⁸; a “redução do aumento” pode ser observada – conforme os termos de Thompson e Ridenti analisaremos no terceiro capítulo – como uma conquista do MCC, ou ao menos, uma concessão do estado diante do reconhecimento da correção de forças entre ele e seu opositor – ainda que, neste caso, o mérito deva ser creditado, com maior propriedade, às mobilizações baianas.

Encerrando a curva decrescente que ilustrou a perda do poder de mobilização do MCC, o Dia Nacional de Luta Contra a Carestia, previsto para o dia 27 de agosto de 1982, não aconteceu, efetivamente, devido à falta de participantes: cerca de 30 pessoas compareceram na praça da Sé e, nem mesmo com o auxílio de um boneco de dois metros e meio de altura (parodiando, novamente, o ministro Delfim Neto)³⁵⁹, não conseguiram contar com a adesão da população – apesar dos elevados índices do custo de vida daquele ano (ver Figura 1). Exatamente quatro anos depois da primeira manifestação do movimento na praça da Sé, marcada pela participação de mais 20.000 pessoas e também por significar um marco no processo de reocupação e repolitização do espaço público; o malsucedido protesto de 1982 foi o último registro localizado³⁶⁰ sobre as atividades do

³⁵⁶ “Adiado aumento para os ônibus”. *FSP*, 26/07/1981, p.9.

³⁵⁷ “Audiência tensa no Ibirapuera”. *FSP*, 24/09/1981, p.13; “Prefeito não recebe grupo contra aumento da tarifa”. *FSP*, 04/11/1981, p.12; “Carestia não tem audiência no Ibirapuera”. *FSP*, 26/11/1981, p.13.

³⁵⁸ “Prefeito obtém vitórias no aumento das tarifas”. *FSP*, 29/11/1981, p.41.

³⁵⁹ “Quase ninguém vai ao protesto da Carestia”. *FSP*, 28/08/1982, p.12.

³⁶⁰ Localizamos ainda referências a ações sem vinculação direta [ou tentativa de] com o MCV/MCC como a “Caminha da Panela Vazia”, de maio de 1983, organizada pelo “Movimento da Panela Vazia”, que teria surgido na Vila das Mercês na região do Ipiranga (zona sudoeste). In: “Caminhada da panela vazia”, de 26/11/1983. Doc. 123_1, Fundo ECO_PRE, CPV. Mais significativo do que esta ação, foi a referência que encontramos sobre a “Feira da Panela Vazia” realizada, na praça da Sé, em dia 27 de agosto de 1988. Organizada por setores da Igreja da região Sul e diversas entidades, a feira contou com a participação de, aproximadamente, 1.000 pessoas que buscaram homenagear a luta das mulheres que, 10 anos antes, ocuparam aquela praça; e também protestar contra a situação do custo de vida que, 10 anos depois, não havia melhorado. In: “Feira da panela vazia contra a carestia”. *O São Paulo*, 2 a 9 de setembro de 1988, p.7. Consultado em: Doc. 28, Pasta 33, Caixa 9. Fundo CMZS, CEDEM. Este registro não foi selecionado

MCC, em São Paulo. E, por isso, esta data foi [arbitrariamente] escolhida para estabelecer o seu “fim”, apesar do próprio movimento jamais tê-lo anunciado.

A descrição quase sumária das derradeiras atividades do MCC, estabelecida nas últimas páginas desta seção, simboliza o estreitamento ao qual o movimento foi submetido em seus últimos anos de existência. Sem preocupação efetiva com o trabalho de base, com decisões de cúpula que eram discutidas, efetivamente, em espaços externos; o MCC dedicou-se “apenas” à realização de Encontros, Congressos, convocação de atos públicos que, por um lado, foram capazes de ampliar a divulgação das lutas contra a carestia em diversas regiões do país – causando problemas significativos para o regime militar – e, ainda, gerar “quadros” partidários importantes no cenário nacional das décadas de 1980 e 1990. Por outro, diante do esgotamento destas ações – mantidas mesmo quando já apresentavam claros sinais de esvaziamento – já não haviam mais bases dispostas a se mobilizarem por elas e, menos ainda, pela reconstrução do movimento.

em razão dos limites que esta pesquisa possui para discutir a construção da memória sobre o MCV. Pelo mesmo motivo, não abordamos a homenagem da União de Mulheres de São Paulo, de março de 1995, às “mulheres do histórico Movimento do Custo de Vida”. In: Docs. 13 e 15, Pasta 30, Caixa 7. Fundo CMZS, CEDEM.

CAPÍTULO 2 – O MCV no imaginário social sobre a alta do custo de vida

Tão importante quanto identificar e problematizar a composição e as disputas travadas pela hegemonia do MCV, é compreender qual foi o imaginário que o movimento construiu sobre si e que orientou os seus percursos diante da experiência da alta do custo de vida vivenciada por seus militantes – mesmo sabendo, *a posteriori*, que grande parte dos resultados imaginados não se cumpriu, como abordado no primeiro capítulo. Pois, reiterando a proposição de Thompson, isto não tira “as funções reais desses percursos imaginários, ao contrário, apenas as põe em realce”³⁶¹.

Cumprе ressaltar que o imaginário social representa não só uma das respostas que a coletividade dá aos seus conflitos, como também “uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”³⁶², tornando-se, por isso, lugar e objeto dos conflitos sociais. Desta forma, como alertou Baczko, tentar dominar este imaginário, para o Estado, não consistia meramente em “acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio”³⁶³. Por isso, sobretudo diante de uma situação econômica desfavorável, era essencial para o regime militar “legitimar-se” no poder, não somente a execução de medidas na área econômica (combinada ao uso da força de seu aparato repressivo), como também, difundir, no imaginário coletivo, sua visão sobre a alta do custo de vida, suas causas e, principalmente, sobre como a sociedade deveria reagir diante desta experiência.

Portanto, considerando que a construção do imaginário, pelo MCV, está inserida em um processo mais amplo e interligado à tentativa de outras coletividades de “dominarem” o imaginário coletivo a respeito da situação econômica do país e, mais especificamente, sobre a alta do custo de vida; faz-se necessário compreender, ainda que brevemente, o imaginário oficial (difundido pelo governo) – sobre o qual o MCV se contrapôs e elaborou as respostas que julgou possíveis, através de múltiplas formas.

³⁶¹ THOMPSON, E. P. 2011, *Op. cit.*, p.298.

³⁶² BACZKO, Bronislaw. 1985, *Op. cit.*, p.309-310.

³⁶³ *Idem*, p.298-299.

2.1. As imagens oficiais do governo e as respostas possíveis do MCV

Como estudado por Carlos Fico³⁶⁴, o regime militar buscou “reinventar o otimismo” com a ressignificação de um material histórico preexistente – a exuberância natural, a democracia racial, o conagração social, a harmônica integração nacional, o passado incruento, a alegria, a cordialidade e a festividade do brasileiro, entre outros – para, através de sua propaganda, construir um imaginário social que estivesse de acordo com a nova configuração socioeconômica que pretendia inaugurar: a de um país que, enfim, superaria o atraso. Com o fim do milagre econômico nos últimos anos do governo Médici, foi preciso – conjuntamente à fraude da taxa de inflação oficial como já citado anteriormente e à proposição de “medidas” que manteriam o Brasil em sua rota de desenvolvimento – articular dois tópicos deste otimismo, a saber o “sacrifício em nome do país” e a “capacidade singular dos brasileiros”. O primeiro – imposto, principalmente, à parcela mais pobre da população com o arrocho salarial – era necessário durante o período inicial do governo Geisel para “criação de um clima de ordem, estabilidade, dedicação ao trabalho e confiança no futuro”³⁶⁵ que seria superado, justamente, com o segundo tópico – atestado pela resistência à crise do petróleo que se abateu sobre o mundo a partir de 1973 e em relação à qual “o Brasil, por longos meses, se mantinha imune [...] escudado num otimismo sem dúvida sadio e na crença inabalável no futuro desta nação que despertava para seu destino de grande potência”³⁶⁶.

No que concerne ao imaginário sobre a alta do custo de vida, ele era forjado, entre outras formas, por propagandas aparentemente despolitizadas³⁶⁷, produzidas com robustos investimentos governamentais³⁶⁸ e veiculadas nos principais meios de

³⁶⁴ O autor analisa os materiais produzidos pela Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) durante o governo Médici e aqueles produzidos por sua substituta Assessoria de Relações Públicas (ARP) durante os governos Geisel e Figueiredo, que revelam “a visão da realidade que o regime autoritário pretendia propagar”, bem como a “percepção que o próprio poder tinha de si mesmo”. FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p.20

³⁶⁵ GEISEL, Ernesto. *Discursos, vol.II*, 1975. Brasília: AERP, 1976. p.124 *apud* FICO, Carlos. 1997, *Op. cit.*, p.40.

³⁶⁶ *Idem*, p.11 *apud* FICO, Carlos. 1997, *Op. cit.*, p.79.

³⁶⁷ Fico avalia que o regime militar brasileiro criou uma propaganda política singular, que, para alcançar grau ótimo de propagação, se travestia de “despolitizada”, calcando-se em valores fundados num imaginário forjado por vasto material histórico. FICO, Carlos. 1997, *Op. cit.*, p.149.

³⁶⁸ O deputado Freitas Nobre (MDB-SP) afirmava, em outubro de 1976, que o “montante de emissões da ARP somente em São Paulo, nos canais de TV, entre março e setembro deste ano, se fossem pagas, corresponderia a mais de Cr\$71 milhões, para quase 12mil mensagens. De 995 mensagens em março, foram

comunicação do país, sobretudo naquele que, nos anos 1970, se consolidava de forma expressiva: a TV³⁶⁹. Em 1976, ela estava presente em quase 95% dos domicílios da Grande São Paulo (em um estado que detinha pouco menos da metade de todos os domicílios com televisores do país, segundo o Censo de 1970), e era responsável por consumir, a cada noite, 3 horas do tempo livre de 7 milhões de paulistanos³⁷⁰. Entre as campanhas realizadas pelo governo, duas abordavam a alta do custo de vida diretamente: “Diga não à inflação” (divulgada em 1973) e “Corrente do povo contra à inflação”, também conhecida como “Campanha da pechincha” (divulgada em 1977). Nelas, a questão está intrinsicamente relacionada à necessidade do controle da inflação que, por sua vez, dependeria da população cumprir com o seu papel de fiscalizadora dos preços – estratégia retomada, com maior êxito, durante o Plano Cruzado, em 1986, com as (os) “fiscais do Sarney”³⁷¹. O descontrole da inflação, nestas propagandas, é decorrente, não da política econômica do governo que sequer é mencionado nelas, mas da “ganância” de comerciantes que praticavam preços altos e da “apatia” dos consumidores que aceitavam tais preços sem “pechinchar” ou efetuar denúncias à SUNAB – órgão oficial de fiscalização de preços que, em outra campanha de 1977, era simbolizado por um herói típico de histórias em quadrinhos: “Defenda-se! Ajude a SUNAB a defender você”.

Estas campanhas buscavam moldar a atitude do cidadão diante da situação vivenciada com a alta do custo de vida e, para isso, direcionava-se, especialmente àquela que, como expressava um dos anúncios governamentais³⁷², era *a* responsável pelo dinheiro e – sendo ele muito ou pouco – deveria ser gasto com sabedoria, afinal: “é

feitas 2.600 em agosto e, na primeira quinzena de setembro, 1.110”. In: “Promoção do governo é questionada”. *Jornal do Brasil*, 24/10/1976, p.4 *apud* FICO, Carlos. 1997, *Op. cit.*, p.109-110.

³⁶⁹ Esta consolidação ocorreu, entre outros, graças aos “investimentos do regime militar na forma de instalação de infraestrutura e divulgação de anúncios publicitários”. HAMBURGUER, Esther. “Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano”. In: SCHWARTCZ, Lilia Moritz (org.) *História da vida privada no Brasil – vol.4*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.454.

³⁷⁰ Dados publicados em: “Televisão: o triste lazer dos paulistanos”. *OESP*, 14 de março de 1976. p.46. Conforme anunciado pela reportagem, os dados são baseados em “estudo especialmente elaborado a pedido do “Estado”, pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE), de São Paulo, na semana de 3 a 9 de março, escolhida como período típico, utilizando 300 entrevistas domiciliares feitas a cada meia hora, numa amostra representativa dos 2.237.628 domicílios com televisão na Grande São Paulo”.

³⁷¹ Conforme o chamado do presidente Sarney, em rede nacional, no dia 28 de março de 1986: “Cada brasileiro ou brasileira será e deverá ser um fiscal dos preços, e aí posso me dirigir a você brasileiro ou brasileira para investi-lo num fiscal do presidente, para a execução fiel desse programa em todos os cantos deste Brasil”. In: “Sarney propõe mobilização nacional contra a inflação”. *FSP*, 01/03/1986, p.6.

³⁷² Anúncio da campanha “Diga não à inflação”, do Conselho Nacional da Propaganda, publicado em *OESP*, 9/06/1973, p.4. Este anúncio encontra-se disponível no Anexo 2 desta dissertação.

justamente isso que o Governo quer. É só isso que seu marido pede” (grifo nosso). Assim, em meio aos estereótipos otimistas, utilizava-se também do machismo para – sem constrangimento algum em ferir a dignidade feminina – orientar as atitudes das mulheres, como podemos ver nas Figuras 16 e 17 que contém, respectivamente, uma peça publicitária da campanha “Diga não à inflação” (1973) e da campanha “Corrente do povo contra à inflação” (1977).

FIGURA 16 – Imagem da campanha “Diga não à inflação”, do Conselho Nacional da Propaganda, retirada do Jornal “O bairro”, de 7/11/1973.

Ainda que a campanha de 1977 tenha buscado se descolar da imagem – atribuída àquela de 1973 – de que a culpa da inflação era da população, esclarecendo no início das propagandas que “você não é o culpado da inflação, mas pode ajudar no seu combate”; ambas estão inseridas na lógica de não-participação política do regime que propunha atitudes essencialmente individualizadas (a campanha previa ainda a compra de alimentos congêneres mais baratos e menos sujeitos às alterações de preço). Neste imaginário, caberia às mulheres utilizarem-se de seus “sorrisos”, “beicinhos”, “charme e talento” para pechinchar o preço e, desta forma, agradar, não apenas o marido, mas também o governo com este ato de civismo.

FIGURA 17 – Fotografia de duas cenas do filme veiculado na Campanha da Pechincha³⁷³

Evidentemente, mesmo em um contexto autoritário, as mensagens difundidas pelo governo, no imaginário coletivo, também enfrentavam múltiplas resistências. As campanhas citadas acima foram alvo de críticas, inclusive de parte da imprensa³⁷⁴ e da

³⁷³ As imagens superior e inferior correspondem, respectivamente, aos 48” e 58” do filme que totaliza 1’18”. Campanha da pechincha (1977). 1’18”. Assessoria de Relações Públicas. Resumo: Mulheres em loja de tecido pressionam vendedor a baixar o preço. Disponível em: <http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?jsessionid=3A27DDBB2047AD29F8CE8BD84B89473B? InstanceIdentifier=0& EntityIdentifier=cgidGKtzATURTtOdmZEL6SzfNk5fcdUJtemky9bkN-5j-Q.&idRepositorio=0> Acesso em 10 de março de 2015.

³⁷⁴ Campanha foi ridicularizada no jornal “O Pasquim” (Ano 5, nº 202, 15-21 de maio de 1973; Ano 5, nº 203, 14-6, 22-28 de maio de 1973) e criticada pela Folha que atribuía a apatia dos consumidores à falta de liberdade de organização, imposta pelo regime militar, citando justamente o MCV como uma exceção em

oposição institucional, que melhor se expressa neste discurso do deputado federal Fernando Lyra (MDB-PE):

Quero denunciar, desta tribuna, como chefe de família, a insidiosa campanha que um certo "Conselho Nacional de Propaganda" vem divulgando por todos os recantos do país – na imprensa e nos muros das grandes cidades – a propósito do slogan "Diga não à inflação". Nos muros, vastos e custosos cartazes estampam a figura de uma mulher, de olhos lânguidos e lábios sensuais, encimando a seguinte legenda: "A mulher fica mais bonita quando faz beicinho e pechincha". E nos anúncios, de um quarto de página em toda a imprensa do Brasil, mandados difundir pelo tal "Conselho Nacional de Propaganda", aparece uma jovem, de seios quase à mostra, em atitude também de sensualismo, com o dístico: "Seja mulher, pechinche!" Abaixo da figura da mulher, em trajes sedutores, as cavilosas sugestões: "Você não precisa sentir-se envergonhada por isso". Outras insinuações aviltantes para a dignidade da mulher contêm esses anúncios [...] Utiliza-se, srs. deputados, a figura da mulher para chantagear e enganar o povo, a massa consumidora, fazendo crer que a inflação é um fenômeno artificial, de simples exploração do dono da loja ou do empresariado brasileiro. Sim, sr. presidente, a propaganda do "Conselho Nacional de Propaganda" também denota essa injustiça ao empresariado nacional. Ora, se a mulher, fazendo "beicinho" e "pechinchando", usando "seu charme e seu talento", fazendo-a amiga do "dono da loja de lingerie", pode obter reduções sensíveis de preços, então se parte do princípio de que o empresariado explora o consumidor. Parte-se do princípio de que a inflação é obra da ganância e da desonestidade dos patrões. Torna-se a inflação, assim, um caso de polícia³⁷⁵.

Não desejamos, com isto, [nem possuímos os instrumentos necessários para] discutir, a complexa questão da recepção destas propagandas. Nos interessa, porém, sublinhar, que elas constituem-se em expressões significativas da visão oficial que o governo buscou incutir no imaginário coletivo sobre a alta do custo de vida. No caso das campanhas que solicitavam sacrifícios à população – como as duas citadas –, Fico revelou que eram feitas por decisão ou inspiração de setores do governo externos às agências de propaganda; e que, inclusive, a “Campanha da Pechincha”, de 1977, teria sido uma iniciativa encomendada diretamente pelo Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen³⁷⁶.

meio ao “individualismo manipulado”, por tentar reagir de forma organizada. In: “Apatia dos consumidores ajuda carestia”, *FSP*, 26/03/1978. Retirado de Doc.55, pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

³⁷⁵ Discurso pronunciado em 30/10/1973 no Congresso Nacional, publicado no Diário da Câmara dos Deputados, em 1/11/1973, p.8238-8242.

³⁷⁶ FICO, Carlos. 1997, *Op. cit.*, p.140-141.

As mulheres e homens – como vimos no primeiro capítulo – que construíram o MCV formaram, coletivamente, um movimento que se contrapôs aos papéis que o governo buscava lhes atribuir. Contudo, eles não representaram a única coletividade a elaborar respostas para esta situação. Curiosamente, no mesmo dia (6 de novembro de 1973) em que a “carta das mães da periferia” foi lida no Congresso Nacional, pelo deputado Freitas Nobre (MDB-SP), o também deputado Marcos Freire (MDB-PE), relatou o caso das senhoras da “Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco”:

A eles [estudos e estatísticas sobre o custo de vida] poderíamos acrescentar alguns depoimentos insuspeitos, inclusive o da Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco que, conforme assinala o Jornal do Brasil, do último dia 24 [de novembro de 1973], “a 6 de março de 1964 foi para as ruas em passeata contra o governo comunizante”. Pois bem, a presidente dessa organização entregou, recentemente ao Gen. Ernesto Geisel, memorial sobre o alarmante aumento do custo de vida. [...] ela esteve no gabinete do General Geisel, por recomendação do General Antônio Carlos Muricy³⁷⁷.

Como podemos observar, este grupo – integrante das marchas que fizeram coro ao golpe de 1964 – não por acaso, foi capaz de obter algo que o MCV, com mais de 1.300.000 assinaturas e tendo levado milhares de pessoas às suas assembleias jamais conseguiria, a saber: ser reconhecido pelo Estado como interlocutor político – o que foi simbolizado, nesse caso, por terem sido recebidos pelo próprio “presidente”, a quem entregaram as reivindicações de seu movimento. Certamente, a origem social e as matrizes ideológicas que orientavam a “Cruzada Feminina Democrática de Pernambuco” – que, inclusive, a aproximava do católico-conservador, General Antônio Carlos Muricy – contribuem para explicar a “conquista” deste movimento. Com origens sociais semelhantes, mas completamente opostas no plano ideológico, as mulheres dos jornais feministas *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978) também elaboraram respostas para a situação da alta do custo de vida. Durante a existência destes jornais, “custo de vida” foi o principal assunto discutido no conjunto temático “atualidade

³⁷⁷ Discurso pronunciado em 7/11/1973 no Congresso Nacional, publicado no Diário da Câmara dos Deputados, em 8/11/1973, p.8428-8434. Por motivo distinto, merece destaque, ainda, a conclusão de Marcos Freire em seu discurso: “Talvez, algum delfinista pudesse reeditar Maria Antonieta, nos pródromos da Revolução Francesa: se a turba não pode comer pão, por que não come bolachas?”.

política”, apresentando incidência de 40,9% no *Brasil Mulher* e 40% no *Nós Mulheres*³⁷⁸. Todavia, isto não significou – apesar de sua proximidade com o MCV – que comungassem das mesmas imagens e respostas para a situação, como revelado pelo depoimento de uma das principais colaboradoras destes jornais, Amelinha Teles: “Nestas discussões [de pauta] havia ideias críticas em relação às donas de casa, que eram as principais protagonistas do Movimento do Custo de Vida. Muitos comentários tratavam delas como se fossem mais atrasadas”³⁷⁹.

A breve referência a estes dois exemplos, originados a partir de polos radicalmente distintos, tem por objetivo destacar a variedade de formas e respostas possíveis no “combate” à visão oficial sobre a alta do custo de vida. Para compreendermos quais foram aquelas forjadas pelo movimento, selecionamos para análise o conjunto de materiais produzidos pelo MCV e “entidades de apoio”. No caso desta última, como destacou Heloísa Cruz, ao contrário da “dimensão derivada ou secundária que a denominação de entidade de apoio sugere, deve ser pensada como dimensão ativa das formas de organização e luta daqueles sujeitos sociais”³⁸⁰. Desta forma, em razão do papel ativo de tais entidades na produção e distribuição de materiais que eram utilizados pelo MCV, bem como da dificuldade de identificação na autoria dos documentos que nem sempre eram assinados, optamos por considerar também os poucos documentos de formação – elaborados por “entidades” – que foram localizados em meio ao acervo do MCV, desde que inseridos nos recortes espacial e temporal propostos.

³⁷⁸ Conforme estudo de TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Op. cit.*, p.93-95. No levantamento, as autoras utilizaram o seguinte critério: “levantamos o total de matérias dos dois jornais, não contabilizando cartas e notas, bem como os editoriais e as matérias internacionais. Consideramos como matéria o texto com mais de 20 linhas, o que resultou num total de 150 matérias no *Brasil Mulher*, publicadas da sua edição de número zero até o número 16; e 87 matérias no *Nós Mulheres*, considerando suas oito edições, o que totaliza um universo de pesquisa de 237 matérias”.

³⁷⁹ *Idem*, p. 195. Neste depoimento, Amelinha relatou sua experiência em meio aos dilemas vividos enquanto militante do PC do B, que desenvolvia atuação tanto nos jornais feministas (de classe média) quanto nos movimentos populares na periferia: “Eu sentia muito, pois muitas eram minhas companheiras e desenvolviam um árduo trabalho político junto a duas instituições com a ideologia patriarcal bastante arraigada: a Igreja Católica e o Partido Comunista. Eu me encontrava no meio de tudo isso, às vezes bastante confusa, mas, como sempre, persistente, acreditando na força dos movimentos populares. Atuei muito junto aos movimentos do Custo de Vida e da luta por creche”.

³⁸⁰ CRUZ, Heloisa de Faria. “Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo (1970/1990)”. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 48, dez/2013. p.9-10. A autora destaca que estas entidades desenvolviam “desde os serviços de atendimento jurídico, cursos de alfabetização e formação profissional, produção de materiais diversos e arrecadação de fundos até a formação de lideranças e a promoção de estudos sobre questões de interesse dos movimentos. [...] Espalhando-se por todo o país [...] essas entidades formaram uma rede nacional ativa de colaboração assídua na discussão de concepções, na realização de projetos e na distribuição e troca de materiais”.

O conjunto total de documentos do MCV é formado por: panfletos; material de divulgação; boletins; revistas; quadrinhos; letras de música; pesquisas de preço e opinião; cartas às autoridades; manifestos; atas de reunião e resoluções de congressos. Tratam-se de 229 documentos impressos produzidos ao longo da trajetória do movimento na seguinte disposição:

FIGURA 18 – Gráfico da evolução do número de documentos do MCV, segundo o ano de produção (Total: 229)³⁸¹

No que se refere especificamente ao imaginário oficial que o governo buscou construir e que se expressa, de forma significativa, através das campanhas da pechincha; o MCV buscou combatê-lo através de múltiplas formas. Apropriando-se da imagem de uma das peças publicitárias da campanha que se passava em uma feira, o movimento divulgou panfletos onde utilizava a mesma “cena” da campanha, mas com outro diálogo, no qual os personagens se questionavam sobre a melhor saída para enfrentar a alta custo

³⁸¹ Concluída a coleta de fontes, elaboramos um banco de dados que continha, em sua primeira versão, 364 documentos. Depois de retirarmos aqueles que não se enquadravam nos recortes da pesquisa, eliminamos documentos repetidos, encontrados em fundos distintos. Nestes casos de duplicidade, a referência mantida foi sempre a do CEDEM, CEDIC e AEL – em detrimento do CPV – pelo fato dos primeiros terem seus acervos, permanentemente, abertos ao público.

de vida. No verso, um texto de esclarecimento sobre a campanha, que vinha sendo divulgada no rádio e na TV, sintetizava a posição do MCV a respeito da tentativa governamental de impor sua visão sobre as causas da alta do custo de vida e da atitude que esperava da população (especialmente a das mulheres) diante dela:

Será que os responsáveis pela alta do custo de vida são os feirantes e os pequenos comerciantes que estão sempre em dificuldades como a maioria de nós? [...] Por isso, a propaganda da ‘Pechincha’ quer é tapar o sol com a peneira, acusa o povo como responsável pela alta dos preços, quando na verdade é ele quem paga pela alta do custo de vida. O povo não pode ser responsável pelos erros de uma política que não foi feita por ele, mas sim pelas autoridades³⁸².

Se o MCV não dispunha do poderoso apoio dos meios de comunicação de massa, como o governo, nem por isso se restringiu a difundir sua representação da situação da alta do custo de vida por meio de comunicados e textos analíticos. As charges, músicas, paródias e peças teatrais apresentadas nas reuniões e atos do movimento cumpriam um papel fundamental nesse sentido; inclusive nas críticas à campanha governamental como se deu com a peça de teatro, apresentada na Assembleia do Arquidiocesano (março de 1978), que representava uma partida de futebol entre “Salários e Custo de vida” – este último ganhando de goleada –, “ironizando e ridicularizando as autoridades e suas campanhas de contenção do aumento do custo de vida (Campanha da pechincha, etc.)”, como descrito pelo agente do DEOPS-SP que vigiava o Ato³⁸³. Com o mesmo objetivo, a paródia da canção popular “aí eu sacudi, sacudi, sacudi”, era entoada em reuniões e manifestações do MCV:

Abaixo com a tal da pechincha
Eu quero salário
que dê prá comprar
tem gente aí muito folgada
culpando a gente por não pechinchar
[...] Aí eu pechinchei, pechinchei, pechinchei
E não gostei, não gostei, não gostei
Se pechinchar, pechinchar, pechinchar
O custo de vida não vai melhorar³⁸⁴.

³⁸² “Movimento do Custo de Vida – Setor Cupecê”. Doc. 7, Pasta 25, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

³⁸³ Informação nº386/78. Pasta 74, Dossiê 50-Z-000-14356. Série Dossiês. Fundo DEOPS-SP.

³⁸⁴ Doc. 058_10, Fundo ECO_PRE, CPV, p.9. A música original também é conhecida como “Fui ao mercado”, ou ainda, “Formiguinha”.

As imagens construídas pelo MCV, em oposição aquelas difundidas pelo governo, nesta campanha, ilustram três tópicos que [após a análise documental] consideramos estruturantes da representação que o MCV elaborou sobre si, através de seu material; e, desta forma, exprimiu e expôs suas crenças comuns que se diferenciavam daquelas propostas pelo governo e por outras coletividades a respeito das respostas possíveis à alta do custo de vida. Tais tópicos constituíram a base que orientou as ações do movimento e – à exceção do terceiro – não sofreram alterações significativas mesmo com as disputas pela hegemonia do MCV ao longo de sua trajetória; são eles: a imagem de que a resposta que construíam na luta contra a alta do custo de vida era coletiva; moralmente legítima e “política”. No caso desta última, as aspas sinalizam que, apesar da especificidade e da mudança de significados que foram atribuídos à definição política do MCV ao longo de sua trajetória, acreditamos ser possível a utilização deste conceito. Evidentemente, não apenas a questão política, como também a definição coletiva e de legitimidade elaboradas pelo movimento, foram permeadas por contradições que se manifestaram nas ações desenvolvidas pelo MCV, como analisado no primeiro capítulo.

2.2 Uma luta coletiva, moralmente legítima e “política”

Consoante à política econômica do regime militar que estava intrinsicamente ligada ao seu projeto de esvaziamento dos espaços de participação popular – ambos norteados pela Doutrina de Segurança Nacional – o comportamento do cidadão, proposto nas propagandas e discursos governamentais, deveria ser formado por atitudes individuais (pechinchar ou denunciar) e até mesmo anônimas no caso das ligações para a SUNAB; tomadas em espaços privados (no supermercado, na feira, etc.); e com o intuito de “ajudar o governo” no combate a alta do custo de vida contra a ganância dos comerciantes, cumprindo com seu papel de fiscalizador – o que no caso da mulher incluiria ainda a imagem daquela que utilizava-se da artimanha de seus “sorrisos” para pechinchar. É provável que diversas coletividades, assim como a “Cruzada Democrática Feminina”, tenham aderido a este chamado, embora esta estratégia *despolitizada* tenha obtido maior êxito somente em 1986, durante o Plano Cruzado, com as (os) “fiscais do Sarney”.

Por sua vez, o MCV foi formado essencialmente a partir da ação coletiva. São inúmeras as referências que defendiam que o combate a alta do custo de vida passava,

diretamente, pela “união e participação”³⁸⁵ de todos. Desde o surgimento do movimento, quando o “aumento do custo de vida” foi eleito como principal problema a ser discutido pelos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo, a compreensão de que o problema não era decorrente da “ganância” dos comerciantes foi clara:

“Nós, donas de casa, cansamos de reclamar com o vendeiro, o açougueiro, o feirante, por causa dos preços que não param de subir [...] **Foi aí que a gente percebeu que brigar sozinha não dá certo e nunca se consegue nada.** Por isso, em 1973, nos reunimos para ver o que podíamos fazer juntas”³⁸⁶ (**grifo nosso**).

Não por acaso, as duas primeiras ações desenvolvidas pelo MCV foram a realização de pesquisas nos bairros e a elaboração, coletiva, da “carta das mães da periferia”. Apesar da simplicidade da pesquisa e do texto, estas duas ações se destacavam, respectivamente, por criar um canal de participação que ouvisse a opinião das pessoas e por atribuir às “autoridades”, a responsabilidade de tomar medidas, efetivas, para resolver a situação. Ao longo da trajetória do movimento, as demais cartas às autoridades, os depoimentos dos participantes durante os atos, os boletins, entre outros materiais, tornaram mais incisivo o apontamento da responsabilidade do governo pela situação econômica – ainda que os termos desta culpabilização não tenham sido sempre harmônicos como já referido sobre o episódio da assembleia do Arquidiocesano (março de 1978), quando um documento que responsabilizava mais duramente o governo foi alterado por ser considerado “radical demais”.

Também os canais de participação criados pelo MCV foram ampliados para além das pesquisas. A defesa da necessidade de ouvir a todos para elaborar uma resposta coletiva se fez presente através do incentivo à realização de reuniões “de rua em rua, de bairro em bairro”³⁸⁷ até as grandes assembleias. É sob este prisma que o MCV entendia as campanhas dos abaixo-assinados: como uma forma de construir um canal de diálogo e debate, entre a população, sobre a alta do custo de vida e outros problemas enfrentados

³⁸⁵ Mensagem completada pelo incentivo a participação: “Não podemos esperar de braços cruzados, quando os preços sobrem e os nossos salários acabam antes do fim do mês. Participe divulgando o MCV, coletando assinaturas, discutindo o problema da carestia e participando da assembleia do dia 27 de agosto na Praça da Sé”. Doc. 26, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

³⁸⁶ “Depoimento das donas-de-casa no Ato Praça da Sé”, 27/08/1978. Doc. 14, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

³⁸⁷ “A experiência dos grupos por rua: como fazer?” Doc. 36, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

cotidianamente. Embora Sader tenha certa razão ao apontar os limites desta estratégia, já que “os abaixo-assinados constituíam um modo de compromisso dos moradores com uma dada reivindicação sem a exigência de saírem de suas casas”³⁸⁸, ela não era executada desta forma pelo MCV, nem assim representada em seu material; ao contrário, os panfletos e declarações ressaltavam que o objetivo dos abaixo-assinados – mais do que a baixa expectativa de que seriam atendidos pelas autoridades³⁸⁹ – era promover um modo de participação acessível às pessoas com baixa escolaridade (tanto daquelas que o divulgavam quanto das que assinavam) que não ficasse restrito somente a assinatura, criando o espaço do debate sobre a situação econômica entre desconhecidos e oferecendo àquele que subscrevia o documento, a possibilidade de levar listas para seu local de trabalho ou atuar juntamente ao núcleo do MCV em seu bairro. Ademais, estas ações ocorriam no espaço público, chegando mesmo às praças públicas centrais, durante o período que marcou o auge do movimento, em 1978, com os mutirões – embora, nesses casos, a altíssima quantidade de assinaturas, em curtos espaços de tempo, sugere que foi improvável a construção de um canal efetivo de diálogo, como se dava nos bairros.

Cumpramos ressaltar que o contexto autoritário da época não era apenas um pano de fundo destes acontecimentos. Logo, mesmo uma estratégia aparentemente simples e inofensiva como o recolhimento de assinaturas não escapava aos olhos do aparato repressivo do regime: não apenas os mutirões de assinaturas no centro da cidade (que, eventualmente, atraíam a cobertura da imprensa), mas também aqueles ocorridos na invisibilidade da periferia, como podemos constatar pelo relato de um agente do DEOPS-SP, que foi procurado em sua casa, em um bairro da zona leste da capital, por duas senhoras, justamente, para subscrever o abaixo-assinado do MCV – o qual julgou subversivo, tendo, por isso, enviado um relatório a seus superiores:

No dia 23 de abril de 1978, o informante foi procurado em sua residência por duas senhoras, com um abaixo-assinado, com título de “Movimento do Custo de Vida”, o que lhe pareceu SUBVERSIVO, e contra o governo, com a intenção de alvoroçar o povo, e tendo também distribuído um panfleto, que conseguiu um exemplar [...] e as senhoras da referida igreja, juntamente com os alunos do Mobral (alunos estes

³⁸⁸ SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.215.

³⁸⁹ Ao menos para os coordenadores do MCV, e “não se trata[va] de esperar as soluções vindas das autoridades” com o abaixo-assinado. In: “Explicação sobre o projeto de abaixo-assinado”, de 1977. Doc. 065_1, Fundo ECO_PRE, CPV.

que quase não sabem ler e são influenciados pelo tal movimento) são condutoras e utilizadas como propagadoras. Na oportunidade, procurou saber quem era o líder de tal movimento, naquele bairro, e não obteve êxito³⁹⁰ (grifo do autor).

Em meio a esta conjuntura, o MCV atribuiu um papel fundamental à “troca de experiências” ao longo de sua trajetória. As assembleias realizadas pelo movimento foram marcadas pelos depoimentos de diferentes grupos sociais (donas de casa, operários, camponeses, entre outros que aumentaram de acordo com a expansão do MCV) com o intuito de compartilhar experiências daqueles que vivenciavam, mais diretamente, o aumento do custo de vida. A partir da formação da coordenação central, em 1977, criou-se até mesmo uma comissão destinada à “troca de experiências”³⁹¹. No entanto, sem minimizar a importância da criação dos espaços de debate e troca de experiências – diante da conjuntura marcada pelo projeto do regime de esvaziamento da participação popular – é preciso problematizar a imagem de que, a partir de suas reuniões e assembleias, emergiria a “verdadeira solução” como descrito, entre outros materiais, neste panfleto do movimento:

Por isso, aos poucos, juntando uma mãe com outra, um grupo de mães de um bairro com outro, uma região com outra, é possível fazer com que todo o povo compreenda esses problemas e, assim, **encaminhe uma verdadeira solução**³⁹² (grifo nosso).

Além disto, como resposta as crises geradas pelas disputas de hegemonia do MCV, documentos de avaliação ligados, principalmente, aos grupos da zonal sul, propunham a realização de sucessivas reuniões e assembleias nos bairros, levando a um certo “assembleísmo” que esteve presente no imaginário [não apenas] do MCV. De acordo com Doimo, um dos “substratos comuns de linguagem” que marcaram o desenvolvimento dos “novos movimentos sociais”, foi a crença de que a “troca de experiências” substituiria o papel do comando centralizado e, as assembleias, formariam as bases de uma sociedade civil autônoma³⁹³. Ora, a troca de experiências em assembleias,

³⁹⁰ “Informe nº059/A2/IV COMAR”. Pasta 75, Dossiê 50-Z-000-14388. Série Dossiês. Fundo DEOPS-SP.

³⁹¹ “Movimento do Custo de Vida: que caminho seguir?”, 1977. Doc.31, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

³⁹² “História do que fizemos até agora sobre o ‘custo de vida’”, 1975. Doc. 004_2, Fundo ECO_PRE, CPV.

³⁹³ DOIMO, Ana Maria. 1995, *Op. cit.*, p.125-126.

em si, não desenvolvia, nos participantes, a capacidade de “perceber as suas condições de existência e perceber criticamente os antagonismos inerentes a essas condições”³⁹⁴; nem assegurava que destas assembleias saíam as “verdadeiras soluções” por serem compostas, majoritariamente, por aqueles que mais sofriam com a alta do custo de vida.

Esta questão está, diretamente, ligada ao segundo tópico que estruturou o comportamento do MCV, a saber, a imagem de que se tratava de uma luta moralmente legítima; que se sobrepunha, inclusive, ao entendimento de uma luta política. É preciso ressaltar que o MCV contou, desde a sua formação, com a participação de pessoas ligadas à Igreja Católica – em um momento de predomínio de setores progressistas que buscavam a “justiça social” através da “libertação” dos oprimidos – e ao PC do B, em um momento no qual o maoísmo – incluindo a simbiose maoísta-cristã de setores oriundos da AP – estruturava a linha do partido; uma linha de valorização dos saberes do homem pobre, ancorada no igualitarismo da Revolução Cultural Chinesa e reforçada pelas memórias da experiência cristã dos padres operários do pós-guerra. As influências desta conjuntura se fizeram presentes desde o primeiro documento elaborado pelo MCV: a carta enviada às autoridades, em 1973, por “aquelas que mais sentiam a realidade [do aumento do custo] de vida – as mães da periferia”. Durante as assembleias do MCV, os depoimentos eram organizados a partir de códigos que estabeleciam, no interior do movimento, aqueles que seriam os mais “moralmente legítimos” para falarem sobre as experiências vivenciadas na luta contra a alta do custo de vida. Alguns destes códigos foram explicitados no documento de preparação da Assembleia do Santa Maria, realizada, em 1976:

Dentro da Assembleia, serão feitas muitas perguntas, quem deverá fazer essas perguntas?

- Mais velha de idade
- Antigos moradores dos bairros
- A mulher que tem mais filhos
- Esposa e mãe de presidiário
- Esposa de marido inválido
- Viúvas com situação mais difícil
- Trabalhadora fora de casa
- Mãe que veio da roça
- Mães aposentada
- Mãe de fábrica e estrangeira³⁹⁵.

³⁹⁴ IANNI, O. *Op. cit.* 1979, p.139.

³⁹⁵ “Preparação para a Assembleia no Colégio Santa Maria”, 20/06/1976. Doc.37, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

Embora contasse também com a participação de homens, bem como de mulheres que não residiam na periferia, o movimento buscou construir uma identidade ligada à sua origem: feminina e periférica (“as mães da periferia”, “dos bairros mais afastados”). Desta forma, como analisou Blay, as mulheres – “consideradas responsáveis pelo cuidado da casa, do alimento da família, pela metamorfose do dinheiro em alimento do marido e dos filhos” – ao cumprirem seu “papel socialmente reconhecido e legitimado”, transferiram para o MCV a legitimidade de seu papel, especialmente aquele de “mãe”³⁹⁶. Evidentemente, com a ampliação do movimento, sobretudo após sua reorientação como MCC, outros papéis legitimadores foram incorporados pela figura dos “trabalhadores” (principalmente “o operário” e o “trabalhador do campo”). Ainda, alterou-se o tom de súplica dos primeiros documentos do movimento: das “mães de família em desespero”³⁹⁷ que solicitavam providências para diminuir o custo de vida em suas primeiras cartas às autoridades, passou-se para o movimento que iria para a praça da Sé, “não para dar conselhos, mas para exigir [o cumprimento de suas reivindicações]”³⁹⁸. Por outro lado, a imagem estabelecida sobre os mais “moralmente legítimos” contribuiu para acirrar os conflitos internos do MCV diante da expansão do movimento e a consequente entrada de pessoas que não sentiam, da mesma forma, a alta do custo de vida nem desenvolviam trabalho de base – o que lhes conferiria, nesta lógica, “menor” legitimidade. Não por acaso, as principais críticas, dos grupos da zona sul que iniciaram o MCV, apontavam um processo de elitização do movimento: “Quem dá as diretrizes é agora uma elite (estudantes, jornalistas, deputados, pessoas, bastante politizadas, etc.)”³⁹⁹.

Se cabia aqueles que mais sentiam a alta do custo de vida conferir legitimidade ao movimento e, conseqüentemente, à “justeza”⁴⁰⁰ suas principais reivindicações (Congelamento dos preços de primeira necessidade; Aumento dos salários acima do

³⁹⁶ BLAY, Eva. “Mulheres e Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Anistia, Custo de Vida e Creches”. *IV Encontro Anual da ANPOCS*, Rio de Janeiro, 1980. p.7-8.

³⁹⁷ “2ª Carta às autoridades: Carta sobre o custo de vida”, novembro/1975. Doc. 11, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM. Disponível no Anexo 4 desta dissertação.

³⁹⁸ “3ª Carta às autoridades (MCC)”, agosto/1979. Doc. 53, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM. Disponível no Anexo 10 desta dissertação.

³⁹⁹ “Ata do encontro no Convento São Bento”, 31/07/1979. Doc. 15, Pasta 28, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁰⁰ “Pronunciamentos sobre a ‘justeza’ das três reivindicações”, 29/10/1978. Doc. 12, Pasta 28, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

aumento do custo de vida; Abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores⁴⁰¹); os responsáveis por legitimá-las como “possíveis” distanciavam-se do perfil citado anteriormente: eram destacados economistas com considerável trajetória política na oposição ao regime: Eduardo Suplicy⁴⁰², Edmar L. Bacha, Pompeu Accioly Borges, José Serra, entre outros⁴⁰³. Refutando a ironia dos ministros do governo a respeito das reivindicações do MCV, estes intelectuais tiveram papel importante na construção dos argumentos⁴⁰⁴ que justificavam as reivindicações nos documentos entregues às autoridades. Alguns destes intelectuais, como já citado sobre o então deputado Eduardo Suplicy, participaram inclusive de reuniões nos bairros para debater as causas da alta do custo de vida⁴⁰⁵.

De todo modo, tão ou mais esperado – pelo MCV – do que o atendimento às reivindicações, era o reconhecimento, pelo governo, de sua legitimidade enquanto interlocutor. Foram diversas as formas pelas quais o MCV buscou o reconhecimento do Estado: cartas às autoridades, abaixo-assinados, visitas aos gabinetes de prefeitos, governadores, deputados, senadores e até mesmo do presidente. No entanto, a única “resposta” oficial da presidência, obtida pelo movimento ao longo de sua trajetória, foi o já referido comunicado do porta-voz oficial do Planalto, Cel. Rubem Ludwig, no qual acusou o MCV de “desonesto” e de ter falsificado assinaturas⁴⁰⁶, sem ao menos responder – sequer para negar – suas reivindicações. Esta tentativa de deslegitimar o movimento foi respondida pelo “Protesto das Panelas Vazias”, no qual a participação adquiriu um significado de “defesa da honra” do movimento. Referências semelhantes, indicando a

⁴⁰¹ Estas são as três reivindicações que constavam no abaixo-assinado subscrito por 1.300.000. Outras demandas foram incorporadas após a reorientação como MCC, sem, contudo, contar com adesão significativa. In: “2º Abaixo-assinado do MCV”, 27/08/1978. Doc. 059_2, Fundo ECO_PRE, CPV.

⁴⁰² “Os milagres possíveis, por Eduardo Suplicy”. 15/03/1978, *FSP*, p.21. O autor participou ainda dos debates promovidos pelo MCV, nos bairros da zona sul, para esclarecer à população sobre as causas do custo de vida.

⁴⁰³ “A opinião dos economistas”. *Assuntos (Suplemento de artigos do Jornal Movimento)*, set/1978, p. 8.

⁴⁰⁴ A partir de 1976, as cartas enviadas às autoridades eram precedidas por textos com justificativas sobre a viabilidade econômica de cada reivindicação, como se pode observar no “Manifesto lido no dia do Ato da Praça da Sé (27/08/1978): as nossas reivindicações são justas e possíveis”, 1978. Doc. 23, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁰⁵ Conforme relatado por Irma Passoni, em entrevista à Moara Passoni, em 2004, as explicações destes economistas eram “traduzidas e colocadas nos materiais do movimento”. Um exemplo dos debates que foram transformados em material de divulgação do MCV pode ser encontrado em: “Cadernos do Custo de Vida”, 1977. Doc. 10, Pasta 30, Caixa 7. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁰⁶ Nota oficial publicada em: “Governo afirma que o Movimento do Custo de Vida ‘é desonesto’”. *FSP*, 26/09/1978, p.15.

noção de participação como um dever [moral], estão presentes em outros documentos do MCV: “Não podemos descansar em cima do que já fizemos. **É nosso dever ir além**”⁴⁰⁷ (**grifo nosso**). Doimo avalia que esta construção foi marcante nos “novos” movimentos sociais que, assim como o MCV, contavam com a participação da Igreja. A autora afirma que “mais do que em resposta a necessidades vitais, a participação adquire [no movimento popular] o sentido do dever (um sagrado dever do povo de Deus contra um sistema opressivo e excludente)”⁴⁰⁸.

Face ao que foi exposto até aqui, pode parecer contraditório sugerir que a definição de uma luta “política” constitui o terceiro tópico que estruturou a representação do MCV sobre si e orientou suas ações. Ao menos até 1979 – quando o movimento passou por uma reorientação e assumiu, mais claramente, sua luta como política – seria possível traçar uma caracterização da definição política do MCV a partir do poema⁴⁰⁹ brechtiano que integra a epígrafe dessa dissertação: o material e as respostas elaboradas pelo MCV indicam que o movimento compreendeu, nitidamente, que “o custo de vida, o preço do feijão, do peixe [...] dependem das decisões políticas”, ou ao menos, das decisões de políticos profissionais, sendo, por isso, necessária a “união do povo” para pressioná-los – refutando a tentativa, do governo, de despolitizar as possíveis respostas na luta contra a alta do custo de vida. Ao mesmo tempo, a maior crise enfrentada pelo MCV se deu justamente após a entrada de duas lideranças do movimento na política partidária; e, desde a origem do movimento, muitos participantes “estufavam o peito” para declarar que tinham horror à política. Sobre este aspecto, Conceição Peres relatou o choque dos grupos da zona sul, que iniciaram o MCV no interior dos Clubes de Mães, durante as reuniões da coordenação central realizadas no centro da cidade:

Quando as reuniões se fizeram na cidade ou no Sindicato dos Jornalistas, ou no Colégio São Bento, nós ficamos totalmente isoladas. O povo que participava era muito politizado, nós éramos até contra a política, era pecado para nós, nós precisávamos entender melhor o

⁴⁰⁷ “Desse jeito não dá mesmo: somos mães de família em desespero”, 1977. Doc. 16, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁰⁸ DOIMO, Ana Maria. 1995, *Op. cit.*, p.144.

⁴⁰⁹ BRECHT, Bertolt. “O analfabeto político”. *Poemas (1913-1956)*. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Brasiliense, 1990.

político. Na verdade, sentíamos uma dificuldade séria de acompanhar. A gente entrava e saía de boca fechada⁴¹⁰.

Obviamente, como abordado no primeiro capítulo, havia participantes do MCV que já possuíam trajetória de militância política anterior e, para estes, a definição da luta como não-política era, antes, uma questão de sobrevivência (contra o aparato repressivo do regime) e uma estratégia desenvolvida, até 1978, para “arregimentação e acumulação de forças” (no caso daqueles ligados ao PC do B)⁴¹¹. Todavia, as falas dos participantes durante a coleta de assinaturas, bem como o material produzido pelo MCV até 1978, evidenciam a contradição do movimento ao desenvolver uma luta política, sem a reconhecer como tal. Para evitar uma apressada conclusão de que a imagem de uma luta política não esteve presente na construção do imaginário do MCV, foi necessário compreender qual a imagem construída pelo MCV sobre a política. Nesse sentido, foi crucial a análise Sader sobre a noção de política elaborada pelos “novos” movimentos sociais. Em seu capítulo dedicado a investigação dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo, o autor examinou a recusa das participantes – válida também para o período de crescimento do MCV – a falar sobre aquilo que consideravam como política, uma palavra que vinha “carregada de conotações que elas rechaçavam”:

Trata-se da recusa das *mediações* políticas incompreensíveis. É por isso que a militante fala da importância das “coisas concretas”. Não se trata simplesmente de pragmatismo, dificilmente compreensível em grupos tão carregados de referências éticas. As “coisas concretas” referem-se aqui aos objetivos compreensíveis a todos e se contrapõe às razões políticas que elas conheceram manipuladas por agentes que elas haviam passado a desconfiar. Os discursos políticos instituídos tinham se tornado opacos para elas. As polêmicas e enfrentamentos entre os agentes políticos eram vistos como disputas de “interesses”, sempre escusos em sua ótica de política⁴¹² (grifo do autor).

Os materiais elaborados pelo MCV corroboram a constatação da visão negativa que muitos participantes tinham sobre a política. Para combatê-la, buscavam

⁴¹⁰ Depoimento de Conceição Peres a Uytendenbroek, publicado em: UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.95.

⁴¹¹ Em avaliação preparatória sobre o Ato da Praça da Sé (27/08/1978), um documento atribuído ao PC do B destacava: “É preciso combater a ideia de pretender ‘transformar’ essa luta econômica em luta política, sem que isso corresponda ainda ao processo das massas envolvidas no Movimento”. In: Doc. 16, Pasta 28, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴¹² SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.221.

conscientiza-los esclarecendo que o conjunto de representações utilizam para definir a “política” (candidatos interesseiros, que só apareciam na hora da eleição, entre outras) era, na verdade, “politicagem”, como podemos observar no diálogo entre dois personagens de um material de formação do movimento:

- Pensando bem, é isso mesmo. A situação está assim por causa da política que o governo faz. O que a gente precisava é entender essa política.
- Isso mesmo, o conferencista me ajudou a entender a diferença entre política e politicagem, safadeza de quem só quer enganar a gente na hora da eleição⁴¹³.

Em suma, a imagem de luta política que orientou as ações do MCV, ao menos até 1978, foi aquela da politização do cotidiano. Embora não fosse nomeada desta forma, ela ocorria pela valorização das “reflexões” e reuniões por rua, bairro, em grandes assembleias, pelo sistema de trazer e levar sugestões das bases para que todos fossem “ouvidos”, entre outros meios que evidenciam não necessariamente uma “nova política” – uma vez que muitas das práticas atribuídas à “velha política” também se fizeram presentes no interior do MCV e de outros “novos” movimentos sociais – mas certamente um alargamento dos espaços onde a política era feita⁴¹⁴; o que adquiriu papel fundamental em um período marcado pelo fechamento e esvaziamento dos espaços de participação política.

Por fim, é preciso sublinhar que a imagem de uma “luta contra a ditadura” só passou a orientar as ações do MCV nos últimos meses de 1978: após as experiências de repressão (em agosto de 1978) e difamação (outubro de 1978); e somente em agosto de 1979 integrariam oficialmente às reivindicações do movimento (“pelo fim do regime militar”⁴¹⁵). Diferentemente do que ocorreu com a representação de uma luta política contra a alta do custo de vida, em que o debate se concentrou no entendimento sobre à qual política o MCV se referia; a concepção de um movimento que “rompeu o cerco da repressão”⁴¹⁶ trata-se de uma construção *a posteriori*. Não apenas esta imagem esteve

⁴¹³ “Cadernos do Custo de Vida”, 1977. *Op. cit.*

⁴¹⁴ Neste último ponto, concordamos com o autor: “O rechaço à política não era, pois, uma volta ao cotidiano privado. Através das práticas estimuladas nos clubes de mães, houve todo um redimensionamento das esferas da vida privada e do cotidiano”. SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.311-312.

⁴¹⁵ “Manifesto do Povo Contra a Carestia”, 26/08/1979. Doc. 8, Pasta 26, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴¹⁶ Expressão-título da dissertação de Xavier Uytendbroek.

ausente do material produzido pelo MCV, até 1979, como era expressamente recusada por seus integrantes – tanto pela coordenação (“claro que existiriam sempre alguns que acham que tem que colocar abaixo a ditadura, mas aí seria mais fácil combater-los”⁴¹⁷) quanto pelas bases que, durante o recolhimento de assinaturas, negavam que fosse um ato contra o governo⁴¹⁸; ainda que, tampouco se reconhecessem como a “favor do governo”.

Isto não contraria, porém, o fato de que as respostas elaboradas pelo MCV contrapunham-se, não apenas ao imaginário oficial que o governo buscou construir sobre a situação da alta do custo de vida, como também à própria política econômica governamental e, ainda, ao seu projeto de esvaziamento dos espaços de participação popular – estes dois últimos, como analisado por Alves⁴¹⁹, eram norteados pela Doutrina de Segurança Nacional. Buscamos, partindo da máxima weberiana – de que “o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original do agente”⁴²⁰ – frisar que a classificação do MCV como um movimento de oposição ao regime militar pode ser atribuída, antes de 1979, mais como um efeito não-intencional das ações desenvolvidas pelo MCV (e potencializadas pelo contexto autoritário em que ocorreram) do que pelo imaginário que as orientava.

2.3 As múltiplas formas de construção do imaginário do MCV

Por tratar-se de um movimento composto por um grande número de pessoas com baixa escolaridade – pautado e integrado às iniciativas de defesa de uma educação popular que foram comuns a outros movimentos sociais do período e não apenas do Brasil –, que não dispunha de infraestrutura própria (embora integrado à rede de “comunicação

⁴¹⁷ “Movimento do Custo de Vida: que caminho seguir?”, 1977. Doc.31, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴¹⁸ Declaração anônima de participante do MCV publicada em: “‘Custo de Vida’ em São Judas”. *FSP*, 29/07/1978, p.9.

⁴¹⁹ ALVES, Maria H. *Op. cit.*, 2005.

⁴²⁰ “Incontestável e constituindo elemento essencial da História, ao qual não fazemos justiça em nossos dias, é o fato seguinte: o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original do agente. Cabe mesmo afirmar que muito raramente corresponde e que, frequentemente, a relação entre o resultado final e a intenção primeira é simplesmente paradoxal”. WEBER, Max. *Ciência Política – duas vocações*. 13ed. São Paulo: Cultrix, 2011. p.108. Este foi um dos fatores utilizados por Ridenti para justificar a inclusão das “esquerdas” armadas no amplo campo de resistência à ditadura. RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilha para os pesquisadores”. In: REIS FILHO, Daniel et al. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: EDUSC, 2004. p.57-58.

popular”⁴²¹ e utilizando, ao longo de sua trajetória, suportes disponibilizados pela Igreja Católica e associações ligadas ao PC do B) era imprescindível que a difusão de sua representação da situação da alta do custo de vida não se restringisse a panfletos, boletins e textos analíticos. Mesmo neles, é importante destacar o apelo visual de suas mensagens. Desse modo, não foi apenas através de cartas às autoridades (desde a primeira⁴²²) que o MCV reivindicou, por exemplo, que as respostas para a situação da alta do custo de vida passavam pela luta por melhores salários, mas também pelo uso de mensagens de fácil compreensão com referências visuais que sempre buscaram estabelecer uma correlação direta entre as duas mobilizações: *“Por que os preços sobem pelo elevador e os salários sobem pela escada?”*⁴²³; *“Salário e Custo de Vida: A corrida da tartaruga [salário] com o coelho [custo de vida] nos dias de hoje”*⁴²⁴; *“Enquanto o salário para na estação, o custo de vida sobe que nem rojão”*⁴²⁵; *“Luta de boxe: salário [boxeador magérrimo] x custo de vida [boxeador fortíssimo]”*⁴²⁶.

Ainda, foi significativo o uso constante de histórias em quadrinhos e charges para explicação, de “forma concreta” (como referido pela militante entrevistada por Sader), de situações que eram tratadas nos panfletos e boletins do movimento. Isto ocorria tanto com a criação de personagens e encenações próprias⁴²⁷ – criadas por autores desconhecidos e engajados diretamente nas mobilizações do MCV – como também na reprodução de charges elaboradas por autores mais conhecidos como Ziraldo, Angeli, Laerte, Gê, entre outros que eram publicados nos jornais de grande circulação⁴²⁸. Por vezes, a linguagem

⁴²¹ Doimo inclui entre as atividades que designaram a comunicação popular, “desde a reflexão teórica e a capacitação prática, até as atividades propriamente ditas como o audiovisual, a imprensa popular, o rádio popular e o teatro popular”. DOIMO, Ana Maria. 1995, *Op. cit.*, p.134.

⁴²² Na primeira carta enviada às autoridades em 1973, a pesquisa anexa preocupava-se em constatar a discrepância entre o aumento de 120% dos preços dos gêneros de primeira necessidade (nos bairros mais afastados), diante de um aumento de apenas 16% do salário mínimo no intervalo entre outubro de 1972 e outubro de 1973. In: Carta das mães da periferia, 1973. *Op. cit.* Disponível no Anexo 3 desta dissertação.

⁴²³ Panfleto de 1978. Doc. 037_1, Fundo ECO_PRE, CPV.

⁴²⁴ Material de formação de 1979. Doc. 4, Pasta 30, Caixa 7. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴²⁵ Panfleto de 1977. Doc. 12, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴²⁶ Panfleto de 1978. Doc. 19, Pasta 30, Caixa 7. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴²⁷ Embora o recurso seja o mesmo, há uma evolução, do ponto de vista técnico, entre as primeiras histórias em quadrinhos, de 1977, com personagens de nomes variáveis (Zé, Maria, João, etc.); em relação aos “Fascículos das Lutas Brasileiras Contra a Carestia”, de 1979, com personagens fixos (Justino e Vitória) e que chegavam a solicitar a contribuição de 5 Cr\$. Para um comparativo entre as HQs produzidas pelo MCV, ver os seguintes documentos: Docs. 138_3; 053_4; 085_20; 098_4; 101_4, todos armazenados no Fundo ECO_PRE, CPV.

⁴²⁸ Um exemplo [entre muitos possíveis] do uso do material de chargistas mais conhecidos encontra-se em: “Custo de vida, material de formação do Sedipo-CNBB”, 1977. Doc. 018_31, Fundo ECO_PRE, CPV.

gráfica dos panfletos e materiais de formação do MCV, caracterizada pela apropriação de recortes de notícias e charges, aproximava-se daquela dos “fanzines”⁴²⁹, sendo utilizados também para convocação das assembleias como ocorreu com o desenho de Laerte⁴³⁰, adaptado no convite para o “Protesto das Panelas Vazias” (outubro de 1978):

FIGURA 19 – Charge da cartunista Laerte, adaptada pelo MCV e utilizada em sua convocação para os 4 atos simultâneos realizados em São Paulo, em 29/10/1978.

Outrossim, seria impossível falar na construção do imaginário do MCV sem considerarmos o papel fundamental cumprido pela elaboração e adaptação de músicas

⁴²⁹ Termo originário da junção da abreviatura das palavras “*fanatic*” (fã) e “*magazine*” (revista). Definido por Magalhães como “uma revista de publicação alternativa, independente feita de fãs de um determinado assunto, objeto ou arte e voltado para fãs do mesmo conteúdo”. In: MAGALHÃES, Henrique. *O que é Fanzine?* São Paulo: Brasiliense, 1993. p.9. Um exemplo deste tipo de boletim formado por recortes pode ser encontrado em: “Boletim de março/abril de 1978 (recortes)”. Doc. 38, Pasta 32, Caixa 9. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴³⁰ Doc. 27, Pasta 32, Caixa 9. Fundo CMZS, CEDEM. Esta estratégia – que não era exclusiva do MCV – foi compartilhada por diversos movimentos sociais integrados à rede de comunicação popular e, por vezes, recebia o apoio dos cartunistas como no caso de Laerte, que em 1986, publicou um livro de ilustrações para domínio público, justamente, para que “sindicatos, clubes, associações, entidades estudantis” copiassem, recortassem e usassem à vontade. In: COUTINHO, Laerte. *Ilustração Sindical do Laerte*. São Paulo: OBORÉ, 1986. Disponível em: http://issuu.com/itaucultural/docs/ilustracao_sindical Acesso em 20 de julho de 2015.

populares. A importância da utilização dos cânticos nas reuniões do movimento se fez presente desde a origem do MCV no interior dos Clubes de Mães, vinculados aos setores progressistas da Igreja Católica. Mesmo em seu material impresso, é possível destacar, por exemplo, a relevância que os jograis tiveram para a formação do MCV e para a “escrita” de sua história:

[...] O nosso Clube de Mães
Por muita coisa está lutando
Onde começou o Movimento do Custo de Vida
Quando em reunião íamos pensando?

O Movimento começou
No ano de 1973
Quando a coisa piorou
E o dinheiro sumiu de vez⁴³¹.

Esta estrutura de repetição, utilizada nas leituras litúrgicas das celebrações católicas, manifestou-se também nos roteiros, elaborados pela Igreja, para serem utilizados em reuniões de movimentos ligados a ela, como era o caso do MCV. Chama atenção, porém, o nível avançado das reflexões impresso nas conclusões das histórias como podemos constatar, nos roteiros da Região Leste 2 (com prefácio do bispo da região, Dom Angélico) onde, após uma história com a explicação sobre o aumento do preço do leite nas padarias, o material indicava a seguinte leitura:

LEITOR 1.º: Todas as pessoas trabalham, mas...
LEITOR 2.º: O resultado do trabalho, os bens produzidos, não são repartidos por todos.
TODOS: Enquanto muitos ficam com pouco, poucos ficam com muito.
LEITOR 1.º: Esses poucos são os donos das empresas, das terras, dos bancos, do comércio...
LEITOR 2.º: Isso acontece porque vivemos num sistema capitalista, onde o capital tem mais valor do que as pessoas.
TODOS: Sistema capitalista é a maneira de organizar a sociedade segundo a qual o que se produz não é visando o bem-estar de todos, mas o lucro que pode dar⁴³².

Sobre a influência da Igreja nos “cânticos para animar” presentes no interior dos “novos” movimentos sociais, Doimo demonstrou que ela foi resultado do estabelecimento

⁴³¹ Ata de reunião do dia 31/12/78. Doc. 4, Pasta 22, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴³² Roteiros da Região Leste 2. Doc.2, Pasta 30, Caixa 7. Fundo CMZS, CEDEM.

de duas premissas que pautaram os esforços pastorais originais da América Latina: o reconhecimento de que o “cotidiano do popular é naturalmente portador de conotações religiosas, e seu universo mental não separa o sagrado do secular, isto é, mistura tudo num mesmo repertório”. Somando-se a isto também a insistência, ainda nos anos 1960, do segundo escalão da CNBB, para a “desvinculação da liturgia católica de sua matriz cultural greco-romana, visando sua aproximação de um evangelismo em ritmo popular”⁴³³.

Sem desconsiderar a já estudada relevância da Igreja Católica na elaboração e circulação dos cânticos utilizados pelo MCV em suas reuniões e manifestações públicas, a análise do material produzido pelo movimento demonstra que seu repertório musical não se restringiu à dimensão religiosa. A música popular – especialmente a MPB – também desempenhou um papel essencial na construção do imaginário do MCV. Este papel pode ser identificado nos “shows de música popular brasileira” organizados pelo MCV com o intuito de promover uma “luta musical”⁴³⁴ e arrecadar fundos; na audição coletiva das canções durante as reuniões e assembleias, e ainda na apropriação de músicas para elaboração de paródias. Evidentemente, tais ações não ocorriam de forma separada, embora os shows localizados concentrem-se no intervalo 1978-1979; o que pode ser explicado por se tratar do período no qual o movimento teve maior capacidade de mobilização e, conseqüentemente, atraiu maior visibilidade da imprensa que foi a principal responsável pelo registro destes eventos.

Entre os três shows localizados, apenas aquele de 5 de novembro de 1979 recebeu este nome e foi planejado como “Show de Música Popular Brasileira para arrecadar fundos”⁴³⁵. Os demais estão inseridos na série de lançamentos do abaixo-assinado que o MCV organizou nos bairros da periferia de São Paulo, no início de 1978. O primeiro evento teve lugar na Capela do Socorro (zona sul), em 22 de janeiro daquele ano, reunindo

⁴³³ DOIMO, Ana Maria. 1995, *Op. cit.*, p.144. A autora conclui que pelo menos uma centena desses cânticos “percorreu o Brasil a partir dos anos 70, animando missas com temas relativos às carências do povo, ou animando o povo em movimento com temas religiosos”.

⁴³⁴ Expressão utilizada por uma militante do MCV em declaração à FSP para se referir ao “Festival Musical sobre o Custo de Vida” realizado em uma Igreja da zona sul de São Paulo. In: “Custo de Vida convida governo com protocolo”. *FSP*, 7/08/1978. p.12.

⁴³⁵ “Um Congresso contra a carestia”. *O São Paulo*, 26 de outubro a 1 de novembro de 1979, p.7. Infelizmente, não foi possível localizar a lista de cânticos ou outras informações sobre este evento.

mais de 600 pessoas. Anunciado como “Culto ecumênico contra o custo de vida”⁴³⁶, o evento ficou marcado pela apresentação do “grupo de músicas de Vila Remo” (um dos bairros onde o MCV se originou em 1973) e, principalmente, do cantor Adoniran Barbosa – autor de “Saudosa Maloca”, a segunda canção mais presente nas assembleias do MCV e que narrava (em linguagem semelhante àquela utilizada pelo movimento em seus primeiros documentos) a experiência de um despejo. Neste evento, encontramos a descrição de uma situação que se repetiria [senão em todas] em diversas outras manifestações públicas do MCV: “em coro, todos os presentes cantaram então ‘Pra não dizer que não falei das flores’, de Geraldo Vandré”⁴³⁷. Seguramente⁴³⁸, podemos afirmar que, juntamente com o hino do movimento (“Povo Vivo”), esta foi a canção mais assídua ao longo da trajetória do MCV, inclusive no período sob a hegemonia da Igreja. Esta última, aliás, também utilizava, em seu material de formação, aquela que foi consagrada como uma das principais músicas de protesto contra o regime militar – fazendo “pequenas” inserções como podemos observar abaixo:

A certeza na frente, a história na mão
Em Cristo Jesus, nossa libertação (2x)⁴³⁹ (grifo nosso).

E “Caminhando” (título utilizado nos documentos do MCV) não foi a única canção de Vandré a integrar o repertório musical do movimento: as canções “O plantador” e “Fica mal com Deus” – com referências à questão agrária, à fraternidade e à figura do homem pobre do campo – foram cantadas no Culto Ecumênico da Capela do Socorro e também nas principais assembleias do MCV. Com referências semelhantes, a terceira canção mais recorrente nas reuniões do movimento e que encerrou o Culto Ecumênico em questão, foi o hino sertanejo de Luiz Gonzaga, “Asa Branca”, que narrava uma

⁴³⁶ “Culto ecumênico pelo congelamento de preços”. *FSP*, 23/01/1978, sem pg. Consultada em: Doc. 111, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM. Para lista das músicas cantadas no ato: Doc. 1, Pasta 22, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴³⁷ “Culto ecumênico pelo congelamento de preços”. *Op. cit.*

⁴³⁸ Além de constar na lista de cânticos de, praticamente, todas as assembleias do MCV, ela era entoada também ao início e encerramento de passeatas do movimento: “foram embora cantando ‘Caminhando’ de Vandré”. In: “Governo não recebe cartas de protesto”. *FSP*, 29/05/1980, p. 9; “A manifestação foi organizada pelo Movimento contra a Carestia e começou com a música ‘Caminhando’ de Geraldo Vandré”. In: “Carestia faz ato público de protesto na praça da Sé”. *FSP*, 28/08/1980, p. 12.

⁴³⁹ Roteiros da Região Leste 2. Doc.2, Pasta 30, Caixa 7. Fundo CMZS, CEDEM. Neste material, verifica-se também a utilização de trechos da canção “Roda Viva”, de Chico Buarque: “Quarto tema: A gente quer ter voz ativa ou a participação”; “Queremos ter voz ativa no nosso destino mandar”.

experiência vivenciada por muitos moradores dos novos bairros periféricos onde o MCV se desenvolveu (cerca de 2/3 dos habitantes da capital, em 1970, eram imigrantes)⁴⁴⁰. Menos constantes⁴⁴¹, canções como “Disparada”, de Geraldo Vandré e “Funeral de um lavrador”, de Chico Buarque, completavam o conjunto das principais referências presentes no repertório musical do MCV, caracterizado pela alusão às experiências de carência enfrentadas pelas camadas populares, especialmente pela grande parcela de migrantes que chegavam à São Paulo e passavam a habitar às favelas, loteamentos irregulares e outras formas de moradias precárias da periferia.

O segundo show, nomeado pelos organizadores como “Festival Musical sobre o Custo de Vida”⁴⁴², foi realizado na Igreja de Nossa Senhora da Esperança (zona sul), em 6 de agosto de 1978, reunindo cerca de 200 pessoas no ápice da campanha do abaixo-assinado do MCV. Nesta ocasião, não houve a participação de artistas conhecidos, pois o intuito do “festival” era promover uma competição de músicas elaboradas pelos participantes do movimento com o tema da alta do custo de vida. As 15 canções inscritas foram “compostas e executadas pelos próprios grupos, constituídos por profissionais das mais diversas áreas, como professores, corretores de imóveis e, na maioria, operários”⁴⁴³. Entre elas, destacaram-se composições como “Zé povinho”; “Brasil, fome danada” e “Rock do café”. Esta última foi apresentada pelos participantes do grupo vestidos por sacos pintados com a mensagem “chafé, o produto genuinamente nacional” – em ironia ao alto preço do café que levava as pessoas a utilizarem pequenas porções do produto.

A apropriação de músicas para elaboração de paródias não se restringiu a este festival, ela foi uma marca característica do MCV que adaptou letras de canções como a já citada “Asa Branca”, “A praça”, de Carlos Imperial⁴⁴⁴, entre muitas outras de cantores de maior sucesso e também de cantigas populares anônimas⁴⁴⁵. Foi, justamente, a partir de uma delas (“Peixe vivo”), que se criou o “hino oficial do MCV”:

⁴⁴⁰ CAMARGO, Cândido et al. 1976, *Op cit.*, p.18

⁴⁴¹ “Canções, poemas, assinaturas...contra o custo de vida”. *Diário da Noite*, 13/03/1978. Consultada em: Doc. 25, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁴² “Custo de Vida convida governo com protocolo”. *FSP*, 7/08/1978, p.12

⁴⁴³ *Idem*, p.12.

⁴⁴⁴ Cânticos do protesto das “Painéis Vazios”, 29/10/1978. Doc. 12, Pasta 28, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁴⁵ Dois documentos reúnem uma espécie de coletânea das músicas selecionadas e adaptadas pelo MCV ao longo de sua trajetória: 058_10 e 127_20, ambos armazenados no Fundo ECO_PRE, CPV.

Como pode um povo vivo
Viver nesta carestia

Como poderei viver
Como poderei viver
Dia e noite, noite e dia
Com a barriga vazia

} REFRÃO

Como pode um operário
Viver com esse salário

REFRÃO

Como pode a criançada
Estudar sem comer nada

REFRÃO

Como sofre o bóia-fria
Prá ganhar 30 por dia
E tá lá o meu patrão
Apertando a produção
Ele só vive pensando
Nessa tal de exportação.⁴⁴⁶

Embora tenhamos localizado sua primeira audição somente durante a Assembleia do Arquidiocesano, em 12 de março de 1978, há indícios de que a “composição de uma ladainha do Custo de Vida”⁴⁴⁷ já era estudada desde maio de 1977; ou seja, menos de um ano depois da cantiga “Peixe Vivo” ganhar destaque na cena pública ao ser entoada por multidões no Distrito Federal e em Minas Gerais, durante os cortejos que, segundo Gaspari⁴⁴⁸, transformaram-se em protestos silenciosos contra o regime militar diante da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, em 22 de agosto de 1976. Mais importante do que atribuir a origem da adaptação, é destacar que ela se tornou o principal símbolo musical do MCV e ganhou a inserção de novos versos que expressavam a resposta do movimento diante de situações que enfrentou, ao longo de sua trajetória, como a proibição da praça da Sé para o ato do dia 27 de agosto de 1978 (quando foi acrescentado “Ninguém mais fica calado, vivendo tão explorado”⁴⁴⁹) e a recusa do “presidente” em

⁴⁴⁶ “Programa oficial do lançamento geral do abaixo-assinado”, 12/03/1978. Doc. 039_4. Fundo ECO_PRE, CPV.

⁴⁴⁷ “Síntese da reunião de 28/05/1977”. Doc. 2, Pasta 28, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁴⁸ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.304-305.

⁴⁴⁹ “Boletim do Movimento do Custo de Vida – Assembleia Popular de 27/08/1978”. Pasta J-0987, Coleção CPDS, AEL.

receber a comissão do MCV, em 13 de setembro daquele ano (quando foi acrescentado “Como pode um presidente, enganar a tanta gente”⁴⁵⁰).

Com estes apontamentos, buscamos salientar que a função da música, nas reuniões e assembleias públicas do MCV, não era apenas – nem mesmo nos shows e festivais organizados também com este fim – entreter os presentes em meio aos discursos e reivindicações do movimento. Ela contribuía para reiterar e reelaborar o imaginário, sobre a situação da alta do custo de vida, construído nos depoimentos de donas de casa, operários, trabalhadores do campo; enfim, por aqueles que mais “sentiam o custo de vida” e que também tinham lugar no repertório musical do MCV: o sertanejo, o plantador, o despejado, entre outras figuras associadas às camadas populares. Lunardi, em estudo sobre a importância da música durante as lutas pela redemocratização brasileira (1977-1984), sintetiza três papéis que a música popular, sobretudo àquela ligada à MPB, teria desempenhado nos movimentos sociais do período (o MCV não integra o recorte da autora):

[...] fazer um contraponto sensível ao elemento racional dos comícios ou encontros ligados aos movimentos sociais, caracterizados pelos discursos, muitas vezes, entusiasmados das lideranças; mobilizar o público, levando canções de poéticas de lutas, de esperanças, de necessidade de união, embalando, enfim, os desejos pelo fim do regime autoritário brasileiro; reiterar o imaginário da oposição e uma cultura de “pertencimento” de uma comunidade política e simbólica na oposição ao regime⁴⁵¹.

Como procuramos demonstrar, o MCV utilizou-se de múltiplas formas para construir suas representações sobre a situação da alta do custo de vida. Entre elas, sobressaíram-se os shows, as audições coletivas durante as assembleias e a elaboração de paródias que cumpriram os papéis acima referidos – exceto pela expressão dos “desejos pelo fim do regime militar” que só se aplicariam ao período pós-1979, quando o movimento já não dispunha de grande poder de mobilização. Diferentemente dos movimentos Estudantil, de Anistia, das campanhas eleitorais e das Diretas Já! estudados por Lunardi, o MCV não se reconhecia, até 1978, como um movimento de oposição ao

⁴⁵⁰ “A chuva contra as panelas vazias”. *OESP*, 30/10/1978, p. 13. A pauta do protesto, onde consta a inserção do novo trecho, pode ser encontrada em: Doc.12, Pasta 28, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁵¹ LUNARDI, Rafaela. Relatório de qualificação de Doutorado em História Social”. FFLCH-USP, 2014 (mimeo), p.63.

regime militar – apesar de ter tido esse resultado, como já discutido. Ainda assim, embora se distinguisse dos movimentos citados no que concerne à defesa do fim do regime militar, a análise das formas – charges, repertório musical, paródias – pelas quais o movimento buscou construir seu imaginário, aponta que (conscientemente ou não) o MCV comungou da mesma “cultura de ‘pertencimento’ de uma comunidade política e simbólica na oposição ao regime” que os movimentos que objetivavam, claramente, o fim da ditadura. Esta aparente contradição torna-se compreensível se entendermos que, mesmo durante o regime militar, estas expressões artísticas não ocuparam o lugar da política nem foram seu mero instrumento⁴⁵².

As apresentações de grupos de teatro popular nas assembleias do MCV também desempenharam um papel importante na reiteração e reelaboração do imaginário sobre a situação da alta do custo de vida. Todavia, tais grupos atuavam como agentes externos ao MCV (relação parece ser mais complexa no caso do Grupo de Teatro de Vila Remo⁴⁵³), sendo mencionados nas entrevistas dos participantes do movimento como “os estudantes”⁴⁵⁴. O papel preponderante na iniciativa e organização das peças não invalida a importância que tiveram para o movimento, mas desloca a discussão aqui proposta sobre o imaginário construído pelo MCV para aquele elaborado pelo movimento estudantil, na medida em que – entre o material produzido pelo MCV – encontramos apenas indícios de que “fazer teatro como forma de conscientização”⁴⁵⁵ era um dos objetivos do movimento em maio de 1977. Portanto, em razão dos objetivos propostos por esta pesquisa e da impossibilidade de acesso às fontes, nos limitamos a registrar – com o intuito de apontar um caminho para a investigação de trabalhos futuros – a localização de

⁴⁵² Sobre o papel da MPB nas lutas pela redemocratização, Napolitano destacou que, mesmo durante o regime militar, “a música não ocupou o lugar da política nem foi seu mero instrumento. Ambas continuavam (e continuam) sendo esferas diferenciadas da vida social. Entretanto, naquele contexto específico, a politização da música popular permitiu que a política ficasse abrigada no coração, transmutando em forma de arte as experiências utópicas, as derrotas, as esperanças e os projetos que a política acalentou”. In: NAPOLITANO, Marcos. “MPB: a trilha sonora da Abertura política (1975/1982)”. *Estudos Avançados*, 24 (69), 2010, p.400.

⁴⁵³ O grupo de Teatro de Vila Remo foi fundado, em meados da década de 1970, na mesma região onde o MCV se desenvolveu, a partir da iniciativa de egressos do Grupo de Teatro da Poli (GTP) e do Grupo de Teatro Medicina (GTM), ambos dirigidos por estudantes da USP. O grupo chegou até mesmo a editar um boletim, chamado “A Semente – um informativo da Paróquia de Vila Remo” que versava sobre as lutas desenvolvidas na região. Algumas edições deste boletim estão disponíveis para consulta no Fundo Santos Dias, CEDEM.

⁴⁵⁴ Aurélio Peres, em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004, sintetizou: “Havia no movimento estudantil, alguns grupos que trabalhavam mais com teatro e começaram a ajudar montando peças teatrais”.

⁴⁵⁵ “Síntese da reunião de 28/05/1977”. Doc. 2, Pasta 28, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

um total de sete peças e a criação de um bloco carnavalesco⁴⁵⁶, sendo que em quatro delas o nome do grupo pôde ser identificado; são eles: *Grupo Núcleo*, com a peça “A Cabra e o Custo de Vida”⁴⁵⁷; *Grupo Toca* (de Campo Limpo), com a peça “Ida à Brasília”⁴⁵⁸; *Grupo Oficina*, com a peça “Ópera da Velha Ordem”⁴⁵⁹; *Grupo T.A.B.A* (do Bom Retiro), com a peça “Tem marmelada no bananal”⁴⁶⁰ – soma-se ainda uma referência à apresentação do *Grupo União e Olho Vivo*⁴⁶¹. As três peças em que não foi possível identificar a autoria do grupo são: “Kid Custo de Vida x Zé Salário”⁴⁶²; “As aventuras de João Feijão”⁴⁶³ e “A goleada do Custo de Vida sobre o salário”⁴⁶⁴.

Por fim, o cinema cumpriu um papel mobilizador⁴⁶⁵ nas lutas travadas nos últimos anos do MCC. Agentes do DEOPS-SP relataram a exibição, durante o 1º Congresso Estadual do MCC (novembro de 1979), de um “filme do Movimento do Custo de Vida, rodado na Praça da Sé, em 27 de agosto de 1978”⁴⁶⁶; e também a apreensão de um “filme sobre o Movimento do Custo de Vida”⁴⁶⁷ que estaria sendo exibido em cineclubes de bairros da periferia. É possível que se tratassem de versões prévias do filme *A luta do*

⁴⁵⁶ O “bloco do povo, arroz com ovo” foi proposto para o carnaval de 1979 e, ao menos um ensaio parece ter sido realizado em 17 de fevereiro de 1979, no Largo do Rio Bonito (zona sul): Doc. 25, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁵⁷ Apresentada em 5 de março de 1978, na Igreja Nossa Senhora Aparecida, Ponte Rasa (zona leste). In: “E o povo tomou conta dele”. *O São Paulo*, 11 a 17 de março de 1978, p.7.

⁴⁵⁸ Apresentada durante o “Protesto das Panelas Vazias”, em 29 de outubro de 1978, na Igreja de Santo Antônio, Brasilândia (zona noroeste). In: “A chuva contra as panelas vazias”. *OESP*, 30/10/1978, p. 13.

⁴⁵⁹ Apresentada durante o 2º Dia Nacional de Luta Contra a Carestia, em 26 de agosto de 1979, na Praça da Sé. In: “Cinco mil protestam contra a carestia”. *Jornal da República*, 27/08/1979, p. 14. Doc.027, Pasta 33, Caixa 9. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁶⁰ Apresentada durante o 1º Congresso Estadual de Luta Contra a Carestia, na Faculdade de Direito da USP, em 15 de novembro de 1979. In: “Um Congresso contra a carestia”. *O São Paulo*, 26 de outubro a 1 de novembro de 1979, p.7. Descrita também pelo agente do DEOPS-SP: MSG nº 10.195/79, de 18/11/1979. Pasta “Atos Públicos, Direitos Humanos, Carestia, etc” (1979-1979), OS0019. Série Delegacia de Ordem Social, Fundo DEOPS-SP.

⁴⁶¹ Conforme relato de Ana Guedes, em entrevista concedida à Domezi, o grupo teria se apresentado nos dias 15 e 16 de novembro de 1975, na Igreja de Vila Mira (zona sul). In: DOMEZI, Maria Cecília. 1997, *Op. cit.*, p.227.

⁴⁶² Apresentada em 5 de março de 1978, na Igreja da Vila Ré (zona leste). In: “Movimento contra custo de vida”. *FSP*, 06/03/1978, p.9.

⁴⁶³ Apresentada durante a Assembleia do Arquidiocesano, em 12 de março de 1978. In: “As aventuras de João Feijão - uma peça de teatro do movimento popular de São Paulo contra a carestia”. *Movimento*, 13/03/1978, sem pg. Consultado em: Doc. 23, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁶⁴ Apresentada durante a Assembleia do Arquidiocesano, em 12 de março de 1978. In: “Cinco mil protestam contra o custo de vida”. *Jornal da Tarde*, 13/03/1978, p. 16. Consultado em: Doc. 45, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁶⁵ “Filmes ajudam na mobilização”. *FSP*, 4/02/1981, p.14. Matéria destaca a importância que os filmes tinham nas mobilizações na zona leste.

⁴⁶⁶ MSG nº 10.195/79, de 18/11/1979. *Op. cit.*

⁴⁶⁷ Informe nº611/09-79-SI/SRDFF/SP, de 11/09/1979. “Pasta 94 - Movimento Contra Carestia” (1978-1981), OS1019. Série Delegacia de Ordem Social, Fundo DEOPS-SP.

povo (1980)⁴⁶⁸, produzido pela Associação Popular de Saúde (vinculada ao PC do B) e dirigido por Renato Tapajós, embora também tenhamos encontrado um “argumento para elaboração do filme do Custo de Vida⁴⁶⁹, sem a confirmação de que o projeto ali descrito foi, de fato, filmado e exibido. De todo modo, em um momento onde o próprio movimento já não dispunha de grande capacidade de mobilização, a principal função desempenhada por *A luta do povo* foi, precisamente, a de consolidar uma representação sobre o MCV – a de um movimento que lutava por “uma reforma agrária radical para todo o povo que está oprimido”⁴⁷⁰ – bastante próxima daquela que grupos ligados ao PC do B⁴⁷¹ buscaram construir nos últimos anos do MCC.

⁴⁶⁸ Uma análise sobre o filme “A luta do povo” pode ser encontrada em: TAVARES, Krishna. *A luta operária no cinema militante de Tapajós*. Dissertação de Mestrado, ECA-USP, São Paulo, 2011.

⁴⁶⁹ Sem data. Doc.9, Pasta 29, Caixa 6. Fundo CMZS, CEDEM.

⁴⁷⁰ Declaração de Severina aos 12’03”. In: “A luta do povo” (1980), *Op. cit.* Em depoimento ao autor, concedido em 2014, em Campinas-SP, Renato Tapajós revelou que Severina não integrava o projeto original elaborado pelo PC do B, que estava concentrado na trajetória de seu esposo, Osvaldo.

⁴⁷¹ Para um relato sobre as tensões, que incluíram o corte de cenas, entre Tapajós e os produtores do filme (ligados ao PC do B), ver: RIDENTI, Marcelo. 2.000, *Op. cit.*, p.345.

CAPÍTULO 3 – O MCV frente ao Estado: entre a negação, a negociação e a repressão

A investigação das relações entre Estado e Movimentos Populares, durante o regime militar, constitui-se ainda em um campo fértil para novas pesquisas em razão da dificuldade de acesso (que vem diminuindo progressivamente)⁴⁷² às fontes produzidas por agentes do Estado, somada à redução da quantidade de trabalhos sobre o tema após os efeitos da “crítica demolidora”⁴⁷³ dos anos 1990 – já discutida na introdução desta dissertação – que rechaçou tanto os trabalhos que enfatizaram a autonomia dos movimentos em relação ao Estado (“Sociedade contra o Estado”) quanto aqueles que pensaram tal autonomia “para além do Estado”, enfatizando a “nova cultura política” que os movimentos pareciam criar. Deste modo, ao estudarmos a postura do Estado diante de um dos maiores movimentos populares que emergiram no contexto das lutas populares dos anos 1970 e 1980, o MCV, esperamos contribuir para a compreensão das representações que agentes do Estado construíram sobre os movimentos populares e como estas influenciaram suas posturas diante de tais movimentos. No entanto, como alertou Baczko, seria impossível separar “os agentes e os seus atos das imagens que aqueles têm de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade”, uma vez que são elas, as imagens, que acabam por guiar as ações, modelar os comportamentos, mobilizar as energias e, em última instância, legitimar as violências praticadas”⁴⁷⁴.

Assim, com o intuito de compreender o imaginário construído por agentes do Estado a respeito do MCV, bem como as posturas por ele orientadas, analisamos as declarações oficiais de agentes que compunham o governo e os relatórios⁴⁷⁵ produzidos ou armazenados⁴⁷⁶ por agentes de um dos mais “eficientes” aparatos repressivos do

⁴⁷² Recentes marcos deste processo – iniciado, ainda em 1995, com a abertura para consulta pública do acervo do DEOPS-SP – são: a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), de 2011, e a instituição em 2012, da Comissão Nacional da Verdade, que publicou seu relatório final em 2014.

⁴⁷³ Termo adaptado da avaliação presente em: DOIMO, Ana Maira. 1995, *Op. cit.*, p. 31.

⁴⁷⁴ BACZKO, Bronislaw. 1985, *Op. cit.*, p.298.

⁴⁷⁵ Por “relatórios”, compreendemos os documentos identificados pelo DEOPS-SP como relatório; mensagem; informe; comunicação e pedido de busca.

⁴⁷⁶ Por “armazenados”, nos referimos aos relatórios elaborados por outros órgãos da Comunidade de Informações (SNI, CIE do 2º Exército, entre outros) que eram recebidos, consultados e armazenados pelos agentes do DEOPS-SP.

regime militar, o DEOPS-SP. Foram 48 declarações de agentes que compunham o governo, localizadas na imprensa escrita e nos discursos⁴⁷⁷ da ALESP e da Câmara dos Deputados. O processo de localização dos relatórios produzidos ou armazenados por agentes do DEOPS-SP envolveu a consulta a três séries documentais daquele que constitui, atualmente, um dos principais “arquivos da repressão”⁴⁷⁸: foram 308 “remissões documentais”⁴⁷⁹ na Série Dossiês e 58 nas Séries Ordem Política e Ordem Social que nos levaram a consultar uma quantidade vastíssima de unidades documentais, de difícil precisão⁴⁸⁰. Deste universo – eliminados os casos de duplicidade (representativa da circulação interna que os documentos tinham no órgão) – e aqueles que se referiam a eventos de outras cidades e estados⁴⁸¹, foram selecionados 85 relatórios produzidos ou armazenados por agentes do DEOPS-SP na seguinte disposição:

⁴⁷⁷ Consideramos os discursos realizados por parlamentares da ARENA em suas comunicações, bem como os apartes em comunicações de parlamentares do MDB.

⁴⁷⁸ Definido, em Gertz e Bauer, como “conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não-democráticos. Em sua maioria, os arquivos da repressão se compõem de registros elaborados ou incorporados a partir da ação policial cotidiana (fichas pessoais, depoimentos, prontuários, dossiês, relatórios, informações, ordens de busca e prisão, etc.), mas também de documentos roubados (livros, publicações, correspondências pessoais, documentos de organizações etc.), ou de declarações tomadas em interrogatórios que desrespeitavam tanto os códigos penais (duração do interrogatório, horário em que eram feitos, presença de testemunhas, etc.) quanto os Direitos Humanos (torturas físicas e psicológicas)”. GERTZ, René; BAUER, Caroline. “Arquivos de regimes repressivos, fontes sensíveis da história recente”. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 177.

⁴⁷⁹ Utilizamos ‘remissões documentais’, em detrimento de ‘unidades documentais’, conforme proposto em: AQUINO, Maria Aparecida et al. (orgs.). *A constância do olhar vigilante: A preocupação com o crime político (Famílias 10 e 20)*. São Paulo: APESP/Imprensa Oficial, 2002, p. 39. A autora exemplifica a situação de um preso político que prestou depoimento no DOI-CODI e depois foi enviado ao DEOPS para prestar um novo depoimento, podendo ter na sua ‘unidade documental’ outros panfletos, jornais, etc. E conclui: “uma mesma ‘unidade documental’ pode corresponder a um grande número de remissões de fichas. Não se deve, portanto, confundir o número de remissões com o número de unidades documentais constantes nas pastas”.

⁴⁸⁰ A consulta as Séries Ordem Política e Ordem Social ocorreram por catálogo temático, sendo selecionados 9 temas da Série Ordem Política (3 delas denominadas com os nomes do MCV e MCC) e 6 temas da Série Ordem Social (2 delas com os nomes MCC e Combate à Carestia) que nos levaram a 58 remissões documentais. Quanto à Série Dossiês, a consulta ocorreu pelo sistema de busca do acervo que registrou 272 registros a partir do termo “Movimento do Custo de Vida” e variantes (Movimento Contra a Carestia, Comissão do Custo de Vida). Estes registros indicaram 308 remissões documentais que nos levaram a pastas com quantidade variada de fichas nas quais podemos encontrar um único documento ou dezenas deles (informes, mensagens, relatórios, material apreendido, etc.), razão pela qual é praticamente impossível calcular o número total de documentos consultados. Em estudo indispensável a esta (e a qualquer pesquisa sobre o acervo DEOPS-SP), Aquino calculou o material total da Série Dossiês em: “1.100.000 fichas, contendo aproximadamente 2.000.000 de documentos, distribuídos em 9.626 pastas”. In: AQUINO, Maria Aparecida et al. (orgs.). 2001, *Op. cit.*, p.10.

⁴⁸¹ Exceto os poucos relatórios que versavam sobre Encontros e Congressos estaduais e nacionais do MCV e MCC realizados fora de São Paulo.

FIGURA 20 – Gráfico da evolução do número de relatórios produzidos e armazenados pelo DEOPS-SP sobre o MCV, segundo o ano de produção (Total: 85)⁴⁸²

Cumpra esclarecer que a grande quantidade de relatórios, em 1978, deve ser matizada pelo fato de que as maiores assembleias realizadas pelo movimento, neste ano, foram vigiadas por mais de um agente do órgão, resultando em diversos relatórios sobre um mesmo evento. Isto, porém, não invalida o fato de que o ano de 1978 representou o auge da mobilização do MCV e, conseqüentemente, atraiu maior atenção do aparato repressivo do Estado. Ademais, é preciso sublinhar que os registros das mobilizações do MCV, pela imprensa, cumpriram um papel relevante para que o movimento se tornasse passível de investigação do DEOPS-SP; uma vez que os agentes do órgão tinham a atribuição de selecionar notícias da imprensa diária – que integravam o conjunto de “documentos” relacionados em cada remissão documental – sobre possíveis casos de desordem política e/ou social. Não por acaso, a disposição do gráfico dos relatórios produzidos ou armazenados pelo DEOPS-SP sobre o MCV, aproxima-se daquela do gráfico de matérias publicadas na imprensa escrita sobre o movimento:

⁴⁸² Embora minoritários, é preciso esclarecer que nem todos os relatórios produzidos ou armazenados por agentes do DEOPS-SP, sobre o MCV, referem-se à vigilância de reuniões do movimento.

FIGURA 21 – Gráfico da evolução do número de matérias publicadas na Imprensa escrita sobre o MCV, segundo o ano de produção (Total: 245)⁴⁸³

Em suma, calculamos em 48 o número de reuniões vigiadas por agentes do DEOPS-SP entre 1977 e 1982. As observações e avaliações resultantes destas “diligências”, juntamente com as declarações de representantes do governo (prefeitos, deputados, governadores, ministros e presidentes), sobre o MCV, nos permitiram identificar a existência de um imaginário comum que orientou uma postura tríplice dos agentes do Estado diante do MCV, caracterizada pela negação, negociação e repressão. Ainda que – por uma escolha didática na divisão das seções que compõem este capítulo – tais posturas sejam examinadas separadamente, postulamos que elas nem sempre ocorreram de forma isolada; tendo sido combinadas em um mesmo caso, como, por exemplo, na Assembleia da Praça da Sé (agosto de 1978), quando agentes do Estado negaram a sua legitimidade através de declarações irônicas, foram pressionados a negociar a liberação parcial da praça e, ainda assim, terminaram por reprimir

⁴⁸³ A maior parte das matérias sobre o MCV foram publicadas em jornais da grande imprensa, principalmente, na FSP e OESP. Tais notícias foram encontradas entre aquelas armazenadas pelo MCV (no Fundo CMZS), e pelo próprio DEOPS-SP que, como já referido, selecionou notícias da imprensa escrita sobre o MCV. Ainda que a origem principal destas matérias tenha sido os referidos fundos; ressaltamos que elas foram complementadas também por nossa pesquisa pessoal a respeito de datas significativas para o MCV que não possuíam referências nos Fundos CMZS e DEOPS-SP.

violentamente o ato. Antes mesmo de conceituarmos o que entendemos pelos termos utilizados na caracterização destas posturas, é imprescindível ponderar o peso que cada uma delas teve na relação entre o Estado e o MCV para evitar distorções interpretativas que diluam o caráter repressivo do Estado durante o regime militar. Nesse sentido, recuperamos a avaliação de Fico sobre a análise de Serbin a respeito da já referida Comissão Bipartite⁴⁸⁴, que revelou a existência de um canal de diálogo entre a Igreja Católica Progressista e o regime militar durante o início da década de 1970. Sobre iniciativas como esta, Fico ressaltou:

As iniciativas de diálogo do regime militar tiveram um papel subsidiário e, muitas vezes, não passaram de diversionismo. A utopia que prevaleceu não foi a do diálogo ou a da harmonia, mas a já mencionada ‘utopia autoritária’. Infelizmente, o vetor preponderante foi mesmo o repressivo⁴⁸⁵.

No caso das relações entre Estado e MCV, a postura preponderante do primeiro, durante o período de existência do movimento, foi a da negação, combinada à repressão quando não era possível negar e as escassas tentativas de negociação se exauriam. Estas últimas, apesar de seu papel efetivamente secundário, foram constantemente buscadas pelo movimento, ao longo de sua trajetória, nos termos que serão conceituados neste capítulo. Evidentemente, isto não significa que as ações que caracterizaram a postura tríplice do Estado foram empregadas da mesma forma, tanto pelos agentes que compunham o governo quanto por aqueles do aparato repressivo, dado que exerciam funções inegavelmente distintas – cabendo, principalmente, aos primeiros à negação e a negociação; e aos últimos a repressão que se materializava através da violência física propriamente dita e da vigilância de agentes infiltrados às reuniões e assembleias públicas do movimento. No entanto, apesar da diferença de suas funções, a análise das declarações oficiais de representantes do governo e dos relatórios produzidos e armazenados por agentes do DEOPS-SP, nos permitiu identificar que eles compartilhavam representações comuns, sobre o MCV, que o definiam como um movimento de inocentes úteis

⁴⁸⁴ Formada por membros da alta hierarquia católica (como Dom Eugênio Sales e Dom Paulo Evaristo Arns) e militar (como o General Antônio Carlos Muricy), com a aprovação do “presidente” Médici. Esta comissão se reuniu 24 vezes, entre 1970 e 1974, para discutir e preservar, minimamente, a conflituosa relação entre as duas instituições. Ver mais em: SERBIN, Kenneth. 2001, *Op. cit.*

⁴⁸⁵ FICO. Carlos. “Ditadura militar e concordata moral”. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar/2002, p.199.

manipulados por infiltrados. Este imaginário comum foi fundamental na orientação e legitimação das distintas ações de agentes do Estado, em suas relações com o MCV, como problematizaremos neste capítulo.

3.1 A negação

Empregamos o termo “negação” como uma postura adotada pelo Estado diante dos movimentos populares que, em última instância, está inscrita na extensa tradição da república brasileira de não-reconhecimento de movimentos organizados pelas camadas populares enquanto interlocutores políticos. Logo, não se trata de uma criação do regime militar, mas foi certamente aperfeiçoada em seu projeto – ancorado na Doutrina de Segurança Nacional – de esvaziamento dos espaços de participação popular. Guardadas as devidas proporções, esta prática é empregada ainda nos dias de hoje por governantes que costumam negar, entre outros, a existência de greves, de racionamento d’água, etc. – contando, para isso, com certa complacência de parte da grande imprensa.

Ao propormos que o Estado adotou uma postura de negação diante do MCV, não nos referimos à recusa de seus agentes em concordar com as reivindicações do movimento – circunstância que decorre, mesmo em um regime autoritário, menos da viabilidade “técnica” das propostas e mais da capacidade de mobilização do pleiteante em sua correlação de forças com o Estado – mas sim àquela de admitir a legitimidade da coletividade enquanto interlocutora. Até mesmo a própria existência do movimento foi negada pelo “presidente” João Baptista Figueiredo ao declarar, em agosto de 1979 (menos de um ano depois do Ato da Praça da Sé que reuniu mais de 20.000 pessoas para celebrar as 1.400.000 assinaturas à campanha organizada pelo MCV) que “se existisse um movimento contra o custo de vida no país [...] [ele] seria o chefe e não receberia os representantes porque não precisa de conselho de ninguém”⁴⁸⁶.

Ainda que a ausência de respostas do Estado ao MCV, até 1978, possa ser justificada também pela capacidade mediana de mobilização do movimento até aquela data – apesar da Assembleia do Santa Maria ter reunido, em 1976, mais de 4.000 pessoas,

⁴⁸⁶ Declaração do “presidente” Figueiredo, em entrevista ao Jornal do Brasil do dia 1 de agosto de 1979, reproduzida pelo MCC em sua carta ao general, de agosto de 1979. In: Doc. 53, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM. O documento encontra-se disponível no Anexo 10 desta dissertação.

representando uma das maiores concentrações desde 1968 – o mesmo não foi válido para o já citado caso das senhoras da Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco que, mesmo sem grande destaque para além de seu estado, foram recebidas pelo “presidente” Médici, em 1973. Esta distinção de tratamento dado a movimentos com reivindicações semelhantes indicam que, além da origem social, também as principais matrizes ideológicas que orientavam o MCV naquela época (a “justiça social” propagada por setores católicos progressistas, distante do conservadorismo católico da Cruzada e suas marchas “revolucionárias” desde 1964) contribuía para que o movimento não fosse considerado um interlocutor passível de ser recebido pelas autoridades. Não somente a ausência de respostas, como também o não comparecimento (ou envio de representantes) às assembleias para as quais foram convidados e, principalmente, o não recebimento de representantes do MCV, foram formas permanentes de negação – à exceção de raríssimas ocasiões em que o movimento foi recebido e que serão discutidas na seção seguinte. Poder-se-ia argumentar que, durante o regime militar, o diálogo com movimentos populares não foi uma qualidade muito apreciada pelas autoridades, mas, além do caso das senhoras da Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco, o contato com as SABs, que se organizavam a partir dos mesmos espaços (local de moradia) que o MCV, matiza tal afirmação. A situação mais evidente do contraste no diálogo do Estado com movimentos populares ocorreu no dia 12 de março de 1978 – data prevista, desde o início daquele ano, para o ato de lançamento oficial do abaixo-assinado no Colégio Arquidiocesano. Por “coincidência”, no mesmo dia e horário, as SABs celebraram o 35º aniversário de seu Conselho Coordenador, no Ginásio do Ibirapuera, com a presença do então prefeito Olavo Setúbal, do ex-prefeito Paulo Maluf e de diversos parlamentares do governo e da oposição. Mais do que “dialogar” com o movimento, o prefeito Olavo Setúbal – que seria elogiado meses depois, pelo OESP, por “não compactuar com a demagogia onomástica [do MCV]”⁴⁸⁷ – ainda forneceu, gratuitamente, 600 ônibus da CMTC e contribuiu para a contratação de artistas famosos como Vanuza; Moacir Franco; Vanderlei Cardoso; Agnaldo Timóteo e Clara Nunes⁴⁸⁸. Além da frequente recusa ao diálogo, quando – em função do poder de mobilização do movimento – representantes do governo eram instados pela imprensa a comentar sobre o MCV, buscavam deslegitima-

⁴⁸⁷ “Uma atitude que deveria ser imitada” (Editorial). *OESP*, 18/8/1978, p.3.

⁴⁸⁸ “Na festa das SABs, os políticos”. *FSP*, 13/03/1978, p.10.

lo e, para tanto, recorriam, principalmente, a dois expedientes: à ironia e às acusações de que se tratava de um “movimento de infiltrados”.

O silêncio mantido pelas “autoridades” desde o envio da primeira carta das mãos da periferia, enviada em 1973, foi rompido pelas declarações dos ministros convidados para o lançamento oficial do abaixo-assinado, em março de 1978. Evidentemente, naquele ano, o cenário político-econômico que permitia aos representantes do Estado simplesmente ignorar movimentos como o MCV já não era o mesmo – inclusive pela visibilidade que o próprio MCV conquistou com suas mobilizações na Assembleia da Santa Maria (1976) e nos bairros de São Paulo, em 1978, com os pré-lançamentos da campanha. De todo modo, as primeiras palavras dirigidas, publicamente, ao MCV, foram carregadas de ironia e desdém. A respeito das três reivindicações do MCV no abaixo-assinado, o Ministro da Fazenda, Mário Simonsen, afirmou: “se me mostrarem como fazer eu gostaria de aprender, mas antes eles têm de provar que dois mais dois dá oito”⁴⁸⁹; sendo acompanhado pelo Ministro do Planejamento, João Reis Veloso, que disse que “nem Deus daria conta de controlar a inflação no Brasil se o governo desse abono salarial não compensado para os trabalhadores e congelasse os preços dos produtos alimentícios”⁴⁹⁰. O escárnio também foi utilizado pelo governador Paulo Egydio Martins para comentar, às vésperas do ato da Praça da Sé, que “se essa petição, se as sugestões dela resolvessem o problema, como eu também já afirmei anteriormente, os que a elaboraram seriam merecedores do prêmio Nobel de Economia”⁴⁹¹.

Progressivamente, a ironia deu lugar ao desprezo, como na ocasião em que o prefeito Olavo Setúbal foi “compelido”, pelo vereador Benedito Cintra (MDB) que cedeu sua audiência semanal com o alcaide, a receber uma comissão do MCV. Neste encontro, além de se recusar a subscrever o abaixo-assinado, Setúbal – ao ser indagado por uma dona de casa sobre como sustentaria seus oito filhos diante da alta do custo de vida – criticou-a por não fazer planejamento familiar e ainda morar em uma cidade tão grande como São Paulo⁴⁹². No entanto, a postura de negação dos agentes de Estado, diante do MCV, atingiu seu ápice com o já referido episódio da nota lida pelo porta-voz oficial do Planalto, Cel. Rubem Ludwig, em coletiva à imprensa, na qual acusou o movimento de

⁴⁸⁹ Declaração publicada em “Os 3 pedidos impossíveis”. *FSP*, 14/03/1978. p.21.

⁴⁹⁰ *Idem*, p.21.

⁴⁹¹ Declaração publicada em “Segurança só permitirá ato público na Catedral”. *FSP*, 26/08/1978, p.9

⁴⁹² Declaração publicada em “Afrânio apoiou e Setúbal disse não ao movimento”. *FSP*, 17/08/1978, p.15.

desonesto, sem credibilidade, do qual se aproveitam “as correntes de contestação [...] para tentar alcançar seus fins inconfessáveis”⁴⁹³. É sintomático que esta nota represente a única “resposta” oficial da “presidência” ao MCV durante toda a sua existência, uma vez que ela sequer se propõe a responder – nem mesmo para negar – as reivindicações pleiteadas pelo movimento, referendadas por 1.400.000 assinaturas e pelas mais de 20.000 pessoas que compareceram à praça da Sé em 27 de agosto de 1978.

Esta nota expressou a intensificação no uso do segundo expediente, por agentes do Estado, para deslegitimar o MCV, a saber, as acusações de que se tratava de um “movimento de infiltrados”. Antes dela, sugestões semelhantes já haviam sido feitas pelo líder da ARENA no Congresso Nacional, deputado Cantídio Sampaio, ao afirmar que:

Os líderes que açulam este movimento devem conhecer a verdade econômica. Mas estamos numa democracia em que até a liberdade de levantar as massas, explorando-lhes a boa fé, tem de ser admitida justamente para que não digam que nesta Nação não existe plena liberdade, inclusive liberdade de enganar homens simples⁴⁹⁴.

E também pelo governador Paulo Egydio Martins para justificar sua crítica ao movimento que seria, segundo ele, um “movimento das antigas Ligas Operárias, Partido Comunista e Convergência Socialista”⁴⁹⁵. Entretanto, com a “prova do crime”⁴⁹⁶ de “falsificação” de assinaturas (MCV esclareceu que militantes subscreveram por pessoas analfabetas que desejavam participar) – atestado pelo laudo de um exame grafotécnico do Instituto de Criminalística da Polícia Federal – a representação de um movimento de infiltrados se consolidou entre os agentes do Estado. Para não atacar o “papel socialmente reconhecido e legitimado”⁴⁹⁷ das “mães de família em desespero”⁴⁹⁸ na luta contra a alta do custo de vida, os agentes recorriam sempre ao imaginário de que eram “inocentes

⁴⁹³ Nota oficial publicada em: “Governo afirma que o Movimento do Custo de Vida ‘é desonesto’”. *FSP*, 26/09/1978, p.15.

⁴⁹⁴ Discurso pronunciado em 14/03/1978 no Congresso Nacional, publicado no Diário da Câmara dos Deputados, em 15/03/1978, p.615.

⁴⁹⁵ Declaração publicada em “Segurança só permitirá ato público na Catedral”. *FSP*, 26/08/1978, p.9

⁴⁹⁶ Termo irônico utilizado pelo editorial do OESP para se referir a atitude do Cel. Rubem Ludwig de exhibir, às câmeras de TV, certo número de assinaturas feito pelo mesmo punho. O editorial acrescenta ainda que, com tal atitude, o governo “quis, em síntese, passar só um carão no público humilde, ensinar mais compostura aos que ousam abertamente reclamar do governo. In: “Coar mosquitos e engolir camelos” (Editorial). *OESP*, 28/9/1978, p.3.

⁴⁹⁷ BLAY, Eva. 1980, *Op. cit.*, p.7-8.

⁴⁹⁸ Denominação utilizada na “2ª Carta às autoridades: Carta sobre o custo de vida”, novembro/1975. Doc. 11, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM. Disponível no Anexo 4 desta dissertação.

úteis” aos “subversivos”. É importante ressaltar que, entre os agentes que compunham o governo, haviam também vozes femininas que reiteravam esta imagem para, justamente, defender autoridades masculinas acusadas de adotarem uma postura “contra as mulheres”. Entre elas, destacou-se a deputada Dulce Salles Cunha Braga (ARENA-SP) que, em discurso defendendo a ameaça de repressão à possíveis passeatas no “Protesto das Panelas Vazias”⁴⁹⁹, fez a seguinte avaliação sobre o MCV:

É necessário que se diga que este movimento, talvez inspirado com a melhor das intenções, adquiriu conotações de origens suspeitas e porque não dizer declaradamente subversivas. **Não acuso e jamais o faria as verdadeiras donas de casa**, que tudo fazem para controlar o custo dos gêneros de primeira necessidade. **Pelo contrário, faço-lhes uma advertência: que não sejam vítimas ou inocentes úteis de uma causa justa, porém injustamente explorada para servir a interesses espúrios**⁵⁰⁰ (grifo nosso).

Apesar da progressiva perda de capacidade de mobilização do MCC a partir de 1979, como analisada no primeiro capítulo, as imagens construídas, principalmente, em 1978, permaneceram no imaginário de agentes do Estado até o “fim” do movimento. Em 1981, o então prefeito Reynaldo de Barros recorreu as mesmas representações de anos anteriores para negar audiências com o MCC, que lutava contra o aumento das tarifas de ônibus, por considerar o movimento “mentiroso e demagógico [...] para enganar o povo”⁵⁰¹; acrescentando ter sido ele o responsável por brigar com os empresários para fixar o valor da tarifa em Cr\$ 25,00.

Estas imagens se repetiram para além de São Paulo, sobretudo, em Salvador onde as passeatas organizadas, inicialmente, pelo MCC culminaram em dias consecutivos de saques, quebra-quebras e intensa repressão policial. O então governador Antônio Carlos Magalhães (ARENA-BA) declarava “ter provas da participação do PC do B e do MR-8 nos movimentos de protesto”⁵⁰² ocorridos na Bahia. Diante da gravidade dos acontecimentos, não somente parlamentares do governo recorriam à representação de um movimento de infiltrados, também o então deputado Jorge Viana (PMDB-BA), atribuía

⁴⁹⁹ “O protesto das panelas vazias”. *OESP*, 26/10/1978, p.10.

⁵⁰⁰ Discurso pronunciado em 24/10/1978 na ALESP, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 01/11/1978, p.92.

⁵⁰¹ “Carestia não tem audiência no Ibirapuera”. *FSP*, 26/11/1981, p.13.

⁵⁰² “Manifestação em Salvador pode repetir incidentes. *FSP*, 25/08/1981, p.13.

– não aos grupos comunistas, mas aos radicais de direita – a responsabilidade pelos saques e quebra-quebras:

Por trás das depredações na Bahia, estão os homens do Serviço Nacional de Informações (SNI) [...] que exaltaram os ânimos da população de Salvador, que todos sabem ser tranquila, levando-a a praticar aqueles atos, que serviram de pretexto ao governador truculento para ameaçar a abertura política⁵⁰³.

Mesmo em uma situação de aumento de 61% nas tarifas de ônibus, a possibilidade da mobilização popular em torno de problemas que identificavam como comuns e que acreditavam poder serem enfrentados com suas ações coletivas, não era considerada nas representações criadas sobre o MCC nos discursos de agentes do Estado.

Uma exceção, em relação às imagens depreciativas construídas sobre o MCV por agentes do Estado, foi localizada por Gohn em seu estudo sobre o Movimento de Luta por Creches, em São Paulo, do qual também participaram muitas daquelas mulheres e homens que atuaram no MCV, vejamos:

Crises de proporções incontroláveis poderão emergir, caso as pressões da população por condições dignas de vida não encontrem, a curto e médio prazos, respostas satisfatórias por parte dos órgãos públicos. De fato, já se observa nos grupos sociais de baixa renda, uma capacidade enfática de organização e mobilização em torno de interesses, problemas e objetivos comuns, sobretudo para reivindicar a implementação de serviços e equipamentos de consumo coletivo que garantam o atendimento de suas necessidades. **Tal capacidade se comprova pela extensão, em toda a cidade, de vários movimentos reivindicatórios, tais como o Movimento do Custo de Vida, Movimento de Moradores de Favelas, Movimento de Luta por Creches, os quais, ainda que motivados por uma situação básica de carência, revelam – dada sua intensificação nos anos mais recentes – um grau de consciência de seus participantes, de que a realidade que os cerca e oprime pode ser controlada e modificada através de sua própria intervenção**⁵⁰⁴ (grifo nosso).

Não se trata propriamente de uma declaração, mas de um documento de circulação interna referente ao “Programa Atendimento à População Infantil de 0 a 6 anos através

⁵⁰³ “Deputado vê ‘ação do SNI’”. *FSP*, 26/08/1981, p.12.

⁵⁰⁴ Programa Atendimento à População Infantil de 0 a 6 anos através da Rede de Creches do Município de São Paulo, 1980, p.2. *Apud* GOHN, Maria da Glória. *O Movimento de luta por creches em São Paulo: reconstrução histórica e algumas considerações teóricas*. 5º Encontro Anual da ANPOCS, Friburgo, 1981.

da Rede de Creches do Município de São Paulo”, de 1980. A avaliação, nele contida, opõe-se radicalmente àquelas presentes nas declarações oficiais apresentadas até aqui. A julgar pelo posicionamento do então prefeito Reynaldo de Barros em relação ao MCV, é plausível concluir que a compreensão demonstrada neste documento representou, de fato, uma exceção; ou ao menos, que não foi devidamente considerada pelo alcaide. A *posteriori*, podemos constatar também que tal avaliação se aproximou mais da realidade vivenciada na época, incluindo as preocupações do autor que, grosso modo, se confirmariam com os saques e quebra-quebras de abril que estremeceram a cidade de São Paulo, em 1983.

É importante ressaltar que a representação comum estabelecida em torno da imagem de um movimento de “inocentes úteis”, utilizada pelo Estado para negar, ao MCV, sua legitimidade enquanto interlocutor político não ficou restrita a esta coletividade, tampouco ao seu período de existência – ela tem origem em processos históricos anteriores e reminiscências que podem ser observadas ainda hoje. Ademais, este imaginário comum não foi importante apenas para subsidiar as decisões dos agentes que compunham o governo – negando e, ocasionalmente, negociando com o MCV –, igualmente o foi para a produção da noção de culpa do movimento e, conseqüentemente, na legitimação das violências praticadas pelo aparato repressivo estatal, como abordaremos na terceira seção deste capítulo.

3.2 A negociação (ou o teatro e contra-teatro)

A afirmação, no início deste capítulo, sobre o papel efetivamente secundário que a negociação desempenhou na relação entre Estado e MCV não reduz a importância de sua investigação, ainda mais se levarmos em consideração que ela foi constantemente almejada pelo movimento ao longo de sua trajetória. Antes de prosseguirmos a análise sobre como se deram as escassas ocasiões de efetiva negociação entre os dois polos, é indispensável elucidar o que pretendemos afirmar com este termo em um contexto, indubitavelmente, autoritário como aquele dos anos 1970. Esta proposição está inserida, parcialmente, no recente movimento historiográfico que busca investigar as relações entre o Estado e os movimentos sociais para além da perspectiva do confronto, com o intuito de compreender como o regime militar brasileiro tentou construir uma “base de legitimidade”, sem a qual dificilmente teria permanecido 21 anos no poder. Ridenti, com

base na assertiva weberiana de que a dominação só alcança alguma estabilidade apenas se não se restringir ao uso da força, demonstrou que:

A relação entre dominantes e dominados, mesmo em regimes autoritários, deve ser compreendida não só com base no confronto, mas também na negociação, ou ao menos em concessões aos adversários, sem as quais não se constrói uma base de legitimidade. Negociar e conceder implicam reconhecimento do outro levando em conta a oposição, que assim precisa ser entendida em seu encadeamento com a situação⁵⁰⁵.

No entanto, analisar estas relações, especialmente no caso dos movimentos populares, exige a “acuidade do olhar do historiador”, definida por Thomson como a necessidade de “virar de cabeça para baixo os conceitos brandos das autoridades dominantes para examinar o que contém no fundo”. Caso contrário, correríamos o risco de construir uma história vista [apenas] de cima. E, como exemplifica o autor: muitas vezes, “o que é [visto de cima] um “ato de doação” é [a partir de baixo] um ato de conquista”⁵⁰⁶. Desta forma, não se trata de pensar aqui as iniciativas de diálogo propostas pelo MCV como tentativas de “negociações a portas fechadas” como investigou Kenneth Serbin a respeito da Comissão Bipartite, tampouco apresentar “provas do clientelismo e das noções instrumentais de direitos e política dos movimentos populares”, como concluiu parte dos pesquisadores dos anos 1990. Entendemos as negociações e concessões, por parte do MCV e do Estado, como uma relação, grosso modo, de “teatro” e “contrateatro” entre dominantes e dominados e que acabava por moderar as ações de ambos, nos termos propostos por Thompson⁵⁰⁷.

É sob este entendimento que afirmamos que o MCV sempre buscou “negociar” com o Estado a realização de suas mobilizações e o atendimento as suas reivindicações. Desde o envio da carta das mães da periferia, em 1973, o MCV reconhecia que a responsabilidade pela situação da alta do custo era do governo; todavia, isto não implicava no questionamento de sua legitimidade para resolver a situação. Por mais que Plínio de

⁵⁰⁵ RIDENTI, Marcelo. “As oposições à ditadura: resistência e integração”. In: REIS FILHO, Daniel et al. (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.30.

⁵⁰⁶ THOMPSON, E. P. 2002, *Op. cit.*, p.68.

⁵⁰⁷ Conforme proposto pelo autor em: THOMPSON, E. P. 2002, *Op. cit.*, p.49-65.

Arruda Sampaio⁵⁰⁸ tenha certa razão ao considerar simplista a tese de que entregar uma reivindicação às autoridades era uma forma de reconhecer a legitimidade destas, a análise do material produzido pelo MCV indicou que esta não foi a única forma pela qual o movimento demonstrou não questionar tal legitimidade. Como discutido no primeiro capítulo, até 1979, a definição de que os seus atos seriam “contra o governo” era expressamente recusada pelos integrantes que recolhiam assinaturas, e até mesmo por setores da coordenação central que buscavam combater aqueles que achavam que deveria colocar “abaixo a ditadura” como reivindicação do movimento – obviamente que, para os participantes do MCV que já possuíam trajetória de militância política anterior, tal rejeição era, antes de tudo, uma questão estratégica e de sobrevivência.

As mulheres e homens que formaram o MCV iniciaram sua atuação nos bairros organizando-se em torno de reivindicações locais (sistema de esgoto, luz elétrica, asfaltamento, etc.) que eram, frequentemente, levadas aos órgãos municipais e estaduais acompanhadas de abaixo-assinados. Por isso, encaminhar suas demandas ao presidente representava apenas a transposição, para a esfera federal, de uma prática já desenvolvida desde o início do movimento. Por outro lado, reconhecer a legitimidade do governo como interlocutor político jamais significou adentrar ao jogo de interesses e clientelismo, praticado por uma parcela significativa das SABs – das quais o MCV buscou se distanciar por representarem a noção que o movimento tinha do que era “fazer política”⁵⁰⁹. Não era incompatível, portanto, defender a necessidade de organização e participação popular, ainda que para cobrar medidas de “autoridades” que assumiram seus postos sem a referida participação. Uma definição deste arranjo, no imaginário do MCV, pode ser ilustrada pela “poesia do Custo de Vida”, que estampava alguns boletins do movimento:

Meu pai é Deus
Meu representante é o presidente
Se nós não tomarmos uma atitude
O que será da gente?⁵¹⁰ (**grifo nosso**).

⁵⁰⁸ O autor atribuíra este pensamento aos “puristas” e “revolucionários de salão”. In: “Exercício da pressão popular (Plínio de Arruda Sampaio)”. *O São Paulo*, 26 de agosto a 1 de setembro de 1978, p.7. Consultada em: Doc. 63, Pasta 31, Caixa 8. Fundo CMZS, CEDEM.

⁵⁰⁹ SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.311-312.

⁵¹⁰ “Poesia sobre o Custo de Vida”, de autoria de Orlando, utilizada no Folhetim “O Custo de Vida”, do Setor Interlagos, 1978. In: Doc. 2, Pasta 25, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

A mudança desta concepção, a partir de 1979, não foi resultado somente da alteração hegemônica processada no movimento discutida no primeiro capítulo. Igualmente, ela foi consequência das experiências frustradas de negociação do movimento com o Estado, sobretudo para aqueles que permaneceram nele, apesar de seu progressivo esvaziamento. Os confrontos vivenciados com as autoridades – como a recusa de receber o movimento, na proibição e repressão de assembleias, nas acusações ao movimento, etc. – foram a “fonte de politização”⁵¹¹ do MCV.

Contudo, a trajetória do MCV não foi marcada apenas por “confrontos” – que decorreram mais da postura autoritária do Estado do que de uma suposta posição de franco enfrentamento do movimento. Quando foram concedidas as primeiras declarações sobre o MCV, por ocasião do convite de autoridades para o lançamento do abaixo-assinado em março de 1978, a voz de um representante do governo, o deputado Alcides Franciscato (ARENA-SP) destoou das repostas irônicas dos ministros – mais do que isso, as criticou:

Não é com ironia ou menosprezo que iremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dar um pouco de esperança ao povo que recorre ao Governo Federal, nesta campanha de carestia, lançada em São Paulo. Há que responder a esse apelo com providências no campo salarial e no âmbito do controle de abastecimento e de preços – e não temos dúvidas de que o nosso Presidente Ernesto Geisel irá sensibilizar-se com o problema. Desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lançamos, finalmente, uma palavra de bom senso aos órgãos responsáveis, para que não vislumbrem nesta campanha anticarestia um aspecto de simples subversão da ordem constituída. Esperamos que nossas autoridades vejam nesse movimento o clamor desesperado de nossos populares pressionados pela fome, pela doença e pela desesperança, e adotem as medidas que forem possíveis para amenizar essa caótica e triste situação⁵¹².

Evidentemente, esta defesa do MCV corresponde a uma exceção em meio as tantas críticas citadas anteriormente; todavia, ela não foi a única. Além de convidar parlamentares da ARENA para todas suas assembleias, o MCV sempre buscou o apoio dos prefeitos e governadores para suas campanhas. Na maior delas, em agosto de 1978,

⁵¹¹ SADER, Eder. 1988, *Op. cit.*, p.223. O autor argumenta que a politização ocorria “na medida em que há confronto com as autoridades, e não uma demanda clientelista”.

⁵¹² Discurso pronunciado em 14/03/1978 no Congresso Nacional, publicado no Diário da Câmara dos Deputados, em 15/03/1978, p.595.

chegou a ser recebido, no Palácio dos Bandeirantes, pelo chefe da casa civil, Afrânio de Oliveira (o governador não se encontrava em São Paulo), que não apenas subscreveu o abaixo-assinado, como ainda declarou apoio oficial do Governo do Estado ao ato, embora tenha confirmado que o governador não poderia comparecer ao ato na Praça da Sé porque estaria presente na Festa do Peão Boiadeiro, em Barretos-SP, mas que mandaria um representante. Ele ainda considerou o MCV “uma beleza que precisa ser prestigiada. [Pois] as senhoras não são subversoras”⁵¹³.

Este “apoio”, que posteriormente acabou sendo retirado pelo governador, não altera o papel secundário que iniciativas como esta tiveram na postura do Estado diante do MCV, mas é ilustrativo da dificuldade que a postura moderada do movimento causava aos agentes que compunham o governo para justificar sua negação. Tal dificuldade se manifestou, mais claramente, na negociação para liberação da Assembleia da Praça da Sé que seria realizada, em 27 de agosto de 1978, para entregar as 1.400.000 assinaturas de sua campanha. Diante da proibição, o movimento não buscou o “enfretamento a qualquer custo”; ao contrário, tentou obter a liberação com o prefeito, governador e, até mesmo, com o secretário de segurança pública e o diretor do DEOPS-SP. Esta posição do MCV impunha também uma certa moderação, ou ao menos colocava obstáculos, para que os agentes do Estado recorressem explicitamente ao aparato repressivo – recurso empregado para impedir manifestações públicas; inclusive àquela que acontecera um dia antes, na mesma praça, contra a prisão de membros da Convergência Socialista.

Cumprе destacar a justificativa apresentada, em reunião com o MCV, pelo Secretário de Segurança Pública Cel. Ênio Viegas, juntamente com o diretor do DEOPS-SP, Romeu Tuma, para proibir o uso da praça. Segundo eles, a interdição do local se dava não em razão do MCV, mas sim porque ali existia uma estação do metrô. “É uma *questão de segurança*” (grifo nosso) – declarava o secretário; esclarecendo, ainda, que na capital havia 128 praças (escolhidas pela própria Secretaria e listadas na Portaria DGP nº15 de agosto de 1978) onde poderiam ser realizados comícios, desde que autorizados pelo DEOPS. Contudo, o MCV não poderia utilizá-las já que não era um partido político. Ao final, Viegas e Tuma, de maneira contraditória, mantiveram a proibição da praça, mas asseguraram não haver problemas na realização do ato na Catedral – localizada na mesma

⁵¹³ Declaração publicada em “Afrânio apoiou e Setúbal disse não ao movimento”. *FSP*, 17/08/1978, p.15.

praça. Obviamente, o apoio da Igreja Católica à realização do ato, materializado pela ação do bispo Dom Mauro Morelli (representante da Arquidiocese enquanto Dom Paulo Evaristo Arns encontrava-se no Vaticano participando do conclave que elegeria o papa João Paulo I), foi importantíssima para estabelecer uma correlação de forças que compeliu o Estado a ceder sua posição inicial de proibição total ao Ato.

Sem desconsiderar o papel preponderante da postura repressiva no episódio de agosto de 1978, uma situação que evidenciou o limite de reprimir declaradamente o MCV ocorreu dois dias antes do Ato, quando uma comissão do movimento colhia assinaturas na praça da Sé e foi surpreendida pela polícia que – tal como ocorreria no dia 27 – cercou a praça com homens da cavalaria e cães pastores, recolhendo panfletos e listas dos abaixo-assinados. Pouco depois, o comandante da tropa diz ter recebido “ordens superiores” para retirar seus homens afirmando que havia ocorrido, na verdade, um “*mal-entendido*”, pois tinha recebido denúncias de distribuição de “panfletos subversivos” – o que, como pôde constatar, não era verdade. Ao final, o comandante concluiu: “Prefiro enfrentar um batalhão de gladiadores do que dez mães com suas crianças”⁵¹⁴.

Estas pequenas concessões do Estado também influenciavam na moderação das ações do MCV. Desde o lançamento do abaixo-assinado, em março de 1978, eram coibidas tentativas de exibição de faixas contra o regime e promoção de passeatas aos finais das reuniões, atribuindo tais iniciativas a setores do movimento estudantil. Este discurso – não tão distante daquele utilizado pela polícia para justificar a repressão ao ato – foi, **parcialmente**, reverberado, pelo MCV, nas declarações da coordenação central sobre o episódio. Embora fosse veemente em classificar as “autoridades federais, o governador e o Secretário de Segurança” como “principais responsáveis” pelas violências praticadas contra os manifestantes; a nota sublinhava o “outro lado da moeda que se não fosse aquele grupo de estudantes, o objetivo das autoridades, que é intimidar o povo, não teria sido atingido”⁵¹⁵. Também setores do Movimento Estudantil reiteravam o discurso de que “foram grupinhos que fizeram aquilo”⁵¹⁶ como já citado no primeiro capítulo.

Nem mesmo a brutal repressão ao ato alterou a posição do MCV de buscar ser recebido pelo “presidente”. Poucos dias após o violento episódio da praça da Sé, uma

⁵¹⁴ Declaração publicada em “Segurança só permitirá ato público na Catedral”. *FSP*, 26/08/1978, p.9.

⁵¹⁵ Declaração publicada em “Uma exigência que vai à Brasília”. *O São Paulo*, 2 a 8 de setembro de 1978, p.9.

⁵¹⁶ Declaração publicada em “Estudantes lamentam erros”. *OESP*, 29/08/1978, p.16.

comissão de 21 pessoas, eleita pelo movimento, foi à Brasília entregar os abaixo-assinados que o as autoridades se recusaram a receber (ou enviar representantes) em São Paulo. No Congresso, na tentativa de serem recebidos pelo “presidente” Ernesto Geisel, a comissão buscou o diálogo não apenas com parlamentares da oposição, mas também com agentes que compunham o governo, como o Ministro-chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, deputados e senadores da ARENA: Jarbas Passarinho (ARENA-PA), Marco Maciel (ARENA-PE) e Petrônio Portella (ARENA-PI)⁵¹⁷. Com este último, a comissão chegou a negociar uma reunião com um assessor direto do “presidente” que só não ocorreu porque, ao chegarem ao Palácio do Planalto, o grupo preferiu não entrar do que escolher cinco representantes (entre os 21) para serem recebidos, alegando que “todos haviam sido escolhidos para aquela tarefa e trabalhavam juntos”⁵¹⁸. Este desfecho demonstra que o movimento, embora quisesse negociar, não estava disposto a tomar decisões contrárias ao seu conjunto de valores comuns que estabeleciam que todos ali eram igualmente “moralmente legítimos” para entregar o abaixo-assinado.

Com o processo de reorientação do movimento, a partir de 1979, o MCC passou a questionar legitimidade do governo, incorporando oficialmente a luta “pelo fim do regime militar”⁵¹⁹ às suas reivindicações. Ainda assim, o movimento continuou ponderando suas ações de acordo com a postura – cada vez menos aberta ao diálogo – de agentes do Estado. Na realização do Dia Nacional de Luta Contra a Carestia, em agosto de 1979, setores do movimento que criticavam a Igreja Católica como um fator limitante às mobilizações que impediam, inclusive, que passeatas ocorressem em assembleias do ano anterior; se viram compelidos a cancelar a “passeata das panelas, marmitas e mamadeiras vazias”, prevista para aquele dia, para evitar a possibilidade – que teria se materializado em ameaça⁵²⁰ – de que se repetissem as violentas cenas de 1978; tendo corroborado esta decisão também a visível redução participantes (de mais 20.000 para aproximadamente 5.000 pessoas) em relação ao último ano.

Por seu turno, também os agentes do Estado se viram forçados a moderar suas ações. Não obstante a reivindicação pelo fim do regime militar – ausente em 1978 quando

⁵¹⁷ Nomes citados em depoimentos publicados em UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.128-130.

⁵¹⁸ Conforme relato de Ophélia Alves, em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004.

⁵¹⁹ “Manifesto do Povo Contra a Carestia”, 26/08/1979. Doc. 8, Pasta 26, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

⁵²⁰ A deputada Irma Passoni informou que a “passeata das panelas, marmitas e mamadeiras vazias” não ocorreria em decorrência das chuvas – mas revelou, posteriormente, ao jornal O São Paulo, que havia recebido um telefonema, do diretor do DEOPS-SP, alertando-a que: “se houver passeatas, vamos reprimir”.

o ato foi reprimido – desta vez, a polícia não proibiu o uso nem ocupou a praça pelo MCC. Em agosto de 1979, a correlação de forças entre Estado e oposição já havia se alterado substancialmente – resultado das diversas mobilizações ocorridas no ano anterior, entre as quais a do próprio MCV, e, principalmente, dos metalúrgicos no ABC e em São Paulo – e reprimir sumariamente o MCC poderia desgastar, ainda mais, a imagem de abertura que o governo buscava construir. Esta ponderação tinha, evidentemente, seus limites e, por isso, não permitiu a realização de uma passeata de mais de 5.000 pessoas pelas ruas do centro de São Paulo; mas foi suficiente para impedir que o grupo de aproximadamente 500 pessoas (a maioria formada por estudantes, segundo a imprensa) que saiu em passeata, fosse reprimido – algo impensável um ano antes.

A partir de 1981, MCC de São Paulo teve seu poder de mobilização drasticamente reduzido; o que pode ser explicado, também (mas não somente) pelas transformações estruturais já discutidas no primeiro capítulo, e que levaram a adoção de posturas mais arrojadas sem que houvesse bases dispostas a mobilizarem-se por elas. Entretanto, isto não significou que o movimento deixou de ser levado em consideração nas decisões de agentes de Estado. Impulsionado pelos intensos acontecimentos de Salvador, o MCC fez da luta contra a alta das tarifas de ônibus, seu eixo mobilizador. Através dele, recuperou, parcialmente, sua visibilidade na cena pública (e a atenção do aparato repressivo), organizando sucessivas idas e protestos no gabinete do então prefeito Reynaldo de Barros, com o intuito de barrar o aumento – que já havia sido adiado. Diante deste cenário, e temendo protestos, em São Paulo, semelhantes aqueles da capital baiana, o alcaide foi compelido a contrariar os empresários do setor que aguardavam um aumento de Cr\$22,00 para Cr\$33,00, fixando a nova tarifa em Cr\$25,00. Por mais que o prefeito se vangloriasse de ter sido o responsável por tal atitude, consideramos que a negociação que resultou na “redução do aumento” das tarifas é ilustrativa das poucas ocasiões onde o MCC foi capaz de obter concessões do Estado, as quais ele não estaria disposto a abrir mão.

Assim, como intentamos demonstrar, o MCV buscou, ao longo de sua trajetória, “negociar” com o Estado – nos termos esclarecidos nesta seção – a realização de suas mobilizações e o atendimento às suas reivindicações. As escassas ocasiões em que estas negociações resultaram em “conquistas” do movimento reforçam a conclusão de que tais iniciativas tiveram um papel efetivamente secundário em suas relações com o Estado. Contudo, isto não minimiza o fato de que elas foram, constantemente, almejadas pelo movimento e influenciaram a moderação de suas ações, assim como daquelas de agentes

do Estado – nos casos expostos acima. Ademais, a representação do MCV enquanto um movimento de infiltrados desempenhou uma função importante na postura de negociação por parte de agentes do Estado, pois era através da reiteração desta imagem que justificavam sua recusa em receber e negociar com o movimento.

3.3 A repressão

Sem desconsiderar a existência das violências “simbólica”⁵²¹ e sistêmica que as camadas populares são submetidas cotidianamente, mas que ultrapassam os limites desta pesquisa; nos concentramos na análise daquelas praticadas por agentes do aparato repressivo do Estado contra o MCV, em nome do combate a desordem política e/ou social⁵²². Embora negassem a legitimidade do movimento enquanto interlocutor, ridicularizando-o em alguns momentos e relegando, ao segundo plano, iniciativas de diálogo; isto não impediu que agentes do Estado adotassem também uma postura repressiva em suas relações com o MCV. Tal postura se materializou, principalmente, por duas formas: através da violência física propriamente dita e prisão dos participantes do movimento; e pela vigilância de agentes infiltrados do DEOPS-SP nas reuniões e manifestações públicas do movimento.

No primeiro caso, não obstante as já citadas limitações que o Estado possuía para reprimir sumariamente o MCV – como fizera e continuaria fazendo com outros movimentos sociais do período – elas não foram suficientes para impedir que este comportamento prevalecesse no momento de maior destaque do MCV na cena pública: o Ato da Praça da Sé, em 27 de agosto de 1978. Antes mesmo de recorrer à violência física, agentes do Estado já haviam empreendido esforços para impedir a realização do ato. Além da já discutida proibição da Praça da Sé, foi denunciado pelo MCV que, às vésperas do evento, parte das empresas de ônibus, que haviam sido contratadas para transportar moradores da periferia cancelaram os contratos, alegando “ordens da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC)”⁵²³; e também que, no dia do ato, os ônibus

⁵²¹ Ver mais em: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 10ªed, 2007.

⁵²² Aquino ressalta que apesar das estreitas margens que separam os crimes “comuns” daqueles considerados “políticos”, os últimos se referem a “crimes contra o Estado que, em determinados momentos e em países específicos, podem ser chamados de crimes contra a ‘segurança nacional’”. In: AQUINO, Maria Aparecida de et al. (orgs.). 2001, *Op. cit.*, p.16.

⁵²³ “Será hoje o ato contra a carestia”. *FSP*, 27/08/1978, p.31.

que levavam participantes do MCV do interior para a Capital foram impedidos, ainda na estrada, de prosseguirem viagem pelos policiais rodoviários⁵²⁴. Ainda na manhã do dia 27 de agosto, um forte esquema policial, composto por tropa de choque, cavalaria e cães pastores, ocupou a região da Praça da Sé, solicitando a identificação de todos que chegavam para o ato, impedindo, assim, que as pessoas que chegavam atrasadas de se aproximarem da Igreja. Como é possível observar nas imagens do filme “A luta do povo” (1980), os policiais recolheram exemplares de jornais distribuídos pelo MCV – os mesmos que haviam sido considerados não-subversivos no “mal-entendido” ocorrido dois dias antes – nas escadarias da Catedral, alguns tentaram inclusive adentrar ao prédio, sendo expulsos por Dom Mauro Morelli⁵²⁵.

Todos estes “esforços”, embora tenham contribuído para que o ato não tivesse uma adesão ainda maior, não foram capazes de impedir sua realização dentro dos limites “negociados” entre o MCV e o Estado. No entanto, quando buscou-se ultrapassar tais limites com a tentativa – iniciada por setores do movimento estudantil, mas que parecem ter contado com a adesão de parte considerável do público presente⁵²⁶ – de permanecer nas escadarias da Catedral e ocupar a praça, agentes do Estado não hesitaram em recorrer à violência física propriamente dita, reprimindo brutalmente o ato, com o uso indiscriminado de bombas de efeito moral em meio à multidão formada, também, por crianças e idosos. Mesmo após a praça ser evacuada, a polícia ainda continuou perseguindo e agredindo manifestantes pelas redondezas para impedir qualquer tentativa de passeatas. Os efeitos desta ação truculenta podem ser constatados pelas dezenas de feridos – entre os quais se encontrava um garoto de 16 anos que passava pelo local e, após ser atingido por uma bomba, quase ficou cego⁵²⁷. Sobre as bombas de efeito moral, utilizadas indiscriminadamente pela polícia, repórteres que cobriam o ato denunciaram que elas estavam com o prazo de validade vencida⁵²⁸. A propósito, nem os repórteres presentes escaparam imunes à repressão, como denunciado pela nota do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo:

⁵²⁴ “Mais de um milhão contra a carestia”. *Assuntos (Suplemento de artigos do Jornal Movimento)*, set/1978, p.3.

⁵²⁵ “Não permito nenhum policial na Igreja”. *FSP*, 28/08/1978, p.9.

⁵²⁶ Como indicam as cenas registradas pelos documentaristas Renato Tapajós, em “A luta do povo” (1980), e Roberto Gervitz e Sérgio Toledo, em “Braços cruzados, máquinas paradas” (1979).

⁵²⁷ “Bombas, o meio para dispersar participantes”. *FSP*, 28/08/1978, p.9.

⁵²⁸ Declaração publicada em “Fora da garantia”. *FSP*, 28/08/1978, p.9.

O fotógrafo Walter Avancini, da revista 'IstoÉ', foi detido por agentes do Deops depois que tentou fotografar de perto alguns cavalheiros da PM. Dois agentes seguraram o profissional, espancaram-no e com empurrões levaram-no até a Veraneio, onde inutilizaram todo o filme de sua máquina. Um outro fotógrafo, Henrique Pessoa, do jornal 'O Trabalho', tentou aproveitar a cena de violência para tirar umas fotos e sofreu a mesma punição, ficando sem o único filme que dispunha para operar e tomou alguns empurrões⁵²⁹.

Para tentar atenuar o impacto da repercussão negativa – ainda que o governador a tenha definido como “normal”⁵³⁰ – gerada pela brutal repressão ao ato, o Departamento de Polícia Federal, por telefone, proibiu as emissoras de rádio e televisão de veicularem notícias sobre as “manifestações públicas, classistas e declarações de membros da Cúria”, de acordo com a denúncia do Sindicato dos Jornalistas⁵³¹. A justificativa utilizada por agentes do Estado para negar a legitimidade do MCV enquanto interlocutor político e atribuir pouca importância às suas iniciativas de diálogo, também foi reiterada pelo Coronel Álvaro Braga, responsável pela operação, para justificar o uso da força policial contra os participantes do MCV.

Enquanto o Movimento era apenas do Custo de Vida, nós nos mantivemos a distância, mas os slogans e as faixas que surgiram não diziam respeito ao Custo de Vida e notamos uma nítida infiltração de elementos da tendência estudantil “liberdade e luta”, e foi isso que justificou nossa ação, pois a concentração começava a ganhar um caráter muito perigoso [...] quando soltamos as bombas não havia nem crianças nem velhos; os que se encontravam sentados eram homens e mulheres, jovens de ambos os sexos, principalmente, estudantes, que logo deixaram o local. Não ficou ninguém lá, pois se fossem velhos e crianças, não tinham deixado o local tão rapidamente⁵³².

Além da violência física, outra forma pela qual a postura repressiva do Estado se materializou em sua relação com o MCV, foi pela prisão de participantes do movimento. Somente na Assembleia da Praça da Sé, em 27 de agosto de 1978, foram 13 detidos pelo DEOPS-SP⁵³³ sob a acusação, revelada pelo Coronel Braga, de “dirigirem ofensas aos

⁵²⁹ Nota publicada em “Sindicato protesta contra a violência policial na praça”. *FSP*, 28/08/1978, p.9.

⁵³⁰ Declaração publicada em “Governador acha que repressão foi normal”. *FSP*, 29/08/1978, p.10.

⁵³¹ Declaração publicada em “Ludwig: há uma lei para manifestações”. *OESP*, 29/08/1978, p.16.

⁵³² Declaração publicada em “Braga explica ação da Polícia”. *FSP*, 28/08/1978, p.9.

⁵³³ Informação nº 402/08/1978. Doc.6, “Pasta 94 - Movimento Contra Carestia (1978-1981)”, OS1019. Série Delegacia de Ordem Social. Fundo DEOPS-SP.

militares em serviço”. Pouco dias antes, na madrugada de 11 de julho, 7 pessoas foram detidas por “afixar cartazes alusivos à ‘Jornada Contra a Carestia’ e ‘Movimento do Custo de Vida’ em muro da sede do Corpo de Bombeiros, na nova Praça da Sé”⁵³⁴. Já em 1981, contrariando a relativa maior liberdade de manifestação proporcionada pela “abertura”, duas mobilizações do MCC contra a alta da tarifa dos ônibus terminaram com a prisão de seus participantes. Na primeira delas, em 31 de outubro de 1981, 3 pessoas foram detidas por “incitação pública” em uma feira-livre da zona leste, pois, como descrito pelo policial, estavam “convidando todos para o Movimento Contra a Carestia conforme panfletos apreendidos, [utilizando] também um gramofone com amplificador conforme auto de exibição e apreensão”⁵³⁵. Dias depois, em 5 de novembro, 11 pessoas foram detidas por “distribuírem panfletos protestando contra a integração obrigatória dos ônibus e pedindo o congelamento das tarifas”⁵³⁶ – duas reivindicações do MCC – na inauguração da estação de metrô Tatuapé, também na zona leste.

Mais do que a quantidade de episódios que resultaram na prisão de participantes do MCV – quatro ao longo de uma trajetória de quase dez anos – chama atenção as justificativas apresentadas para as detenções que demonstram a dimensão que estratégias relativamente simples utilizadas pelo movimento, como a distribuição de panfletos e a colagem de cartazes, poderiam adquirir no contexto autoritário do regime militar. É possível, ainda, identificar um perfil comum na origem social da maioria dos detidos: entre os 34 presos (liberados após prestarem esclarecimentos), 32 declararam⁵³⁷ suas profissões, que se dividem nas seguintes “categorias”: 17 estudantes universitários; 4 desempregados; 3 comerciantes; 3 médicos; 2 professores; 1 jornalista; 1 empregada doméstica e 1 balconista. Somando-se as “profissões” que podem ser atribuídas, genericamente, às camadas médias da população (estudante universitário; médico; jornalista e professor), ao menos 23 (dos 34) detidos eram provenientes de tais camadas. Este perfil contribui para a compreensão do imaginário que orientou as ações de agentes do aparato repressivo do Estado em suas relações com o MCV, a saber, o de um “movimento de inocentes úteis”, facilmente manipulados por “infiltrados”.

⁵³⁴ Relatório sem nº, de 11/07/1978. Pasta 98, Dossiê 50-C-022-11137. Série Dossiês. Fundo DEOPS-SP.

⁵³⁵ MSG nº4102. Pasta “Movimento do Custo de Vida (1981-1982)”, OP0979. Série Delegacia de Ordem Política. Fundo DEOPS-SP.

⁵³⁶ “Dops prende 11 por distribuir panfletos”. *FSP*, 06/11/1981, p.12.

⁵³⁷ As duas exceções se referem a um jovem menor de 18 anos sem profissão identificada; e um adulto classificado apenas como “presidente da SAB”.

Ações tão ou mais violentas foram adotadas contra os MCCs criados, a partir de 1980, em outras cidades e estados do país. Ainda que a análise destes eventos não seja possível devido aos limites do recorte espacial desta pesquisa, destacamos os casos já citados de Brasília-DF, em agosto de 1980; e Salvador-BA, em agosto de 1981, onde, os quebra-quebras e a intensa repressão policial deixaram, em apenas um dos vários dias de violência, “48 pessoas feridas [...] [entre elas um estudante baleado que ficou na UTI] 54 presos e danos em mais da metade da frota de 1.500 ônibus de Salvador”⁵³⁸. Além destes, foram encontradas referências ao emprego da violência e prisões em Belo Horizonte-MG⁵³⁹, em setembro de 1981, e São Luís do Maranhão-MA, em novembro do mesmo ano, onde mais de 5 mil pessoas foram violentamente expulsas da Assembleia Legislativa do Estado, pela polícia, enquanto protestavam pela revogação do aumento das tarifas de ônibus⁵⁴⁰.

No caso de São Paulo, entretanto – sem minimizar a brutalidade das ocasiões em que o emprego da violência física se fez presente – a forma mais recorrente pela qual a postura repressiva se manifestou foi através da vigilância de agentes infiltrados do DEOPS-SP nas reuniões e manifestações públicas do movimento. Foram 48 eventos observados entre 1977 e 1982 na seguinte disposição: 1 em 1977; 23 em 1978; 5 em 1979; 10 em 1980; 8 em 1981; 1 em 1982.

As primeiras referências à preocupação do aparato repressivo estatal com o MCV remetem a 1973, quando o movimento não utilizava este nome e encontrava-se em formação no interior de Clubes de Mães da região Sul de São Paulo. Ana Dias afirmou que ela e outras mulheres foram questionadas, em seu bairro, por “pessoas estranhas”, sobre “quem eram as cabeças que fizeram a carta das mães da periferia”⁵⁴¹ recém-enviada ao Congresso Nacional, em outubro de 1973. A participante também relatou a presença de “policiais e agentes infiltrados”⁵⁴² na Assembleia no Colégio Santa Maria, em março de 1976. Além dela, uma participante do Clube de Mães do bairro de Figueira Grande (zona sul), mencionou que o operário Teófilo, do Sindicato dos Metalúrgicos de São

⁵³⁸ “Violência e depredações continuaram em Salvador”. *FSP*, 22/08/1981, p.11.

⁵³⁹ “Em BH, Dops liberta 16 manifestantes”. *FSP*, 02/09/1981, p.13.

⁵⁴⁰ “PM invade Câmara de São Luís”. *FSP*, 26/11/1981, p.9.

⁵⁴¹ Conforme relato publicado em: DOMEZI, Maria Cecília. 1997, *Op. cit.*, p. 163. Segundo a participante, as mulheres respondiam que as cabeças eram “Nós, as mulheres da periferia. A vida tá ruim pra todas, não tem uma cabeça”.

⁵⁴² Relato de Ana Dias, em entrevista concedida à Moara Passoni, em 2004.

Paulo, foi questionado, em interrogatório sob torturas na OBAN, sobre a carta de 1973 que ele teria lido em uma reunião do sindicato⁵⁴³.

Por sua vez, os primeiros registros do DEOPS-SP sobre o MCV datam de 6 agosto de 1977⁵⁴⁴ quando agentes do órgão vigiaram a reunião que elegeu a coordenação central do movimento. É possível que, com a digitalização do Fundo DEOPS-SP, futuras pesquisas encontrem referências à preocupação do órgão com os Clubes de Mães (nos quais o MCV surgiu), ainda na primeira metade da década de 1970. Por ora, a ausência de registros (nas três séries documentais pesquisadas) não apontam nessa direção. Ao contrário, a declaração de Aurélio Peres, presente nos autos de seu interrogatório **sob tortura**, indicam que a admitida participação de Aurélio, em meados de 1972, nas reuniões da favela do “Buraco Quente”, organizadas pelo Monsenhor Ângelo Gianola para discutir a renovação progressista da Igreja, só mereceu atenção do órgão pela referência ao Padre Giulio Vicini e Iara Spadini (“ambos já processados pela Justiça Militar”). Igualmente, o reconhecimento de que sua esposa, Maria da Conceição Peres fazia parte do “‘Clube de mães’ que funciona junto a paróquia de Piraporinha, em Santo Amaro, tendo apenas cunho de assistência social”⁵⁴⁵, não foi motivo de qualquer investigação ou referência posterior do órgão.

Apesar das divergências a respeito do início da vigilância do DEOPS-SP sobre o MCV, o conteúdo do relatório de 1977 se aproxima daquele expresso nas questões de “pessoas estranhas” relatadas por Ana Dias; pois, suas observações se limitam a identificar a participação de representantes do “Movimento Estudantil, Sindicatos, Partidos, Pastoral Mundo do Trabalho, OAB, Movimento de Direitos Humanos, Movimento Feminino Pela Anistia, FNT”⁵⁴⁶, na reunião que se formou a coordenação central do MCV.

A primeira avaliação a considerar o MCV como uma possível “frente de oposição ao governo” data de 4 de janeiro de 1978. Trata-se de um relatório elaborado pelo SNI – difundido a outros órgãos da comunidade de informações, inclusive o DEOPS-SP – sobre um boletim do MCV de outubro de 1977. Assim como parte considerável dos relatos

⁵⁴³ Conforme depoimento (anônimo) concedido a Uytdenbroek, publicado em: UYTDENBROEK, Xavier. 1987, *Op. cit.*, p.34-35.

⁵⁴⁴ Relatório nº249/77, de 06/08/1977. Pasta 53, Dossiê 50-J-000-5478. Série Dossiês. Fundo DEOPS-SP.

⁵⁴⁵ Auto de qualificação e de interrogatório de Aurélio Peres, junto à Delegacia Especializada de Ordem Social, em 25/09/1974, 15pgs. Prontuário 1100: Prontuário de Aurélio Perez. Fundo DEOPS-SP.

⁵⁴⁶ Relatório nº249/77, de 06/08/1977. Pasta 53, Dossiê 50-J-000-5478. Série Dossiês. Fundo DEOPS-SP.

produzidos pelo órgão paulista, o documento da agência federal – um indicativo da relevância do MCV – tem um caráter excessivamente descritivo⁵⁴⁷, dedicando a maior parte de seu conteúdo a sintetizar as informações presentes no boletim e, principalmente, destacar os possíveis grupos que participavam do movimento. Em seu último item, admite não dispor de maiores informações sobre a amplitude do movimento, mas alerta que:

Se houver um apoio substancial das entidades e movimentos acima mencionados, bem como do Cardeal ARNS, impulsionador de setores esquerdistas e contestadores, admite-se que o ‘Movimento do Custo de Vida’ venha a se constituir em mais uma frente de oposição do Governo⁵⁴⁸.

Embora não tenha sido elaborado por agentes do DEOPS-SP, esta avaliação foi importante para consolidar a interpretação que seria, constantemente, reiterada pelos agentes do órgão paulista em seus relatórios de que a definição do MCV como um movimento de oposição – apesar do próprio movimento, naquele momento, recusar este rótulo – estava condicionada a participação e apoio de agentes externos (representantes dos DCEs da PUC e da USP; do MDB; FNT; MFPA e o Cardeal Dom Paulo Arns). Além disso, este relatório do SNI influenciou no aumento da demanda por mais informações sobre o MCV e, conseqüentemente, na intensificação da vigilância sobre ele. Após este documento, o número de reuniões do MCV, observadas pelos agentes do DEOPS-SP, saltou de 1, em 1977, para 23, em 1978.

A partir de então, os relatórios produzidos e armazenados pelos agentes do DEOPS-SP cumpriram sua função imediata de registrar, praticamente, tudo o que se passava nas reuniões e assembleias vigiadas. Entre as referências comuns nestes registros, podemos citar a quantidade de participantes, nomes, palavras de ordem, mensagens das faixas, endereços, entre outros elementos que permitissem a identificação de pessoas ou coletividades presentes. Estas anotações, mesmo aquelas aparentemente inofensivas como a leitura de um depoimento ou a simples presença de um participante na reunião, eram arquivadas e poderiam ser recuperadas para produzir a noção de culpa de um

⁵⁴⁷ Um exemplo do caráter essencialmente descritivo da maior parte dos relatórios produzidos por agentes do DEOPS-SP encontra-se disponível no Anexo 7 desta dissertação.

⁵⁴⁸ Relatório procedente do Sistema Nacional de Informações (SNI) enviado ao DEOPS-SP, em 4 de janeiro de 1978. Doc. 5. “Pasta 94 - Movimento Contra Carestia (1978-1981)”, OS1019. Série Delegacia de Ordem Social. Fundo DEOPS-SP.

indivíduo. Fico referiu-se a este procedimento como “reiteração”, avaliando-o como a principal técnica de inculpação utilizada por agentes da Comunidade de Informações. Ela consistia, resumidamente, em:

Lançar uma primeira dúvida, baseada em indício aparentemente insignificante, que, posteriormente (mesmo anos depois), poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém. Uma visita, por exemplo, que um cidadão fizesse a outro – este último ‘tido como comunista’ – era uma informação ciosamente arquivada e que, futuramente, podia ser usada como ‘agravante’ de um uma presumível afronta aos ditames da segurança nacional⁵⁴⁹.

Nas descrições elaboradas pelos agentes, é possível identificar como a culpa atribuída ao MCV, que o definia como movimento de oposição ao governo, era dividida entre seus participantes. Grosso modo, são estabelecidos dois papéis que eram cumpridos por grupos socialmente distintos: as “pessoas simples” e os “contestadores infiltrados” que desempenhavam as funções de serem inocentes úteis e manipuladores, respectivamente.

Contrariamente a algumas declarações de agentes do governo onde o primeiro grupo sequer fazia parte do MCV, prevalecem nos relatos de agentes do DEOPS-SP os registros de reuniões e assembleias do movimento que contavam com a presença “em sua maioria constituída de pessoas de pouco recursos”⁵⁵⁰; “a maioria vinda de paróquias da periferia”⁵⁵¹; “entre mulheres e crianças como maioria”⁵⁵². Tais registros eram seguidos de diferenciações, com os outros grupos presentes nas assembleias, apontadas pelos agentes a partir da observação das roupas e, principalmente, pela linguagem utilizada nos depoimentos e trocas de experiências que marcavam as reuniões e assembleias do movimento. Um relato representativo nesse sentido, foi realizado pelo agente que vigiava um dos quatro locais onde se realizou o “Protesto das Panelas Vazias”, na Igreja Matriz de São Miguel Paulista (zona leste), em 29 de outubro de 1978. Após uma descrição

⁵⁴⁹ FICO, Carlos. Como eles agiam. *Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.100.

⁵⁵⁰ Relatório nº67/78, sobre reunião do MCV na Igreja de Santo Antônio, na Vila Ré (zona leste), em 05/03/1978. Pasta 74, Dossiê 50-Z-000-14345. Série Dossiês. Fundo DEOPS-SP.

⁵⁵¹ Relatório nº58/78, sobre a Assembleia no Colégio Arquidiocesano, em 12/03/1978. Pasta 74, Dossiê 50-Z-000-14350. Série Dossiês. Fundo DEOPS-SP.

⁵⁵² MSG nº690-79, sobre Comissão do MCV no gabinete do prefeito, em 20/09/1979. Pasta “Movimento Contra a Carestia (1979-1981)”, OP0977. Série Delegacia de Ordem Política. Fundo DEOPS-SP.

inicial, o agente constatava que “o salão estava literalmente tomado com pessoas de origem humilde, podendo se notar, nitidamente, a diferença delas com os integrantes das equipes de organização”. Esta “origem humilde” também era referida, com menosprezo, pelo agente a respeito das falas dos participantes:

A oradora (pessoa bem inculta) que falou em nome da comissão que esteve em Brasília, fez um relato minucioso da “via crucis” em busca de audiência com o Presidente da república. [...] **Todos os demais oradores falaram em linguagem simples e às vezes até hilariante**, dos problemas e dificuldades que o trabalhador enfrenta com o minguado salário para se defender da alta do custo de vida⁵⁵³ **(grifo nosso)**.

Tratamento díspar recebiam os “responsáveis pelo movimento (Arquidiocese de São Paulo)” por seu “toque de organização” sentido nas assembleias, e os pronunciamentos de operários de opositores à direção do Sindicato dos Metalúrgicos, considerados “dignos de nota”. Algo raro nos relatórios do DEOPS-SP sobre o MCV, o agente elaborou ainda uma “conclusão” de suas observações onde afirmou que:

A falta de liderança nessa reunião, com a ausência de nomes de projeção no mundo católico e acrescido a precariedade do local, com sistema de som bastante deficiente, aliado ao calor incomodativo, devido ao grande número de pessoas em ambiente fechado, **tornaram a assembleia bastante desconfortável e até mesmo menos produtiva, em termos de depoimento e objetividade.** Não fosse a qualidade da presença, isto é, **70% das pessoas foram aliciadas e trazidas, com prévio trabalho de conscientização, em cada local de origem.** Assim é que, a maioria presente já representava praticamente os engajados acentuadamente no Movimento, daí a sua grande capacidade de compreensão e tolerância, sem contar a outra parte que ali estava por questão de oportunidade (por exemplo: divulgadores de candidatos do MDB, comissões de grevistas, etc.)⁵⁵⁴ **(grifo nosso)**.

Nesse caso, diferentemente de grande parte dos relatórios onde a presença de pessoas “mais importantes” (ligadas às oposições institucional e clandestina, aos setores progressistas da Igreja Católica e aos sindicatos) tomava o centro das observações, foi a ausência delas que chamou atenção do agente, tornando a assembleia – para além da

⁵⁵³ Informação sem nº, de 30/10/1978. Pasta 93, Dossiê 21-Z-014-5703. Série Dossiês. Fundo DEOPS-SP.

⁵⁵⁴ *Idem*, p.1.

insalubridade do local e de defeitos no sistema de som – “menos produtiva em termos de depoimento e objetividade”. Nestes apontamentos finais, o autor retomou sua avaliação inicial sobre a presença de pessoas de origem humilde, calculando-a em torno de 70%. Todavia, tal presença se explicaria porque teriam sido “aliciadas e trazidas, com prévio trabalho de conscientização, em cada local de origem”.

Referências semelhantes são expressas, entre outros, no já referido caso do agente que relatou ter recebido, em sua casa, duas senhoras que divulgaram o abaixo-assinado do MCV. Após tentar descobrir, “sem êxito”, quem era o líder de tal movimento, o agente concluiu que aquelas mulheres, “juntamente com os alunos do Mobral (alunos estes que quase não sabem ler e são influenciados pelo tal movimento) são condutoras e utilizadas como propagadoras”⁵⁵⁵.

Assim, os agentes não negavam a participação de pessoas de “origem humilde” – aquelas que mais sentiam o custo de vida, como lembrava o MCV em sua documentação – no movimento; ao contrário, até 1980, reconheciam que elas representavam, frequentemente, a maioria dos presentes nas reuniões e assembleias vigiadas. Entretanto, nos relatórios, sistematicamente, produzidos e armazenados por agentes do DEOPS-SP, estas “maiorias” são descritas como elementos passivos, em um cenário no qual eram sempre facilmente influenciados, utilizados. A participação de pessoas com outras origens sociais e com trajetória política anterior ao MCV, não era analisada, pelos agentes, nos termos da construção coletiva ou apoio ao movimento – como buscamos demonstrar no primeiro capítulo –, mas sim como manipulação. Mesmo quando a possibilidade de discordâncias no interior do movimento foi considerada – o que deveria sinalizar que pessoas que iniciavam sua trajetória política no MCV eram capazes de posicionar-se politicamente e não serem somente um elemento passivo e ludibriado pelas lideranças –, tais disputas eram pensadas como conflitos restritos aos infiltrados entre si, como ocorreu, em 1980, quando o órgão concluiu que a direção do MCC havia passado *das mãos* da Igreja Católica para a de “esquerdistas e subversivos infiltrados”⁵⁵⁶.

O emprego desta compreensão binária da sociedade entre subversivos e inocentes úteis é considerado por Fico como um dos pilares da Divisão de Segurança e Informações

⁵⁵⁵ Informe nº059/A2/IV COMAR. Pasta 75, Dossiê 50-Z-000-14388. Série Dossiês. Fundo DEOPS-SP.

⁵⁵⁶ Informação sem nº, 11/08/1980. Pasta Movimento Contra Carestia (1978-1981), OP0977. Série Delegacia de Ordem Política. Fundo DEOPS-SP. Disponível também no Anexo 15 desta dissertação.

(DSI), analisada pelo autor, e que subsidiava a tomada de decisões do alto escalão das autoridades brasileiras:

Para um membro da comunidade de informações, nunca era surpreendente encontrar indícios desabonadores quando se investigava alguém. Supunha-se que uma conspiração insidiosa estava em curso (justamente a ‘escalada do movimento comunista internacional’) e que ela era capaz de envolver incautos, considerados ‘inocentes úteis’⁵⁵⁷.

É difícil precisar quando este imaginário passou a ser evocado, pelos agentes do DEOPS-SP, mas localizamos indícios de que ele era reiterado também em sua análise sobre outros movimentos populares que emergiram nos bairros periféricos de São Paulo. Um pedido de busca ao órgão, solicitado pelo Centro de Informações do 2º Exército, revela que, em agosto de 1980, já era um *dado conhecido* – sem informar desde quando – o “trabalho subversivo desenvolvido por militantes esquerdistas junto às Associações de Favelas, grupos de bairros e outros”, que seria denominado como “Trabalho de Bairro (TB)”⁵⁵⁸. O documento avaliava que este “tipo de trabalho de massa” vinha obtendo êxito e era efetuado da seguinte forma:

Tal atividade é exercida através da infiltração de militantes esquerdistas nas associações comunitárias, onde passam a agir, inicialmente, como defensores das reivindicações populares visando angariar a confiança dos associados e moradores. Em seguida, esses ativistas procuram assumir a liderança das entidades, fortalecer sua receita financeira e expandir o trabalho de agitação e propaganda⁵⁵⁹.

Antes, em agosto de 1979, os movimentos que resultavam destes “trabalhos de bairro” já eram considerados, por agentes do DEOPS-SP, sob a perspectiva de “Movimentos de Massa (MM)”. O uso desta “denominação clássica” era justificado pelo agente, em seu relatório, pela conjuntura da época onde seria “praticamente impossível a separação dos movimentos político-sociais em setores, pois que, estes avançam

⁵⁵⁷ FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.100.

⁵⁵⁸ Pedido de busca nº215-80-E2.3, de 12/08/1980. Pasta “Sociedade Amigos de Bairro (1967-81)”, OP1127. Série Delegacia de Ordem Política. Fundo DEOPS-SP.

⁵⁵⁹ *Idem*, p.1.

perfeitamente sincronizados”⁵⁶⁰. A mencionada dificuldade de separar os movimentos sociais em setores também ocorreu na classificação elaborada por agentes sobre o MCV. Os documentos produzidos e apreendidos pelo DEOPS-SP eram separados, no caso da Série Dossiês (a maior do órgão), por um complexo código alfanumérico – decifrado por Aquino⁵⁶¹ – e que continha, como um de seus elementos, os *setores* que correspondiam, de uma maneira geral, ao setor da sociedade ao qual se referiam. No caso do MCV, mais da metade (177) de suas 308 remissões documentais foram classificadas com a letra Z que compreendia a preocupação com a “vigilância a setores não especificados”, ilustrando a dificuldade que o órgão possuía com o “enquadramento social” deste e de outros movimentos do período. Das 131 remissões restantes, 104 foram classificadas pela letra C que compreendia a preocupação “com a vigilância às atividades desenvolvidas pelos estudantes e intelectuais”⁵⁶² – refletindo a já discutida preocupação do órgão com o papel “manipulador” destes grupos no interior do MCV.

Para além desta dificuldade de classificação, os Movimentos de Massa eram avaliados, naquele momento, como encontrando-se em fase de “pregações ideológicas”, visando, inicialmente, “indispor a população contra as autoridades constituídas, atribuindo-lhes toda culpa pela atual crise que atravessa o país” para que pudessem, ao final, conscientizar a população da “necessidade de derrubada do regime vigente e a instalação de um governo popular”⁵⁶³. Apesar das mudanças estruturais e crises internas que o MCC vivia em 1979, a expectativa dos agentes, em torno de suas mobilizações, o elegiam como um dos sete movimentos de massa mais relevantes a serem observados no segundo semestre daquele ano – que incluíam ainda: “Movimento Estudantil; Movimento da Área do Ensino Oficial; Movimento da área da Saúde; Movimento pela Anistia, Direitos Humanos e Comissão de Justiça e Paz; Movimento de Criação de Novos partidos

⁵⁶⁰ Relatório sobre Movimentos de Massa, 13/08/1979. Pasta “Movimentos de São Paulo (1979-1979)”, OP0993. Série Delegacia de Ordem Política. Fundo DEOPS-SP.

⁵⁶¹ “Os assuntos tratados em cada pasta desta série são expressos por meio de um código alfanumérico composto de três elementos (número-letra-número)”. Tais elementos correspondiam, respectivamente, as “famílias” (subdividas em subfamílias), “setores” e “sentido cronológico”, ou ainda, “uma combinação dos dois primeiros elementos”. Para explicação mais detalhada sobre o código e suas implicações, ver: AQUINO, Maria Aparecida et al. (orgs). 2002, *Op. cit.* p. 32-43.

⁵⁶² *Idem*, p.36.

⁵⁶³ Relatório sobre Movimentos de Massa, 13/08/1979. *Op. cit.*

políticos e Movimento Sindicalista”⁵⁶⁴. A respeito especificamente do MCC, o relatório trazia o seguinte prognóstico:

MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA - A Cúria Metropolitana, com o apoio dos diversos setores de oposição ao regime, programou para o dia 26 de agosto p.f. às 15 horas na Praça da Sé, a manifestação das panelas, marmitas e mamadeiras vazias. **Por atingir especificamente a população humilde, o movimento tende a crescer**⁵⁶⁵ (grifo nosso).

A expectativa dos agentes sobre o crescimento do MCC não se cumpriu. Pouco mais de um ano depois, não foram as grandes concentrações como aquela da Praça da Sé em 1978 que colocaram obstáculos aos agentes do órgão paulista no cumprimento de seu “ofício”, e sim o progressivo esvaziamento do movimento. Em novembro de 1980, agentes registraram a decepção de uma das coordenadoras do MCC pelo “não-comparecimento do mínimo esperado (1 a 2% dos 6.000 panfletos distribuídos)” em uma reunião na zona leste com a presença de apenas 20 pessoas. Acrescentando, ainda, que foi difícil manter a discrição inerente às suas funções, pois “em consequência do reduzido número de participantes e sendo os mesmos conhecidos entre si, nossa presença estava em evidência, sendo motivo de comentários entre os mesmos”⁵⁶⁶. Reiteramos que o não cumprimento dos percursos imaginados – nesse caso, por agentes do DEOPS-SP – para o MCC apenas realça a importância que as imagens que orientaram tais expectativas tinham para os atores em questão. Novamente, a “população humilde” foi considerada o alvo das “pregações ideológicas” dos “diversos setores de oposição ao regime” que a manipulariam para que atribuíssem, às autoridades, a culpa da crise do país – como se qualquer iniciativa coletiva de pessoas oriundas das camadas populares, para discutir e reivindicar soluções para seus problemas, tivesse como explicação irrefutável, a manipulação de infiltrados; em suma, como se estas pessoas não pudessem ser “sujeitos de sua própria história”⁵⁶⁷.

⁵⁶⁴ *Idem*, p.1.

⁵⁶⁵ *Idem*, p.3.

⁵⁶⁶ Info sem nº, sobre reunião na Casa de Cultura da Vila Prudente, 23/11/1980. Pasta “Movimento Contra a Carestia (1979-81)”, OP0977. Série Delegacia de Ordem Política. Fundo DEOPS-SP.

⁵⁶⁷ Variações desta expressão tem presença constante no material produzido pelo MCV ao longo de sua trajetória. Doimo analisou esta mensagem como a metáfora empregada pelos “novos” movimentos sociais para designar o “novo tempo” que instituíam. In: DOIMO, Ana Maria. 1995, *Op. cit.*, p.73-94.

Por fim, é preciso salientar que identificar o recurso a um imaginário comum, entre os agentes do DEOPS-SP, que dividia os participantes do MCV, de acordo, principalmente, com a sua origem social e experiência política pregressa entre “inocentes úteis” e “contestadores infiltrados”; não significa dizer que o regime militar não se utilizou de seu aparato repressivo para prender, torturar e assassinar pessoas oriundas das camadas populares. Ainda que, no caso do MCV, a violência física propriamente dita não tenha sido a principal forma pela qual a postura repressiva do Estado se materializou (mas quando o fez, não poupou forças como se viu na Assembleia da Praça da Sé, em 1978), isto não reduz o impacto [cada vez mais investigado] da repressão cometida por agentes do Estado, durante o regime militar, contra trabalhadores, sindicalistas, camponeses, entre outros “grupos” dito marginalizados como indígenas e homossexuais⁵⁶⁸. É emblemático, nesse sentido, o assassinato do operário e militante do MCV, Santo Dias da Silva, pela polícia militar, em 30 de outubro de 1979, durante um piquete em uma fábrica da zona sul de São Paulo. A militância sindical também foi um dos elementos que motivou a prisão de operários que moravam nos mesmos bairros periféricos onde o MCV surgiu. Os autos do interrogatório de Aurélio Peres – preso, em 1974, sob a alegação de sua “militância na organização subversiva APML, por ser remanescente de um grupo de subversivos”⁵⁶⁹ – demonstram que, mesmo nos casos onde a violência explícita foi empregada, o imaginário de “inocentes úteis” também se fez presente; como podemos observar pela comparação de suas respostas com quatro (das 15 registradas) questões elaboradas pelos agentes da turma de interrogatório preliminar ‘C’:

Declara que sempre fez seu trabalho imbuído de boas intenções procurando ser útil a todos, mas reconhece que foi utilizado por elementos mal-intencionados que até chegaram a leva-lo a militar na organização da APML e o pouco tempo dessa militância só serviu para atrapalhar sua vida. Não agiu corretamente. Deveria ter pensado melhor ou ter procurado informar-se com pessoas mais entendidas do assunto. Somente depois de sua prisão é que pensou mais seriamente e percebeu onde tinha entrado, mas já era tarde demais. Não conhece os líderes da APML e tem dúvidas quanto as suas capacidades se fossem colocados a dirigir os destinos da nação. Observou que os militantes de organizações de esquerda estão longe da

⁵⁶⁸ Ver principalmente: BRASIL. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Vol.2. Brasília: CNV, 2014.

⁵⁶⁹ Auto de qualificação e de interrogatório de Aurélio Peres, junto à Delegacia Especializada de Ordem Social, em 25/09/1974, 15pgs. Prontuário 1100: Prontuário de Aurélio Perez. Fundo DEOPS-SP.

realidade nacional. Em seu poder, nenhum material subversivo foi encontrado. Nada mais disse nem lhe foi perguntado⁵⁷⁰ (**grifo nosso**).

1- Após sua prisão, você teve tempo de refletir. Faça uma auto-crítica da sua vida, como militante da organização; 2- Você acha que agiu corretamente ao se integrar na organização? Caso positivo, você voltará militar nessa ou noutra organização? Por que?; 3- Algum dia você pensou em ser preso, cumprir longos anos de prisão, em deixar seus entes queridos numa eterna angústia, em decorrência de seus atos?; 11- Quais os erros que observou nas organizações de esquerda? Se tivesse poder de decisão, quais medidas que adotaria para corrigi-los?⁵⁷¹

Longe de representar a expressão do pensamento de Aurélio, uma vez que esta declaração foi obtida através de interrogatórios que desrespeitavam tanto os Códigos Penais quanto os Direitos Humanos⁵⁷², consideramos que ela buscava atender as respostas “aguardadas” pelos agentes; revelando, portanto, indícios do imaginário construído por eles a respeito da participação política de pessoas provenientes das camadas populares. Deste modo, assim como ocorria nas observações sobre os participantes do MCV, são reiteradas as imagens de um indivíduo simples, “imbuído de boas intenções”, que procurava ser “útil a todos”, mas que deveria “ter procurado informar-se com pessoas mais entendidas do assunto” para que não fosse *levado* a militar por “elementos mal-intencionados”. Neste caso, porém, tais imagens não foram suficientes para impedir que o “personagem” fosse preso e violentamente torturado.

⁵⁷⁰ Auto de qualificação e de interrogatório de Aurélio Peres, junto à Delegacia Especializada de Ordem Social, em 25/09/1974. *Op. cit.*

⁵⁷¹ “Declarações que presta de próprio punho, Aurélio Peres, a turma de interrogatório preliminar ‘C’ do dia 19/20 de setembro de 1974. In: Pasta “Dossiê sobre Aurélio Perez”, OS1312. Série Delegacia de Ordem Social. Fundo DEOPS-SP.

⁵⁷² O desrespeito aos códigos penais se dava pela “duração do interrogatório, horário em que eram feitos, presença de testemunhas”, enquanto a desconsideração dos Direitos Humanos ocorria através de “torturas físicas e psicológicas”. In: GERTZ, René; BAUER, Caroline. 2009, *Op. cit.*, p.177.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual crise econômica vivenciada pela sociedade brasileira, observamos o símbolo da “panela vazia” emergir, novamente, no imaginário coletivo. Porém, ressignificada, principalmente – mas não apenas – por setores das camadas médias e altas que as empunham em suas varandas, não para reclamar que não tem o que pôr nelas (como bradava o MCV), mas para calar os pronunciamentos oficiais do governo na televisão. Diante deste cenário, é fundamental a investigação da tradição, na qual o MCV está inscrito, de revoltas populares contra a elevação do custo de vida, para refletirmos sobre as respostas possíveis, construídas a partir das experiências de mobilizações populares como aquelas do MCV nos anos 1970 e 1980.

O MCV surgiu no interior dos novos Clubes de Mães que se formaram, no início da década de 1970, como um dos resultados do “movimento” de renovação progressista da Igreja Católica que, em São Paulo, envolveu um conjunto de ações denominado “Operação Periferia”. Mais do que uma matriz discursiva, a instituição foi a própria condição de materialidade dos Clubes de Mães e, posteriormente, do MCV. O papel fundamental desempenhado por grupos ligados à Igreja, até o fim de 1978, fez com que a atuação de outros grupos, ainda na formação do movimento, fosse desconsiderada; sendo reconhecida somente a partir de 1979 e utilizada para demarcar o fim do movimento em decorrência de sua apropriação por agentes externos a ele.

Buscamos, nesta dissertação, identificar e problematizar a presença de outros grupos ainda na formação do MCV, ligados aos partidos e organizações clandestinas de esquerda (principalmente aquelas que gravitavam em torno do PC do B); à luta sindical (sobretudo às Oposições Sindicais); e, após 1977, a setores do movimento estudantil. Esta presença, ao longo da trajetória do movimento, foi compreendida por agentes do Estado a partir da reiteração de imagens que caracterizavam o MCV como um movimento de “inocentes úteis”, facilmente manipulado por “contestadores infiltrados”. Tal imaginário orientou a postura de agentes que compunham o governo para negar – inclusive pelo uso da ironia e menosprezo – a legitimidade do movimento enquanto interlocutor político e, relegar, ao segundo plano, iniciativas de “negociação” almejadas pelo MCV. Igualmente, os agentes do aparato repressivo recorreram a este imaginário para legitimar suas ações manifestadas através da violência física propriamente dita, da prisão de participantes do

movimento e – de forma mais recorrente – da vigilância de agentes infiltrados do DEOPS-SP nas reuniões e manifestações públicas do movimento.

Rejeitando este discurso dominante – que negava a capacidade de organização coletiva de pessoas oriundas das camadas populares que não fosse resultado da ação manipuladora de grupos com origens sociais das camadas médias e altas – entendemos a inserção de pessoas ligadas aos grupos citados anteriormente como parte integrante do processo ocorrido no início da década de 1970 (distinto daquele que marcou os anos 1960 com o ápice do “romantismo revolucionário” e a perspectiva explícita de tutela dos setores populares), nomeado por Ridenti como “ida ao povo”. No caso do MCV, apesar das diferentes visões sobre os caminhos do movimento, o êxito de sua construção coletiva foi construído a partir de um tripé que estabelecia a necessidade de morar ou desenvolver atuação nos bairros; assegurar efetivamente a participação das bases nas decisões; manter o predomínio da linguagem popular nas reuniões e no material produzido pelo movimento. As progressivas alterações nesta estrutura, a partir de 1977 com a formação da coordenação central do movimento, provocaram as disputas pela hegemonia do movimento, resultando não em seu fim, mas em uma profunda reorientação, simbolizada pela mudança de nome (MCC), em janeiro de 1979. Estas disputas, que levaram a um realinhamento na composição do movimento – até então marcada pela hegemonia de grupos ligados à Igreja e que foi substituída por grupos ligados ao PC do B – estavam integradas a um processo de reorientação mais amplo, experimentado pelas duas “instituições” a partir de 1978, que encerrou a aproximação ocorrida no início da década de 1970 entre a “justiça social” e o “maoísmo cristão”, alterando significativamente a postura de ambas em relação ao MCV. Tal processo representa, em última instância, o prelúdio da crise dos anos 1980 e 1990, entre grupos que integrariam o PT e partidos comunistas (principalmente o PC do B); crise esta que se resolveria, nos anos 2.000, com a aliança destas agremiações.

Em sua nova configuração, aqui entendida como resultado das disputas pela hegemonia do movimento e não da apropriação de agentes externos, o MCC perdeu, gradualmente, seu poder de mobilização, entre 1979 e 1982, em São Paulo. Apesar disto, continuou desempenhando um papel importante na cena pública, atestado não apenas pela “cobertura” que recebia da imprensa e do aparato repressivo estatal, mas pela sua participação nas lutas contra a alta das tarifas de transporte público; sobretudo, em outros estados do país. O fato do movimento jamais ter anunciado oficialmente seu “fim” nos

levou a escolhê-lo [arbitrariamente] a partir do último registro localizado sobre uma tentativa de manifestação – frustrada pela falta de participantes – do MCC, na mesma Praça da Sé, onde exatos quatro anos antes havia mobilizado mais de 20.000 pessoas. Além das transformações internas e externas que incidiram sobre o movimento, seu desfecho pode ser compreendido também pelo esgotamento das principais estratégias utilizadas pelo MCV – abaixo-assinados, assembleias, tentativas de entrega de cartas às autoridades – que, sem conseguir resultados “concretos” e imediatos, deram lugar a outras possibilidades de ação diante do acirramento da crise econômica em 1983, como, por exemplo, o emprego da ação direta através dos saques e quebra-quebras que, iniciados também na zona sul, estremeceram a cidade de São Paulo em abril daquele ano.

A não-obtenção de suas reivindicações imediatas, embora tenha contribuído para a perda da capacidade de mobilização do movimento, não deve ser entendida como uma derrota. A penetração social do MCV, seu destaque no processo de reocupação e repolitização das ruas, sua função de movimento-receptáculo de vários outros movimentos sociais do período (inclusive protagonizando a luta contra o arrocho salarial antes mesmo das mobilizações sindicais que marcariam o fim dos anos 1970) são algumas das conquistas do movimento que adquirem uma dimensão, ainda maior, se levarmos em conta que foram obtidas durante – para recorrermos à música de Gonzaguinha que integra a epígrafe desta dissertação – *“um tempo onde lutar por seu direito, é um defeito que mata”*. Igualmente relevante foi a recusa, das mulheres e homens que formavam o MCV, aos papéis individualizantes que o governo buscava lhes atribuir – o que incluía, no caso das mulheres, a utilização de seus sorrisos para pechinchar o preço. As representações construídas – através de múltiplas formas que valiam-se, inclusive, de uma cultura de pertencimento à oposição que era recusada nas falas de seus participantes – pelo MCV reiteravam a imagem de que sua luta contra a alta do custo de vida era coletiva; moralmente legítima e “política”. Através deste imaginário, o MCV foi capaz de promover a mobilização de camadas populares e médias contra uma das bases sobre a qual o regime buscava construir sua legitimidade: o êxito de sua política econômica materializado na imagem positiva do milagre.

Por fim, seria difícil precisar, em termos quantitativos, o alcance do MCV e de outros movimentos sociais do período nas periferias de São Paulo. Kowarick argumenta que, mesmo tendo presença marcante no cenário público, tais movimentos “organizaram efetivamente uma parcela minoritária da população”, apesar do “enorme avanço em

termos de conscientização”⁵⁷³. É, sobretudo, neste último aspecto, que acreditamos residir a maior contribuição do MCV e que o conecta com o cenário atual brasileiro. Além de uma parcela significativa dos participantes do MCV ter se convertido em liderança local nos bairros periféricos e/ou adentrado à política partidária⁵⁷⁴, as reminiscências do MCV – mais precisamente, das mobilizações dos “novos” movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 – podem ser encontradas na “explosão de atividades culturais nos últimos 20 anos” na periferia que, de acordo com D’Andrea, marcam a criação de uma nova subjetividade, a do “sujeito periférico”⁵⁷⁵: aquele que passa a agir politicamente a partir do orgulho de sua condição. Guardadas as devidas proporções, as imagens das “mães da periferia”, da carta de 1973, ainda se fazem presentes em outras lutas periféricas, como aquela empreendida, “do luto à luta”, pelas Mães de Maio⁵⁷⁶. Por outro lado, não restaram apenas heranças positivas destas lutas, como podemos avaliar pela consolidação de verdadeiras “famílias políticas” da região sul que, embora tivesse membros imbricados na formação dos novos movimentos sociais, hoje ocupam inúmeros cargos nas mais diversas instâncias de representação político-partidária (da Câmara ao Congresso) e abandonaram a perspectiva de uma efetiva participação das bases – aproximando-se mais do modelo das SABs que tanto criticaram no passado. Tais contradições fazem, das lutas dos movimentos populares das décadas de 1970 e 1980, a origem das experiências mais radicais do presente e, ao mesmo tempo, seu epitáfio⁵⁷⁷. No entanto, estas “respostas”, entre outras possíveis, não são construídas espontaneamente como uma virtude imanente das camadas populares, que poderiam justificar o caráter progressista ou retrógrado de suas ações. Assim como no caso do MCV, elas são decorrentes de um intenso processo de conscientização onde não há lugar para “inocente úteis” e “manipuladores”.

⁵⁷³ KOWARICK, Lúcio. (org.). *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p.169-170.

⁵⁷⁴ Uma parte significativa das participantes do MCV ingressou no Partido dos Trabalhadores. Ver mais em: CARLINI, Angélica Lúcia. *Mulheres de Bairro de São Paulo e o PT: política no feminino*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC-SP, 1995.

⁵⁷⁵ D’ANDREA, Tiarajú P. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 2013. O autor analisou o caráter e o alcance da ação política dos coletivos artísticos que atuam na periferia, valendo-se, entre outros da narrativa – “legitimada pela população periférica” – da obra do grupo Racionais Mcs.

⁵⁷⁶ MÃES DE MAIO. *Do luto à luta*. Santos-SP: Giramundo, Artes Gráficas, 2011.

⁵⁷⁷ Adaptação da observação do professor Francisco Alambert durante sua arguição na defesa.

REFERÊNCIAS

Fundos documentais

- Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-UNICAMP)
- Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC-PUC)
- Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP)
- Centro Pastoral Vergueiro (CPV)
- Discursos da Câmara dos Deputados, publicados no Diário da Câmara dos Deputados
- Discursos da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo
- Fundo DEOPS, localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Audiovisual

- *A luta do povo* (1980). 30'. São Paulo, produção Associação Popular de Saúde, direção Renato Tapajós, fotografia Zetas Malzoni, montagem Maria Inês Villares.
- *Braços cruzados, máquinas paradas* (1979), 79', direção de Roberto Gervitz e Sergio Toledo.
- *Campanha da pechincha* (1977). 1'18". Assessoria de Relações Públicas. Resumo: Mulheres em loja de tecido pressionam vendedor a baixar o preço.

Bibliografia

- ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964/1984)*. Bauru-SP: EDUSC, 2005.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura Imprensa e Estado autoritário (1968-78): o exercício cotidiano da dominação e resistência – O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru-SP: EDUSC, 1999.
- _____ et al. (orgs). *No coração das trevas: o DEOPS-SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo / Imprensa Oficial, 2001. v.1
- _____ et al. (orgs). *A constância do olhar vigilante: A preocupação com o crime político (Famílias 10 e 20)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. v. 2.
- _____ et al. (orgs). *O DEOPS-SP em busca do crime político (Família 50)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. v. 4.

- AZEVEDO, Jô; BARLETTA, Jacy. “O Cedem e os documentos dos clubes de mães da região sul (SP)”. *Cadernos Cedem*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, vol. 2, p.133-146.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi: Anthropos - Homem*, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p.309.
- BATISTONI, Maria R. *Confronto operário: A Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978 -1980)*. São Paulo: IIEP, 2010.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BLAY, Eva. “Mulheres e Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Anistia, Custo de Vida e Creches”. *IV Encontro Anual da ANPOCS*, Rio de Janeiro, 1980.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. “Espaço social e gênese das classes”. In: *O Poder Simbólico*, Difel, 1989. p.133-161.
- _____ “A delegação e o fetichismo político”. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.188-206.
- BRASIL. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. Versão digital, 3 volumes.
- CAMARGO, Cândido et al. *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.
- CARDOSO, Ruth C. “Movimentos sociais urbanos: balanço crítico”. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.313-350.
- CEBRAP. “Cultura e participação na cidade de São Paulo”. *Cadernos CEBRAP*, nº14. São Paulo: CEBRAP, 1973.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Trad. Ephraim F. Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CODATO, Adriano. “Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia”. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba: UFPR, n.25, 2005,p.83-106.
- _____, PERISSINOTTO, Renato. “Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.2. Brasília: UnB, jul-dez/2009, p.243-270.

- CRUZ, Heloisa de Faria. “Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo (1970/1990)”. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 48, dez/2013. p.1-28.
- DA MATA, Milton. “Controles de preços na economia brasileira: aspectos institucionais e resultados”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: IPEA, 1980. Vol. 10, n. 3, p.911-954.
- DIAS, Luciana et al. *Santo Dias: quando o passado se transforma em história*. São Paulo: Cortez, 2004.
- D’ANDREA, Tiarajú P. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 2013.
- DOIMO, Ana Maira. *A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.
- DOMEZI, Maria Cecília. *Elas ergueram as panelas – donas de casa: da luta contra o custo de vida à construção da cidadania*. Dissertação de mestrado, PUC-SP. São Paulo, 1997.
- _____. *Do corpo cintilante ao corpo torturado: uma igreja em operação periferia*. São Paulo: Paulus, 1995.
- EVERS, Tilman. “Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida”. In: MOISÉS, J. et al. *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes/Cedec, 1982. p.74-98.
- _____. “Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera de reprodução na América Latina”. MOISÉS et al. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, n.5, 1982.
- _____. “Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais”. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, vol. 2, nº 4, 1984, p. 11-23.
- FERREIRA, Cassiana. *Representações da intolerância na imprensa escrita: saques e quebra-quebras em São Paulo (abril de 1983)*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2009.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- _____. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- _____. “Ditadura militar e concordata moral”. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar/2002, p.191-199.
- _____. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*, 24/47. São Paulo: ANPUH, 2004, p.29-60.
- _____. “La classe média brésilienne face au régime militaire: Du soutien à la désaffection (1964-1985)”. *Vingtième Siècle*. n.105, jan-mars, 2010. p.155-168.
- GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GERTZ, René; BAUER, Caroline. “Arquivos de regimes repressivos, fontes sensíveis da história recente”. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 173-193.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo: Ática, 1998.
- GUIMARÃES, Antônio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HAMBURGUER, Esther. “Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano”. In: SCHWARTCZ, Lilia Moritz (org.) *História da vida privada no Brasil – vol.4*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.439-488.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, O. “Crítica a Chauí” IN: QUEIROZ, José & VALLE, Edenio (orgs.). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. p.135-139.
- IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- JACOBI, Pedro. “Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle popular vs. cooptação e clientelismo”. In: BOSCHI, Renato (org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 145-179.
- _____. “Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80”. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*. Rio de Janeiro, n. 23, 1.º semestre de 1987. p.18-34.

- KOWARICK, Lúcio. “Movimentos urbanos no Brasil Contemporâneo: uma análise da literatura”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Fev/1987, vol. 1, n.3. p.38-50.
- _____ (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Passado e Presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando (orgs.) *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LUNARDI, Rafaela. *Relatório de qualificação de Doutorado em História Social*. FFLCH-USP, 2014 (mimeo).
- MÃES DE MAIO. *Do luto à luta*. Santos: Giramundo Artes Gráficas, 2011.
- MAINWARING, Scott; KRISCHKE, Paulo (orgs.) *A Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986.
- _____. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloísa Braz. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de – “A História, cativa da memória: Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”, *Revista Inst. Est. Bras.*, 34, 1992, p. 9-24.
- MOISÉS, José A. *Greve de massa e crise política (estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo – 1953-54)*. São Paulo: Polis, 1978.
- MORAES, Dênis de. “Notas sobre imaginário social e hegemonia cultural”. *Revista Contracampo*, Rio de Janeiro: UFF-RJ, n.1, 1997.
- MUNHOZ, Sidnei. *A ordem do “caos” versus o ocaso da ordem: saques e quebra-quebras em São Paulo – 1983*. Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP, 1989.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984)*. Curitiba: Juruá, 2002. (Adaptação publicada da dissertação do autor que possui a seguinte referência: EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano de. “*Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua na Grande São Paulo (1977/1984)*”. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP. São Paulo, 1994).
- _____. “MPB: a trilha sonora da Abertura política (1975/1982)”. *Estudos Avançados*, 24 (69), 2010.
- _____. “O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica”. *Revista Contemporânea. Historia y problemas del siglo XX*, vol. 2, ano.2, 2011. p.209-217.

- NUNES, Edison. “Inventário dos quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro (1977-1981)”. In: MOISÉS, José Álvaro (org). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.92-109
- OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. *As dinâmicas da luta pela anistia na transição política*. 2014. 164 páginas. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP São Paulo, 2014.
- PEREIRA NETO, Murilo Leal. “A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a "reinvenção" da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964)”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n.1, jan/jun-2009. p.225-257.
- PERRUSO, Marco Antônio. “Em busca do “novo”: movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1970/1980”. *Perspectivas*. São Paulo, v.37, jan/jun-2010. p.249-268.
- REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
- _____ (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- _____. *Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- ROLLEMBERG, Denise. “História, Memória e Verdade: em busca do universo dos homens”. In: SANTOS, C; TELES, E; TELES, J;(Orgs.). *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. vol.2. São Paulo: Hucitec, 2009. p.569-577.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____, PAOLI, Maria C. “Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes”. CARDOSO, Ruth (org.), *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p.39-68.
- _____, PAOLI, Maria C.; TELLES, Vera da Silva. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.6, 1984. p.129-149.
- SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (orgs). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SALES, Jean R. “Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985)”. *História*, v. 26, n.2, 2007, p.344-345.

- SALLES, Paula. *Documentação e comunicação popular: A experiência do CPV*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, São Paulo, 2013.
- SECCO, Lincoln. *História do PT (1978-2010)*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.
- SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SEVILLANO, Daniel Cantinelli. *Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, juventude e o fim do regime militar (1977-1985)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, São Paulo, 2010.
- SHARPE, Jim. "A história vista de baixo". In: BURKE, Peter (org). *A escrita da História: Novas Perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992. p.39-62.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Trad. Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SINGER, Paul. *A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento*, Petrópolis, Editora Vozes, 2009.
- TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à Imprensa Feminista: A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- TELLES, Vera da Silva. *A Experiência do autoritarismo e práticas instituintes: Os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP. São Paulo, 1984.
- _____. "Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos". KOWARICK, Lúcio (org). *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.217-p.252.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. "La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?". In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1989. p. 13-61.
- _____. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.
- UYTDENBROEK, Xavier. *Movimento do Custo de Vida: um movimento que rompeu o cerco da repressão*. Dissertação de mestrado, PUC-SP. São Paulo, 1987.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Lista com 18 entrevistas realizadas por Moara Passoni, em 2004....	205
ANEXO 2 – Anúncio da campanha “Diga não à inflação”, do Conselho Nacional da Propaganda, 1973	206
ANEXO 3- 1ª Carta às autoridades: Carta das mães da periferia, em 1973	207
ANEXO 4 – 2ª Carta às autoridades: Carta sobre o custo de vida, elaborada no Ano internacional da mulher, em 1975.....	209
ANEXO 5 – 1º Abaixo-assinado do MCV, com 19.500 assinaturas, enviado às autoridades após a Assembleia do Colégio Santa Maria, em 1976	210
ANEXO 6 – Relatório do SNI enviado ao DEOPS-SP, em 1978	212
ANEXO 7 – Relatório do DEOPS-SP sobre ato do MCV no Colégio Arquidiocesano, em 1978.....	215
ANEXO 8 – 2º Abaixo-assinado do MCV, com 1.300.000 assinaturas, enviado às autoridades após o ato da Praça da Sé, em 1978	218
ANEXO 9 – Relatório do DEOPS-SP sobre as Perspectivas dos Movimentos de Massa (MM), em 1979	220
ANEXO 10 – 3ª Carta às autoridades (MCC), em 1979	226
ANEXO 11 – 4ª Carta às autoridades (MCC), em 1980	227
ANEXO 12 – Pedido de Busca do CIE ao DEOPS-SP sobre Trabalho de Base (TB), em 1980	229
ANEXO 13 – Relatório do DEOPS-SP sobre o ato do MCC, em 1978.....	231
ANEXO 14 – 5ª Carta às autoridades (MCC), em 1980	235
ANEXO 15 - Informação de agente do DEOPS-SP sobre direção do MCC, 1980...	236
ANEXO 16 - Depoimentos das cidades participantes do 1º Encontro Nacional Contra a Carestia, em São Paulo, em 1979	238

ANEXO 1 – Lista com 18 entrevistas realizadas por Moara Passoni, em 2004

	Nome	Entrevistador	Nº de arquivos (mov.) e tamanho	Tempo total da entrevista (material bruto)
1	Francisca Francisca Maria de Souza	Moara Passoni	5, totalizando 21,6Gb	1h41min30s
2	Ophélia do Nascimento Alves	Moara Passoni	1, totalizando 11,6Gb	54min35s
3	Pe. Luis Giulliani	Moara Passoni	1, totalizando 12,7Gb	59min01s
4	Ana Maria do Carmo Silva (Ana Dias)	Moara Passoni	11, totalizando 33,9Gb	2h39min08s
5	Conceição Santana de Oliveira	Moara Passoni	2, totalizando 18,5Gb	1h26min58s
6	Aurélio Peres e Maria da Conceição Peres***	Moara Passoni	7, totalizando 27Gb	2h06min55s
7	Elza (entrevistada não mencionou seu sobrenome).	Moara Passoni	5, totalizando 25,3Gb	1h58min45s
8	Cecília Hansen	Moara Passoni	14, totalizando 24,2Gb	1h53min45s
9	Ana Maria Aparecida de Abreu Guedes Pinto	Moara Passoni	6, totalizando 27,8Gb	2h10min47s
10	Irma Rosseto Passoni	Moara Passoni	9, totalizando 44,3Gb	3h24min38s
11	Maria Andrade Saraiva de Alencar	Moara Passoni	4, totalizando 20,3Gb	1h35min42s
12	Anália Pereira Alves Andreza	Moara Passoni	2, totalizando 15,7Gb	1h13min43s
13	Odete Marques	Moara Passoni	4, totalizando 19,4Gb	1h31min19s
14	Zélia Soares da Silva	Moara Passoni	3, totalizando 14,1Gb	1h06min27s
15	Yara Spadini Vicini	Moara Passoni	2, totalizando 11,1Gb	52min19s
16	Luzia Alves Basílio	Moara Passoni	3, totalizando 16,8Gb	1h18min59s
17	Antônio Alberto (Toninho)	Moara Passoni	2, totalizando 14,2Gb	1h06min46s
18	***Aurélio Peres e Conceição Peres foram entrevistados juntos.			

ANEXO 2 – Anúncio da campanha “Diga não à inflação”, do Conselho Nacional da Propaganda, 1973

Mas você pagou tudo isso, querida?

Acontece.
Você foi a uma loja, comprou um vestido que é um amor, pagou uma nota e quando chega na festinha, está lá sua pior amiga com um vestido idêntico em tudo, menos no preço.
Você, nessas alturas, só sente uma coisa: fofosa.
Vestido ou quilo de tomates, pouco importa.
Importa é a sua atitude diante de uma compra.

Compare os preços.
Recuse-se a pagar bem depressa o preço que lhe pedem. Pra não ficar um tempão se arrependendo, com esse complexo de inferioridade.
O dinheiro, pouco ou muito, está em suas mãos.
Gaste-o sempre com sabedoria. É justamente isso que o Governo quer. É só isso que seu marido pede.
A pressa é inimiga do preço bom!

Campanha de interesse público do Conselho Nacional de Propaganda e deste veículo.

*Publicada no Jornal OESP, em 9 de junho de 1973, p.4.

ANEXO 3- 1ª Carta às autoridades: Carta das mães da periferia, em 23/10/1973

(2pgs)

RESULTADO DAS PESQUISAS REALIZADAS SOBRE O CUSTO VIDA

PRODUTO	PESQUISA Nº 1			PESQUISA Nº 2		
	OUTUBRO 1972	OUT. 1973	%	OUTUBRO 1972	OUTUBRO 1973	%
FEIJÃO	2,30	6,70	191%	4,31	6,69	55%
ARROZ	1,25	2,40	92%	1,98	2,45	24%
CARNE	7,00	15,00	114%	6,81	14,22	109%
AÇUCAR	0,85	1,25	47%	0,94	1,30	38%
OVOS	1,60	3,80	137%	2,20	3,66	66%
CAFÉ	4,50	8,40	86%	4,87	8,26	70%
LEITE	0,75	1,50	100%	00,69	1,26	83%
MACARRÃO	1,26	3,30	161%	2,09	3,38	62%
PÃO	0,60	0,90	50%	0,61	0,91	50%
FARINHA	1,20	2,10	75%	1,07	1,64	53%
MARGARINA	1,10	1,90	72%	2,15	4,17	94%
OLEO	2,60	4,00	53%	2,82	4,17	48%
SABÃO	0,40	0,84	110%	0,63	1,18	87%
TOMATE	0,75	3,57	376%	1,50	2,78	85%
G S	13,80	17,00	23%	12,98	17,02	31%
BATATA	0,85	2,90	241%	1,46	3,13	114%
QUEIJO	5,36	12,00	123%	6,13	12,82	109%
TOTAL DO AUMENTO				TOTAL DO AUMENTO		
<u>120 %</u>				<u>69%</u>		

AUMENTO DO SALÁRIO - de R\$ 268,80 PARA R\$ 312,00

A PORCENTAGEM DO AUMENTO 16%

ESTA PESQUISA FOI FEITA POR NÓS MÃES - DURANTE A PRIMEIRA
QUINZENA DO MÊS DE OUTUBRO DE 1973 - EM SÃO PAULO

ANEXO 4 – 2ª Carta às autoridades: Carta sobre o custo de vida, elaborada no Ano internacional da mulher, em novembro/1975

C A R T A S O B R E O C U S T O D E V I D A

Ilmos. Srs. Presidente da Republica, Deputados Estaduais, Senadores, Governador, Vereadores, Prefeito, outras Autoridades e Povo em geral.

Somos mães de família em desespero e mais do que ninguém sentimos os preços altos dos alimentos, remédios, frutas, escola, roupas, sapatos, condução e aluguel de casa. Estamos cansados desta exploração.

Há muitas crianças por aí mal alimentadas, por isso fracas, sem poder estudar por causa da alta do custo de vida, do salário baixo e falta de vagas nas escolas.

Sendo o Ano Internacional da Mulher, nós mulheres de São Paulo nos unimos e fizemos uma pesquisa sobre o custo de vida, porque esse é um dos principais problemas do povo brasileiro.

O resultado de 2.000 pesquisas feitas por nós mostrou que nos bairros onde moramos, as famílias têm pouco mais que 5 pessoas em média, sendo que 2 trabalham e ganham juntas R\$ 1.688,53 por mês. Só com comida, gas e sabão a família gasta R\$ 992,29. Com o que sobra temos que pagar: roupa, casa, condução, remédio, material de limpeza e de escola. Desse jeito não dá mesmo.

O salário é archoado e o custo de vida sobe sem parar. De agosto de 1974 a agosto de 1975, só a comida subiu 49 %. Para conseguir sobreviver, o pai é obrigado a trabalhar quase dia e noite, faz muita hora extra e quase não vê a família. Também a mãe trabalha, muitos filhos em idade escolar têm que fazer biscoitos como: carrão na feira, engraxar sapato, vender bugigangas na rua em vez de ir à escola, e isto tudo está prejudicando nossas famílias.

Por isso, resolvemos lembrar às autoridades para controlar o aumento do custo de vida e aumentar o salário de acordo com as necessidades das famílias dos trabalhadores.

Para aguentar esta situação, nós mulheres queremos e precisamos trabalhar, mas não temos creches para deixar nossos filhos e eles ficam ou trancados dentro de casa, se queimando, se machucando, comendo sujeira ou soltos na rua sem nenhuma proteção correndo o risco de ser marginais.

E olha, não é por falta de procurar. Sabemos que em alguns bairros, já têm creches da Prefeitura; em muitos outros, vários grupos de mães já tentaram por todos os meios possíveis conseguir creche sem resultado algum.

Por tudo isto, nós abaixo-assinados, reivindicamos:

- controle do custo de vida
- melhores salários
- creches e escolas para os nossos filhos

São Paulo, Ano Internacional da Mulher, novembro de 1975

ANEXO 5 – 1º Abaixo-assinado do MCV, com 19.500 assinaturas, enviado às autoridades após a Assembleia do Colégio Santa Maria, em 1976 (2pgs)

*Doc. 011_2, Fundo ECO_PRE, CPV.

congelado e a inflação continua, atingindo índices cada vez mais elevados. A perda do poder de compra do trabalhador vem impedindo que ele receba, em troca de seu trabalho, o mínimo essencial para sobreviver.

Propomos, então, que os aumentos salariais acompanhem o aumento real do custo de vida e devolvam, pelo menos em parte, ao trabalhador, o poder de compra que há anos vem perdendo.

Considerando a alta espantosa do custo de vida nestes últimos meses, que atingiu mais de 20 %, e considerando o aumento insuficiente do salário, propomos, ainda, que seja imediatamente concedido a todos os trabalhadores, um abono de emergência de 25 %, como já vem sendo reivindicado por vários sindicatos.

3. Que as Prefeituras criem Centrais de Abastecimento nos bairros da periferia dos grandes centros urbanos.

Constatamos que nos bairros da periferia, seus moradores pagam tudo mais caro. Falta nesses bairros um sistema de abastecimento que forneça alimentos de qualidade e baratos. Centrais de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade nos bairros mais pobres, beneficiaria toda a população desses bairros. Propomos também a modificação da legislação sobre as cooperativas, no sentido de que voltem a ser isentas de impostos. Essa medida permitiria que a população organizasse suas próprias cooperativas, obtendo assim, sua alimentação a um preço mais barato.

4. Que sejam construídas creches em todos os bairros da periferia dos grandes centros urbanos.

Por tudo o que já foi dito a respeito dos problemas que a alta do custo de vida acarreta, torna-se evidente a necessidade da mulher trabalhar fora de casa para aumentar a renda da família. No entanto, isso é difícil: as mães não têm onde deixar seus filhos em segurança; ou, então, têm que pagar maior parte do que ganham para quem tome conta das crianças.

Para solução desse problema, consideramos da maior importância a construção de creches em todos os bairros da periferia.

Estas são as propostas que nós, moradores da periferia de São Paulo, apresentamos às autoridades e políticos aqui presentes, para que trabalhem no sentido de que sejam estudadas e colocadas em prática.

Assembléia sobre Custo de Vida - Junho de 1976

ANEXO 6 – Relatório do SNI enviado ao DEOPS-SP, em 4/01/1978 (3pgs)

*Doc. 5, p.3. Pasta 94 - Movimento Contra Carestia (1978-1981), OS1019. Série Delegacia de Ordem Social. Fundo DEOPS-SP.

DIRETORIA GERAL

CONFIDENCIAL

Arquivo 002/CISA

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
COMANDO GERAL DO AR
IV COMAR - ESTADO-MAIOR
2.ª SEÇÃO

DEPARTAMENTO DE AERONÁUTICA - 2.ª Seção

DEPARTAMENTO DE AERONÁUTICA - 2.ª Seção

0.5 / 03

1 - ASSUNTO: BOLETIM DO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

2 - ORIGEM: AC/SNI

3 - DIFUSÃO: DEOPS/SP

4 - DIFUSÃO ANTERIOR: A2/COMAR I-II-III-V-VI-CH/SNI-CIE-CENMAR

5 - REFERÊNCIA: INFO Nº 027/D9/CISA-BR, 04 JAN 78 ICI/DPF

6 - ANEXO:- ... Cópia em xerox do Boletim "MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA" nº 1.

A análise
publicada
12/78

NUMERAÇÃO		INFORMAÇÃO N.º 012 /A-2/IV COMAR.
M AER	PNI	

1 - "Foi distribuído à população da região leste, da capital de SÃO PAULO, o Boletim número 1 do "MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA", relativo ao mês de OUT 77, sob a forma de literatura de cordel.

2 - O Boletim registra que, desde 1973, estão sendo realizadas movimentos nacionais para a contenção do aumento do custo de vida e que, em face da insolubilidade do problema, em 1977, "muita gente começa a se reunir e organizar uma grande união" e propõe as seguintes iniciativas:

- Reunião com vizinhos para discussão do aumento do custo de vida;
- Reunião de mães "para que mais pessoas participem do Movimento do Custo de Vida";
- Reunião de setores, para que "representantes de grupos de vários bairros se reúnam para desenvolver trabalho conjunto";
- Recreios, onde se organizem "disputas contra salários e custo de vida";
- Passeios, "com teatro, músicas, tendo como tema o custo de vida e fazer sorteio de uma cesta de alimentos para conseguir dinheiro para o Movimento";
- Discussão do tema "Custo de Vida" pelos operários nas fábricas; e
- Divulgação do Movimento através de boletins e cartazes.

7/10/77 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.

ado sob n.º 106

info de livro n.º 01

1/02/78

CONFIDENCIAL

SEGUE

0958

CONFIDENCIAL

008/CISA

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

(Continuação da Informação nº 012/A-2/IV COMAR de 16 Jan 78) - fls 02 -

- 4 - Segundo o panfleto, participam do Movimento os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE), tanto da USP, como da PUC; o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representantes de bairros, a Frente Nacional do Trabalho (FNT) e o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).
- 5 - Ainda segundo o panfleto, o "Movimento do Custo de Vida" está sendo apoiado pelo Arcebispo de SÃO PAULO, D. PAULO EVARISTO ARNS; pelo Bispo da Região Leste 2 de SÃO PAULO; D. ANGÉLICO SÂNDALO BERNARDINO (radical de esquerda); pelo Bispo da região Sul de SÃO PAULO/SP, D. MAURO MORELLI e pelo Bispo da Região Sudeste de SÃO PAULO/SP, D. ANTÔNIO CELSO QUEIROZ.
- 6 - Até o presente momento, não se dispõe de outros dados sobre a amplitude do movimento em questão. Todavia, se houver um apoio substancial das entidades e movimentos acima mencionados, bem como do Cardeal ARNS, impulsor de setores esquerdistas e contestadores, admite-se que o "Movimento do Custo de Vida" venha a se constituir em mais uma frente de oposição do Governo".

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DES-
TE DOCUMENTO (Art. 12 - Dec. n.º
79.099/77 - Regulamento para Salvaguarda
de Assuntos Sigilosos).

CONFIDENCIAL

**ANEXO 7 – Relatório do DEOPS-SP sobre ato do MCV no Colégio Arquidiocesano,
em 12/03/1978 (3pgs)**

242

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

DEPENDENCIA : DIVISÃO DE INFORMAÇÕES - SE/DOPS

São Paulo, 12 de março de 1.978

RE/ 058/78

ASSUNTO: Lançamento geral de abaixo-assinado | "MOVIMENTO DO CUS-
TO DE VIDA"

Senhor Diretor Geral:

Realizou-se hoje das 15,00 às 17,15 horas, no Colégio Arquidiocesano, sito à Av. Domingos de Moraes 2565, o lançamento geral de um abaixo-assinado sob o título "MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA", patrocinado por um grupo de bispos da Igreja Católica, que reivindica em primeiro plano, "aumento dos salários", "abono salarial imediato" e "congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade". O referido abaixo-assinado ficará circulando até o mês de agosto, em colheita de assinaturas, quando será enviado às Autoridades do País.

O ato público contou com a presença de aproximadamente quatro mil e quinhentas pessoas a maioria vinda de paróquias da periferia, também, notou-se um grande número de estudantes. Foram notadas as seguintes presenças: bispo dom Mauro (Buler) da região de Santo Amaro, que representou o cardeal dom Evaristo e os bispos dom Angélico, dom Luciano e dom Antonio Celso Queiroz, afirmando estar falando em nome deles, propriamente os patronos do Movimento do Custo de Vida, o presidente do DCE da USP, e o da PUC, o representante do diretório do MDB da Bela Vista, Antonio Celso da Costa, o presidente da Frente Nacional do Trabalho, deputado Alberto Goldman, deputado Aírton Soares, João Bosco, vereador de São José dos Campos, e vários representantes de bairros da periferia.

Todo o ato público foi intercalado com músicas, canções populares "Saudosa Maloca" "Peixe Vivo" "Asa Branca" como sempre com a letra alterada como pode ser observado no documento que enviamos anexo: pela ordem usaram a palavra as seguintes pessoas: representante dos operários; Maria D. Nascimento representante das donas de casa; presidente do DCE da PUC, que leu um "manifesto dos estudantes paulistas contra a alta do custo de vida; presidente da Frente Nacional dos Trabalhadores; bispo dom Mauro (Buler) da região de Santo Amaro;

50-2-0 1435
S.O. - S.S.P. - Mod. 17

*Pasta 74, Dossiê 50-Z-000-14350. Série Dossiês. Fundo DEOPS-SP.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

DEPENDÊNCIA : DIVISÃO DE INFORMAÇÕES - SE/DOPS

- 2 -

De um modo geral as pessoas que usaram da palavra fizeram os usuais comentários em forma de depoimentos criticando o alto custo de vida, também, em sua maioria limitaram-se em enfatizar o abaixo-assinado e em reiterar o valor das reuniões públicas no sentido de mostrar ao governo uma força mais reivindicante por parte do povo. O bispo dom Mauro (Euler) ou (Borele) da região de Santo Amaro, disse entre outras coisas que "precisamos mostrar a Nação não ao Governo o que pretendemos para a melhoria do nosso povo, também, mais adiante criticou o projetado aeroporto de Caucaia, dizendo que o governo ao tempo que pretende realizar essas obras caríssimas, deveria lembrar dos trabalhadores que estão submetidos ao alto custo de vida e passando necessidades.

Observações:

a) o ato público realizou-se no pátio interno do Colégio, que ficou repleto de faixas de apoio ao movimento trazidas pelas comissões de bairros organizadas pelas paróquias, pudemos notar as faixas de representações de Ponte Rasa, Jardim Três Marias, Jardim Penha, Vila Praia, Vila Ramos, Vila São Francisco, todas em apoio ao Movimento. Também, o DCE da PUC, apresentou uma grande faixa "Apoiamos o Movimento Custo de Vida" outra faixa de destaque foi da UEE ladeada pelo desenho de duas bandeiras azuis que a caracteriza.

b) causou aplausos uma representação iniciada por um grupo de teatro que representaram uma partida de futebol em que os contendores de um lado era o custo de vida e do outro os altos custos das mercadorias, de um lado os patrões do outro os operários, um narrador da partida anunciava as altas vitórias dos gêneros suplantando os recursos e as reivindicações que o grupo que representava os operários faziam, e ao final uma vitória esmagadora de cinco a zero.

c) quando o presidente do DCE da PUC, leu o "manifesto" um pequeno grupo de estudantes abriu uma faixa com os dizeres "Liberdade e Democracia", depois de alguns minutos surgiu um pequeno incidente, porque alguns elementos pertencem-

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DEPENDÊNCIA : DIVISÃO DE INFORMAÇÕES - SE/DOPS

- 3 -

tes ao comitê de segurança, (portando bragaadeiras azuis nos braços) solicitaram àqueles estudantes que enrolassem a faixa, momento em que ocorreu protestos e vaias e o não atendimento da solicitação, ficando portanto, a faixa aberta até o fim. Para dirimir dúvidas um dos coordenadores explicou que o comitê de segurança estava agindo em atenção para evitar qualquer distorção dos objetivos daquele ato público. Observou-se ainda o seguinte: que os elementos do comitê de segurança durante a saída do pessoal, estavam aconselhando as pessoas que não participassem de eventual passeata e que fossem normalmente para casa;

d) foram distribuídos panfletos: "roteiro do Movimento do Custo de Vida", "Manifesto dos estudantes paulistas na luta contra a alta do custo de vida", "Manifesto UEE" e algumas publicações vendidas, são elas: Brasil Mulher, R\$3,00; Jornal da Vida, R\$2,00; Maria Quitéria R\$5,00; Luta Secular pela Anistia ao preço de R\$5,00

Era o que tínhamos a apresentar,
Atenciosamente.

ANEXO 8 – 2º Abaixo-assinado do MCV, com 1.300.000 assinaturas, enviado às autoridades após o ato da Praça da Sé, em 1978 (2pgs)

MOVIMENTO CUSTO DE VIDA ABAIXO ASSINADO

A S.EXCIA. O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA
AOS EXMOS: SENHORES MINISTROS
AS DEMAIS AUTORIDADES

Nós, abaixo-assinados, moradores da Grande São Paulo, resolvemos tomar juntos uma atitude diante das dificuldades que estamos passando.

Hoje em dia, o problema mais sentido por todos é a alta do custo de vida. Isso porque os salários e os pequenos rendimentos do povo sobem pela escada, enquanto o custo de vida está subindo pelo elevador. Com isso, cada vez mais o dinheiro acaba antes do fim do mês, embora todos trabalhem tanto quanto antes ou até mais.

Muitos não ganham o suficiente nem mesmo para uma boa alimentação e muitos em idade escolar são obrigados a trabalhar mais cedo, prejudicando os seus estudos.

Porém, o custo de vida não é apenas o preço da alimentação. É também tudo o que se gasta com problemas de moradia, condução, falta de escolas perto de casa, saúde, falta de água encanada e esgotos, e assim por diante. Além disso, todos nós, como seres humanos, temos direito à recreação, ao descanso, e a tudo que enriquece nossa vida e nossa cultura. E isso custa dinheiro.

Sabemos também que a grande maioria dos que trabalham na lavoura está em dificuldades porque as terras estão passando cada vez mais para as mãos de uns poucos, e o que nelas se planta, em grande parte, não se destina para a nossa alimentação e sim para a exportação, o que encarece ainda mais a nossa vida.

Porém, se essa situação que vivemos é injusta e nos tem prejudicado, existem uns poucos que estão lucrando com isso, e decidindo tudo. Somos nós que construímos o País e por isso temos o direito de melhorar de vida, de ter respeitadas nossas opiniões e de participar nas decisões sobre o que deve ser feito para resolver os problemas que estamos enfrentando. Se a situação chegou a esse ponto é porque nossos direitos não estão sendo respeitados.

O que estamos exigindo agora é parte deles:

- congelamento dos preços de primeira necessidade
- aumento dos salários acima do aumento do custo de vida
- abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores

MOVIMENTO CUSTO DE VIDA
ABAIXO ASSINADO

ANEXO 9 – Relatório do DEOPS-SP sobre as Perspectivas dos Movimentos de Massa (MM), em 1979 (6pgs)

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
3ª DELEGACIA DA DIVISÃO DE I-FORMAÇÕES - D.E.F.S.

São Paulo, 13 de Agosto de 1979.

RELATÓRIO CONFIDENCIAL

Senhor Diretor Geral:

Apresentamos a Vossa Senhoria, uma breve apreciação sobre as "PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO DE MASSA - MM".

Para o segundo semestre está prevista a intensificação das manifestações de cunho sindicalista, política, estudantil, popular, clerical e outras.

Atualmente é praticamente impossível a separação dos movimentos político-sociais em setores, pois que, estes avançam perfeitamente sincronizados, daí preferirmos a denominação clássica de MOVIMENTO DE MASSA - MM.

O objetivo final do MM é a conscientização da população para a necessidade de derrubada do regime vigente e a instalação de um governo popular.

O estágio que se encontra atualmente o MM é a fase de pregações ideológicas. Visa indispor a população contra as autoridades constituídas, atribuindo-lhes toda culpa pela atual crise que atravessa o país.

Deixamos de lado as diferenciações de linha partidária das diversas facções que compõe a esquerda brasileira para se atingir o poder, pois que atualmente há uma união de esforços para um objetivo comum que é a conscientização da massa contra o regime vigente.

Para a etapa futura, não sabemos qual a corrente que predominará; se aquela que defende a conquista do poder por meios pacíficos ou uma outra partidária de violência.

A curto prazo não acreditamos em violência generalizada, a não ser um ou outro fato isolado.

Assim, dos eventos previstos para este semestre, de maior importância, citamos:

1-MOVIMENTO ESTUDANTIL

Eleições para o DCE/USP, UEE/SP e UUE. Esta com data prevista para 3 e 4 de outubro p.f., através voto direto em urna.

A escolha da Diretoria definitiva da UUE de

continua...

Handwritten notes:
- "Movimentos" with a checkmark
- "Xerox" with a checkmark
- "D.P. OK" with a checkmark
- "2) Relatorias" with a checkmark

*Relatório de 13/08/1979. Pasta Movimentos de São Paulo (1979-1979), OP0993. Série Delegacia de Ordem Política. Fundo DEOPS-SP.

POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

3ª DELEGACIA DA DIVISÃO DE INFORMAÇÕES - D.O.P.S.

da UNE deverá ser o acontecimento mais importante dentro do ME. Esta entidade deverá ter em mãos mais de 100.000 universitários, sem dúvida o maior sindicato dentro do MM, segundo a posição da esquerda.

As entidades estudantis, apoiarão todos os atos de contestação ao regime, dando o respaldo necessário com o comparecimento maciço.

Afora isto, estão previstas manifestações meramente estudantis, com algum perigo de infiltração, como no caso do movimento de transformação do Curso de Tecnologia em Engenharia Operacional e a regulamentação dos Biomédicos.

2-MOVIMENTO NA ÁREA DO ENSINO OFICIAL

9

A APEOESP tenta levar a rede de ensino oficial para uma nova greve, porém a ação energética do Governo tem dificultado a ação do Comando Geral de Greve. Há um movimento de âmbito nacional liderado por São Paulo o qual, já programou para os dias 16, 17 e 18/11 p.f. o 1º Congresso Nacional de Professores.

A ADUSP (Associação dos docentes da USP) e a ASUSP (Associação dos servidores da USP) não conseguindo nada na última greve, tentarão novamente. A ação das autoridades tem evitado a concretização das greves.

3-MOVIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE

Há possibilidade da repetição de greves nos Centros e Postos de Saúde de todo o Estado e nos principais Hospitais, como o Hospital das Clínicas e do Servidor do Estado.

4-MOVIMENTO PELA ANISTIA, DIREITOS HUMANOS E COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ

O CEA/SP não tem conseguido motivar a população no sentido de protestar contra o projeto de Anistia do Governo. "A Anistia ampla, geral e irrestrita dos patriotas brasileiros que pegaram em armas para levantar e lutar contra os torturadores e os assassinatos praticados pelo Governo, contra a miséria, a exploração e o analfabetismo, como única alternativa possível para combater o terrorismo da ditadura militar continua..."

militar instalada no país a partir de 1964" não teve o apoio da população.

O CBA/SP procura intimidar os órgãos de segurança, exigindo através da CDDH (Comissão de Defesa dos Direitos Humanos) a apuração das "torturas", dos "assassinatos" e "desaparecimento", com punição dos autores.

A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese estará atenta às ações da Polícia, dando grande enfoque através da imprensa, visando a desmoralização dos Órgãos de Segurança.

Estas medidas visam desestimular a ação da Polícia nas manifestações do MM.

Diversas comissões de recepção à volta dos banidos e exilados deverão ser formadas, sendo que para o dia 15 de setembro p.f. está prevista o retorno de MIGUEL ARRAES, conforme comunicado do Comitê de Recepção a Miguel Arraes.

5-MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA

A Cúria Metropolitana, com o apoio dos diversos setores de oposição ao regime, programou para o dia 26 de agosto p.f. às 15,00 horas na Praça da Sé, A Manifestação das panelas, marmitas e mamadeiras vazias. Por atingir especificamente a população humilde, o movimento tende a crescer.

6-MOVIMENTO DE CRIAÇÃO DE NOVOS PARTIDOS LITICOS.

O destaque especial é pelo P.T. (Partido dos Trabalhadores) que aglutina políticos radicais do M.D.B., contestadores do regime e líderes sindicais como JOSÉ PEDRO de O-sasco e LUIZ INÁCIO, "LULA" de São Bernardo do Campo. Este deverá anunciar para dentro de 50 dias, o lançamento do P.T. na Praça da Sé.

O Deputado Federal AURELIO PEREZ do MDB propõe uma FRENTE POPULAR, onde haja uma aliança com todos os setores que estão lutando contra a "ditadura", como por exemplo, trabalhadores, estudantes, camponeses, pequena burguesia, setores liberais, etc. Essa Frente seria a resposta ao regime, no
continua...

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA fls. 4
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
3ª DELEGACIA DA DIVISÃO DE INFORMAÇÕES - D.O.F.S.

no momento, estabelecendo as metas para um Governo Provisório até a convocação de uma ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE.

7-MOVIMENTO SINDICALISTA

Líderes sindicais como BENEDITO MARCÍLIO e "LULA" defendem com insistência a estabilidade aos DELEGADOS SINDICAIS que visa quebrar a estrutura sindical tradicional. O sistema defendido por eles é a cópia do "COMISSÁRIO DE SEÇÃO DE TURIN" do comunista italiano ANTONIO GRAMSCI implantado entre 1919 e 1920.

A Comissão de Fábrica é o sindicato dentro das empresas, cujo representante, o Delegado Sindical tem estabilidade garantida por Lei, fator indispensável para atuar como instrumento organizador de greves políticas.

Recentemente, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o Projeto de Lei Federal nº 26/79 de autoria do Senador ORESTES QUERCIA, o qual propõe alterar o artigo 517 da C.L.T. (Decreto Lei nº 5.452 de 12/05/43) para criar a figura do DELEGADO SINDICAL, com imunidade assegurada pelo artigo 543 do mesmo Decreto Lei.

A figura do Delegado Sindical com estabilidade, foi imposto sem sucesso por "LULA" e Benedito Marcílio na greve dos metalúrgicos de março p.p.

Posteriormente, em maio p.p., na greve dos Jornalistas, foi lançado, igualmente sem sucesso, sob a fachada de CCRR (Conselho Consultivo de Representante de Redação) por PERSEU ABRAMO da Folha de São Paulo.

Os dissídios coletivos previstos para o presente semestre, nova tentativa de se impor o Comissariado de Fábrica aos patrões deverá ocorrer, mesmo em prejuízo aos índices dos reajustes salariais.

a)-SINDIPETRO (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo) de Campinas e Paulínea, Capua e Cubatão.

Os Sindicatos acima entregaram um memorial a classe patronal, contendo 27 itens e reivindicação salarial na base de 60% mais Cr\$. 3.000,00 fixo. O prazo para a resposta continua...

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA FJs. 5
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
3ª DELEGACIA DA DIVISÃO DE INFORMAÇÕES - D.O.P.S.

a resposta das reivindicações vence no dia 14/08/79 p.f. Caso não atendidas, acreditamos na eclosão da greve geral para o princípio de setembro.

b)-FUNCIONÁRIOS DA EBCT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos)

O Coronel OYAMA, Superintendente da EBCT em São Paulo, recebeu telegrama do Comando Geral de Greve, comunicando que a área telegráfica de São Paulo paralizará suas atividades no dia 20/08/79.

c)-TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O jornal "Folha de São Paulo", em sua edição de domingo (12/08/79), estampa reportagem sob a responsabilidade de LUIZ FÁBIO VIANI, tecendo considerações acerca da situação reinante no seio da classe trabalhadora na indústria de Construção Civil. Na edição de hoje (2ª feira) do mesmo jornal, na página de editoriais, com o título de "Será surpresa", a reportagem em apreço é, sistematicamente analisada.

A reportagem mostra a problemática que envolve os trabalhadores da Construção Civil e como adverte o editorialista, há grande risco de que problemas ocorridos em Minas Gerais, virem a se repetir em São Paulo.

d)-SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO.

Dando prosseguimento à sua campanha salarial, deverá realizar amanhã, dia 14/08, à noite, nos salões da Casa de Portugal, uma assembléia geral extraordinária da categoria. Na ocasião, deverá ser apreciada a contra-proposta patronal - [tal] documento deveria ser encaminhado aos empregados na sexta-feira última, porém, consta que isso não aconteceu). Nos meios bancários (dos empregados) fala-se muito em greve, caso suas pretensões não sejam atendidas.

e)-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO PAULO.

Hoje, 13/08, pela manhã, na sua sede, sito
continua...

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA FJs.6
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
3ª DELEGACIA DA DIVISÃO DE INFORMACOES - D.O.P.S.

sito à Rua do Carmo nº 171, teve lugar uma reunião de dirigentes sindicais da categoria, contando com a presença, além da diretoria anfitriã, dos presidentes HEIOS (dos metalúrgicos de Osasco) e EDMILSON (dos Metalúrgicos de Guarulhos) e diretores de ambas entidades. A reunião que foi assessorada por ALMIR PAZIANOTO e WALTER BARELLI, deliberou a realização de reunião setoriais até o próximo dia 19. No dia 24 do corrente, o sindicato paulista realizará sua assembléia geral extraordinária, quando será anunciado o "quantum" a ser reivindicado. Também no seio desta categoria profissional, fala-se muito em greve.

Era o que tínhamos a apresentar,
Atenciosamente.

ANEXO 10 – 3ª Carta às autoridades (MCC), em agosto/1979

Exmo. Senhor Presidente da República
General João Batista Figueiredo

Nas cidades e no campo cresce a situação de miséria do povo.

Os preços são tão altos que impossibilitam que o trabalhador tenha em sua mesa a carne, o feijão, o leite, o pão e o café.

Essa situação já vem sendo denunciada pelo povo há muito tempo.

Trabalhadores de várias categorias entram em greve para reivindicar um aumento de salário que acompanhe a alta do custo de vida.

Em São Paulo e em outros estados cresce o MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA, que organiza o protesto generalizado da população e aponta soluções.

Como se ignorasse todo esse movimento Vossa Excelência, General Figueiredo, resolve visitar feiras e centros de abastecimento, procurando demonstrar sua preocupação com a carstia de vida que flagela nossa população. E se diz assustado com o preço das coisas. E mais, fingindo desconhecer a situação e as lutas do povo, em uma entrevista ao Jornal do Brasil (dl.08.79) colocou que se existisse um movimento contra o custo de vida no país, Vossa Excelência seria o chefe e que não receberia os seus representantes porque não precisa de conselho de ninguém.

O MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA, sindicatos, associações de bairro, donas de casa, estudantes, vamos mais uma vez à Praça Pública, no dia 26 de agosto não para dar conselhos mas para exigir:

- * Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade
- * Salário Mínimo que atenda as necessidades do trabalhador e suas famílias
- * Reforma Agrária com a distribuição das terras para quem nelas queira trabalhar
- * Abono de emergência de 30% para todos os trabalhadores.

Se o Senhor Presidente diz ser o chefe do MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA, compareça dia 26 à Praça da Sé e se comprometa com nossas exigências.

MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA
agosto/79

*Doc. 53, Pasta 23, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

ANEXO 11 – 4ª Carta às autoridades (MCC), em 12/03/1980 (2pgs)

Exmo. Sr. Presidente da República
Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia
Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo
E demais autoridades,

Neste dia 12 de março de 1980, o MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA inicia mais uma luta: A CAMPANHA CONTRA OS ABUSOS DA LIGHT.

Para o povo o pagamento da conta de luz tem sido um grande problema e hoje isto se agrava ainda mais devido ao aumento abusivo que vem ocorrendo nos últimos meses. Como se não bastasse o alto preço pago pela luz, o governo, o próprio proprietário da Light, ainda cobra um inexplicável e absurdo "IMPOSTO ÚNICO", que aumenta ainda mais o valor da conta. E tem mais, se pagarmos a conta um dia depois do vencimento temos um acréscimo de 10% no valor da conta no mês seguinte, e ainda nos ameaçam com o corte do fornecimento de luz com 11 dias após o vencimento.

Nós não aceitamos que num país com tantos rios, com tantas reservas hidrelétricas, cobre-se tão caro pela luz.

Não aceitamos que o governo, que tem a responsabilidade de prestar serviços públicos faça disto uma fonte de lucros.

Não aceitamos que esta empresa pública seja tão exigente nos seus prazos, aplicando-nos multas e punições, quando ela não corresponde às nossas verdadeiras necessidades. É vale lembrar que a Light que até a pouco tempo pertencia a um grupo estrangeiro (o que não devia) foi comprada pelo governo por uma soma fantástica, quando sabíamos que o contrato de serviços desta empresa terminaria nos próximos anos, passando a ser patrimônio do país sem precisarmos pagar um tostão. Isto foi um desvio do dinheiro público para uma empresa estrangeira, que sabendo do fim de seu contrato não se preocupou em modernizar seus equipamentos, deixando no Brasil material velho. Por tudo isto exigimos:

- 1- GONÇALAMENTO DO PREÇO DA LUZ
- 2- FIM DO "IMPOSTO ÚNICO"
- 3- PRAZO DE 30 DIAS, APÓS O VENCIMENTO, PARA O PAGAMENTO DA CONTA SEM MULTA OU ACRÉSCIMO
- 4- PRAZO DE 90 DIAS, APÓS O VENCIMENTO, PARA O PAGAMENTO DA CONTA SEM CORTE DA LUZ.

Exigimos também que a Light cumpra com suas responsabilidades, atendendo a rede de luz elétrica para toda a periferia, inclusive para as favelas, sendo um relógio para cada barraco, além da iluminação pública para todas as ruas da periferia. Entendemos que essas medidas precisam ser tomadas com urgência, devido a grave situação em que vive a periferia e toda a população pobre da cidade, que está pagando um preço absurdo pela luz. E como se não bastasse, o governo já providenciou mais aumentos nas tarifas de energia elétrica, o que vai prejudicar ainda mais a vida do Povo.

Exigimos que as autoridades tomem as providências necessárias imediatamente, ou então voltaremos às ruas para fazer a devida cobrança.

Esta campanha contra os abusos da Light é mais uma bandeira de luta do Movimento Contra a Carestia. Além disto, nossa luta continua:

- PELA GONÇALAMENTO DOS PREÇOS DOS GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE
- POR UM AUMENTO DE SALÁRIOS ACIMA DO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
- POR UM AUMENTO SALARIAL IMEDIATO PARA TODAS AS CATEGORIAS DE TRABALHADORES
- PELA REFORMA AGRÁRIA RADICAL.

O Movimento Contra a Carestia convida toda população a engrossar esta luta contra os abusos da Light. Para isto é necessário que todas as entidades populares e democráticas, e o povo continuem se organizando, com espírito de luta, união e muita disposição para levar esta e outras campanhas até as últimas consequências.

MOVIMENTO CONTRA CARESTIA - SP

Adesões a Campanha contra os abusos da Light

Sindicato dos Condutores de Veículos rodoviários de São Paulo
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo
Sindicato dos Bancários de São Paulo
Associação dos Metroviários
Apeesp- Associação dos Professores do Estado de São Paulo
Associação Popular de Saúde
Comunidade Eclesial de Base- Interlagos
Sociedade de Amigos do Jardim Helena
Clube de Mães do Parque Piqueira Grande
Sociedade de Amigos de Ponte Rasa
Sociedade Amigos de Bairro Força do Povo- Itaquera
Grupo de Mães do Conjunto Prestes Maia- Cohab de Guaianases
Comitê de Deputados Populares de Vila Prudente
Movimento de Transporte de Embu e Taboão
Sociedade Amigos da favela Jardim São Marcos
Comunidade do Jardim São Marcos - Embu
Associação dos Moradores de Sapopemba e Vilas Adjacentes
Movimento de Favelas da Zona Leste- Jardim Cotinha
Movimento de Favelas do Jardim Valquíria
Sociedade Amigos do Burgo Paulista
Sociedade Amigos do Itaim Paulista
Sociedade Amigos do Jardim Silva Teles
Grupo de Rua do Cohab Itaquera
Movimento de Favelas do Jardim Monte Alegre, Jardim Maristela e Jardim Vista Linda
Comitê do Ensino Público e Gratuito de Vila Prudente
DCE- Livre da Puc- São Paulo
Centro Acadêmico Leão XIII - Puc - São Paulo
Centro Acadêmico Filosofia e Comunicação - Puc- São Paulo
Centro Acadêmico de Educação - Puc São Paulo
Deputados Estaduais de São Paulo:
Ima Passoni - André Benassi
Eduardo Suplicy - Mario Lacerda
Sergio dos Santos - Jose Bustamante
Rubens Lara - Emilio Justo
Francisco Dias- Jose Storcpolli
Luiz Máximo - José Yunes- Mauro Bragato
Celio dos Santos - Marco Aurelio Ribeiro
Antonio Resk -Aurelio Peres

CONTINUAM AS ADESÕES A CAMPANHA CONTRA OS ABUSOS DA LIGHT

**ANEXO 12 – Pedido de Busca do CIE ao DEOPS-SP sobre Trabalho de Base (TB),
em 1980 (2pgs)**

MINISTERIO DO EXERCITO
CMDO II EX — 2ª SEÇÃO

SÃO PAULO-SP, 12 AGO. 1980

PEDIDO DE BUSCA N.º 215/80/E2.3

1. ASSUNTO: TRABALHO DE BAIRRO (TB)
2. ORIGEM: CIE (P.03426/80)
3. DIFUSÃO: E2.5 - DEOPS/SP - PLESP
4. DIFUSÃO ANTERIOR:
5. REFERÊNCIA:
6. ANEXO:

DEOPS
DIRETORIA GERAL
À Divisão de Informações - CP
Em 13 de agosto de 1980
DIRETOR GERAL

Handwritten: 18/08/80

1. DADOS CONHECIDOS

a. O trabalho subversivo desenvolvido por militantes esquerdistas junto às Associações de Favelas, grupos de bairros e outros vem sendo denominado pelas organizações subversivas de TRABALHO DE BAIRRO (TB);

b. Tal atividade é exercida através da infiltração de militantes esquerdistas nas associações comunitárias, onde passam a agir, inicialmente, como defensores das reivindicações populares visando angariar a confiança dos associados e moradores. Em seguida, esses ativistas procuram assumir a liderança das entidades, fortalecer sua receita financeira e expandir o trabalho de agitação e propaganda;

c. As organizações subversivas através de seus militantes infiltrados vêm obtendo êxitos no TB, pois se utilizam de situações e fatos reais de expressão social e/ou econômica de interesse das diversas comunidades; e

d. A atuação da imprensa e dos políticos, assim como a atividade e o apoio moral e material prestado por membros do clero progressista, tem contribuído para o sucesso desse tipo de trabalho de massa.

2. DADOS SOLICITADOS

a. Organizações subversivas que realizam o TB junto às Associações de Bairros e favelas;

b. Militantes de organizações subversivas infiltrados ou dirigindo Associações de Bairros e favelas;

c. Levantar os trabalhos de bairro que atendam às palavras de ordem comunistas, conduzidos por elementos, religiosos sem aparentes ligações com organizações subversivas.

c o n t i n u a

CONFIDENCIAL

CMDO II EXERCITO
2ª SEÇÃO
E M G

* Doc. s/n. Pedido de busca nº215-80-E2.3, de 12/08/1980. Pasta Sociedade Amigos de Bairro (1967-81), OP1127. Série Delegacia de Ordem Política. Fundo DEOPS-SP.

CONFIDENCIAL

Continuação do PEDIDO DE BUSCA N.º 215/80/E2.3

Fls N.º 2

d. Reuniões, atos públicos e atividades de cunho contestatório desenvolvidos por essas associações; e
e. Outros dados julgados importantes.

-----2.3.-----

ANEXO 13 – Relatório do DEOPS-SP sobre o ato do MCC, em 1978 (5pgs)

F. 03.
S.G. - S.S.P. - Mod. 27

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
= DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - DOPS =
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
= DIVISÃO DE INFORMAÇÕES - 3ª DELEGACIA - DOPS =

SENHOR DELEGADO CHEFE DO DOPS:

São Paulo-SP, 26 de Agosto de 1980.

"RELATÓRIO CONFIDENCIAL"

"APRECIACÕES SOBRE O ATO PÚBLICO DO MOVIMENTO CONTRA A
CARESTIA - M.C.C. E DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA
A CARESTIA"

D.I. _____ / _____ / 19____

20-C 44 12382

Amanhã, dia 27/08, será o 3º Dia Nacional de Luta contra a Carestia, promovido pelo Movimento Contra a Carestia. O primeiro ocorreu no ano de 1978, dia 27/08, o segundo no dia 26/08/79 e agora o 3º que ocorrerá no dia 27/08. Os dois primeiros ocorreram em dia de Domingo.

O MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA, foi lançado no dia 12 de Março de 1978, com um lançamento Geral do ABAIXO-ASSINADO do então chamado MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA, hoje denominado MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA, patrocinado por um grupo de bispos da Igreja Católica, de todas as regiões episcopais de São Paulo, sob orientação direta do Cardeal D. Evaristo Arns, que foi representado naquele Ato por D. Mauro, D. Angélico, D. Luciano, D. Antonio Celso Queiroz, tendo inclusive sido fornecidas as dependências do Colégio Arquidiocesano para o presente evento, que teve por Coordenadores Centrais os atuais deputados: AURELIO PEREZ (que se candidatou sob nº 400 pelo MDB a Deputado Federal em 1978, tendo sido eleito) e IRMA PASSONI (que se candidatou sob nº 1443 a deputado estadual, também pelo MDB, tendo igualmente sido eleita), os quais permanecem até o presente momento à testa daquele movimento que serviu como plataforma político-eleitoral às suas candidaturas.

Além do respaldo da igreja católica, a criação do M.C.V. teve o apoio de entidades e segmentos sociais como: FNT, CBA, DCEs da USP e PUC, Diretórios Regionais do MDB, bancada do MDB na Assembléia e Câmara, Sociedades Amigos de Bairro da capital e periferia, Oposições Sindicais, UEE...

Ficou estabelecido, neste primeiro encontro, que o Abaixo-Assinado seria corrido na capital e interior, em todos os lugares possíveis: igrejas, escolas, fábricas, sociedades Amigos de Bairro, praças, sindicatos, entidades de Base, procurando colher o maior número possível de assinaturas, exigindo das Autoridades Governamentais, de imediato, três itens fundamentais para o Movimento que se lançava: segue..

*Relatório de 26/08/1980. Pasta 112, Dossiê 20-C-044-12(378-382). Série Dossiês. Fundo DEOPS-SP.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL-DOPS-
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
-DIVISÃO DE INFORMAÇÕES-3ª DELEGACIA-DOPS-

- 1ª) "CONGELAMENTO DOS PREÇOS DOS GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE";
- 2ª) "AUMENTO DOS SALÁRIOS";
- 3ª) "ABONO SALARIAL DE URGÊNCIA"

Cerca de 4.000 pessoas participaram deste Lançamento, a grande maioria vinda das paróquias da periferia em caravanas usando ônibus.

Ao final, ficou estabelecido que o Abaixo-Assinado seria entregue em um Ato Público, que se realizaria na Praça da Sé, no dia 27/08, e que este dia seria o 1º Dia Nacional de Luta contra o Aumento do Custo de Vida. Que seriam convidadas Autoridades Federais - todos os ministros - e Autoridades estaduais - Governador e todos os secretários - para serem os portadores do Abaixo-Assinado ao Sr. Presidente da República, naquela data. (RE 056/78 de 12/03/1978).

"1º DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA - 27 de Agosto de 1978"

Em Ato Público realizado nas escadarias da Catedral Metropolitana, no dia 27/08 - domingo, realizou-se a "entrega simbólica" do Abaixo Assinado do Movimento do Custo de Vida, exigindo: "CONGELAMENTO DOS PREÇOS DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE 1ª NECESSIDADE"; "AUMENTO DOS SALÁRIOS ACIMA DO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA"; "ABONO SALARIAL IMEDIATO E SEM DESCONTO PARA TODAS AS CATEGORIAS DE TRABALHADORES", tendo comparecido representantes das entidades acima mencionadas, tendo nesta oportunidade, os Srs. Bispos de São Paulo, sido representados pelo Advogado José Carlos Dias, da Comissão de Justiça e Paz, o qual recebeu a incumbência de liderar Comissão que iria a Brasília entregar o Abaixo-Assinado aos Srs. Ministros, em virtude de não terem os mesmos comparecido, e nem mesmo os secretários estaduais.

Totalizaram 1.425.000 assinaturas (que posteriormente levadas a exame grafotécnico demonstraram ser a maioria adulteradas, ou feitas por grupos de pessoas de forma a enganar a população do real número de assinaturas).

20-c 44 12381

segue...

F. 1. 01.
S.G. - S.S.P. - Mod. 27

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
=DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL-DOPS=
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
=DIVISÃO DE INFORMAÇÕES-1ª DELEGACIA-DOPS=

Neste dia, por ordem do Sr. Governador do estado, a Praça da Sé estava proibida para a realização daquela manifestação, motivo pelo qual tropas de choque faziam cordão de isolamento impedindo que os manifestantes tomassem lugar na praça, fazendo com que o Ato fosse realizado nas escadarias da Catedral e provocando gritos em coro "A PRAÇA É DO POVO", "VAMOS LUTAR. A PRAÇA É POPULAR"; "SOLDADO, VOCÊ TAMBÉM É EXPLORADO"; "SOLDADO, VOCÊ QUE TAMBÉM É DO POVO, VOCÊ QUE É EXPLORADO. NÃO FIQUE AÍ PARADO"; e outros, que após intensa provocação ao término do presente Ato, culminaram com repressão dos policiais militares que jogaram bombas de gás-lacrimogênio para dispersar os manifestantes.

Neste Ato, cerca de 7.000 pessoas compareceram, sendo a maioria intelectuais. D. Mauro Morelli, representando D. Paulo Evaristo Arns, pediu que todos saíssem organizadamente pela porta da frente, pois que os órgãos de segurança que estavam na praça, eram para garantir a "segurança do povo" (O que provocou risos e muita aplausos).

O advogado José Carlos Dias, da Comissão de Justiça e Paz ficou como depositário das 1.425.000 assinaturas, e deveria liderar uma comissão do MCV que levaria e protocolaria o Abaixo-Assinado em Brasília. (RE 366/78-27/08).

"22 DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A CARESTIA E O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA - 26 de Agosto de 1979"

Cerca de 6.000 pessoas participaram do Ato Público realizado nas escadarias da Praça da Sé, no 22 dia Nacional de Protesto contra a Carestia de Vida", contando sempre com as mesmas entidades, infiltradas pela CONVERGENCIA SOCIALISTA e LIBERDADE E LUTA, que em todas as oportunidades procuraram radicalizar os Atos Públicos, provocando a repressão às manifestações em algumas ocasiões, como no ano anterior, e na manifestação do Santuário da Penha, além de outras oportunidades. Sempre com as presenças dos coordenadores centrais do movimento: AURELIO PEREIRA e IRMA PARSONI, e representantes de D. Paulo Evaristo Arns, que sempre utilizou a força da igreja para dar respaldo a movimentos deste tipo.

segue...

20-c 44 12380

20-C 44 12379
F1. 04.
S.G. - S.S.P. - Mod. 27
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
=DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL-DOPS=
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
=DIVISÃO DE INFORMAÇÕES-3ª DELEGACIA-DOPS=

Neste Ato, a tônica das colocações, além de críticas ao Governo Federal, grande número teve como alvo o Sr. Ministro Delfim Neto, tendo sido inclusive manifesta a idéia de que se mobilizasse uma campanha difamatória daquele ministro, para tentar apagar a simpatia acolhida que teve a indicação de seu nome para o Ministério da Fazenda, pois temiam os esquerdistas naquela altura, que providências positivas emanadas daquele ministro ou do Governo Federal pudessem ampliar a imagem popular do Governo.

Ao término deste Ato, a coordenação do Movimento pediu aos manifestantes que se dispersassem. Ainda assim, um grupo de estudantes de Liberté e Convergência Socialista, iniciaram uma pequena passeata, que dispersou-se na rua direita, por não ter conseguido ser engrossada pelas manifestantes que dispersaram-se tomando vários rumos.

A deputada Irma Passoni, citou seu pronunciamento na Assembleia Legislativa, em 29/06/79, intitulado "AS LUTAS DO POVO CONTRA A CARESTIA".

José Carlos Dias, neste dia falou como representante e portador das palavras de D. Paulo Evaristo Arns, tendo em nome deste presidido o presente Ato, recordando os acontecimentos do ano anterior: "Lembro-me de um ano atrás, quando a ditadura militar, colocou nesta praça os policiais militares com fantasias de marcianos, com seus cachorros e brucutus, para reprimir o povo, que desarmado só pedia pão e liberdade. Hoje o povo conquistou a praça. Hoje o povo começa a derrubar esse regime autoritário e facista que reprime o povo na defesa dos interesses das multinacionais. Hoje começa a derrubada dessa ditadura militar, que torturou, que matou, e continua a matar o trabalhador, nas delegacias, desrespeitando os direitos humanos, pagando-lhes salários de fome. Estamos aqui, representando D. Paulo e a palavra da Igreja, para nos solidarizarmos com o povo até à vitória final da derubada deste regime autocrático que quer nos matar de fome".

(Para o Ato de amanhã, 27/08/80, acreditamos que a tônica das colocações deste e demais oradores deve obedecer a mesma característica, já que nos últimos meses, têm ocorrido atentados a pessoas e patrimônios vinculados a esses setores de centro-esquerda, a qual diverge também da Extrema-Esquerda por não assumir uma luta mais radical). seg

Fl. 05.
S.G. - S.S.P. - Mod. 27

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
=DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL-DOPS=
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
=DIVISÃO DE INFORMAÇÕES-3ª DELEGACIA-DOPS=

IRMA PASSONI, disse, representando os parlamentares: "A Chuva está caindo em cima de nós e nós dizemos ao governo que queremos a Chuva de Salários... foi bastante aplaudida... Precisamos acabar com esse governo que nos reprim, nos tortura e nos mata. Que rouba o leite de nossas crianças que estão morrendo de fome. Que nos nega assistência médica, que defende os interesses das multinacionais...

Como último orador, um representante da UNE solicitou aos manifestantes que apoiem as entidades estudantis, de modo a que sejam amplamente reconhecidas, pois lutam por direitos dos estudantes e do povo trabalhador....
(RE 329 e 330 de 26/08/79).

Ressaltamos, que em todos os Atos Públicos, são anteriormente convidados, através de convocatórias, ou pela imprensa, os Srs. Ministros, Governador, Prefeito e secretários de estado, cujos nomes são declinados no início, e recebem estrondosa vaia para marcar suas ausências....

"PERSPECTIVAS PARA o 3º DIA NACIONAL DE PROTESTO E DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A CARESTIA"

Em todos os Estados Brasileiros, estão sendo organizadas manifestações públicas, lideradas pela Igreja, e organizadas pelos parlamentares de oposição, entidades estudantis, movimentos de base, oposições sindicais, entidades femininas e de Anistia....

Destes estados, deverão sair caravanas que irão a Brasília cobrar as reivindicações do Movimento Contra a Carestia, enviadas nos anos de 1978 e 1979.

No primeiro ano, a luta restringia-se somente ao aumento do Custo de Vida, tendo no segundo ano reivindicado a Reforma Agrária, e neste ano pretende incluir na pauta das palavras de ordem do Movimento Liberdade para o Povo, devendo ser as seguintes as palavras de ordem que formam o eixo central de lutas: "CHEGA DE EXPLORAÇÃO, MAIS ARROZ E MAIS FEIJÃO"; "QUEREMOS SALÁRIOS MELHORES, ABAIXO A CARESTIA"; "A TERRA PARA QUEM NEELA TRABALHA"; "QUEREMOS LIBERDADE PARA O POVO". e o imperativo: "PARTICIPE. VAMOS LUTAR. SENÃO A COISA VAI PIORAR".

Era o que nos cumpria relatar.
Cordialmente.-3ª Delegacia-D.I.-DOPS-

1

MANIFESTO DO POVO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Brasília, vinte e sete de agosto
de 1980-"DIA NACIONAL DE LUTA DE
CONTRA A CARESTIA"

SR. PRESIDENTE,

Em todo o país o povo passa por grandes dificuldades da luta pela vida. Há desesseis anos os sacrifícios dos trabalhadores vêm aumentando cada vez mais.

A carestia de vida é cruel. Todos os dias sobem os preços dos gêneros de primeira necessidade, principalmente dos alimentos. Sobem tanto que vão retirando os produtos básicos da mesa e da casa da maioria dos brasileiros. Carne já não se come mais; leite é um luxo que sumiu do mercado; já são muitos os que não conseguem comer o feijão e o pão. Gás e luz, aluguel e condução são gastos pesados no orçamento do povo. Casa própria é quase impossível. Milhões de pessoas fazem das favelas suas moradias permanentes.

Nas fábricas, oficinas e construções os operários produzem a maior parte das riquezas da nação, sofrendo grande exploração. A jornada de trabalho, em muitos casos de até 14 a 16 horas, cria bilhões de cruzeiros em mercadorias. Com o trabalho operário as indústrias têm lucros altíssimos, sobretudo as multinacionais. Sufocado por um salário de fome, o trabalhador da fábrica já não consegue sustento para si e sua família. O regime de trabalho é o pior possível. O ritmo de produção intenso é ditado pelos patrões. Não se tem um minutinho de segurança no trabalho quase não existe. O Brasil é o campeão mundial de acidentes de trabalho - mais de 1 milhão e setecentos mil por ano. A falta de garantia no emprego e o desemprego deixam milhares de famílias em situação desesperadora.

No campo a situação é pior ainda. Os brasileiros que trabalham na terra sofrem todos os tipos de injustiça e exploração. A terra no Brasil está nas mãos de uns poucos e os camponeses não têm terra para plantar; muitos são obrigados a pagar renda pelo uso da terra. Os posseiros, a cada ano que passa, perdem suas posses para os grandes fazendeiros e para poderosas empresas. A maior fazenda do Brasil pertence a Daniel Ludwig, que é um latifundiário americano dono de terras duas vezes maior que o Estado de Sergipe. No imenso interior

*Doc.10, Pasta 26, Caixa 5. Fundo CMZS, CEDEM.

ANEXO 15 - Informação de agente do DEOPS-SP sobre direção do MCC, 1980
(2pgs)

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES - DOPS - CIDI

SG-SSP - Mod. 27

M. CONTRA A CARESTIA

O.P.

Levamos ao conhecimento dessa chefia que, se realizou, ontem, dia 10/08, no salão do Diretório do P.M.D.B da Freguesia do Ó, à Av. Itaberaba nº 1564 - 1º andar, uma - palestra sobre a Carestia de Vida, - patrocinada pelo próprio movimento Contra a Carestia de Vida e o P.M.D.B.-

Os trabalhos tiveram início às 15,30 hs. e - término às 18,30 hs., com a presença de 50 pessoas, estando à mesa dirigentes das entidades promotoras e debatedoras - convidados (Marcos Gomes, Wlado (?) Pereira, Ana de tal - etc.)

Os 3 debatedores convidados dissertaram sobre a elevação do custo de vida e formas de luta para combatê - las. Evidentemente a responsabilidade pelos índices inflacionários foi sempre atribuída à "inépcia" administrativa dos governos Federal e Estadual, não tendo sido regateadas as - costumeiras críticas e ofensas às pessoas do Governador e do Presidente da República.

No final, já na fase dos debates, vários participantes se pronunciaram a respeito, alguns fazendo insinuações a respeito das dissensões do próprio movimento (auto crítica) e das deficiências de sua atuação. Falou-se da necessidade de unificação e unidade entre os vários movimentos mobilizadores do povo, promovidos por associações, sindicatos, Sociedades Amigos de Bairro, Igreja etc.,

Aprovaram-se proposta no sentido de formar - ampla comissão para mobilizar todo os trabalhadores e o povo do bairro para comparecer em massa (caravanas de ônibus etc) na concentração do próximo dia 27 na Praça da Sé às - 18,00 hs, (Dia Nacional de Luta Contra a Carestia); - de mobilização e arrecadação de fundos para o próximo Congresso Contra a Carestia, dia 15 e 16 de novembro em Brasília, etc

Observações pessoais

Segundo o que se pode deduzir dos debates, a direção do Movimento Contra a Carestia não está mais nas - mãos da Igreja Católica. Sua coordenadoria se reúne no Sindicato dos Motoristas às 3as. feiras à noite. Em consequência, várias atitudes e táticas estão sendo alteradas. Uma - delas diz respeito a UNIFICAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS.

segue

*Informação sem nº, 11/08/1980. Pasta Movimento Contra Carestia (1978-1981), OP0977. Série Delegacia de Ordem Política. Fundo DEOPS-SP.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO

DIVISÃO DE INFORMAÇÕES - DOPS - CIDI

(fls. 2)

Esse era um ponto de honra da alta direção da Igreja Católica, a fim de não caracterizar o Movimento contra a Carestia como político. A Igreja, pois, não queria - permitir nenhum tipo de vinculação com outros movimentos (contrariando evidente setores do movimento vinculados a interesses políticos, principalmente os esquerdistas e subversivos infiltrados)

Agora sob nova comando, sem dependência direta da alta hierarquia católica, a Coordenadoria do Movimento tudo fará para uma ampla unidade com outros movimentos, cujo objetivo, embora velado, seja de substituição do atual grupo político dominante, que administra a nação. consequência: subversão mais concentrada

- à entrada do auditório estava sendo vendido o jornal O - MOVIMENTO, e distribuído boletins e volantes de conteúdo - adequado aos objetivos da reunião.

São Paulo, 11 de agosto de 1.980

PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL CONTRA A CARESTIA

DATA: 27 e 28 de janeiro

DEPOIMENTOS DAS CIDADES:

Porto Alegre (RS)

Começaram o trabalho conversando com as pessoas nas vilas, nos bairros, sobre os problemas gerais, através de uma associação chamada Fracab, que está ligada aos bairros e vilas operárias.

Dividiram a cidade por zonas: norte, sul, vale do Rio dos Sinos. Existem os responsáveis também pelo contato com sindicatos, associações de classe, igreja, para se juntarem na luta.

Fizeram duas assembléias do MCV. Algumas cidades do interior já participaram.

Fizeram encontros entre as vilas, assembléias locais, percebendo um bom resultado para juntar o pessoal que não precisaria estar se deslocando.

Na última assembléia lançaram uma Carta Aberta. Numa assembléia anterior saiu um boletim de convocação à população para participar do MCV.

A Federação tem também um jornal chamado "Jornal dos Bairros", que divulga o MCV.

As donas-de-casa participam nos bairros, lutando também por outros problemas, como creches, etc, com os operários.

A partir do MCV foram fundadas associações de bairro.

Criaram uma comissão de coordenação do MCV que possui representantes de cada lugar que participa. Essa comissão é aberta para os lugares que vão entrando gradativamente no MCV.

Na última assembléia resolveram que abaixo-assinado no momento não era propício e que à medida que a participação for crescendo essa idéia será aceita.

Estão trabalhando junto às 3 reivindicações do abaixo-assinado inicial do MCV em São Paulo e mais algumas reivindica-

ções mais locais.

Os sindicatos que participam são: Bancários, Metalúrgicos, Vestuário, Arquitetos, Engenheiros, Jornalistas, Associação dos Sociólogos, IAB E CEBES.

Maceió (AL)

Começaram a pouco tempo, a partir do Movimento dos Direitos Humanos.

Numa assembléia com 60 pessoas, foi relatado como estava o MCV em S.P. e sobre a preparação do Encontro. Tiraram daí uma comissão de 6 pessoas para iniciar o trabalho do MCV. Participaram estudantes, pessoas ligadas a trabalhos de base e dos Direitos Humanos.

Em março virá alguém para São Paulo se comunicar com o MCV

Decidiram fazer uma reunião (na mesma época em que estava havendo o Encontro aqui), para ir aos bairros iniciar as discussões, fazer um jornal do MCV, etc...

Existem várias preocupações sobre como iniciar, como se ligar a S.P, sobre a estruturação jurídica etc...

Belém (PA)

O MCV começou em Belém quando eles receberam o texto do A-baixo-Assinado de S.P. Começaram a se mobilizar na cidade e no campo para colher o máximo de assinaturas. Isso foi no início de agosto de 78.

Depois das assinaturas se reuniram moradores dos bairros para ver quais seriam as próximas etapas.

Deixaram um pouco S. Paulo e se voltaram para os problemas do Pará. Não foi difícil mobilizar a partir das lutas do povo.

Se preocuparam em fazer uma coordenação com as pessoas dos diversos bairros, sem procurar políticos, igreja, estudantes, mas sim operários e donas de casa. Criou-se comissões em cada bairro e foi eleito um representante para a coordenação geral, que se reúne quinzenalmente, formada pelos representantes eleitos de cada bairro. Atualmente está com 18 pessoas que discutem procurando aprofundar nos problemas que causam a alta do custo de vida, a economia do Estado e do País.

O povo vive um pouco amedrontado, mas procura-se discutir o custo de vida ligando-o com o problema da terra, que é muito grave no Pará, com o problema da água, luz, esgoto etc...

A coordenação tem contato com 12 municípios. Sempre alguém visita algum desses lugares de 15 em 15 dias, para ajudar no encaminhamento do trabalho. Esses municípios do interior estão com o MCV mais enraizado pois o problema da terra é bastante grave.

Existe também a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos que ainda não definiu bem seus objetivos.

O teatro no bairro é usado como um importante instrumento de discussão dos problemas do operário e do camponês. Recebem propostas para levar em vários lugares, pois os meios de informação lá são muito difíceis.

Quando começaram a discutir sobre o custo de vida ser também um problema político, muita gente começou a se afastar, mas através dos trabalhos nos bairros foram aos poucos ganhando mais pessoas. Mesmo porque todos sabem que não é um movimento pequeno que vai mudar as coisas mas sim com todo mundo junto.

A Igreja tem dado algum apoio, mas não são todos.

Muitos instrumentos de discussão devem ser utilizados como por exemplo : alguns grupos discutem os problemas através do evangelho.

Belo Horizonte (MG)

O MCV começou com a ida de Aurélio para lá.

As reuniões do MCV começaram nos bairros aproveitando onde já existia algum trabalho. O trabalho que contribuiu bastante foi a luta pelos limites dos loteamentos.

A maioria dos participantes são operários e contam também com padres, professores e grupos de jovens.

Foi realizada uma assembleia no dia 20/12/78, que contou com a participação de cerca de 1000 pessoas.

Um grupo de senhoras fizeram uma pesquisa para ver quais eram as maiores dificuldades dos bairros. O resultado foi que havia muita doença por falta de esgoto, água e coleta de lixo.

O prefeito disse que estes problemas eram porque o bairro não tinha definido os limites. Foi organizada uma vigília, com a participação da Igreja, onde foram feitas discussões ligando textos da Bíblia com o problema do povo e enviaram uma carta ao prefeito com 3.500 assinaturas. O prefeito respondeu que o problema era do governador. Foi feita uma carta para o governador, contando o problema e exigindo uma resposta. A carta foi enviada mas a resposta ainda não veio.

O MCV está nascendo em B.H., a proposta é de se fazer uma pesquisa para saber quais os produtos que devem ser congelados, que são mais consumidos etc...

Foi lida a carta convocando o povo para a Assembléia de 20/12/78.

Um grupo de teatro pretende montar a peça João Feijão.

A oposição sindical dos metalúrgicos estão juntos na luta contra a carestia. O trabalho é também de água, luz etc...

Londrina (PR)

Começaram com o abaixo-assinado enviado de São Paulo, mas as pessoas que participaram não eram moradores de bairros populares, por isso agora o MCV está iniciando nos bairros com maior participação dos trabalhadores e donas-de-casa. Os primeiros contatos foram com organizações de bairros e postos de saúde.

Vieram representantes de 10 bairros e um representante de Cambé. Como estão iniciando, vieram mais para conhecer outras experiências e levar material.

Feira de Santana (BA)

O depoimento começou com a leitura de uma carta sobre o trabalho do Comitê dos Direitos Humanos.

Por sugestão do pessoal de um bairro, no dia dos Direitos Humanos foi organizada uma Ginkana. Uma das tarefas da ginkana era trazer uma pessoa que foi anistiada em 1945. Uma outra tarefa era ir de casa em casa perguntando quais os principais problemas do povo. Os principais problemas que apareceram foram: Custo de Vida, salário e desemprego. A partir da avaliação da ginkana decidiram fazer um núcleo do Comitê dos Direitos Hum-

nos neste bairro e começaram uma pesquisa sobre o custo de vida sugestões para a luta e etc... Essa pesquisa é feita no domingo de casa em casa e está sendo ampliada para outros bairros.

Salvador (BA)

O MCV está ligado ao trabalho conjunto. Este trabalho iniciou em 1975 com a prisão de alguns vereadores do MDB e com a expulsão de alguns moradores de bairros populares de suas casas. Os representantes de vários bairros depois de várias reuniões, organizaram uma assembléia para formar o núcleo de coordenação. Este núcleo fez uma carta de princípios que defendia: a luta de vários setores (operários, estudantes, artistas, camponeses) contra a censura, pela anistia geral e irrestrita.

Os bairros começaram a se organizar e passaram um abaixo-assinado sobre o problema das chuvas e expulsão dos moradores. As assinaturas ainda estão sendo recolhidas.

Existe uma comissão de educação para levar cursos de alfabetização nos bairros.

Na última assembléia foi eleita uma coordenação efetiva.

Está sendo realizado um festival de artes e um caderno de poesias sobre o tema liberdade.

Rui Barbosa (BA)

O MCV começou nos clubes de família e sindicatos dos trabalhadores, onde discutiam seus problemas. Começaram então a planejar como lutar contra as dificuldades. Ligaram-se ao trabalho de São Paulo e pediram orientação ao trabalho conjunto de Salvador.

Participam do MCV comunidades da roça e periferia, grupos de jovens com teatro.

A primeira assembléia para o lançamento do abaixo-assinado do município contou com 420 pessoas. No texto do abaixo-assinado além das 3 reivindicações foi incluído: terra para quem nela trabalha ou deseja trabalhar; garantia de preço mínimo dos produtos plantados eliminando o intermediário.

Já foi feita uma segunda assembléia, um mês depois do lançamento, onde se conseguiu 2.000 assinaturas.

Estão pensando em realizar uma pesquisa sobre o preço do produto, desde o produtor até o consumidor; os gastos do produtor, para levantamento do preço mínimo e eliminação dos intermediários.

As dificuldades estão na falta de organização maior e de uma coordenação e também na ampliação (necessidade de formação de grupos em cada local).

A preocupação está no problema do pequeno produtor, no salário dos macaqueiros (bóia-fria) e também o preço da lavoura.

Fortaleza (CE)

1º depoimento:

Iniciou o MCV com o abaixo-assinado de S.P., com um grupo de intelectuais (professores, jornalistas e outros).

A coordenação é formada por uma comissão central com representantes de comissões de bairros, sindicais e ação permanente na comunidade. Tem um presidente, secretário e tesoureiro.

Têm equipe de saúde, educação, jornalismo com jovens.

Quanto a ampliação estão discutindo a ligação com outras entidades.

Estão levando o abaixo-assinado de S.P. que será entregue ao Presidente da Assembléia.

2º depoimento:

O MCV está iniciando nos bairros populares, através dos trabalhos comunitários. Esses trabalhos são levados pelos moradores dos bairros. Um grupo de mulheres fizeram um abaixo-assinado que foi entregue às autoridades, mas não houve resposta.

Num bairro sem as mínimas condições, sem escola, água, transporte etc, os próprios moradores construíram um prédio, através do mutirão, onde funciona a escola, associação de bairro e área de lazer; conseguiram assistência médica. As próprias donas-de-casa levantaram o teto do prédio.

Não estão entrosados com o Movimento Contra a Carência do Ceará, mas sim com os trabalhos nas comunidades.

Foi feita a denúncia a respeito dos favelados da Av. José Bastos, que foram despejados pela polícia com violência. O MCV

apoiou com assistência jurídica.

Foi lida a moção de apoio do MCC aos favelados no final do Encontro.

Para a continuidade do trabalho é importante que se estabeleçam princípios para as atividades e que caminhe de **baixo para cima**.

Cuiabá (MT)

Não existe o MCV ainda, mas existe um grupo de saúde disposto a levar o trabalho.

Rio de Janeiro (RJ)

O Centro da Mulher Brasileira que desenvolve trabalhos em defesa da mulher trabalhadora, construção de creches, está querendo iniciar o MCV em alguns bairros populares. A dificuldade está na falta de apoio da Igreja carioca.

C I D A D E S D E S Ã O P A U L O

RIBEIRÃO PRETO - começaram com grupo pequeno lançando o Movimento Custo de Vida. Sairam para coletar assinaturas, para ampliar e fazer propaganda do Movimento. Ainda falta base. O objetivo maior é de ampliação. Através de 3 comunidades fizeram o trabalho na Igreja, passaram de casa em casa com o abaixo-assinado, com o objetivo de divulgar o MCV. Alguns assinavam, outros tiveram receio. Ainda não se conseguiu dar uma continuidade no trabalho. A região tem muito bóia-fria.

SOROCABA - existe um pequeno grupo tentando organizar e levar aos bairros o MCV. Já colheram assinaturas junto com S. Paulo.

SERTÃOZINHO - trabalham junto com Cruz das Posses (onde iniciou o MCV) onde o problema maior é a terra. Em Sertãozinho existe mais operário com os problemas de salário (metalúrgicos) e educação. Já fizeram abaixo-assinado lançando o MCV. O Sindicato Rural trabalha junto. A dificuldade ainda é o medo de alguns em relação aos usineiros e fazendeiros. É difícil reunir o povo. Em Cruz das Posses existem umas 8 pessoas tentando levar o MCV. Para estudar é muito difícil, não dá para pagar e não sobra tempo pois se trabalha muito e não sobra horas alguma.

FERNANDÓPOLIS - a realidade da periferia é de assalariados e, os que vendem a roça, pequenos arrendatários e voltam com o nome de bóias-frias. No local o MCV iniciou a partir de trabalhos de grupos cristãos e de Direitos Humanos. Fizeram um estudo da conjuntura do país, junto com as comunidades rurais. Os sindicatos comerciais e rural são paternalistas. O MCV local apoia o MCV de S. Paulo e participou da Assembléia de Entrega dos Abaixo-Assinados na praça da Sé. O trabalho local foi um abaixo-assinado contra o IIES, e o trabalho de conscientização do voto. Se sentiram felizes em perceber que estavam votando de verdade e escolhendo um candidato de nossa classe. Trabalharam para o MDB especialmente para os candidatos Aurélio e Irma (eleitos). Em Fernandópolis já se vê a necessidade de ligar o pessoal das cidades com o pessoal da roça. A região é chamada de região do gado e do leite, porém, o povo não consegue comprar carne pois, está muita cara. Como o leite é a mesma coisa. A Nestlé é a fábrica multinacional da região. O MCV veio de encontro aos trabalhos que já estavam sendo levados há vários anos.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - iniciaram o MCV quando ouviram as notícias em agosto sobre o MCV de S. Paulo. Convidaram uma pessoa da Coordenação de S. Paulo para ir até lá para participar de uma assembléia que fizeram, convidando toda a população da cidade. Distribuíram jornais e fizeram reuniões nos bairros. Formaram um grupo de coordenação do Movimento, no início com 4 pessoas e atualmente com 15, donas de casa e jovens. Estão estudando e se aprofundando sobre as leis do trabalhador. Até o 1º de maio será feita uma assembléia para apresentar os trabalhos e depoimentos. Ainda existe muita dificuldade no trabalho. O Movimento está indo para os bairros da periferia. Os jovens promoveram uma vigília para o estudante Cajá. Existe um teatro que é levada há bastante tempo com peças sobre o custo de vida.

SÃO MIGUEL ARCANJO- é uma cidade na região de Sorocaba com 15 mil habitantes. Tem trabalho sobre saúde e educação. Já conseguiram hospital e creches. A problemática da terra, do pequeno agricultor é grave. O Movimento Custo de Vida local está iniciando e está junto aos 7 trabalhos específicos em cada lugar.

JABOTICABAL- não iniciou propriamente dito o MCV na cidade. Em dois / municípios locais foi iniciado o abaixo-assinado através da iniciativa da igreja local, porém, falta um trabalho organizado ainda. Pensa-se também em levar o trabalho conjuntamente com a problemática do bóa-fria através da Comissão Pastoral da Terra.

CAMPINAS- iniciou o MCV antes da entrega de S.P. na praça da Sé, onde participou. Participou do lançamento (assembléia) do abaixo-assinado / para toda grande S.Paulo no colégio Arquidiocesano. Coletou 26 mil assinaturas. Após, reuniu 22 bairros e formou-se uma nova coordenação / para retomar os trabalhos pós-abaixo-assinado. Nesta nova coordenação com representantes dos bairros, entidades, etc., ficou centralizado / os trabalhos de toda região e portanto, com a participação de representantes de outros municípios, tais como: Mogimirim, Mogiguacu, Itabira, Valinhos, Sumaré, Vinhedo, Piracicaba e Jundiaí. É a tentativa / de se formar uma coordenação para todo o interior de S.Paulo. Em reunião geral esta nova coordenação decidiu fazer uma carta de convocação para todas entidades, sindicatos, centro comunitários, sociedades amigo de bairro, movimento estudantil, centros de saúde, etc., para participarem do MCV. A distribuição desta carta está em andamento. Um representante da coordenação irá nos bairros, em cada reunião que aí / houver, com a carta, explicando os objetivos e fazer o convite para / participar no MCV. A aceitação tem sido boa. Esta coordenação geral / está fazendo também levantamento das lutas específicas, para centralizar e coordenar os trabalhos. Ex. luta por água. Para unificar estas lutas isoladas foi sugerido um jornal que será criado e já conta com / uma verba de 8 mil cruzeiros/mes, fixa, doada pelas entidades que assumiram a luta do MCV. A distribuição do jornal será por todo o interior de S.Paulo, com uma tiragem inicial de 10.000 n.ºs. Foram formadas também dentro da coordenação geral, comissões para facilitar os trabalhos: finanças, redação, contactos, etc.. Atualmente está se pensando também em continuar com os abaixo-assinados, pois a região é muito grande e 26 mil assinaturas coletadas foi muito pouco.